

2018



RELATÓRIO GERAL

DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Tribunal Superior do Trabalho
Coordenadoria de Estatística e Pesquisa

RELATÓRIO GERAL

DA JUSTIÇA DO TRABALHO 2018

Brasília, DF
2019

Secretaria-Geral da Presidência do TST

Coordenadoria de Estatística e Pesquisa do TST

Setor de Administração Federal Sul, Quadra 8, Lote 1, Bloca A, Sala 241

CEP 70.070-943

Telefone 3043-3675

www.tst.jus.br/estatistica

cestp@tst.jus.br

Elaboração

Coordenadoria de Estatística e Pesquisa do TST

Projeto Gráfico e Editoração

Seção de Pesquisa e Divulgação de Dados Estatísticos da JT

Revisão e Supervisão Editorial

Secretaria-Geral da Presidência do TST

Coordenadoria de Estatística e Pesquisa do TST

 **CESTP**
2019 Coordenadoria de Estatística do Tribunal Superior do Trabalho

Coordenador Júlio César Moreira Marino

Substituta do Coordenador Taise de Castro Xavier da Silveira

Supervisor da Seção de Pesquisa e Divulgação de Dados Estatísticos da JT Elmiro Andrei Tarrago Jaques

Supervisor da Seção de Acompanhamento Estatístico do TST Antonio Carlos Andrade Cubells

Supervisor da Seção de Acompanhamento Estatístico dos TRTs Sandro Magnos Karkow

Supervisor da Seção de Acompanhamento Estatístico das VTs Diêgo Carneiro Lopes

Servidores Hilvio Maciel Carvalho
Auricélio Rosendo Timbó
André Silva de Queiroz
João Paulo de Lima Silva
Janaína Bortoluzzi Cardoso
William Bacelar Rezende

Estagiários Beatriz Lima Itacaramby
Ananda Victória Maciel de Almeida
Filipe Martins dos Santos
João Victor Monteiros de Andrade

Apresentação

O Tribunal Superior do Trabalho apresenta o Relatório Geral da Justiça do Trabalho com dados estatísticos alusivos aos processos que tramitaram nos três graus de jurisdição no ano de 2018 provenientes de informações existentes no Sistema de Gerenciamento de Informações Administrativas e Judiciárias (e-Gestão) e no Sistema de Apoio à Decisão do TST.

A importância do Relatório Geral, publicado por esta Corte desde 1946, reside no compromisso com a ampla publicidade das informações acerca da atividade judicante, dando conhecimento à sociedade do permanente esforço dos magistrados e dos servidores que integram a Justiça do Trabalho em busca de novos caminhos para alcançar a celeridade ansiada por aqueles que a ela recorrem.

Sintetizam-se, abaixo, os principais destaques do Relatório Geral.

Em 2018, a força de trabalho era de 45.965 magistrados e servidores, quantitativo 1,1% inferior ao do ano anterior. A produtividade da Justiça do Trabalho entretanto, no período, ficou 4,5% superior à alcançada em 2017.

O quantitativo de magistrados e de servidores a cada 100.000 habitantes do País apresentou decréscimos consecutivos desde 2012 e finalizou o ano com 1,9 magistrado e 20,7 servidores, respectivamente.

A despesa da Justiça do Trabalho para cada habitante foi de R\$ 96,37, valor 2,6% inferior ao de 2017. Em contrapartida, a Justiça do Trabalho arrecadou para a União o montante de R\$ 3.658.059.298,72 em IR, INSS, custas, emolumentos e multas aplicadas pelo Órgão de Fiscalização, valor correspondente a 18,2% da sua despesa orçamentária e 2,0% inferior ao arrecadado em 2017.

Foram pagos aos reclamantes R\$ 29.742.455.565,61, valor 5,6% superior ao de 2017. Os valores pagos decorrentes de acordos judiciais representaram 46,4% do total e aumentaram 12,9%; os decorrentes da execução de sentenças representaram 42,4% e reduziram 3,7%.

A demanda processual, em comparação com o ano anterior, reduziu 21,1%; somando, ao final de 2018, 2.900.573 casos novos. Para cada 100.000 habitantes do País, 1.391 pessoas ingressaram com pelo menos uma ação ou um recurso na Justiça do Trabalho.

No 1º e no 2º Grau de jurisdição, a Indústria e os Serviços Diversos foram, entre todas as atividades econômicas, as com maiores quantitativos de casos novos. Além da Indústria, também estiveram na liderança, no TST, a Administração Pública e o Sistema Financeiro; nos Tribunais Regionais, a Administração Pública e, nas Varas do Trabalho, o Comércio.

Os assuntos mais recorrentes na Justiça do Trabalho foram: aviso-prévio, multa prevista no artigo 477 da CLT, acréscimo de 40% sobre o FGTS e multa prevista no artigo 467 da CLT.

O total de processos julgados por magistrado apresentou aumentos consecutivos no período de 2010 a 2017. Entretanto, alcançou o quantitativo de 1.727 processos em 2018, índice 8,3% menor que em 2017.

Foram julgados 4.173.197 processos, 115% do total recebido. No TST, esse percentual alcançou 99%; nos TRTs, 89%; e nas VTs, 131%.

O tempo médio entre o ajuizamento de uma ação e o seu encerramento demonstra que, no TST, esse prazo foi de 1 ano, 7 meses e 1 dia; nos Tribunais Regionais do Trabalho, 9 meses e 22 dias; e, nas Varas do Trabalho, 8 meses e 24 dias na fase de conhecimento e 3 anos, 6 meses e 13 dias na fase de execução.

O percentual de conciliações atingiu o índice mais baixo desde 2008: 43,7%. Os Tribunais Regionais que alcançaram os maiores percentuais foram os da 9ª Região, com 51%; 19ª, 2ª, 8ª e 12ª Regiões, com 49%; e 18ª Região, com 48%.

As execuções iniciadas somadas às pendentes de anos anteriores - pendentes de execução e em arquivo provisório - totalizaram 3.474.284 processos. Desse total, foram encerradas 729.462 (21%). Os Tribunais Regionais que alcançaram os maiores percentuais de execuções encerradas em relação ao total a executar foram os da 22ª Região, com 39%; 21ª Região, com 38%; 13ª Região, com 36%; e 11ª Região, com 35%.

No TST, 21,9% das decisões monocráticas foram agravadas. Houve interposição de Embargos de Declaração em 6,3% das decisões proferidas e de Embargos em 3% dos acórdãos publicados. Nos TRTs, a recorribilidade interna foi da ordem de 21,5%; nas Varas do Trabalho, houve interposição de Embargos de Declaração em 33% das sentenças proferidas.

No TST, a recorribilidade para o STF foi da ordem de 14,3% dos processos julgados; nos TRTs, a recorribilidade para o TST foi de 39,2% dos acórdãos publicados e das decisões monocráticas; nas VTs, a recorribilidade para os TRTs, na fase de conhecimento, foi da ordem de 60,9% das sentenças proferidas e, na fase de execução, foi de 28,9% das decisões em Embargos à Execução.

JOÃO BATISTA BRITO PEREIRA

MINISTRO PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO



TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

MINISTRO JOÃO BATISTA BRITO PEREIRA
PRESIDENTE

MINISTRO RENATO DE LACERDA PAIVA
VICE-PRESIDENTE

MINISTRO LELIO BENTES CORRÊA
CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO

MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO

MINISTRA MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI

MINISTRO EMMANOEL PEREIRA

MINISTRO ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

MINISTRO LUIZ PHILIPPE VIEIRA DE MELLO FILHO

MINISTRO ALBERTO LUIZ BRESCIANI DE FONTAN PEREIRA

MINISTRA DORA MARIA DA COSTA

MINISTRO GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS

MINISTRO MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO

MINISTRO WALMIR OLIVEIRA DA COSTA

MINISTRO MAURICIO GODINHO DELGADO

MINISTRA KÁTIA MAGALHÃES ARRUDA

MINISTRO AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO

MINISTRO JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA

MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES

MINISTRO HUGO CARLOS SCHEUERMANN

MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE

MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO

MINISTRO DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES

MINISTRA MARIA HELENA MALLMANN

MINISTRO BRENO MEDEIROS

MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS

MINISTRO LUIZ JOSÉ DEZENA DA SILVA





COELIS MARIA ARAÚJO MARTINS
SECRETÁRIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA



GUSTAVO CARIBÉ DE CARVALHO
DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA



VALÉRIO AUGUSTO FREITAS DO CARMO
SECRETÁRIO-GERAL JUDICIÁRIO



Relatório Analítico

2018

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

13

1

1.1. ÓRGÃOS JUDICIÁRIOS	13
1.2. RECURSOS HUMANOS	14
1.3. MAGISTRADOS POR 100.000 HABITANTES	24
1.4. SERVIDORES POR 100.000 HABITANTES	26
1.5. SERVIDORES DO QUADRO PERMANENTE POR MAGISTRADO	28
1.6. SERVIDORES EM ATIVIDADE NA ÁREA JUDICIÁRIA POR MAGISTRADO	30

DESPESAS, ARRECADAÇÃO E PAGAMENTOS

33

2

2.1. DESPESA POR HABITANTE	33
2.2. DESPESA POR CASO NOVO	35
2.3. ORÇAMENTO E DESPESAS	37
2.4. ARRECADAÇÃO DE CUSTAS, EMOLUMENTOS E TRIBUTOS	37
2.5. VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES	40

LITIGIOSIDADE

41

3

3.1. CASOS NOVOS	41
Casos Novos por 100.00 Habitantes	43
Casos Novos por Magistrado	47
Casos Novos por Servidor	51
Casos Novos por Atividade Econômica	58
Assuntos Mais Recorrentes entre Casos Novos	60
3.2. TOTAL A JULGAR	62
Total a Julgar por Magistrado	63
Total a Julgar por Servidor da Área Judiciária	67
3.3. PRODUTIVIDADE	71
Julgados em Relação ao Total a Julgar	72
Julgados em Relação aos Recebidos	75
Conciliação nas Varas do Trabalho	78
3.4. REFORMA DE DECISÃO	80
Tribunais Regionais do Trabalho	80
Varas do Trabalho	84
3.5. EXECUÇÃO	86
Total a Executar	87
Total a Executar por Magistrado	88
Total a Executar por Servidor da Área Judiciária	89
Execuções Encerradas em Relação ao Total a Executar	90
Execuções Encerradas em Relação às Iniciadas	91
3.6. RESÍDUO	92
Resíduo por Magistrado	93
3.7. PRAZOS	97
3.8. RECORRIBILIDADE	98
Recorribilidade para a Própria Instância	98
Recorribilidade para a Instância Superior	99
3.9. PRECATÓRIOS E REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR	100
Precatórios	100
Requisições de Pequeno Valor	102

4

GLOSSÁRIO

103

METODOLOGIA DE CÁLCULO DOS INDICADORES



ESTRUTURA ORGANIZACIONAL EM 31/12/2018

I.1. Órgãos Judiciários

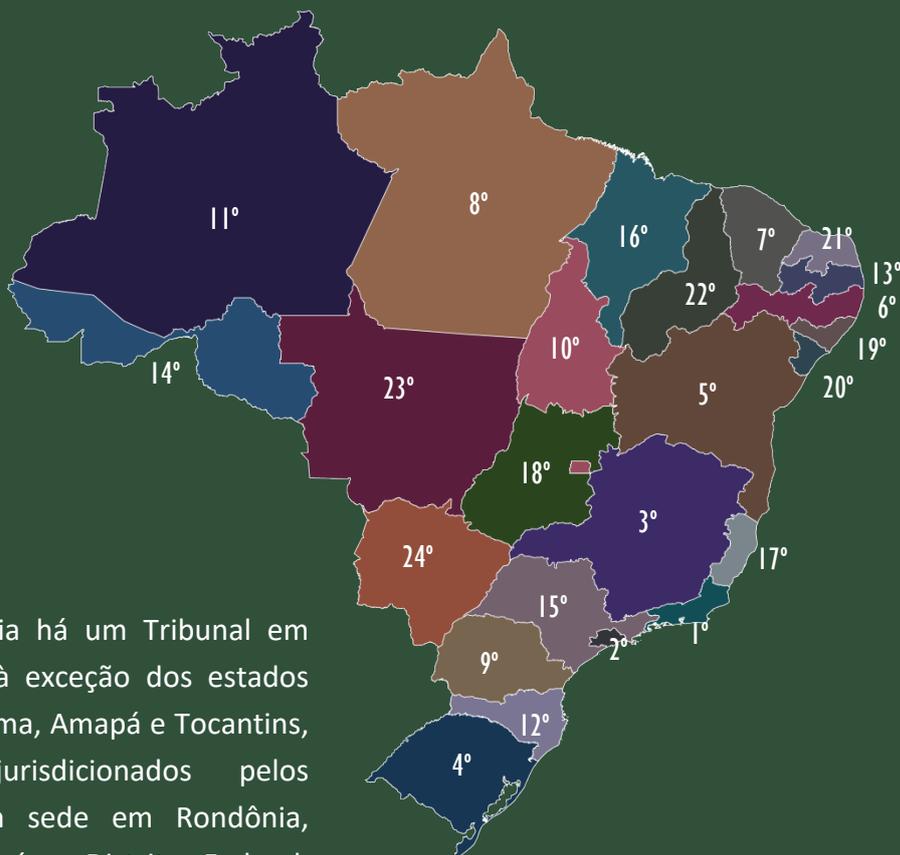
A Justiça do Trabalho é constituída pelo Tribunal Superior do Trabalho, por 24 Tribunais Regionais do Trabalho e por 1.587 Varas do Trabalho. São 3.955 cargos de magistrado e 43.167 de servidor.

No TST estão em atividade 26 Ministros e 2 Desembargadores convocados para substituir Ministro integrante do Conselho Nacional de Justiça e Ministro aposentado e 2.155 servidores.

1.573

Varas do Trabalho instaladas

Figura 1. Regiões Judiciárias da Justiça do Trabalho, 2018.



Na 2ª Instância há um Tribunal em cada estado, à exceção dos estados do Acre, Roraima, Amapá e Tocantins, que são jurisdicionados pelos Tribunais com sede em Rondônia, Amazonas, Pará e Distrito Federal, respectivamente. No estado de São Paulo existem dois Tribunais: um com sede na cidade de São Paulo e outro em Campinas. Estão em atividade, na 2ª Instância, 556 Desembargadores e 16.554 servidores.

Na 1ª Instância estão instaladas 1.573 Varas do Trabalho em 621 municípios, com jurisdição em todos os 5.570 municípios do País. Estão em atividade, na 1ª Instância, 3.039 juízes e 23.623 servidores.

I.2. Recursos Humanos

Figura I.2. Ministros do TST. 2018.

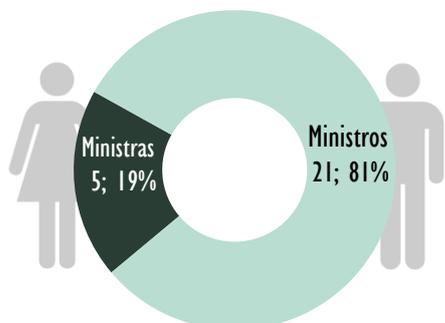


Figura I.3. Desembargadores dos TRTs. 2018.

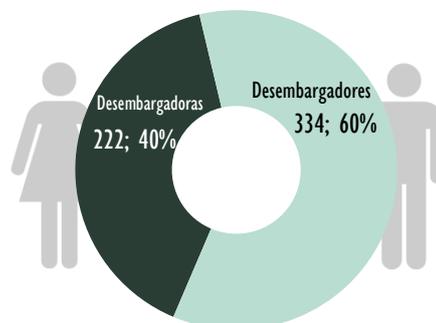


Tabela I.1. Cargos de Desembargadores dos Tribunais Regionais do Trabalho. 2018.

TRT	Previstos em Lei	Providos				Vagos			
		Desembargadores	%	Desembargadoras	%	Total	%		
1ª - RJ	54	36	66,7%	18	33,3%	54	100,0%	-	-
2ª - SP	94	41	43,6%	49	52,1%	90	95,7%	4	4,3%
3ª - MG	49	33	67,3%	16	32,7%	49	100,0%	-	-
4ª - RS	48	26	54,2%	22	45,8%	48	100,0%	-	-
5ª - BA	29	14	48,3%	15	51,7%	29	100,0%	-	-
6ª - PE	19	8	42,1%	10	52,6%	18	94,7%	1	5,3%
7ª - CE	14	9	64,3%	5	35,7%	14	100,0%	-	-
8ª - PA e AP	23	11	47,8%	11	47,8%	22	95,7%	1	4,3%
9ª - PR	31	20	64,5%	11	35,5%	31	100,0%	-	-
10ª - DF e TO	17	12	70,6%	5	29,4%	17	100,0%	-	-
11ª - AM e RR	14	5	35,7%	9	64,3%	14	100,0%	-	-
12ª - SC	18	10	55,6%	7	38,9%	17	94,4%	1	5,6%
13ª - PB	10	9	90,0%	1	10,0%	10	100,0%	-	-
14ª - RO e AC	8	5	62,5%	3	37,5%	8	100,0%	-	-
15ª - Campinas/SP	55	36	65,5%	16	29,1%	52	94,5%	3	5,5%
16ª - MA	8	5	62,5%	3	37,5%	8	100,0%	-	-
17ª - ES	12	7	58,3%	5	41,7%	12	100,0%	-	-
18ª - GO	14	10	71,4%	4	28,6%	14	100,0%	-	-
19ª - AL	8	5	62,5%	3	37,5%	8	100,0%	-	-
20ª - SE	8	5	62,5%	3	37,5%	8	100,0%	-	-
21ª - RN	10	7	70,0%	3	30,0%	10	100,0%	-	-
22ª - PI	8	6	75,0%	1	12,5%	7	87,5%	1	12,5
23ª - MT	8	6	75,0%	2	25,0%	8	100,0%	-	-
24ª - MS	8	8	100,0%	-	-	8	100,0%	-	-
Total	567	334	58,9%	222	39,2%	556	98,1%	11	1,9%

Notas: 1) % Percentual calculado sobre o total de cargos previstos em lei.

2) Sinal convencional utilizado:

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Figura 1.4. Juízes do Trabalho. 2018.

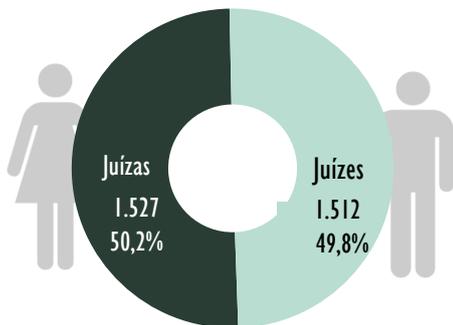


Figura 1.5. Cargos de Magistrados Providos e Vagos. 2018.

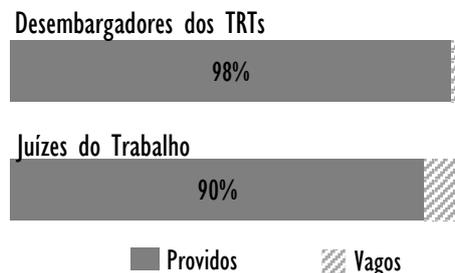


Tabela 1.2. Cargos de Juízes do Trabalho. 2018.

TRT	Previstos em Lei	Providos				Vagos			
		Juízes	%	Juízas	%	Total	%	Total	%
1ª - RJ	292	118	40,4%	148	50,7%	266	91,1%	26	8,9%
2ª - SP	603	185	30,7%	257	42,6%	442	73,3%	161	26,7%
3ª - MG	295	146	49,5%	118	40,0%	264	89,5%	31	10,5%
4ª - RS	247	119	48,2%	122	49,4%	241	97,6%	6	2,4%
5ª - BA	185	72	38,9%	112	60,5%	184	99,5%	1	0,5%
6ª - PE	140	60	42,9%	72	51,4%	132	94,3%	8	5,7%
7ª - CE	69	35	50,7%	32	46,4%	67	97,1%	2	2,9%
8ª - PA e AP	101	45	44,6%	49	48,5%	94	93,1%	7	6,9%
9ª - PR	183	93	50,8%	84	45,9%	177	96,7%	6	3,3%
10ª - DF e TO	88	45	51,1%	39	44,3%	84	95,5%	4	4,5%
11ª - AM e RR	64	29	45,3%	18	28,1%	47	73,4%	17	26,6%
12ª - SC	116	66	56,9%	45	38,8%	111	95,7%	5	4,3%
13ª - PB	60	38	63,3%	22	36,7%	60	100,0%	-	-
14ª - RO e AC	63	28	44,4%	25	39,7%	53	84,1%	10	15,9%
15ª - Campinas/SP	371	184	49,6%	165	44,5%	349	94,1%	22	5,9%
16ª - MA	50	27	54,0%	22	44,0%	49	98,0%	1	2,0%
17ª - ES	56	29	51,8%	24	42,9%	53	94,6%	3	5,4%
18ª - GO	96	48	50,0%	43	44,8%	91	94,8%	5	5,2%
19ª - AL	44	28	63,6%	16	36,4%	44	100,0%	-	-
20ª - SE	29	13	44,8%	16	55,2%	29	100,0%	-	-
21ª - RN	46	22	47,8%	23	50,0%	45	97,8%	1	2,2%
22ª - PI	29	14	48,3%	15	51,7%	29	100,0%	-	-
23ª - MT	78	33	42,3%	40	51,3%	73	93,6%	5	6,4%
24ª - MS	56	33	58,9%	20	35,7%	55	98,2%	1	1,8%
Total	3.361	1.512	45,0%	1.527	45,4%	3.039	90,4%	322	9,6%

Notas: 1) % Percentual calculado sobre o total de cargos previstos em lei.
 2) Sinal convencional utilizado:
 - Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Tabela I.3. Quadro de Juizes das Varas do Trabalho. 2018.

Região Judiciária	Juizes Titulares			Juizes Substitutos			Total		
	Providos	Vagos	Subtotal	Providos	Vagos	Subtotal	Providos	Vagos	Total
1ª - RJ	139	7	146	127	19	146	266	26	292
2ª - SP	192	39	231	250	122	372	442	161	603
3ª - MG	152	6	158	112	25	137	264	31	295
4ª - RS	130	2	132	111	4	115	241	6	247
5ª - BA	88	-	88	96	1	97	184	1	185
6ª - PE	66	4	70	66	4	70	132	8	140
7ª - CE	36	1	37	31	1	32	67	2	69
8ª - PA e AP	56	-	56	38	7	45	94	7	101
9ª - PR	96	1	97	81	5	86	177	6	183
10ª - DF e TO	34	1	35	50	3	53	84	4	88
11ª - AM e RR	32	-	32	15	17	32	47	17	64
12ª - SC	59	1	60	52	4	56	111	5	116
13ª - PB	27	-	27	33	-	33	60	-	60
14ª - RO e AC	31	1	32	22	9	31	53	10	63
15ª - Campinas/SP	145	8	153	204	14	218	349	22	371
16ª - MA	23	-	23	26	1	27	49	1	50
17ª - ES	24	-	24	29	3	32	53	3	56
18ª - GO	48	-	48	43	5	48	91	5	96
19ª - AL	22	-	22	22	-	22	44	-	44
20ª - SE	15	-	15	14	-	14	29	-	29
21ª - RN	23	-	23	22	1	23	45	1	46
22ª - PI	14	-	14	15	-	15	29	-	29
23ª - MT	38	-	38	35	5	40	73	5	78
24ª - MS	26	-	26	29	1	30	55	1	56
Total	1.516	71	1.587	1.523	251	1.774	3.039	322	3.361

Nota: Sinal convencional utilizado:
- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Figura I.6. Quadro de Juizes das Varas do Trabalho. Cargos Existentes e Provimento. 2018.

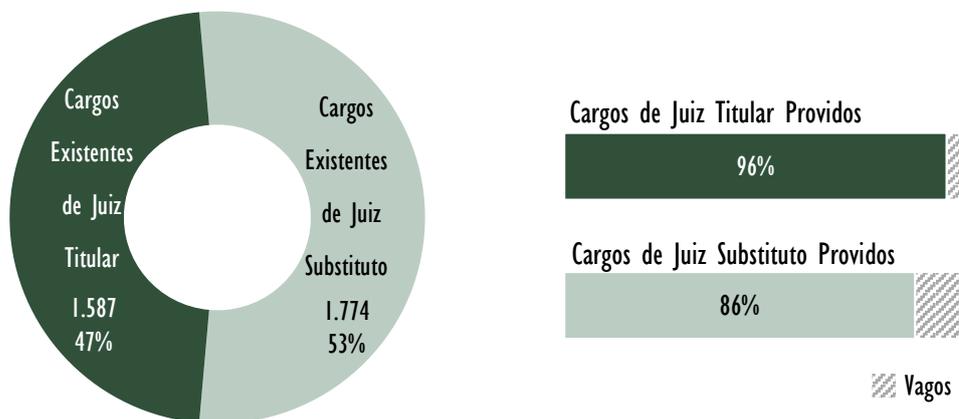


Tabela I.4. Cargos do Quadro Permanente da Justiça do Trabalho. 2018.

TST / Região Judiciária	Analista Judiciário			Técnico Judiciário			Auxiliar Judiciário			Total		
	Providos	Vagos	Total	Providos	Vagos	Total	Providos	Vagos	Total	Providos	Vagos	Total
TST	729	28	757	1.278	86	1.364	-	2	2	2.007	116	2.123
1ª - RJ	1.369	66	1.435	2.486	173	2.659	-	-	-	3.855	239	4.094
2ª - SP	2.536	151	2.687	2.951	219	3.170	-	-	-	5.487	370	5.857
3ª - MG	1.519	90	1.609	2.009	121	2.130	-	-	-	3.528	211	3.739
4ª - RS	1.297	87	1.384	1.994	121	2.115	19	22	41	3.310	230	3.540
5ª - BA	833	47	880	1.278	105	1.383	9	10	19	2.120	162	2.282
6ª - PE	531	47	578	1.072	99	1.171	5	-	5	1.608	146	1.754
7ª - CE	342	12	354	538	24	562	2	4	6	882	40	922
8ª - AP e PA	478	24	502	797	49	846	2	8	10	1.277	81	1.358
9ª - PR	940	40	980	1.397	75	1.472	13	13	26	2.350	128	2.478
10ª - DF e TO	453	25	478	583	48	631	3	2	5	1.039	75	1.114
11ª - AM e RR	295	33	328	629	81	710	7	3	10	931	117	1.048
12ª - SC	565	45	610	942	74	1.016	4	3	7	1.511	122	1.633
13ª - PB	251	20	271	721	91	812	2	33	35	974	144	1.118
14ª - AC e RO	213	6	219	511	45	556	2	-	2	726	51	777
15ª - SP/Campinas	1.142	70	1.212	2.024	112	2.136	4	2	6	3.170	184	3.354
16ª - MA	215	11	226	319	10	329	-	-	-	534	21	555
17ª - ES	304	9	313	400	-	400	-	4	4	704	13	717
18ª - GO	700	14	714	618	7	625	3	2	5	1.321	23	1.344
19ª - AL	189	6	195	329	4	333	2	1	3	520	11	531
20ª - SE	134	8	142	258	16	274	-	-	-	392	24	416
21ª - RN	271	15	286	370	18	388	1	-	1	642	33	675
22ª - PI	123	1	124	217	1	218	1	-	1	341	2	343
23ª - MT	371	11	382	436	9	445	8	2	10	815	22	837
24ª - MS	192	11	203	338	15	353	2	-	2	532	26	558
Total	15.992	877	16.869	24.495	1.603	26.098	89	111	200	40.576	2.591	43.167

Nota: Sinal convencional utilizado:
 - Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Figura I.7. Cargos do Quadro Permanente da Justiça do Trabalho. 2018.

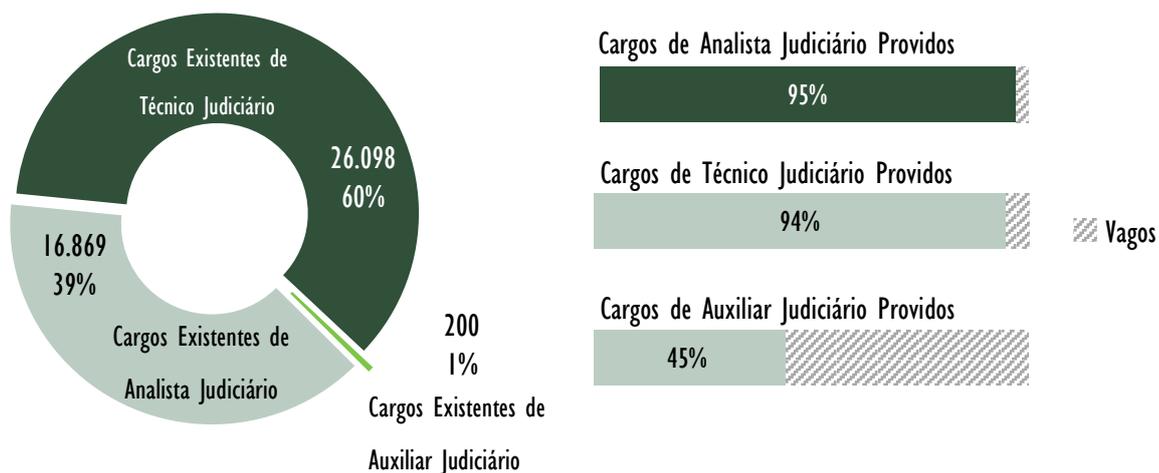


Tabela 1.5. Servidores em Atividade nos Tribunais Regionais do Trabalho. 2018.

TRT	Quadro Permanente	%	Requisitados	%	Exclusivamente Cargos em Comissão	%	Removidos	%	Total
1ª - RJ	1.531	93,0%	35	2,1%	32	1,9%	48	2,9%	1.646
2ª - SP	1.921	96,7%	3	0,2%	10	0,5%	52	2,6%	1.986
3ª - MG	1.253	94,2%	17	1,3%	21	1,6%	39	2,9%	1.330
4ª - RS	1.225	98,0%	-	-	6	0,5%	19	1,5%	1.250
5ª - BA	803	92,4%	17	2,0%	7	0,8%	42	4,8%	869
6ª - PE	762	89,2%	61	7,1%	5	0,6%	26	3,0%	854
7ª - CE	421	87,7%	20	4,2%	6	1,3%	33	6,9%	480
8ª - PA e AP	434	96,9%	2	0,4%	7	1,6%	5	1,1%	448
9ª - PR	963	96,8%	-	-	3	0,3%	29	2,9%	995
10ª - DF e TO	464	90,3%	34	6,6%	2	0,4%	14	2,7%	514
11ª - AM e RR	456	97,9%	4	0,9%	1	0,2%	5	1,1%	466
12ª - SC	625	95,3%	3	0,5%	2	0,3%	26	4,0%	656
13ª - PB	465	93,8%	22	4,4%	9	1,8%	-	-	496
14ª - RO e AC	312	97,5%	4	1,3%	4	1,3%	-	-	320
15ª - Campinas/SP	1.182	93,2%	16	1,3%	11	0,9%	59	4,7%	1.268
16ª - MA	240	88,6%	18	6,6%	4	1,5%	9	3,3%	271
17ª - ES	328	88,2%	9	2,4%	2	0,5%	33	8,9%	372
18ª - GO	596	86,6%	63	9,2%	-	-	29	4,2%	688
19ª - AL	211	82,7%	17	6,7%	2	0,8%	25	9,8%	255
20ª - SE	178	86,8%	6	2,9%	-	-	21	10,2%	205
21ª - RN	301	88,0%	16	4,7%	4	1,2%	21	6,1%	342
22ª - PI	201	80,1%	31	12,4%	4	1,6%	15	6,0%	251
23ª - MT	281	96,9%	6	2,1%	-	-	3	1,0%	290
24ª - MS	277	91,7%	12	4,0%	1	0,3%	12	4,0%	302
Total	15.430	93,2%	416	2,5%	143	0,9%	565	3,4%	16.554

Notas: 1) % Percentual sobre o total de servidores em atividade em cada TRT
 2) Sinal convencional utilizado:
 - Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento

Figura 1.8. Servidores em Atividade no TST. 2018.

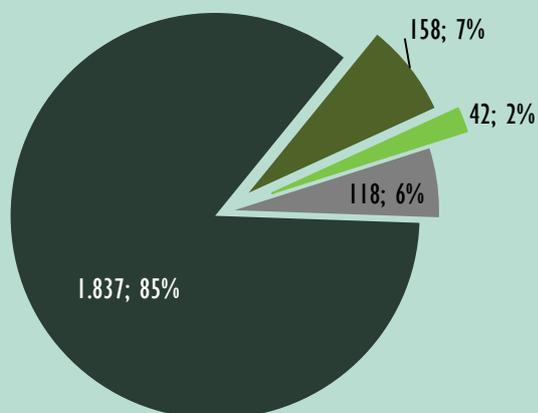


Figura 1.9. Servidores em Atividade nos TRTs. 2018.

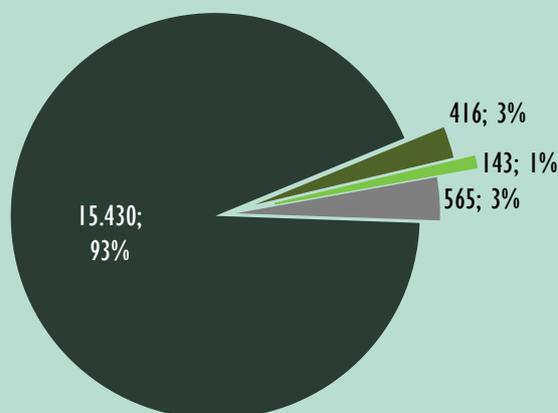


Tabela I.6. Servidores em Atividade nas Varas do Trabalho. 2018.

Região Judiciária	Quadro Permanente	%	Requisitados	%	Exclusivamente Cargos em Comissão	%	Removidos	%	Total
1ª - RJ	2.150	96,0%	3	0,1%	-	-	86	3,8%	2.239
2ª - SP	3.238	96,7%	3	0,1%	-	-	108	3,2%	3.349
3ª - MG	2.169	90,0%	134	5,6%	4	0,2%	104	4,3%	2.411
4ª - RS	1.999	97,4%	1	0,0%	-	-	52	2,5%	2.052
5ª - BA	1.222	86,8%	115	8,2%	1	0,1%	70	5,0%	1.408
6ª - PE	823	83,1%	112	11,3%	-	-	55	5,6%	990
7ª - CE	427	82,4%	49	9,5%	1	0,2%	41	7,9%	518
8ª - PA e AP	822	98,9%	2	0,2%	-	-	7	0,8%	831
9ª - PR	1.280	94,0%	2	0,1%	-	-	80	5,9%	1.362
10ª - DF e TO	489	81,6%	85	14,2%	3	0,5%	22	3,7%	599
11ª - AM e RR	443	89,9%	36	7,3%	4	0,8%	10	2,0%	493
12ª - SC	825	94,2%	2	0,2%	-	-	49	5,6%	876
13ª - PB	467	97,3%	13	2,7%	-	-	-	-	480
14ª - RO e AC	388	96,0%	16	4,0%	-	-	-	-	404
15ª - Campinas/SP	1.834	79,2%	335	14,5%	-	-	147	6,3%	2.316
16ª - MA	251	87,5%	17	5,9%	3	1,0%	16	5,6%	287
17ª - ES	327	84,1%	41	10,5%	-	-	21	5,4%	389
18ª - GO	642	90,3%	30	4,2%	-	-	39	5,5%	711
19ª - AL	259	72,5%	45	12,6%	1	0,3%	52	14,6%	357
20ª - SE	192	83,8%	5	2,2%	-	-	32	14,0%	229
21ª - RN	299	85,4%	21	6,0%	5	1,4%	25	7,1%	350
22ª - PI	128	67,0%	49	25,7%	-	-	14	7,3%	191
23ª - MT	444	91,5%	29	6,0%	-	-	12	2,5%	485
24ª - MS	223	75,3%	59	19,9%	2	0,7%	12	4,1%	296
Total	21.341	90,3%	1.204	5,1%	24	0,1%	1.054	4,5%	23.623

Notas: 1) % Percentual sobre o total de servidores em atividade na Região Judiciária.
 2) Incluídos os servidores em atividade nos Foros Trabalhistas, Postos Avançados e Varas Itinerantes.
 3) Sinal convencional utilizado:
 - Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Figura I.10. Servidores em Atividade nas Varas do Trabalho. 2018.

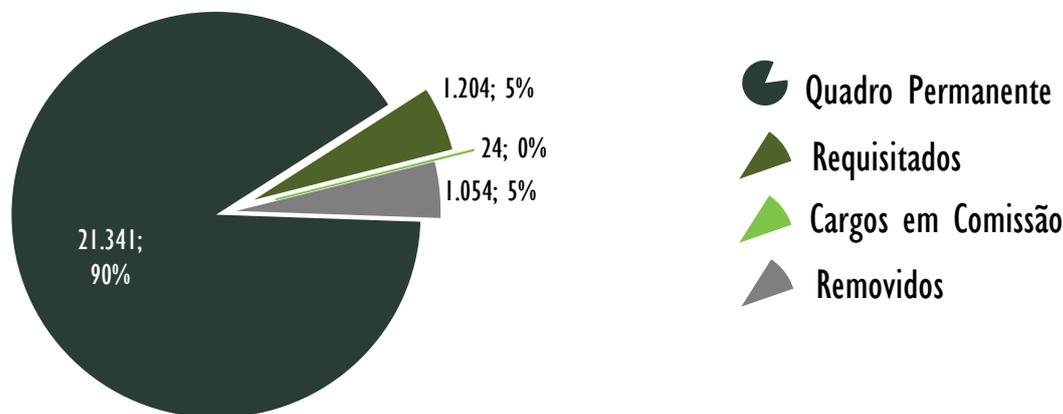


Tabela I.7. Servidores em Atividade na Área Judiciária e Administrativa. 2018.

TST / Região Judiciária	Área Judiciária				Área Administrativa		Total
	1ª Instância	2ª/3ª Instância	Subtotal	%	2ª/3ª Instância	%	
TST		1.380	1.380	64,0%	775	36,0%	2.155
1ª - RJ	2.239	724	2.963	76,3%	922	23,7%	3.885
2ª - SP	3.349	1.047	4.396	82,4%	939	17,6%	5.335
3ª - MG	2.411	613	3.024	80,8%	717	19,2%	3.741
4ª - RS	2.052	681	2.733	82,8%	569	17,2%	3.302
5ª - BA	1.408	435	1.843	80,9%	434	19,1%	2.277
6ª - PE	990	341	1.331	72,2%	513	27,8%	1.844
7ª - CE	518	183	701	70,2%	297	29,8%	998
8ª - PA e AP	831	149	980	76,6%	299	23,4%	1.279
9ª - PR	1.362	536	1.898	80,5%	459	19,5%	2.357
10ª - DF e TO	599	243	842	75,7%	271	24,3%	1.113
11ª - AM e RR	493	151	644	67,2%	315	32,8%	959
12ª - SC	876	268	1.144	74,7%	388	25,3%	1.532
13ª - PB	480	177	657	67,3%	319	32,7%	976
14ª - RO e AC	404	101	505	69,8%	219	30,2%	724
15ª - Campinas/SP	2.316	652	2.968	82,8%	616	17,2%	3.584
16ª - MA	287	118	405	72,6%	153	27,4%	558
17ª - ES	389	182	571	75,0%	190	25,0%	761
18ª - GO	711	230	941	67,3%	458	32,7%	1.399
19ª - AL	357	72	429	70,1%	183	29,9%	612
20ª - SE	229	62	291	67,1%	143	32,9%	434
21ª - RN	350	135	485	70,1%	207	29,9%	692
22ª - PI	191	120	311	70,4%	131	29,6%	442
23ª - MT	485	114	599	77,3%	176	22,7%	775
24ª - MS	296	148	444	74,2%	154	25,8%	598
Total	23.623	8.862	32.485	76,7%	9.847	23,3%	42.332

Nota: Percentual calculado sobre o total de cargos.

Figura I.11. Servidores da Justiça do Trabalho na Área Judiciária e Administrativa. 2018.

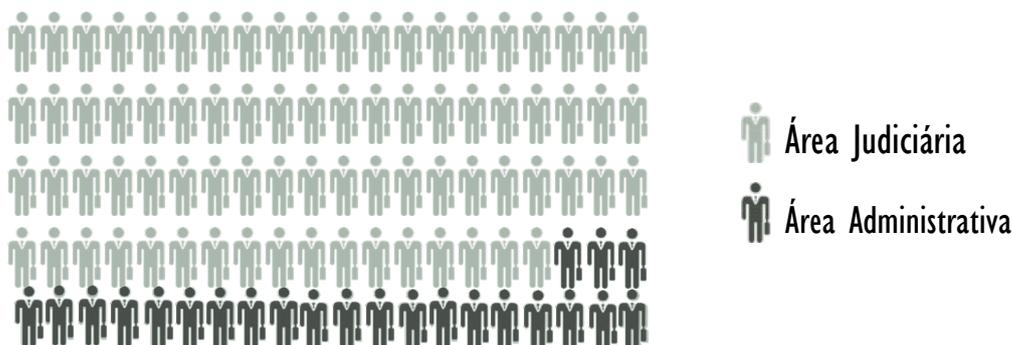


Tabela 1.8. Força de Trabalho nas Regiões Judiciárias. 2017-2018.

TST / Região Judiciária	Magistrados			Servidores			Total		
	2017	2018	%	2017	2018	%	2017	2018	%
TST	27	27	0,0%	2.168	2.155	-0,6%	2.195	2.182	-0,6%
1ª - RJ	330	320	-3,0%	3.976	3.885	-2,3%	4.306	4.205	-2,3%
2ª - SP	540	536	-0,7%	5.358	5.335	-0,4%	5.898	5.871	-0,5%
3ª - MG	319	313	-1,9%	3.787	3.741	-1,2%	4.106	4.054	-1,3%
4ª - RS	293	289	-1,4%	3.333	3.302	-0,9%	3.626	3.591	-1,0%
5ª - BA	213	213	0,0%	2.292	2.277	-0,7%	2.505	2.490	-0,6%
6ª - PE	156	151	-3,2%	1.854	1.844	-0,5%	2.010	1.995	-0,7%
7ª - CE	83	81	-2,4%	1.001	998	-0,3%	1.084	1.079	-0,5%
8ª - PA e AP	117	117	0,0%	1.301	1.279	-1,7%	1.418	1.396	-1,6%
9ª - PR	212	208	-1,9%	2.368	2.357	-0,5%	2.580	2.565	-0,6%
10ª - DF e TO	103	101	-1,9%	1.154	1.113	-3,6%	1.257	1.214	-3,4%
11ª - AM e RR	61	61	0,0%	975	959	-1,6%	1.036	1.020	-1,5%
12ª - SC	130	129	-0,8%	1.558	1.532	-1,7%	1.688	1.661	-1,6%
13ª - PB	70	70	0,0%	987	976	-1,1%	1.057	1.046	-1,0%
14ª - RO e AC	62	61	-1,6%	745	724	-2,8%	807	785	-2,7%
15ª - Campinas/SP	417	404	-3,1%	3.633	3.584	-1,3%	4.050	3.988	-1,5%
16ª - MA	57	57	0,0%	565	558	-1,2%	622	615	-1,1%
17ª - ES	67	65	-3,0%	768	761	-0,9%	835	826	-1,1%
18ª - GO	107	105	-1,9%	1.443	1.399	-3,0%	1.550	1.504	-3,0%
19ª - AL	51	52	2,0%	619	612	-1,1%	670	664	-0,9%
20ª - SE	37	37	0,0%	438	434	-0,9%	475	471	-0,8%
21ª - RN	55	55	0,0%	688	692	0,6%	743	747	0,5%
22ª - PI	37	37	0,0%	413	442	7,0%	450	479	6,4%
23ª - MT	81	81	0,0%	782	775	-0,9%	863	856	-0,8%
24ª - MS	62	61	-1,6%	606	598	-1,3%	668	661	-1,0%
Total	3.687	3.631	-1,5%	42.812	42.332	-1,1%	46.499	45.965	-1,1%

Figura 1.12. Força de Trabalho da JT. 2017-2018.



Figura 1.13. Produtividade da JT. 2017-2018.

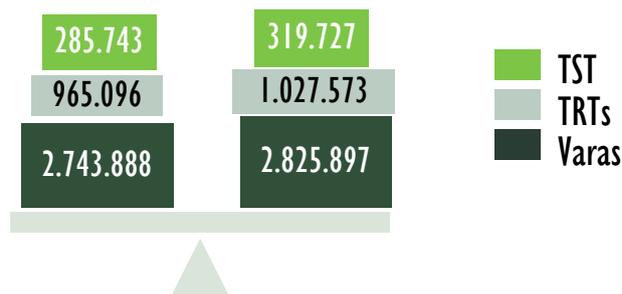
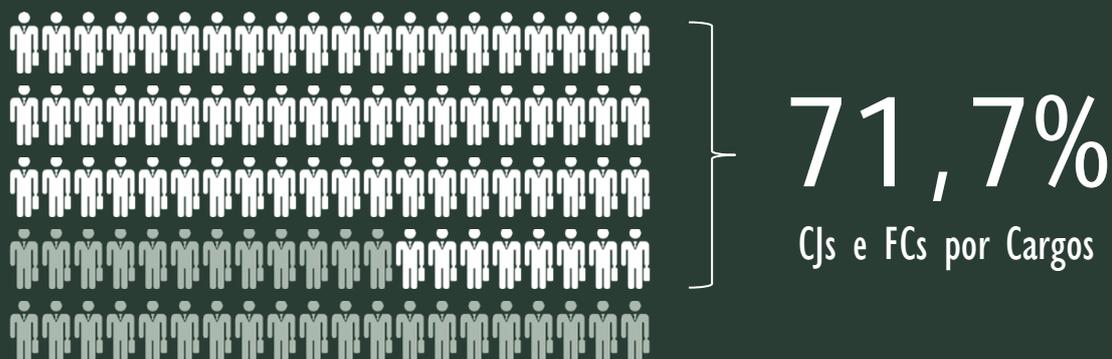


Tabela 1.9. Quadro de Funções Comissionadas Existentes na Justiça do Trabalho. 2018.

TST / Região Judiciária	Funções Comissionadas						Subtotal	
	FC 1	FC 2	FC 3	FC 4	FC 5	FC 6	Qtd	%
TST	-	250	448	478	510	157	1.843	87,2%
1ª - RJ	-	292	297	662	1.164	3	2.418	83,1%
2ª - SP	149	807	503	257	914	-	2.630	78,8%
3ª - MG	292	268	454	460	972	329	2.775	89,5%
4ª - RS	43	318	197	445	666	-	1.669	84,0%
5ª - BA	-	346	205	517	498	-	1.566	90,7%
6ª - PE	4	226	123	318	430	20	1.121	87,3%
7ª - CE	12	58	121	133	206	5	535	86,2%
8ª - AP e PA	4	113	32	218	313	19	699	85,0%
9ª - PR	8	163	136	435	658	25	1.425	81,6%
10ª - DF e TO	43	72	145	203	164	96	723	87,1%
11ª - AM e RR	9	63	96	137	290	27	622	89,6%
12ª - SC	17	116	82	392	247	4	858	78,3%
13ª - PB	5	48	131	188	234	59	665	89,6%
14ª - AC e RO	-	23	9	169	286	15	502	88,4%
15ª - SP/Campinas	232	719	164	584	765	-	2.464	87,6%
16ª - MA	32	38	68	80	99	-	317	86,1%
17ª - ES	24	41	29	437	-	-	531	88,6%
18ª - GO	-	134	91	227	244	24	720	86,9%
19ª - AL	-	102	58	139	81	-	380	87,4%
20ª - SE	10	31	57	53	97	-	248	85,5%
21ª - RN	-	28	15	122	146	-	311	84,3%
22ª - PI	49	53	30	102	15	-	249	86,5%
23ª - MT	75	2	28	111	211	-	427	83,1%
24ª - MS	44	62	229	88	332	1	756	88,0%
Total	1.052	4.373	3.748	6.955	9.542	784	26.454	85,5%

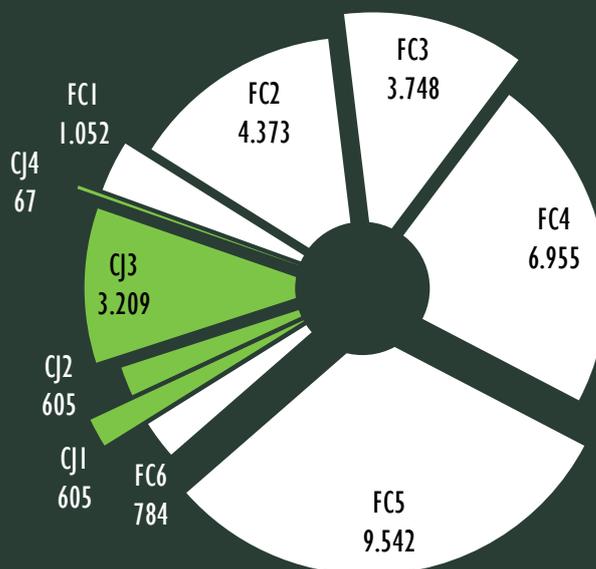
Nota: Sinal convencional utilizado:
- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Figura 1.14. Proporção entre Cargos e Funções Comissionadas e Cargos Efetivos. Justiça do Trabalho. 2018.



Cargos em Comissão						Total	
CJ 1	CJ 2	CJ 3	CJ 4	Subtotal		Qtd	%
				Qtd	%		
44	37	186	4	271	12,8%	2.114	6,8%
148	50	289	3	490	16,9%	2.908	9,4%
4	149	550	3	706	21,2%	3.336	10,8%
-	4	317	3	324	10,5%	3.099	10,0%
23	81	212	3	319	16,0%	1.988	6,4%
-	20	137	3	160	9,3%	1.726	5,6%
24	11	126	2	163	12,7%	1.284	4,1%
23	1	60	2	86	13,8%	621	2,0%
12	18	91	2	123	15,0%	822	2,7%
123	11	184	4	322	18,4%	1.747	5,6%
30	15	59	3	107	12,9%	830	2,7%
2	9	58	3	72	10,4%	694	2,2%
97	45	93	3	238	21,7%	1.096	3,5%
-	11	63	3	77	10,4%	742	2,4%
-	11	53	2	66	11,6%	568	1,8%
29	34	284	3	350	12,4%	2.814	9,1%
-	13	36	2	51	13,9%	368	1,2%
18	1	47	2	68	11,4%	599	1,9%
9	7	90	3	109	13,1%	829	2,7%
-	11	42	2	55	12,6%	435	1,4%
-	10	30	2	42	14,5%	290	0,9%
4	14	38	2	58	15,7%	369	1,2%
-	9	27	3	39	13,5%	288	0,9%
15	15	55	2	87	16,9%	514	1,7%
-	18	82	3	103	12,0%	859	2,8%
605	605	3.209	67	4.486	14,5%	30.940	100,0%

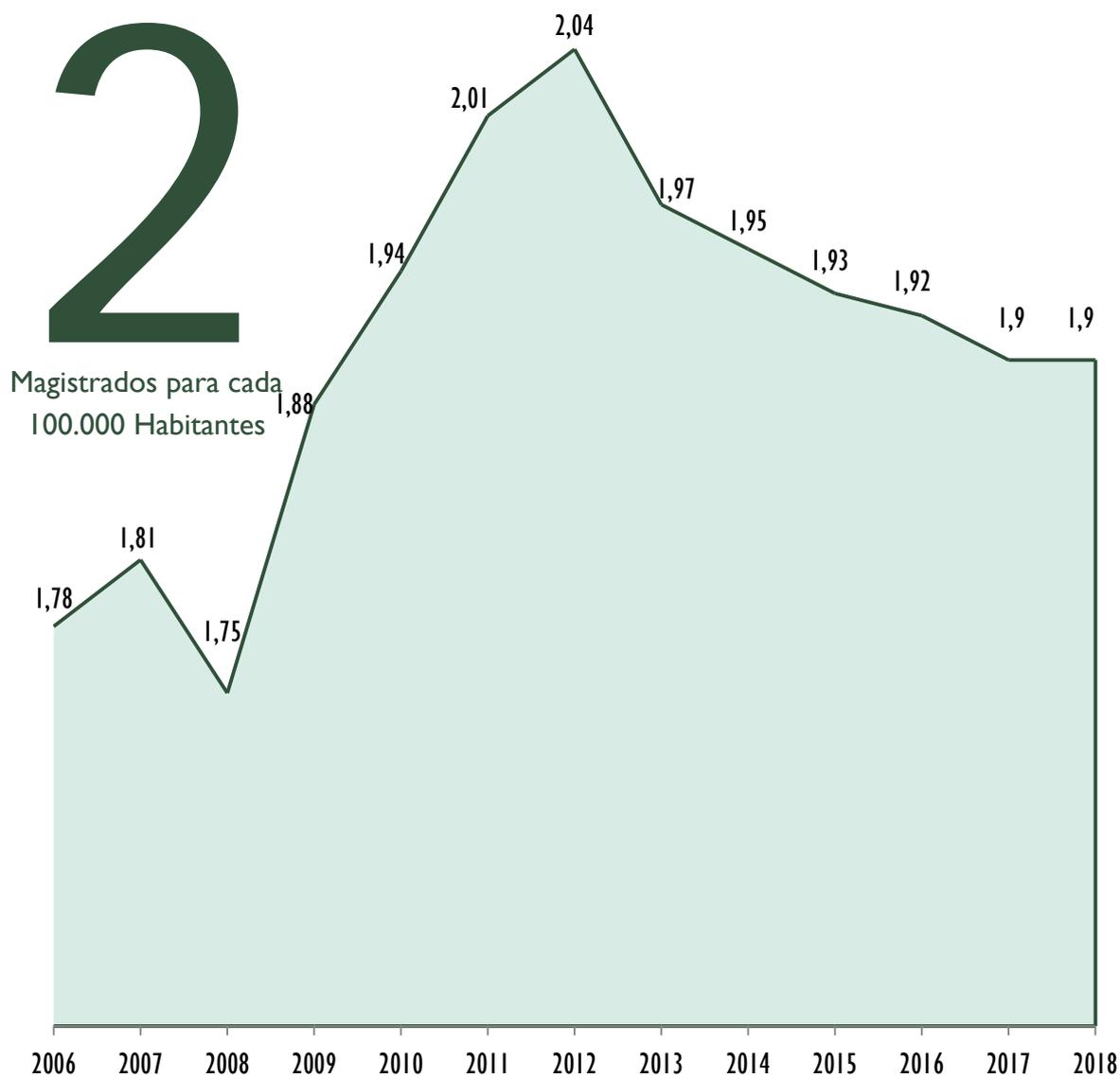
Figura 1.15. Cargos e Funções Comissionadas na Justiça do Trabalho, 2018.



I.3. Magistrados por 100.000 Habitantes

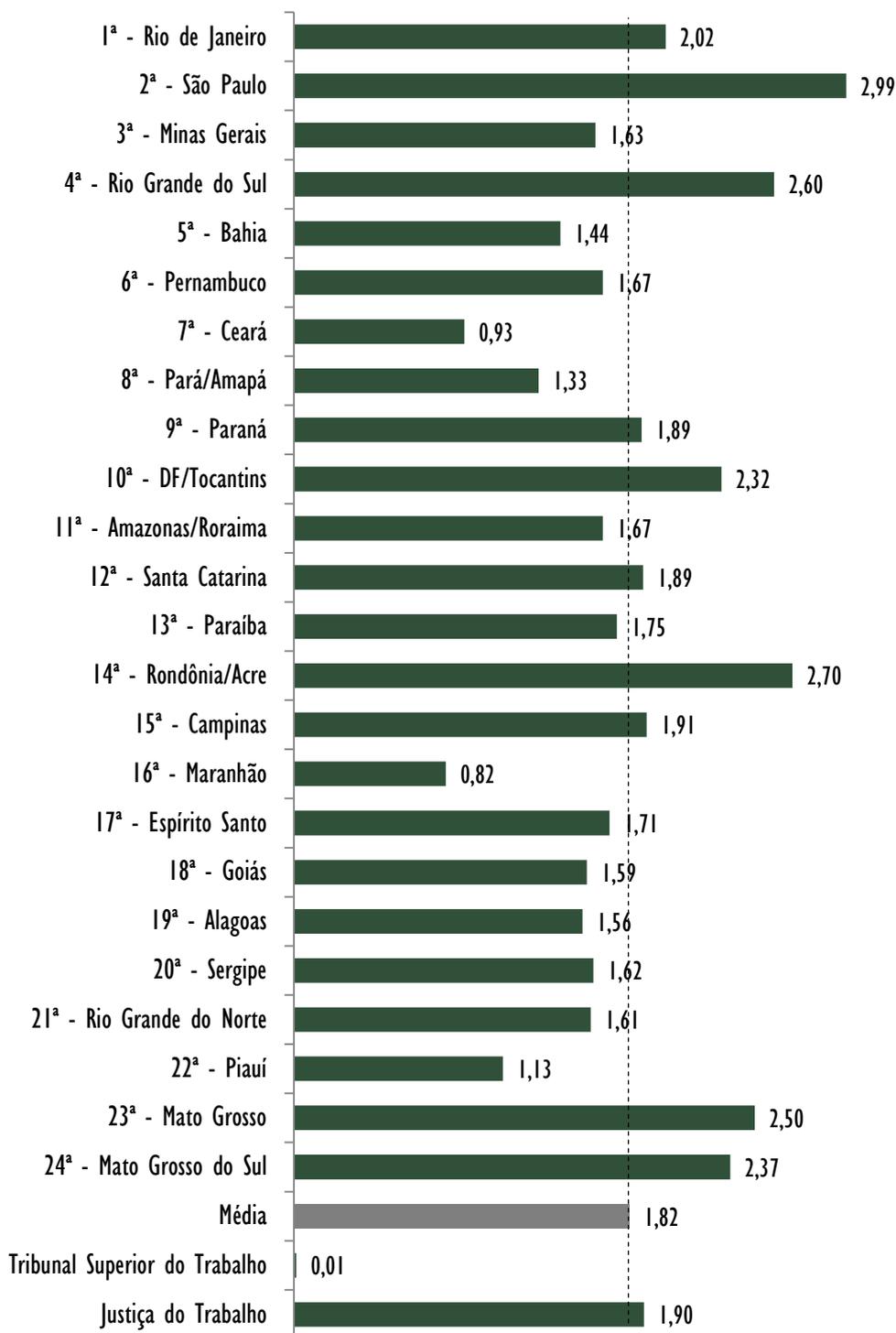
Considerando o total de cargos existentes na Justiça do Trabalho, há 1,9 magistrados para cada 100.000 habitantes, o mesmo quantitativo que em 2017.

Figura I.16. Magistrados a cada 100.000 Habitantes. Justiça do Trabalho. 2006-2018.



A média entre as Regiões Judiciárias foi de 1,8 magistrados a cada 100.000 habitantes. Dentre os 24 TRTs, 10 apresentaram o indicador acima dessa média: 1ª, 2ª, 4ª, 9ª, 10ª, 12ª, 14ª, 15ª, 23ª e 24ª Regiões. A 2ª Região apresentou o maior quantitativo, 3,0, e a 16ª Região, o menor, 0,8.

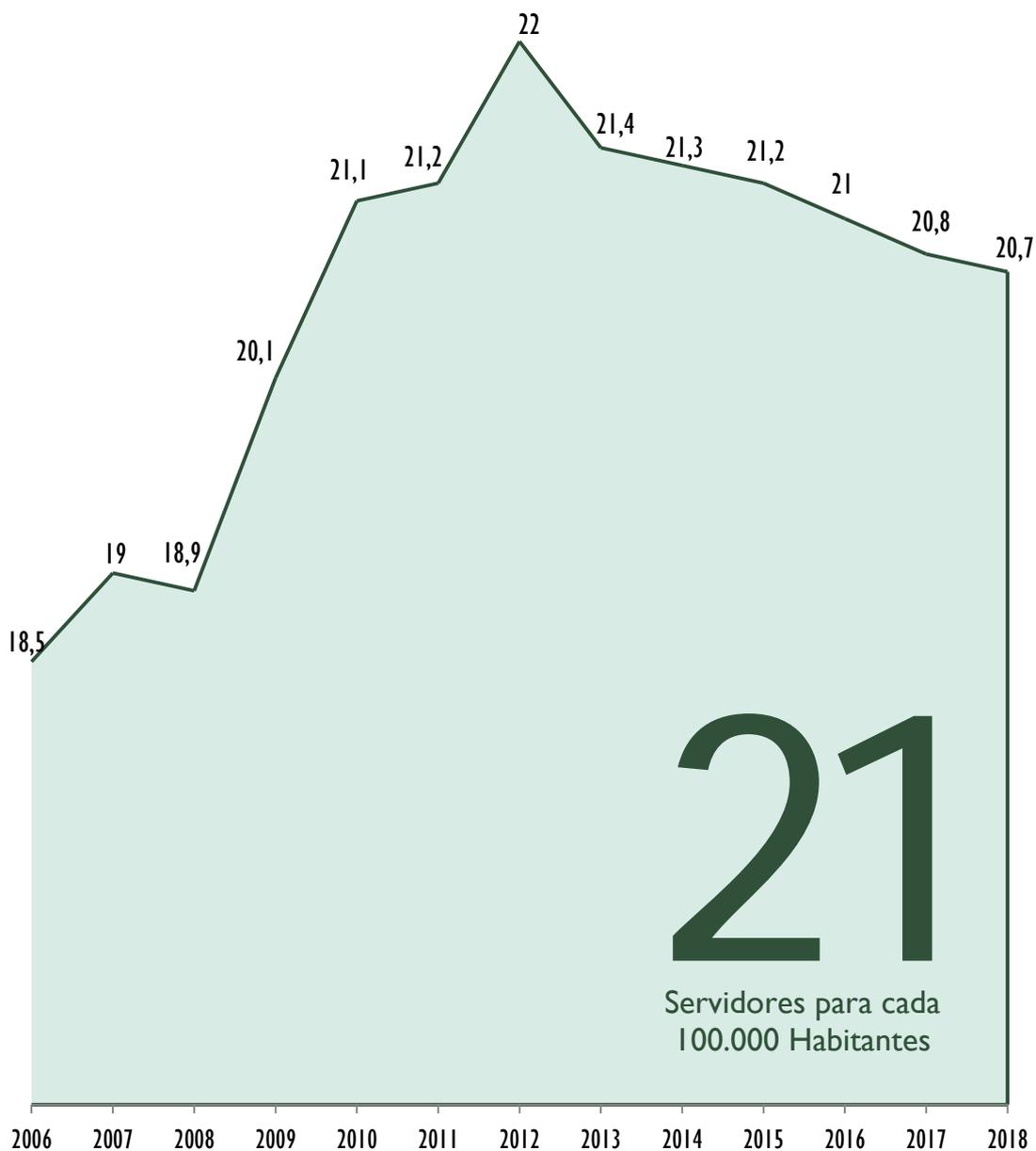
Figura 1.17. Magistrados a cada 100.000 Habitantes. Justiça do Trabalho. 2018.



I.4. Servidores por 100.000 habitantes

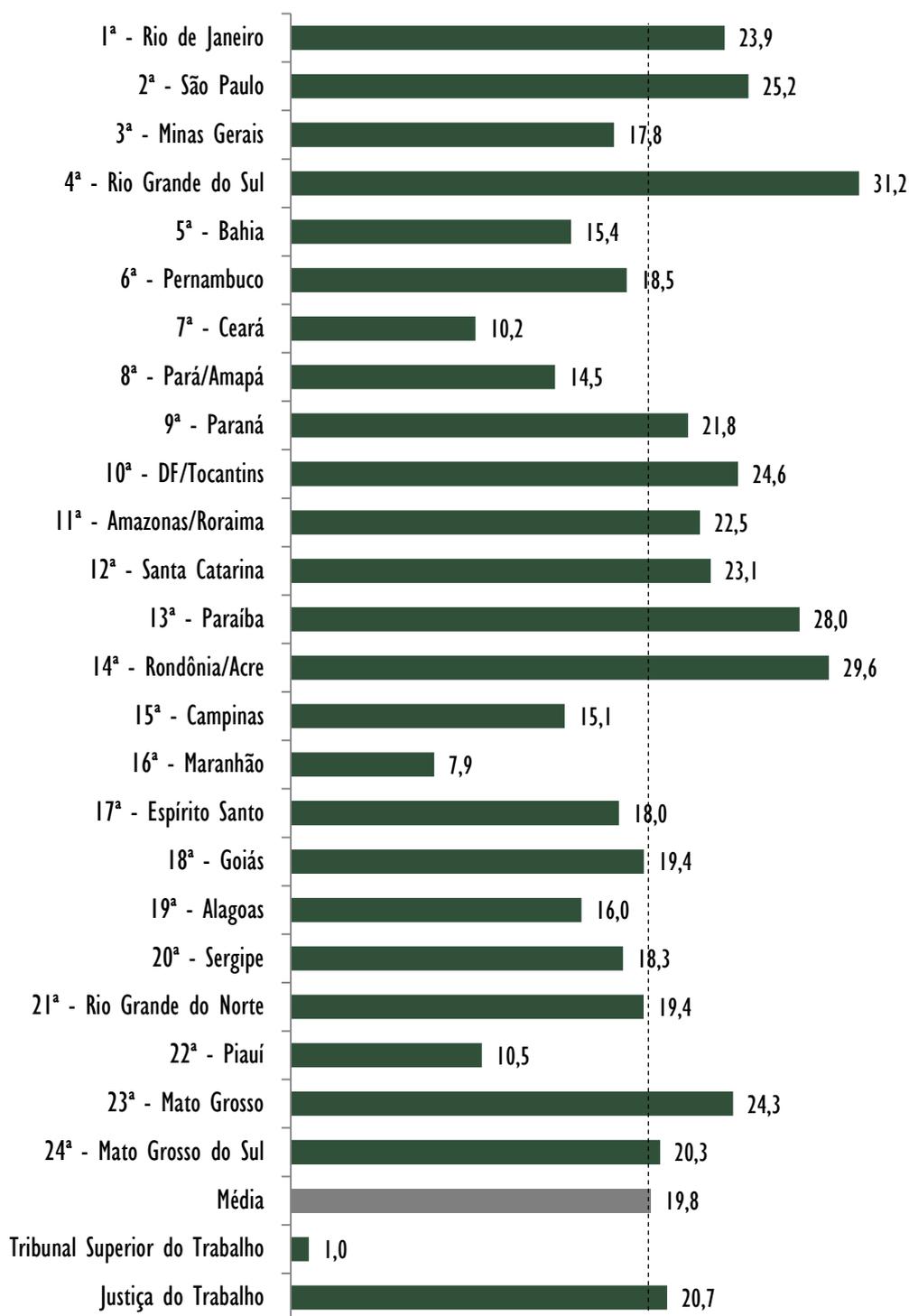
Considerando o total de cargos existentes na Justiça do Trabalho, há 20,7 servidores para cada 100.000 habitantes, 0,5% a menos que em 2017.

Figura I.18. Servidores a cada 100.000 Habitantes. Justiça do Trabalho. 2006-2018.



A média entre as Regiões Judiciárias foi de 19,8 servidores a cada 100.000 habitantes. Dentre os 24 TRTs, 11 apresentaram o indicador acima dessa média: 1ª, 2ª, 4ª, 9ª, 10ª, 11ª, 12ª, 13ª, 14ª, 23ª e 24ª Regiões. A 4ª Região apresentou o maior quantitativo, 31,2, e a 16ª Região, o menor, 7,9.

Figura 1.19. Servidores a cada 100.000 Habitantes. Justiça do Trabalho. 2018.

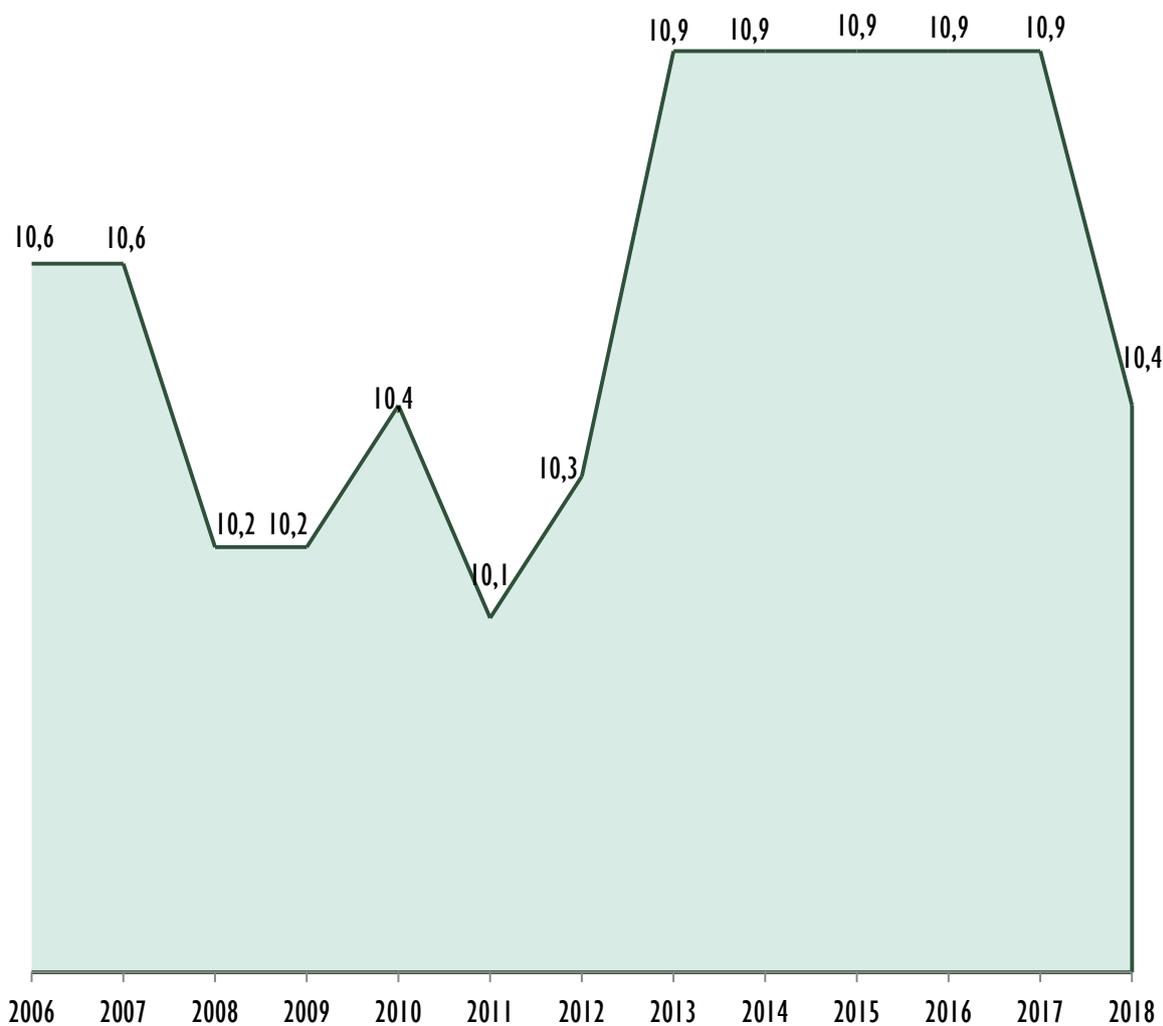


I.5. Servidores do Quadro Permanente por Magistrado

Considerando o total de cargos existentes na Justiça do Trabalho, há 10,4 servidores do Quadro Permanente para cada magistrado, 4,6% a menos que em 2017.

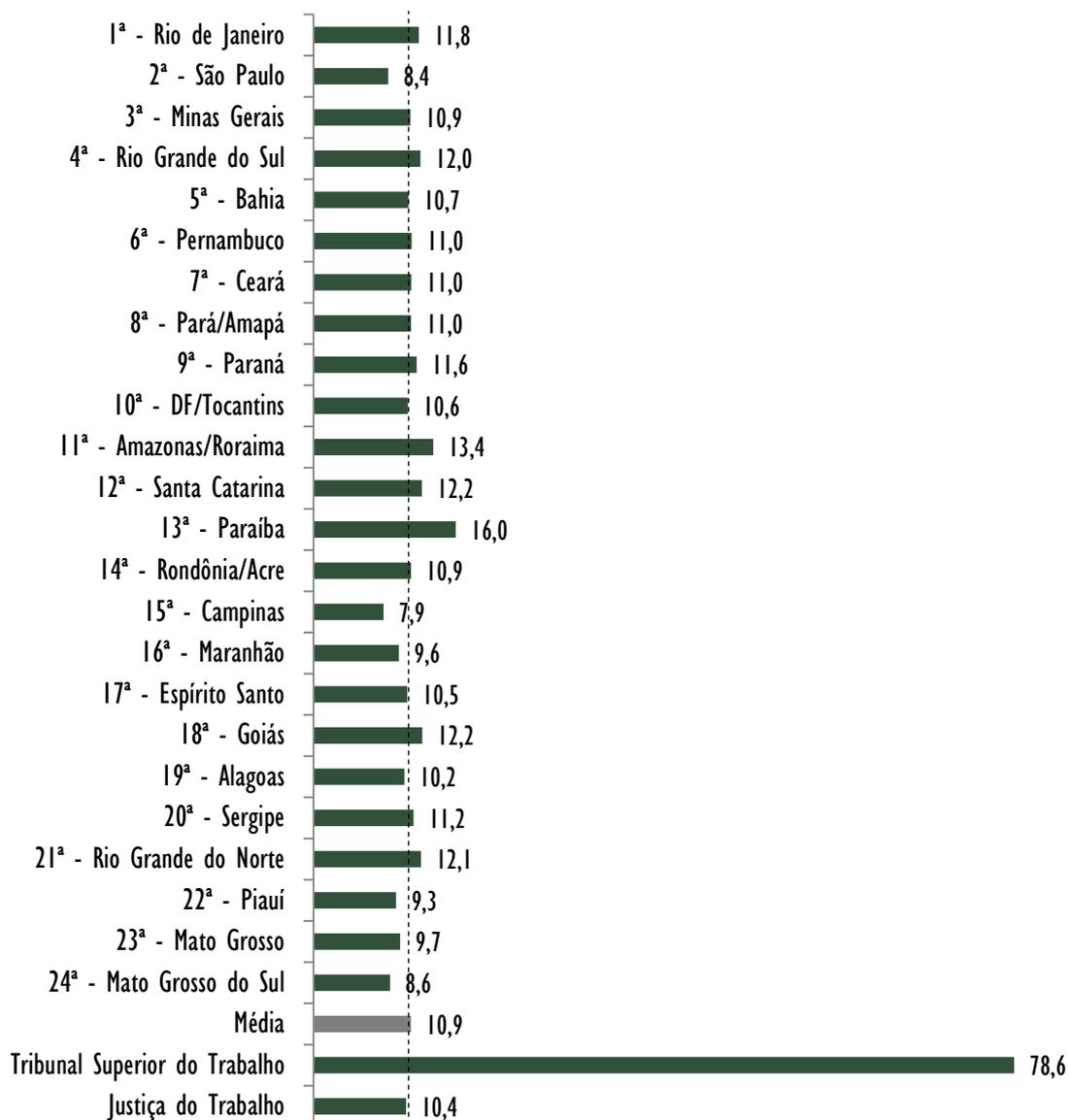


Figura I.20. Servidores do Quadro Permanente por Magistrado. Justiça do Trabalho. 2006-2018.



Houve uma redução de apenas 0,9% em relação a 2017, no quantitativo de Servidores do Quadro Permanente para cada magistrado nas Regiões Judiciárias. Dentre as Regiões Judiciárias, a com maior quantitativo de Servidores do Quadro Permanente por Magistrado foi a 13ª Região, com 16,0. Outras 12 Regiões apresentaram índices superiores à média nacional: 1ª, 4ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 11ª, 12ª, 13ª, 18ª, 20ª e 21ª Regiões.

Figura 1.21. Servidores do Quadro Permanente por Magistrado. Justiça do Trabalho. 2018.

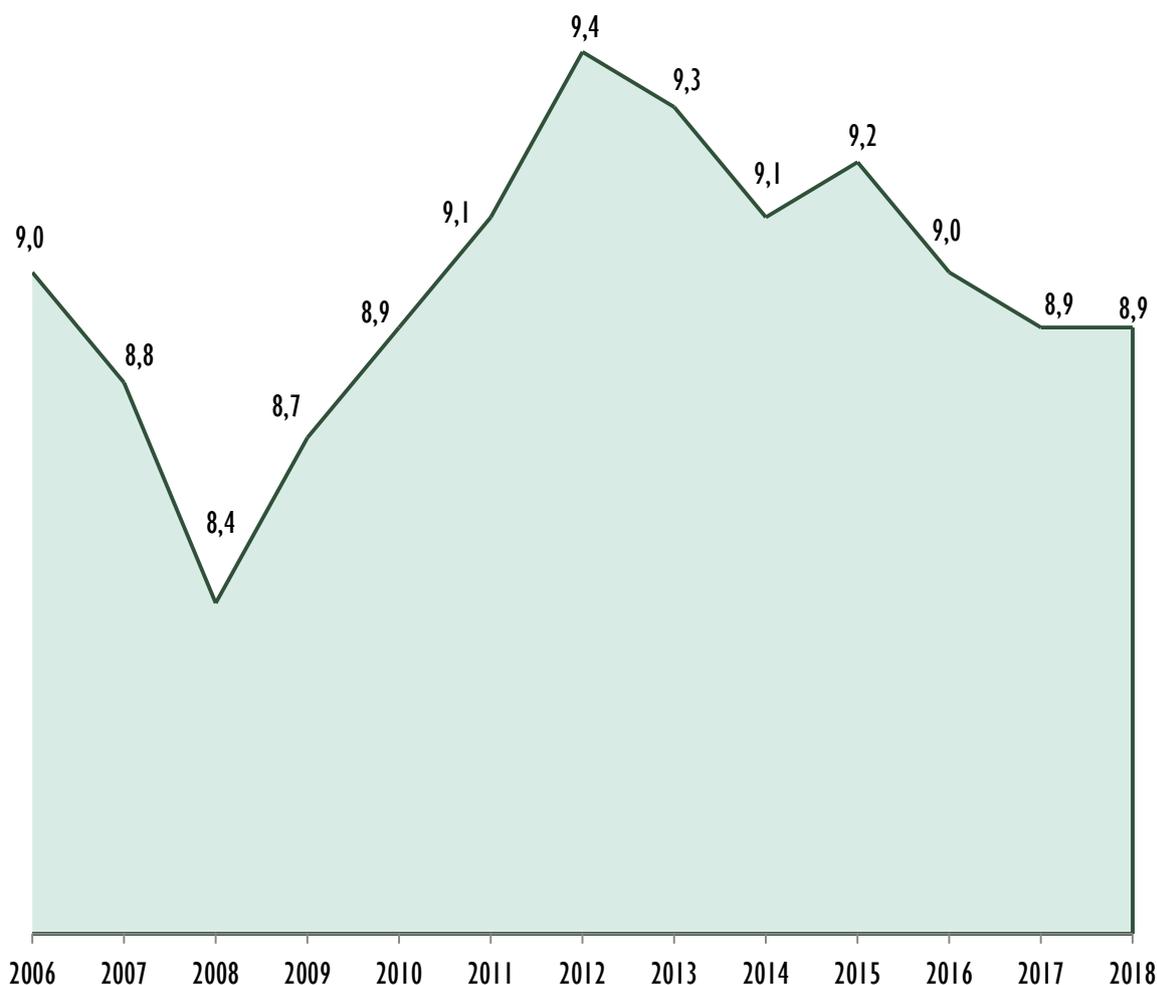


I.6. Servidores em Atividade na Área Judiciária por Magistrado

Considerando o total de servidores em atividade na Área Judiciária, há 8,9 servidores para cada magistrado da Justiça do Trabalho; o mesmo quantitativo que em 2017.

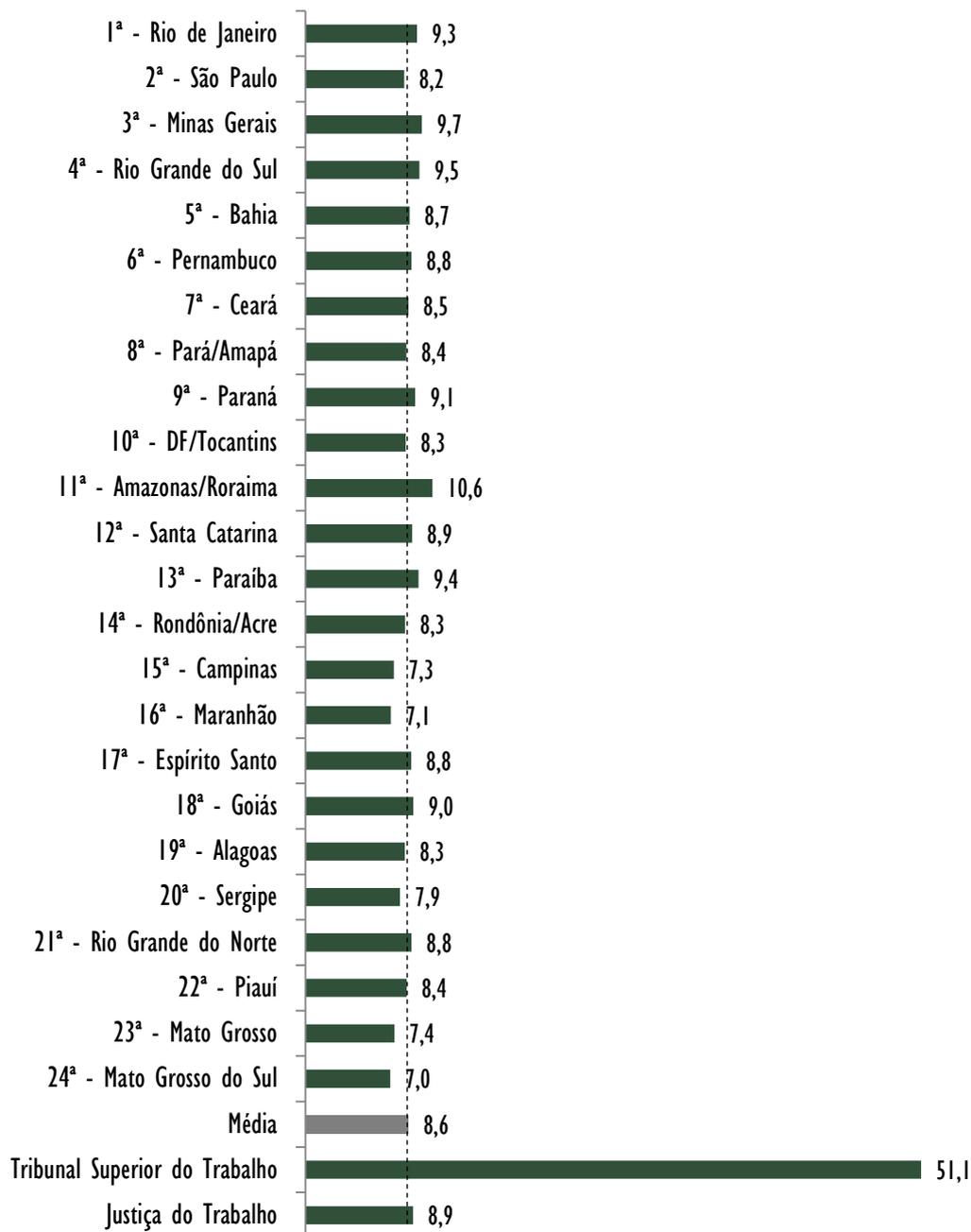


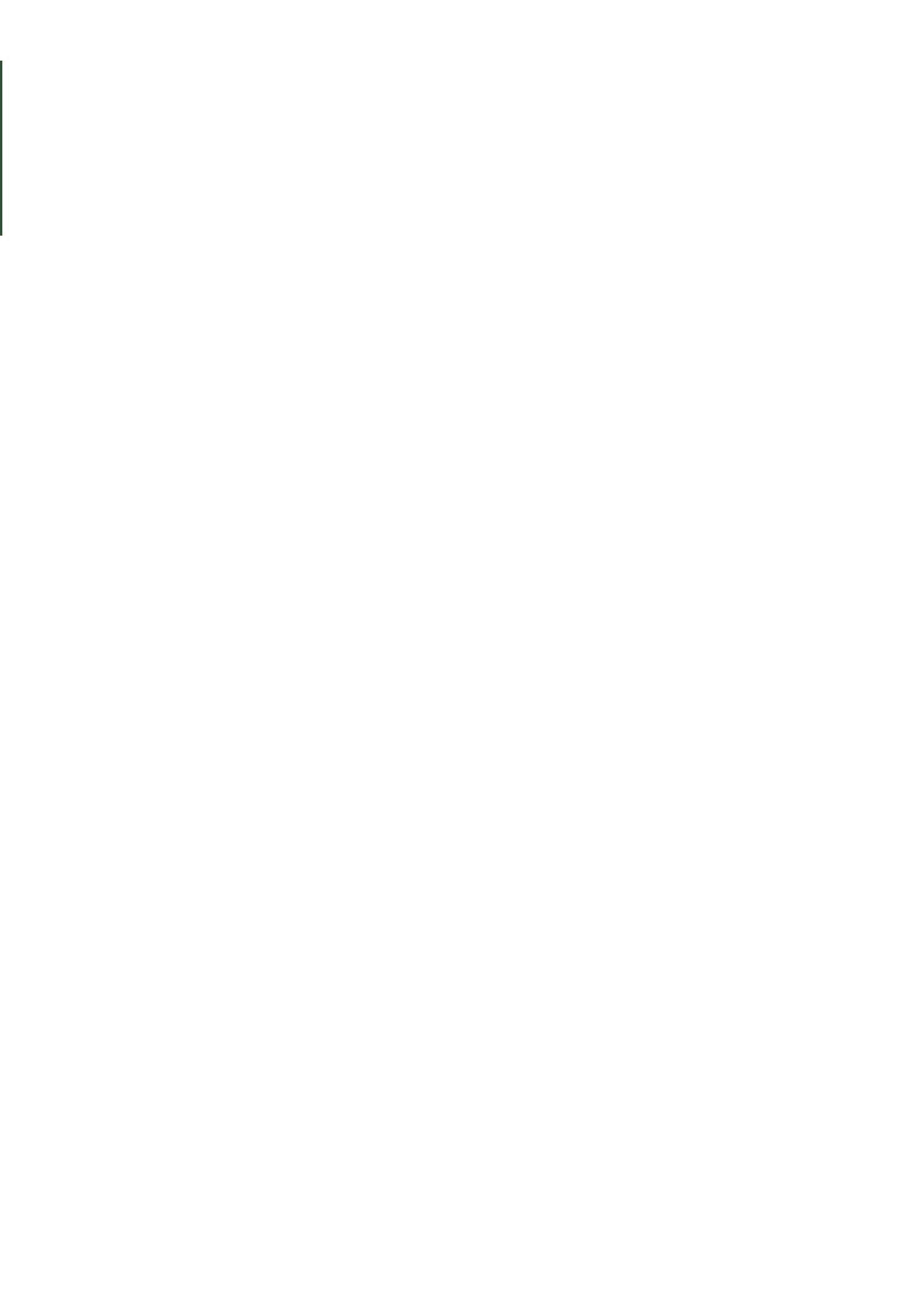
Figura I.22. Servidores em Atividade na Área Judiciária por Magistrado. Justiça do Trabalho. 2006-2018.



O quantitativo de Servidores em atividade na Área Judiciária para cada magistrado nas Regiões Judiciárias permaneceu o mesmo que em 2017. Dentre as Regiões Judiciárias, as com maiores quantitativos de Servidores na Área Judiciária por Magistrado foram a 11ª, 3ª e 4ª Regiões, com 10,6, 9,7 e 9,5 respectivamente. Outras 9 Regiões apresentaram índices superiores à média nacional: 1ª, 5ª, 6ª, 9ª, 12ª, 13ª, 17ª, 18ª e 21ª Regiões.

Figura 1.23. Servidores em Atividade na Área Judiciária por Magistrado. Justiça do Trabalho. 2018.





DESPESA, ARRECADAÇÃO E PAGAMENTOS

2

2.1. Despesa por Habitante

A despesa da Justiça do Trabalho, para cada habitante do País, foi de R\$ 96,37. Com a atualização do valor da despesa de 2017 pelo IPCA, verificou-se redução de 2,6% em relação ao ano anterior.

Figura 2.1. Despesa da Justiça do Trabalho por Habitante (em Reais). 2006-2018.

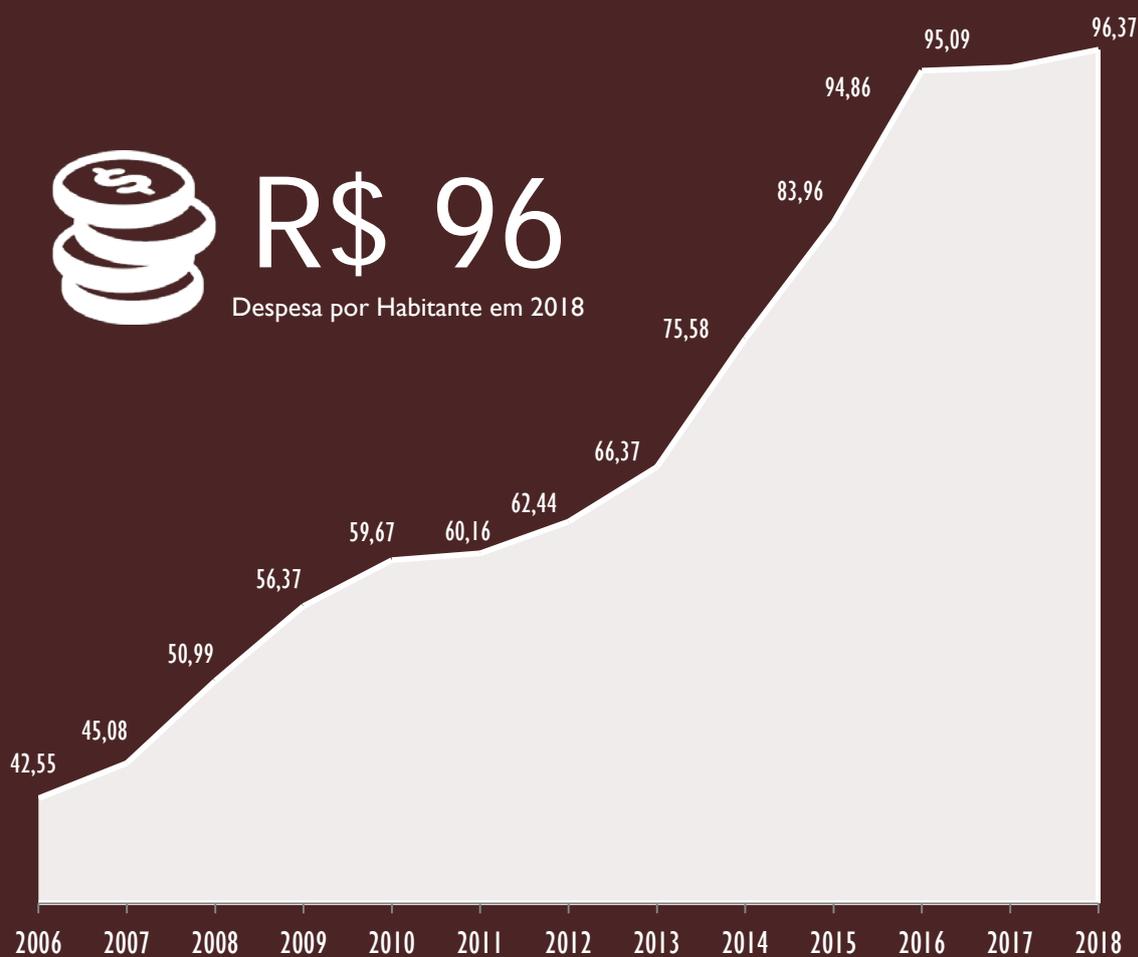
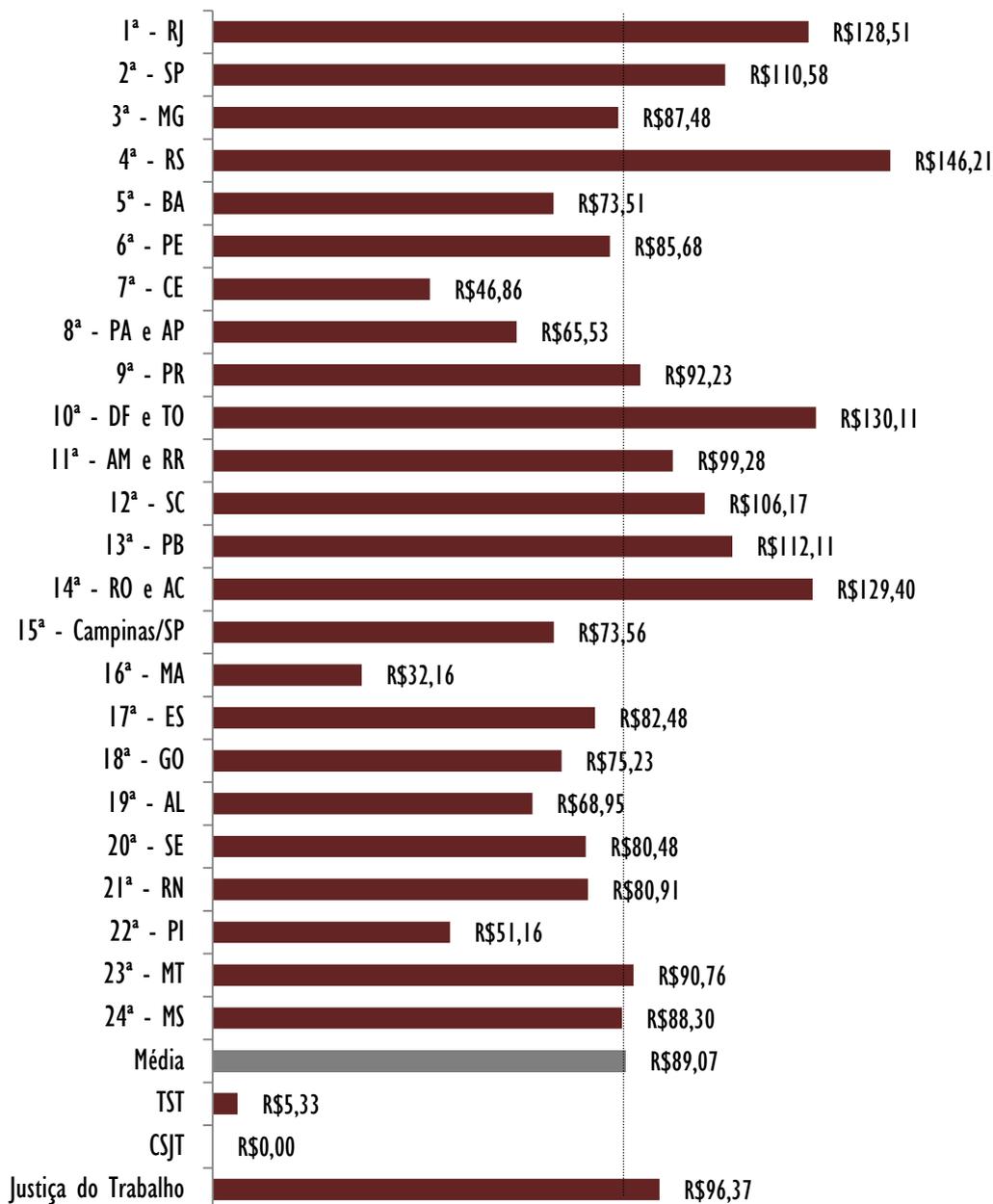


Figura 2.2. Despesa da Justiça do Trabalho por Habitante (em Reais). 2018.



Dez Regiões apresentaram despesa por habitante superior à média nacional: 1ª, 2ª, 4ª, 9ª, 10ª, 11ª, 12ª, 13ª, 14ª e 23ª Regiões.

2.2. Despesa por Caso Novo

A despesa da Justiça do Trabalho, em relação a cada Caso Novo, foi de R\$ 6.927,44, 11,5% a mais que em 2017. Ressalta-se que o cálculo dessa variação percentual considerou a despesa em 2017 atualizada pelo IPCA.

Figura 2.3. Despesa da Justiça do Trabalho por Caso Novo (em Reais). 2011-2018.

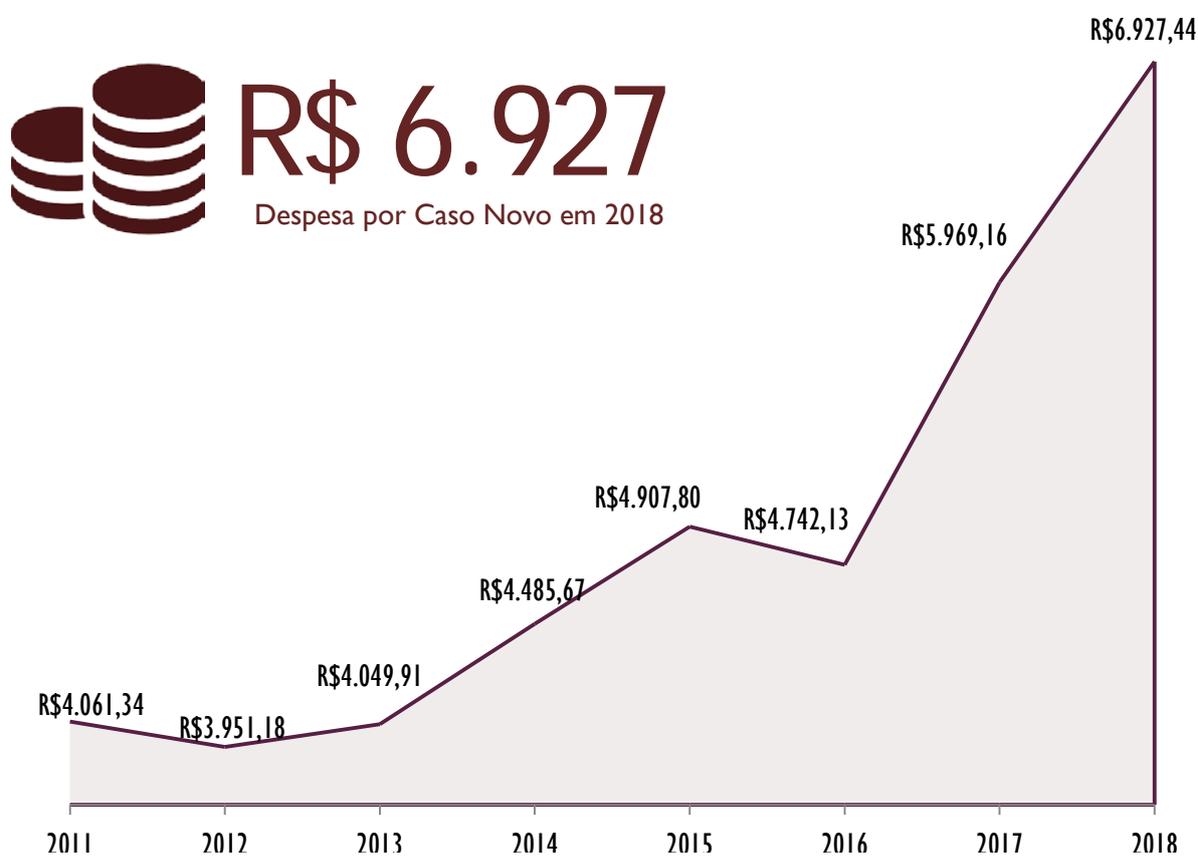
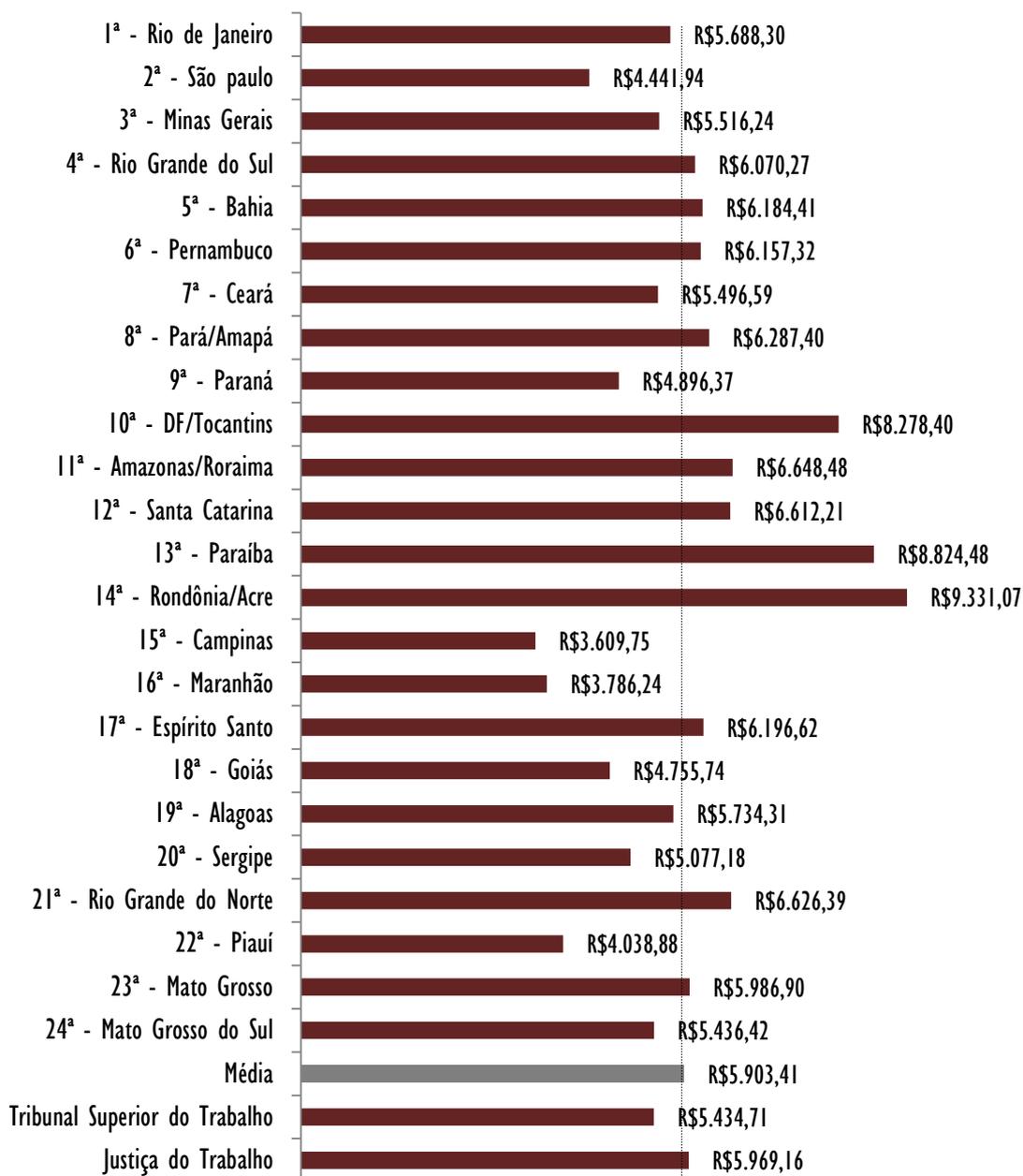


Figura 2.4. Despesa da Justiça do Trabalho por Caso Novo (em Reais). 2018.



Doze Regiões apresentaram despesa por Caso Novo superior à média nacional: 4ª, 5ª, 6ª, 8ª, 10ª, 11ª, 12ª, 13ª, 14ª, 17ª, 21ª e 23ª Regiões.

2.3. Orçamento e Despesas

Tabela 2.1. Orçamento e Despesas da Justiça do Trabalho (em Reais). 2018.

Região Judiciária	Orçamento	Saldo Final	Valores Contingenciados	Despesas
TST	1.265.677.554,00	80.555.776,90	-	1.111.186.023,82
CSJT	39.501.485,00	2.666.712,50	-	144.902,50
1ª - RJ	2.280.006.647,00	42.502.245,29	-	2.205.298.987,71
2ª - SP	2.659.468.249,00	63.429.396,51	-	2.573.589.108,49
3ª - MG	1.894.135.634,00	43.339.175,01	-	1.840.715.054,99
4ª - RS	1.694.601.250,00	30.135.288,67	-	1.656.482.454,33
5ª - BA	1.174.434.095,00	73.074.403,44	8.509.826,00	1.088.813.067,56
6ª - PE	836.686.021,00	15.364.389,42	-	813.666.686,49
7ª - CE	438.544.948,00	9.806.527,75	-	425.323.806,25
8ª - PA e AP	627.489.526,00	9.852.184,53	-	612.265.318,47
9ª - PR	1.093.447.828,00	35.802.946,16	-	1.046.740.857,84
10ª - DF e TO	614.881.891,00	20.212.147,74	-	589.411.274,26
11ª - AM e RR	479.723.592,00	13.444.201,07	-	462.371.673,93
12ª - SC	768.173.844,00	10.174.925,54	-	751.187.219,46
13ª - PB	460.249.898,00	8.763.231,99	-	448.032.191,01
14ª - RO e AC	347.213.248,00	4.883.215,73	-	339.919.481,27
15ª - Campinas/SP	1.684.898.122,00	41.169.244,64	-	1.637.781.392,36
16ª - MA	229.434.583,00	3.198.988,31	-	226.235.594,69
17ª - ES	336.028.903,00	6.073.263,19	-	327.659.160,81
18ª - GO	528.358.671,00	2.981.539,15	-	520.664.853,85
19ª - AL	236.863.893,00	7.742.695,15	-	229.121.197,85
20ª - SE	189.811.584,00	6.446.747,21	-	183.364.836,79
21ª - RN	287.064.471,00	5.079.604,48	-	281.484.866,52
22ª - PI	167.614.388,00	590.677,41	-	167.023.710,59
23ª - MT	320.099.692,00	7.693.757,34	-	312.405.934,66
24ª - MS	248.653.283,00	5.525.145,44	-	242.643.391,56
Total	20.903.063.300,00	550.508.430,57	8.509.826,00	20.093.533.048,06

Notas: 1. Para efeitos dos dados coletados no SIAFI, entenda-se Orçamento como Dotação Atualizada, Saldo Final como Crédito Disponível e Despesa como Despesas Empenhadas.

2. Foram desconsideradas dos valores acima as ações relativas a precatórios e requisições de pequeno valor.

3. Encontram-se incluídos no Orçamento os valores atinentes à reabertura de créditos extraordinários, no montante de R\$ 1.500.000,00, os quais não impactam nos limites da EC 95/2016 (Novo Regime Fiscal).

4. Sinal convencional utilizado:

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

2.4. Arrecadação de Custas, Emolumentos e Tributos

A arrecadação da Justiça do Trabalho decorrente de suas decisões reduziu 2,0% em relação a 2017, totalizando R\$ 3.658.059.298,72. Ressalta-se que o cálculo dessa variação percentual considerou o valor arrecadado em 2017 atualizado pelo IPCA.

Figura 2.5. Custas, Emolumentos e Tributos arrecadados na Justiça do Trabalho. 2018.



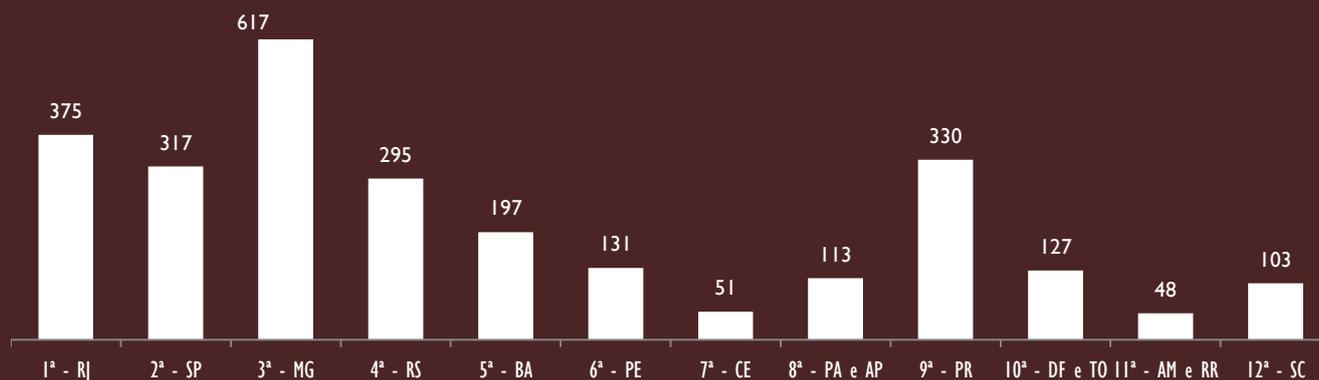
Nota: *Valores restituídos no TST: R\$ 24.842,95.

Tabela 2.2. Arrecadação na Justiça do Trabalho por Região Judiciária (em Reais). 2018.

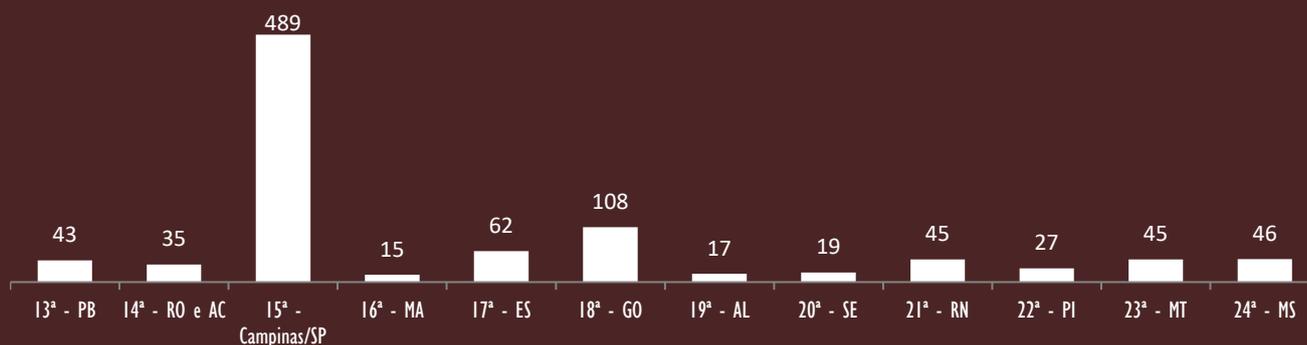
Região Judiciária	Custas Arrecadadas	Emolumentos Arrecadados	Previdência Social
TST	2.657.989,85	33.650,18	
1ª - RJ	24.631.969,15	2.530.751,13	299.879.262,90
2ª - SP	44.875.299,85	108.937,21	230.320.675,34
3ª - MG	41.912.076,52	1.006.629,86	487.342.963,91
4ª - RS	38.580.760,22	320.227,35	207.625.937,51
5ª - BA	32.453.195,91	233.837,28	143.554.227,89
6ª - PE	20.387.920,90	1.383.457,42	104.667.388,00
7ª - CE	4.820.237,44	15.638,87	42.842.525,26
8ª - PA e AP	11.891.032,73	204.095,51	87.782.388,14
9ª - PR	67.371.008,87	349.576,95	209.408.627,63
10ª - DF e TO	15.352.556,52	1.016.508,04	88.689.333,25
11ª - AM e RR	5.045.806,28	178.000,26	33.545.753,39
12ª - SC	9.965.367,98	67.904,32	87.014.335,84
13ª - PB	4.704.794,25	153.966,95	35.793.761,54
14ª - RO e AC	4.137.725,23	126.809,84	25.027.018,22
15ª - Campinas/SP	43.398.146,12	4.182.956,71	398.790.635,82
16ª - MA	1.939.765,90	232,08	11.770.105,54
17ª - ES	8.497.816,93	27.941,77	46.726.869,56
18ª - GO	19.081.082,71	427.369,83	78.212.832,08
19ª - AL	1.551.396,39	652.893,90	13.269.122,18
20ª - SE	3.678.872,41	39,19	13.608.298,15
21ª - RN	5.312.503,69	423.308,02	37.440.758,90
22ª - PI	1.507.532,03	360,06	24.441.511,80
23ª - MT	4.771.891,44	79.088,83	37.418.423,56
24ª - MS	4.137.342,94	75.049,67	37.261.194,82
Total	422.664.092,26	13.599.231,23	2.782.433.951,23

Notas: 1) % calculado sobre o total no País;
2) * Valores restituídos no TST: R\$ 2.400,00.

Figura 2.6. Arrecadação da Justiça do Trabalho por Região Judiciária (em Milhões de Reais). 2018



Imposto de Renda	Multas Aplicadas pelo Órgão de Fiscalização	Total	
		Valor	%
		2.691.640,03	0,1
47.973.343,32	433.964,68	375.449.291,18	10,3
41.728.435,33	233.222,28	317.266.570,01	8,7
84.182.670,59	2.359.122,20	616.803.463,08	16,9
48.274.482,53	254.156,32	295.055.563,93	8,1
20.816.357,56	245,45	197.057.864,09	5,4
4.715.995,79	194.306,22	131.349.068,33	3,6
2.954.134,84	466.657,78	51.099.194,19	1,4
12.246.219,04	514.190,16	112.637.925,58	3,1
48.476.881,20	4.229.678,96	329.835.773,61	9,0
21.127.587,57	469.747,43	126.655.732,81	3,5
6.538.599,81	2.700.216,90	48.008.376,64	1,3
5.802.938,94	583.822,35	103.434.369,43	2,8
2.192.639,69	84.831,48	42.929.993,91	1,2
4.413.323,56	1.110.145,35	34.815.022,20	1,0
40.497.612,04	2.078.260,32	488.947.611,01	13,4
1.016.491,13	75.241,80	14.801.836,45	0,4
6.259.316,70	131.783,81	61.643.728,77	1,7
8.550.839,71	2.184.727,75	108.456.852,08	3,0
1.160.523,99	222.908,59	16.856.845,05	0,5
1.535.636,34	82.615,86	18.905.461,95	0,5
1.640.313,90	172.193,94	44.989.078,45	1,2
1.358.295,97	86.061,09	27.393.760,95	0,7
2.761.072,26	126.883,40	45.157.359,49	1,2
3.929.539,87	413.788,20	45.816.915,50	1,3
420.153.251,68	19.208.772,32	3.658.059.298,72	100,0



2.5. Valores Pagos aos Reclamantes

Foram pagos aos reclamantes, R\$ 29.742.455.565,61. Os valores pagos decorrentes de acordos judiciais representaram 46,4% do total e aumentaram 12,9% em relação a 2017.

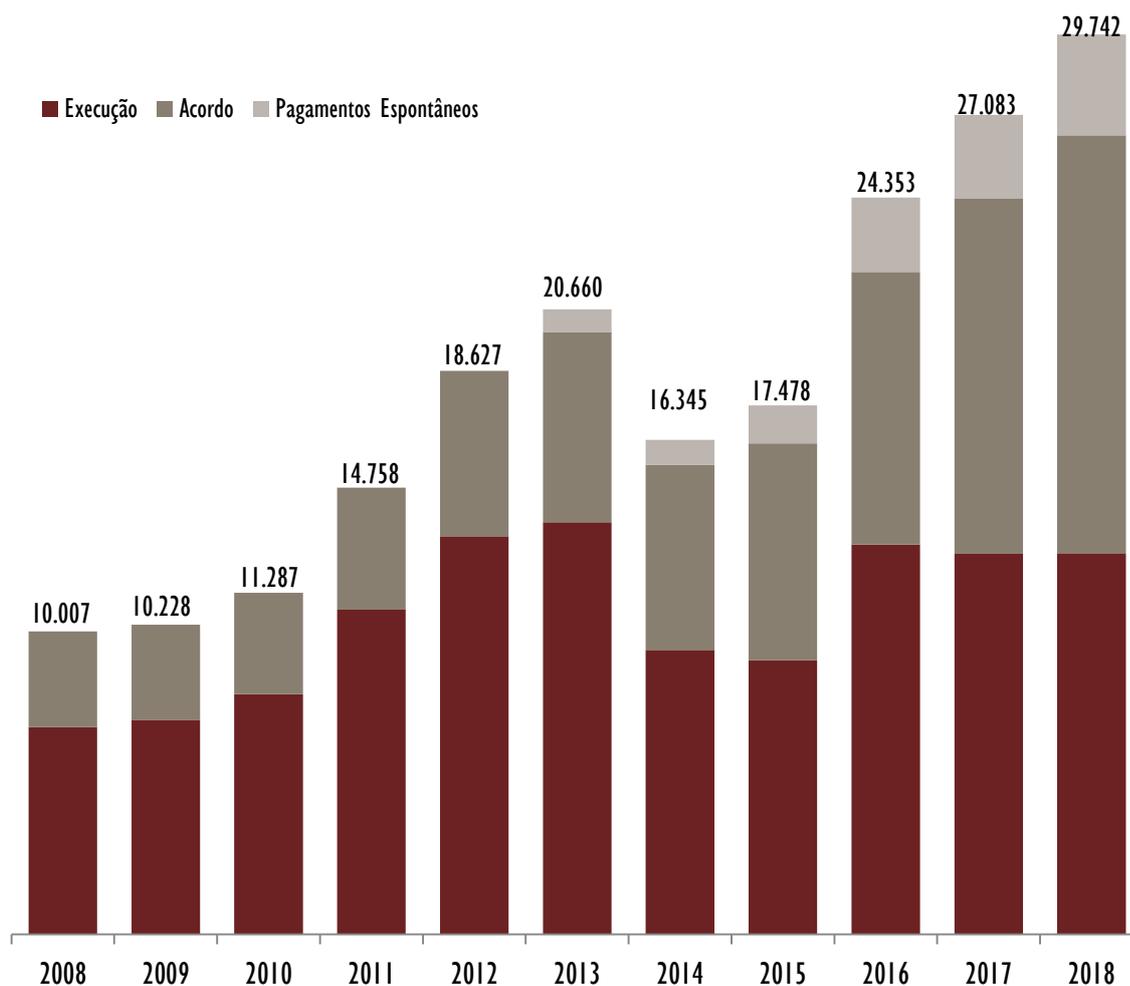
Os valores pagos decorrentes da execução da sentença representaram 42,4% e reduziram 3,7%.

Ressalta-se que, para o cálculo da variação percentual, foi considerada a atualização monetária pelo IPCA dos valores pagos em 2017.

Figura 2.7. Valores Pagos aos Reclamantes. 2018-2019.



Figura 2.8. Valores Pagos aos Reclamantes (em Milhões de Reais). 2008-2018.



LITIGIOSIDADE

3

3.1. Casos Novos

No TST, foram recebidos 240.840 casos novos, 16,4% a mais que em 2017.

Nos TRTs, foram recebidos 929.030 casos novos, 10,9% a mais que em 2017.

Nas Varas, foram recebidos 1.730.703 casos novos, 34,2% a menos que em 2017. Os 3 estados com maior quantitativo de casos novos ajuizados foram São Paulo, com 30,7%, Rio de Janeiro, com 10,3%, e Minas Gerais, com 9,0%, todos estados da Região Sudeste, que, sozinha, ajuizou 51,5% dos casos novos no País. Os casos novos recebidos como rito sumaríssimo totalizaram 802.414 processos, 46,4% do total de ações ajuizadas; este ano, a 3ª, a 6ª, a 7ª, a 11ª, a 13ª, a 18ª, a 19ª e a 21ª Região apresentaram percentual superior a 50,0%.

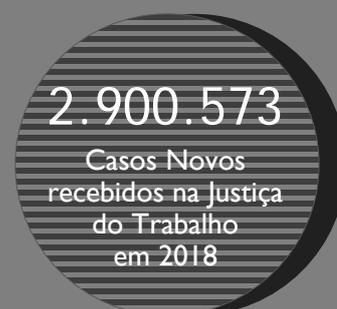
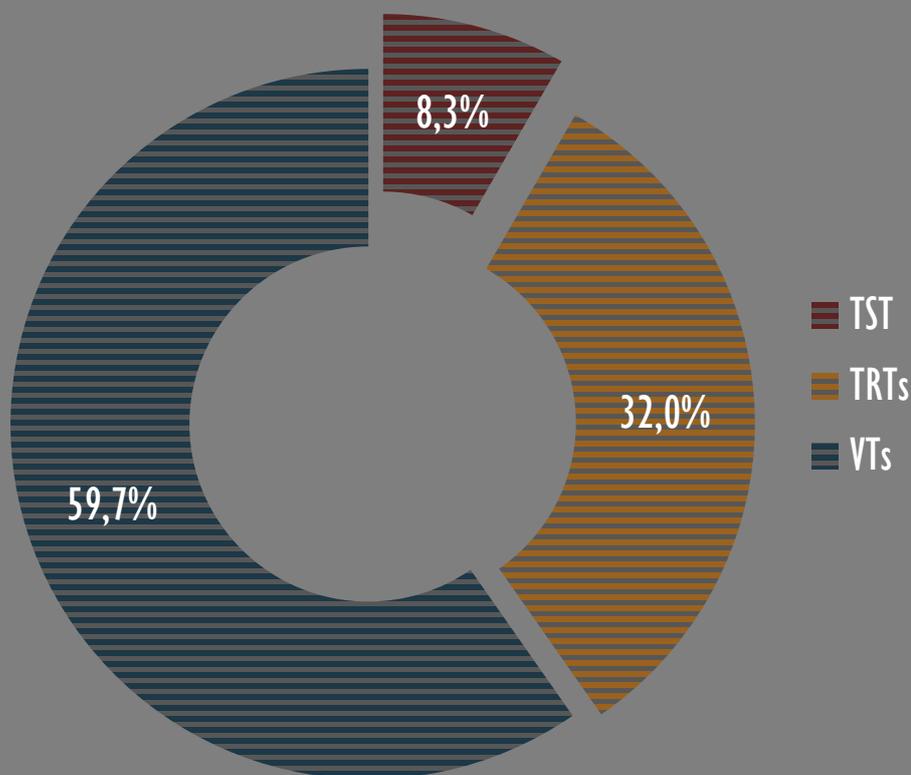


Figura 3.1. Casos Novos na Justiça do Trabalho. 2018.



A tabela a seguir apresenta a distribuição das Varas segundo o quantitativo de casos novos recebidos.

Tabela 3.1. Distribuição das Varas de Acordo com o Intervalo em que se Enquadra o seu Quantitativo de Casos Novos. 2018.

Casos Novos	Varas do Trabalho	
	Quantidade	%
até 500	89	5,7%
de 501 a 1.000	467	29,7%
1.001 a 1.500	672	42,7%
1.501 a 2.000	295	18,8%
2.001 a 2.500	46	2,9%
2.501 a 3.000	3	0,2%
acima de 3.000	1	0,1%
Total	1.573	100,0%

Figura 3.2. Varas do Trabalho que receberam menos de 1.500 Casos Novos. 2018.



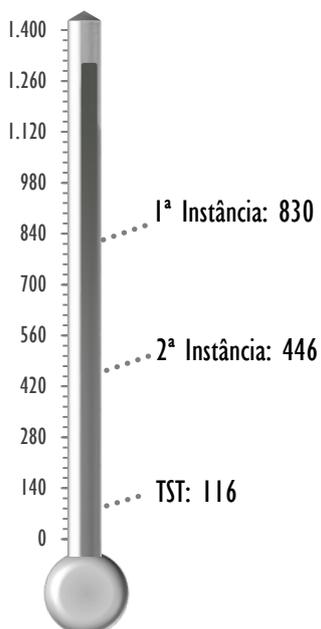
3.1.1. Casos Novos por 100.000 Habitantes

A cada 100.000 habitantes do país, 116 ingressaram com ação ou recurso no Tribunal Superior do Trabalho, 446 nos Tribunais Regionais do Trabalho e 830 nas Varas do Trabalho. Houve uma redução de 21,4% em relação a 2017 no quantitativo de casos novos na Justiça do Trabalho a cada 100.000 habitantes.

Figura 3.3. Casos Novos por 100.000 Habitantes na Justiça do Trabalho. 2018.

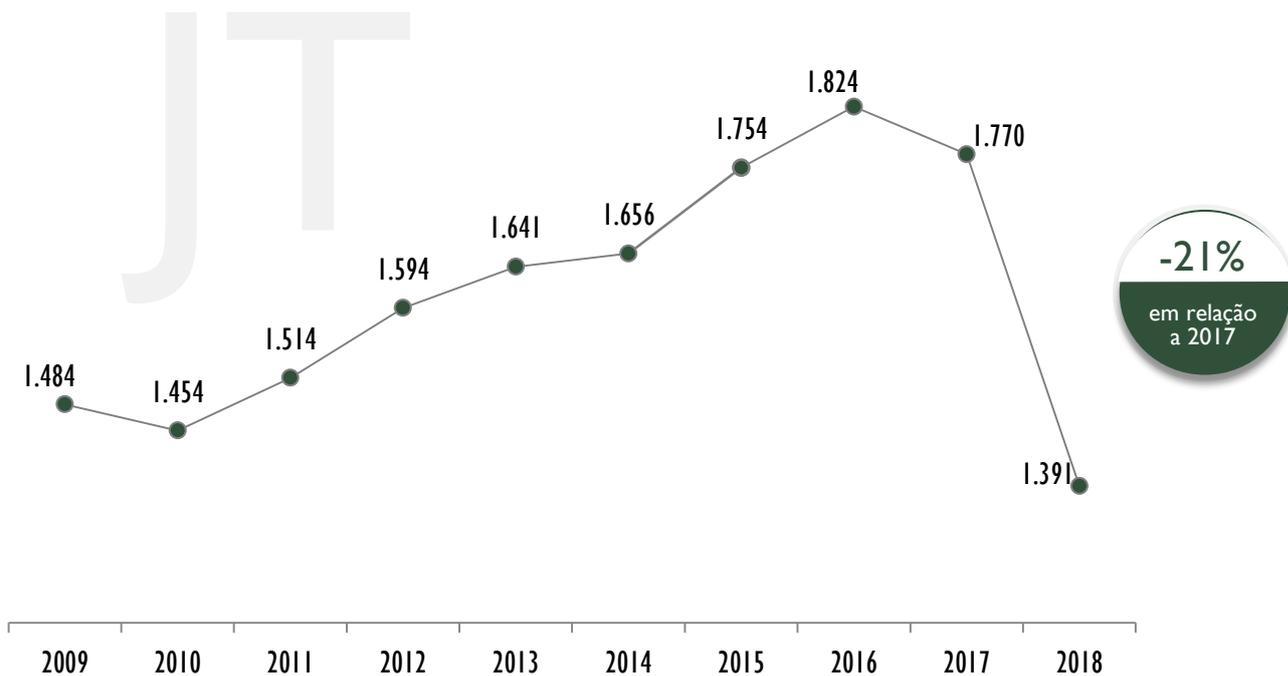


Figura 3.4. Casos Novos por 100.000 Habitantes nas 3 Instâncias da Justiça do Trabalho. 2018.



Séries Históricas

Figura 3.5. Casos Novos por 100.000 Habitantes na Justiça do Trabalho. 2009-2018.



Litigiosidade

Figura 3.6. Casos Novos por 100.000 Habitantes no TST. 2009-2018.

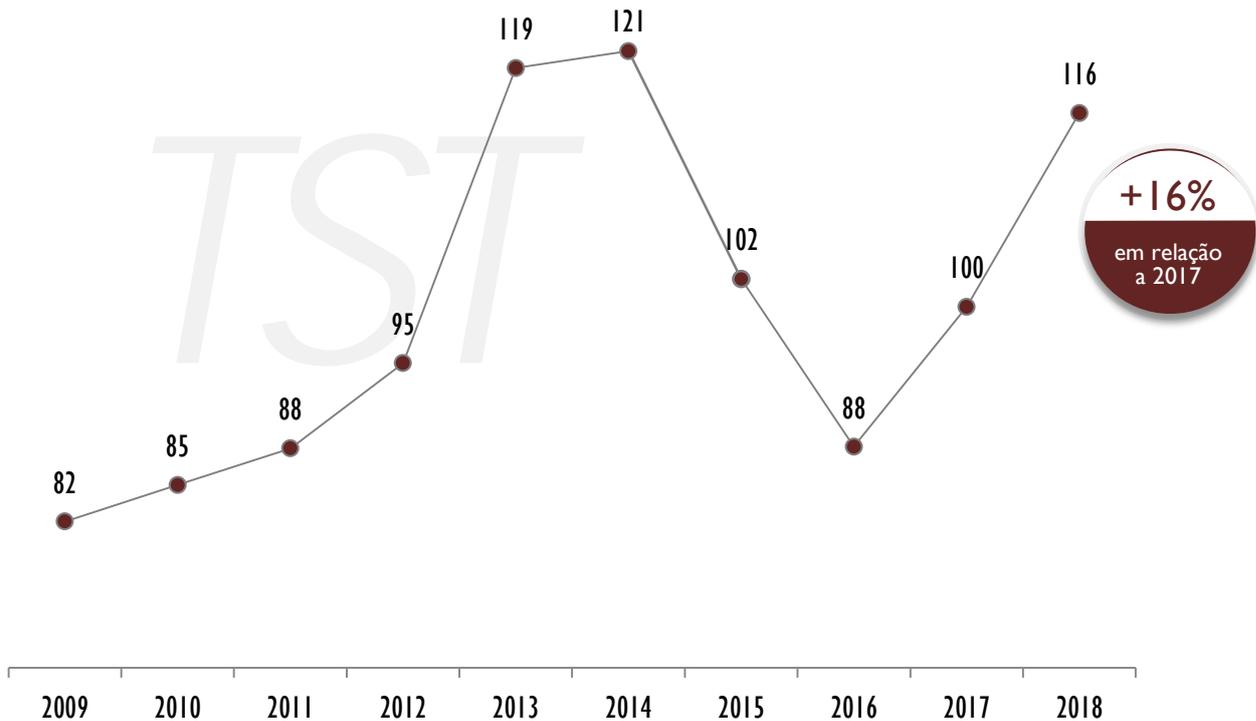


Figura 3.7. Casos Novos por 100.000 Habitantes na 2ª Instância. 2009-2018.

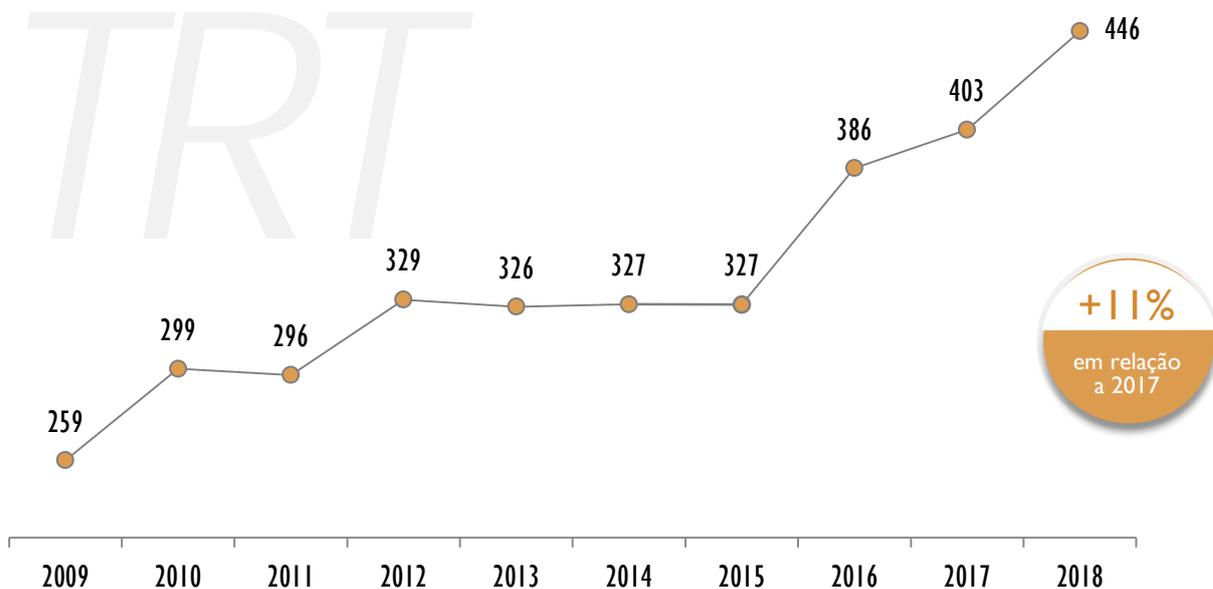
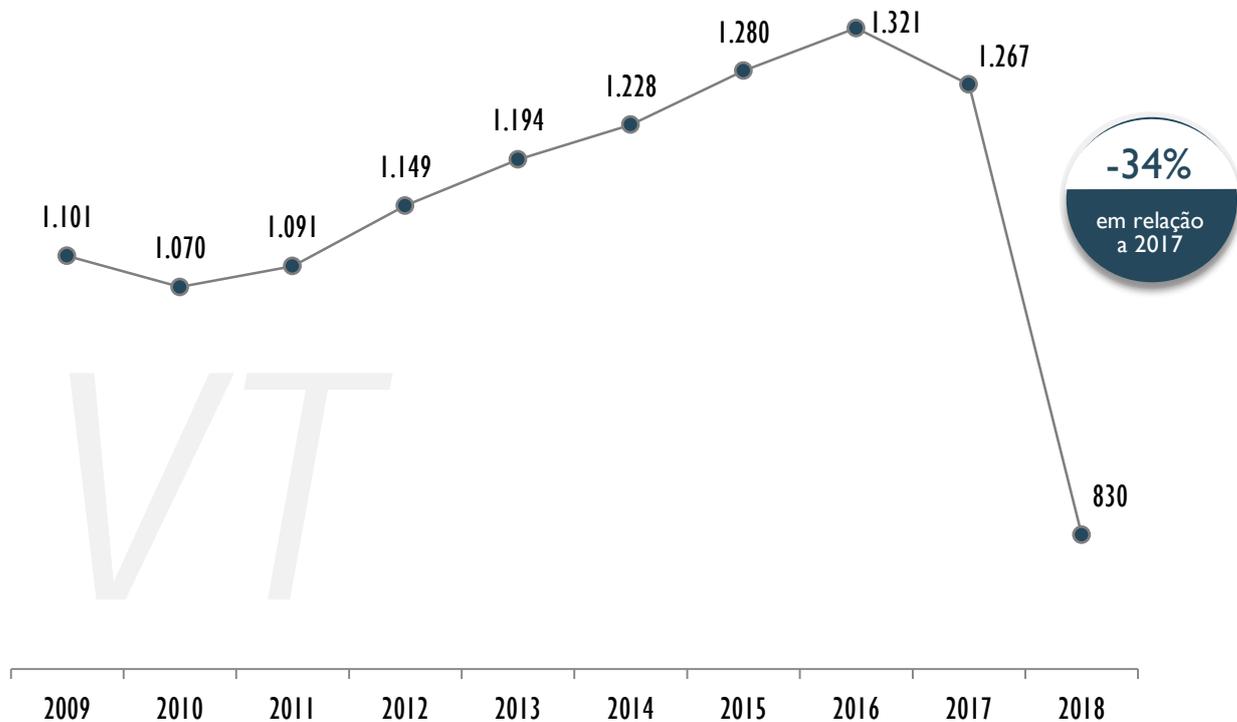


Figura 3.8. Casos Novos por 100.000 Habitantes na 1ª Instância. 2009-2018.



Litigiosidade

2018

Figura 3.9. Casos Novos por 100.000 Habitantes na 2ª Instância. 2018.

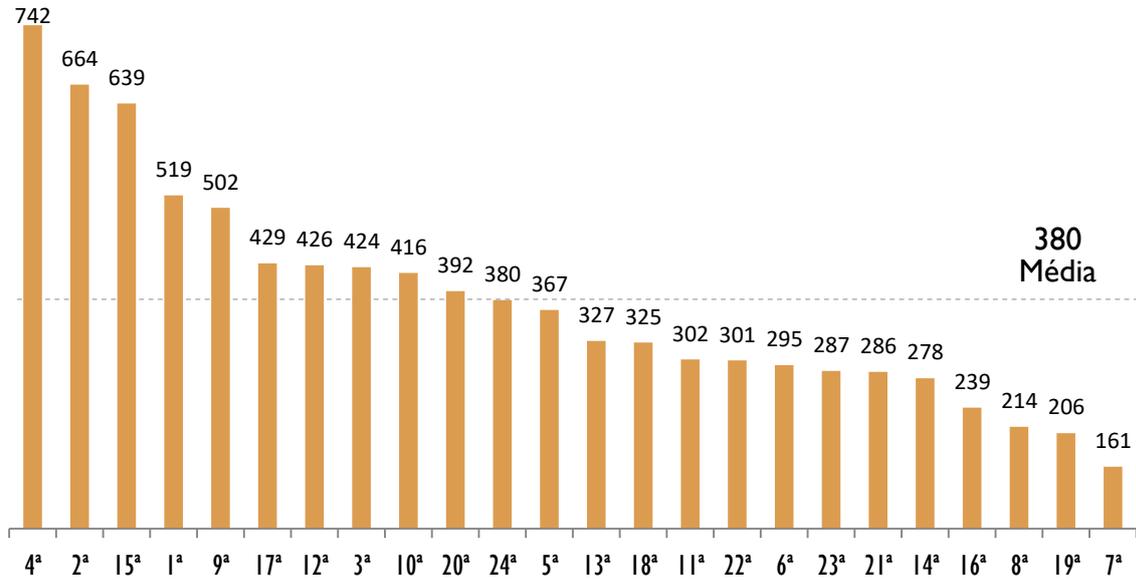
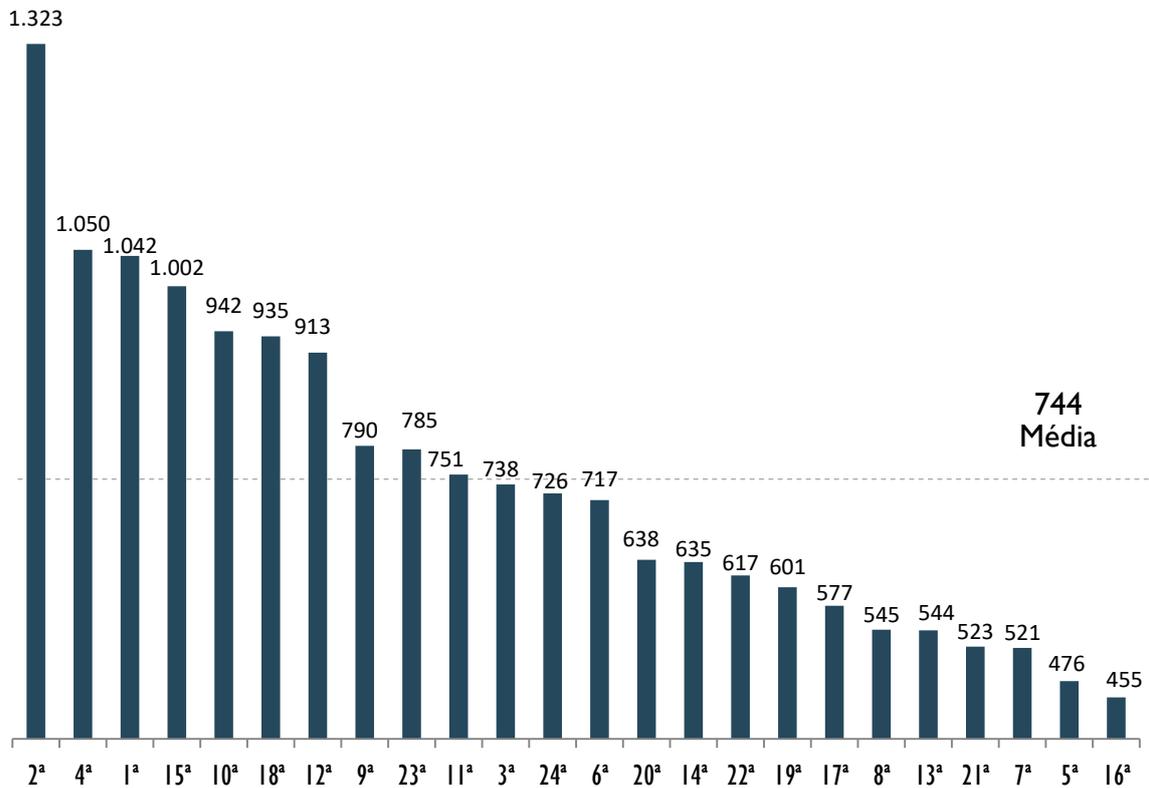


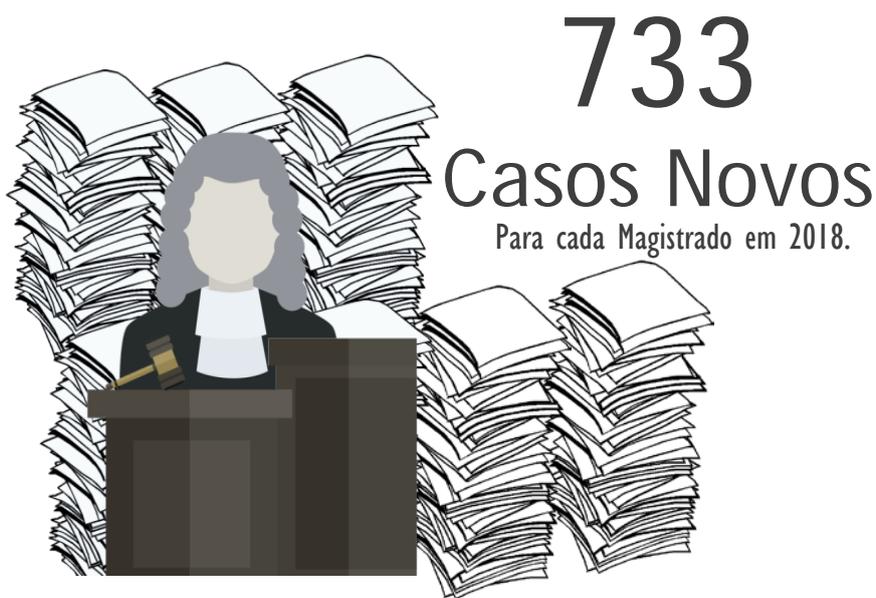
Figura 3.10. Casos Novos por 100.000 Habitantes na 1ª Instância. 2018.



3.1.2. Casos Novos por Magistrado

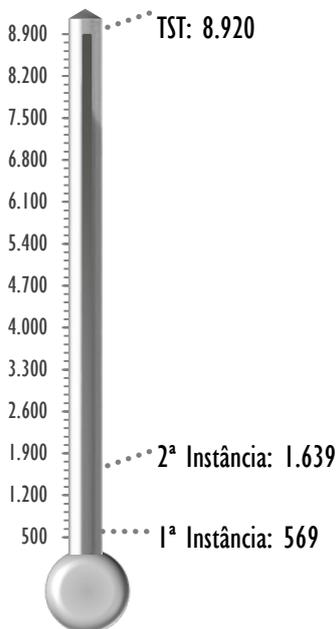
Considerando o total de cargos existentes na Justiça do Trabalho, o quantitativo de Casos Novos por Magistrado foi de 733 processos, 21,1% inferior ao de 2017. No Tribunal Superior do Trabalho esse quantitativo foi de 8.920 processos por Ministro; na 2ª Instância, foi de 1.639 processos e, na 1ª Instância, de 569.

Figura 3.11. Casos Novos por Magistrado na Justiça do Trabalho. 2018.



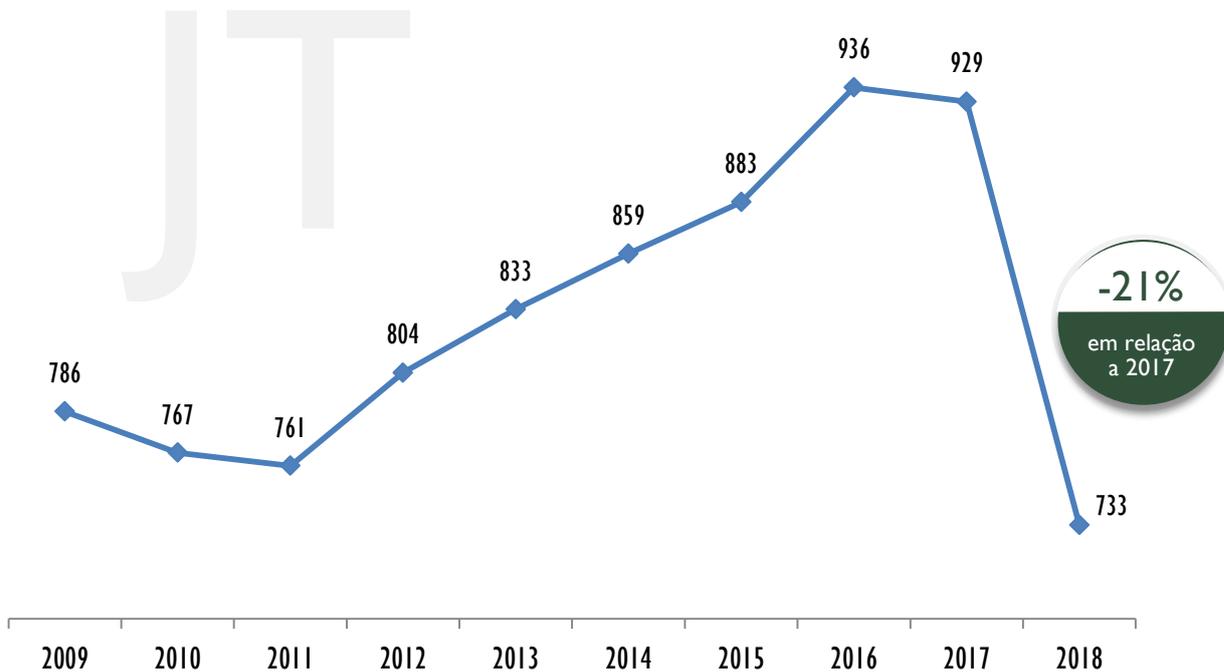
Litigiosidade

Figura 3.12. Casos Novos por Magistrado nas 3 Instâncias da Justiça do Trabalho. 2018.



Séries Históricas

Figura 3.13. Casos Novos por Magistrado na Justiça do Trabalho. 2009-2018.



Litigiosidade

Figura 3.14. Casos Novos por Magistrado no TST. 2009-2018.

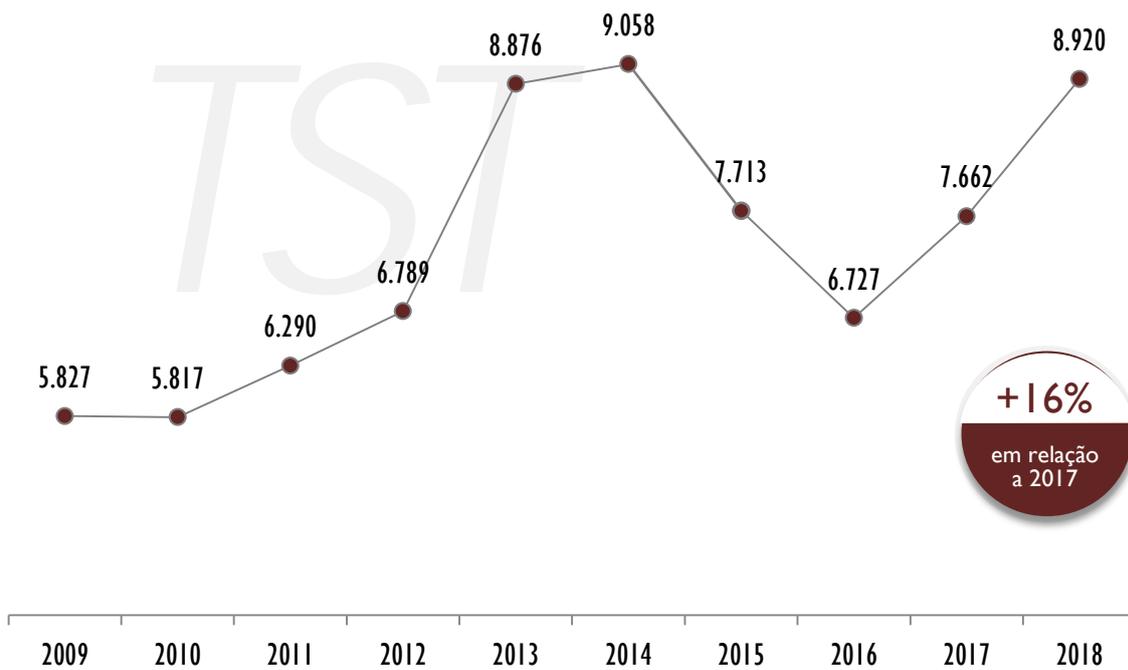
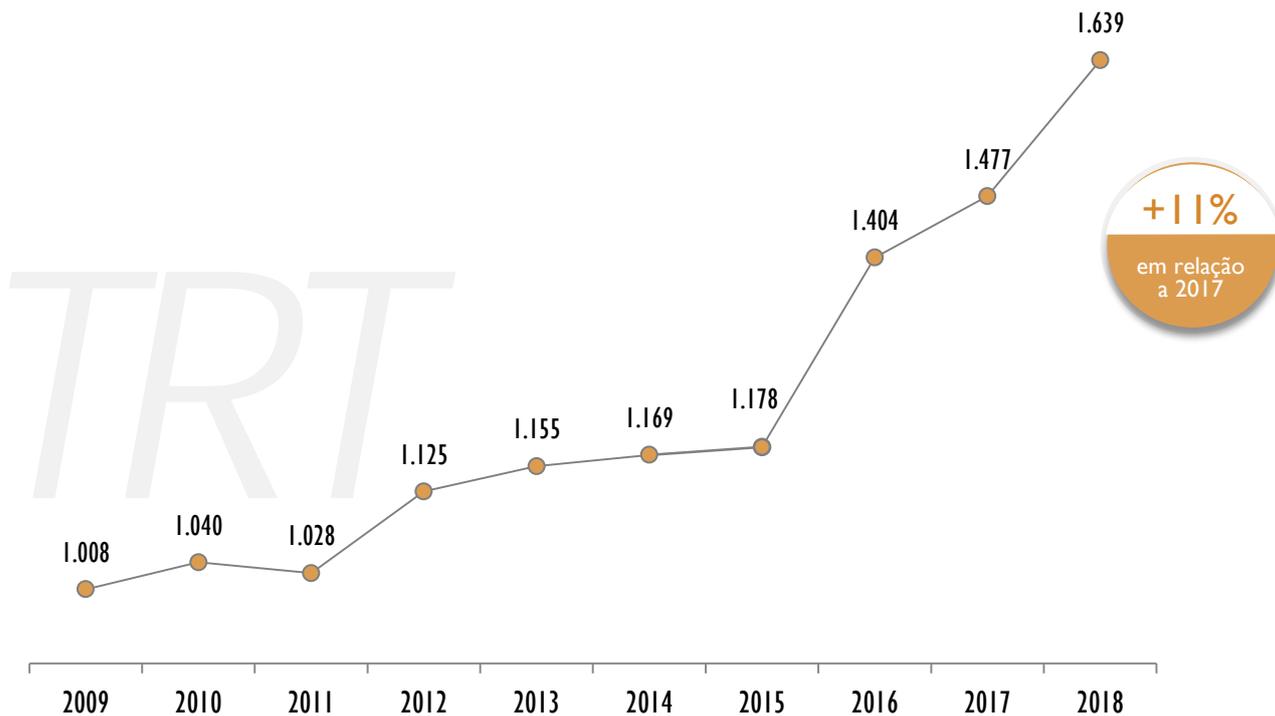


Figura 3.15. Casos Novos por Magistrado na 2ª Instância. 2009-2018.



Litigiosidade

Figura 3.16. Casos Novos por Magistrado na 1ª Instância. 2009-2018.

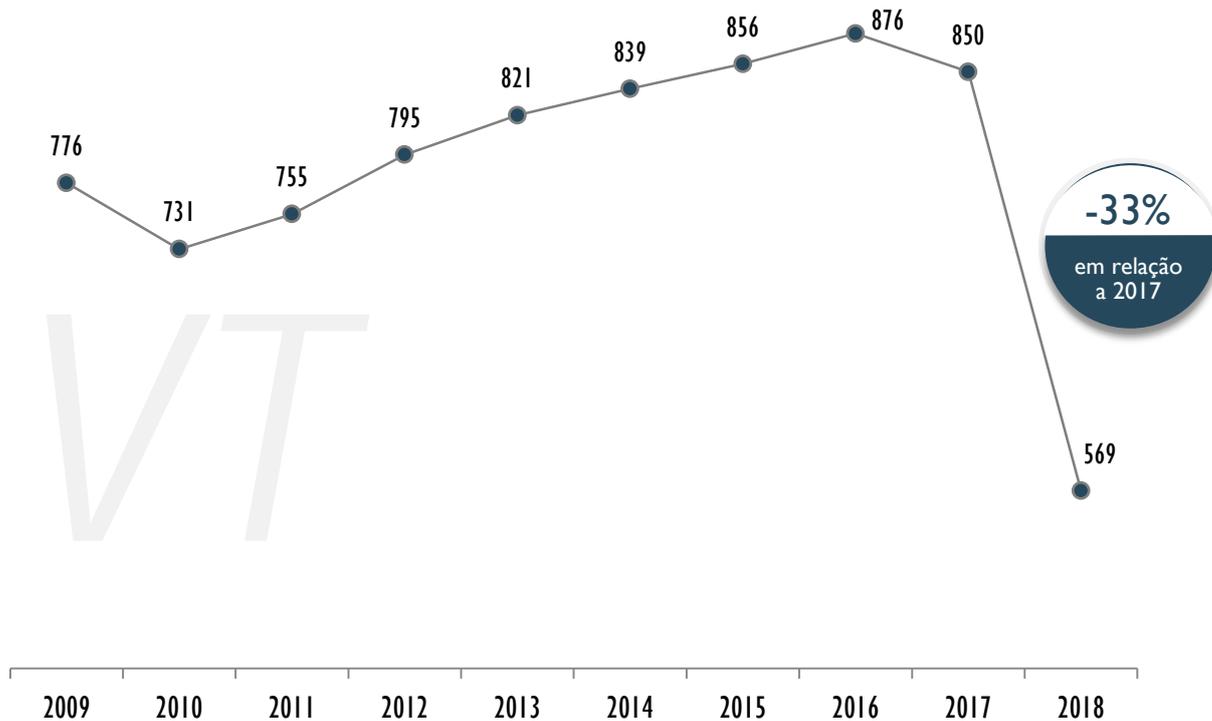
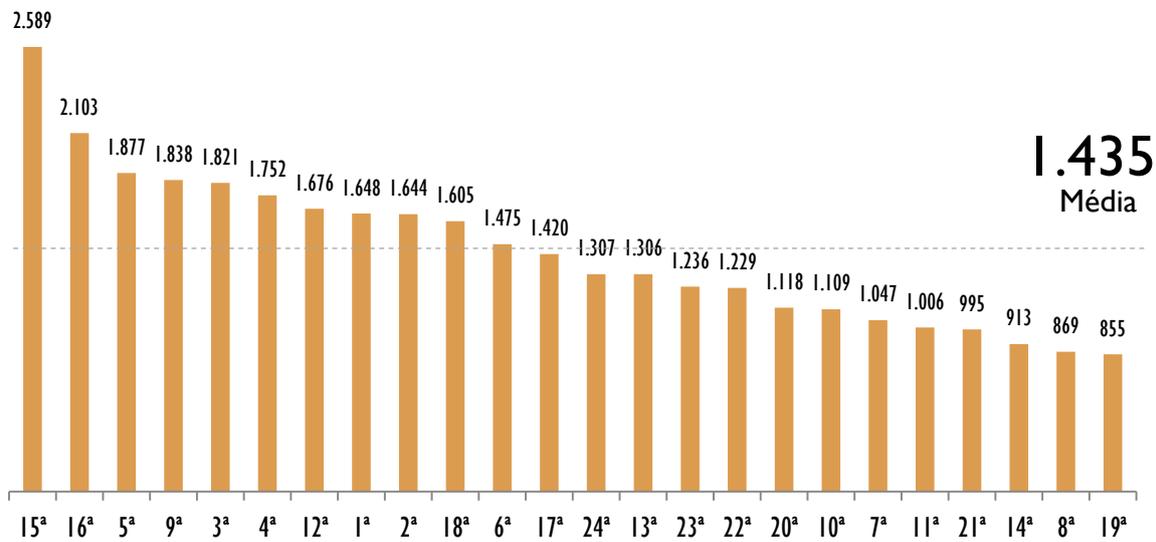


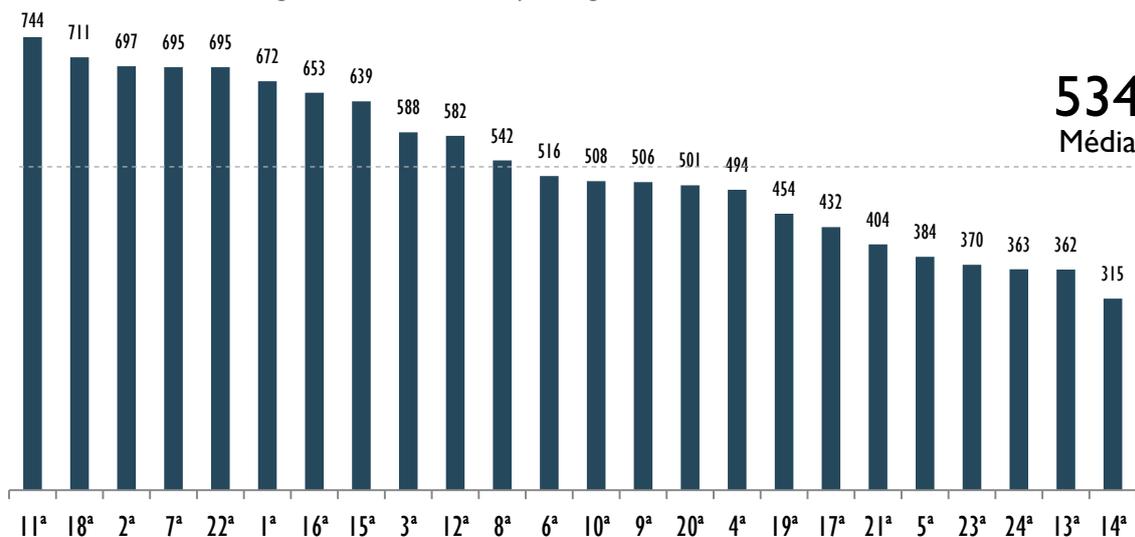


Figura 3.17. Casos Novos por Magistrado na 2ª Instância. 2018.



Litigiosidade

Figura 3.18. Casos Novos por Magistrado na 1ª Instância. 2018.



3.1.3. Casos Novos por Servidor

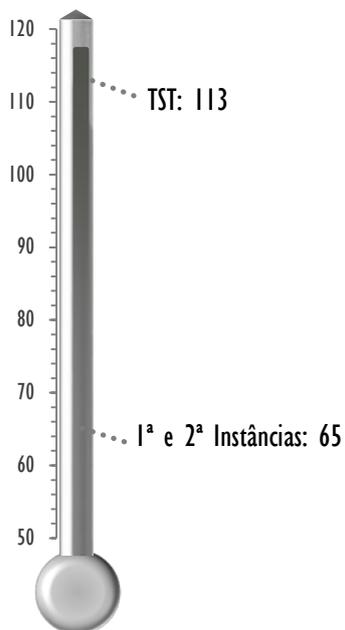
a) Casos Novos por Cargos Existentes

Cada servidor da Justiça do Trabalho recebeu, em média, 67 processos durante o ano de 2018, 21% a menos que em 2017. No TST esse quantitativo foi de 113 processos por servidor e na 1ª e 2ª Instâncias, de 65 processos.

Figura 3.19. Casos Novos por Servidor na Justiça do Trabalho. 2018.

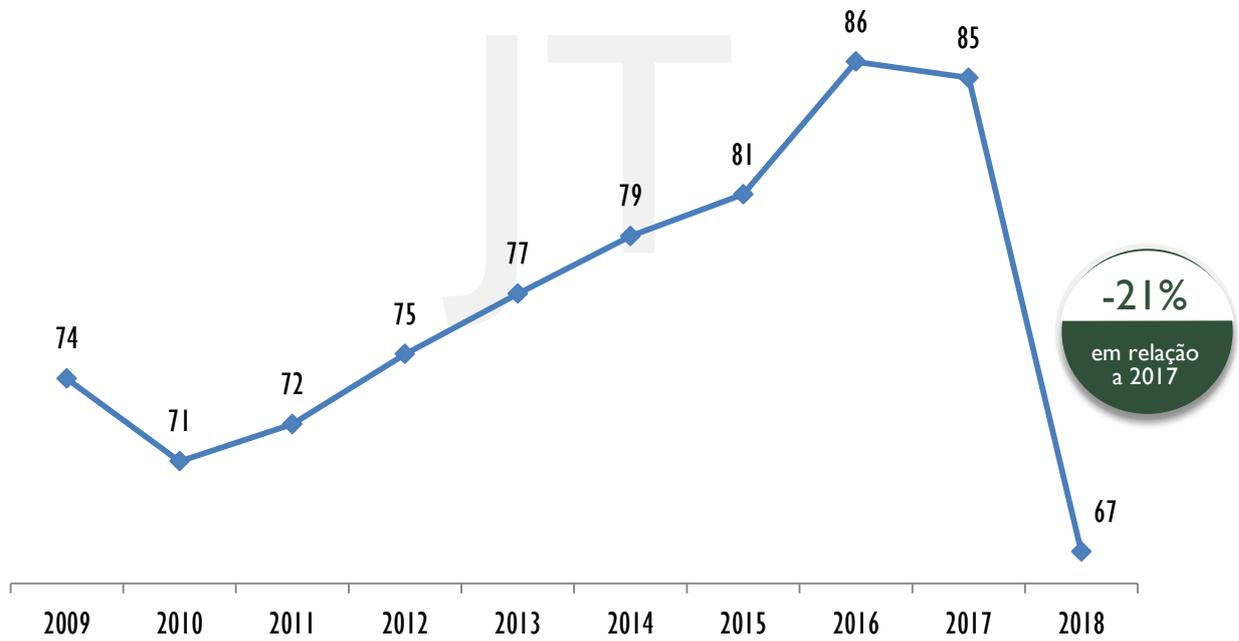


Figura 3.20. Casos Novos por Servidor nas 3 Instâncias da Justiça do Trabalho. 2018.



Séries Históricas

Figura 3.21. Casos Novos por Servidor na Justiça do Trabalho. 2009-2018.



Litigiosidade

Figura 3.22. Casos Novos por Servidor no TST. 2009-2018.

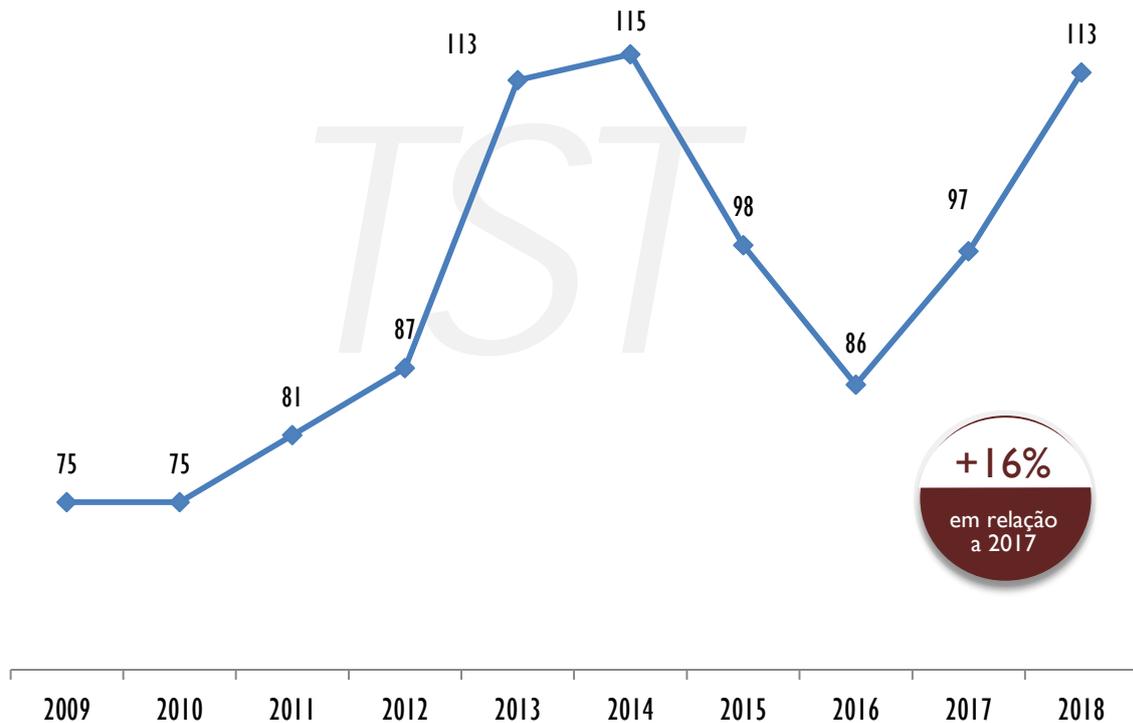
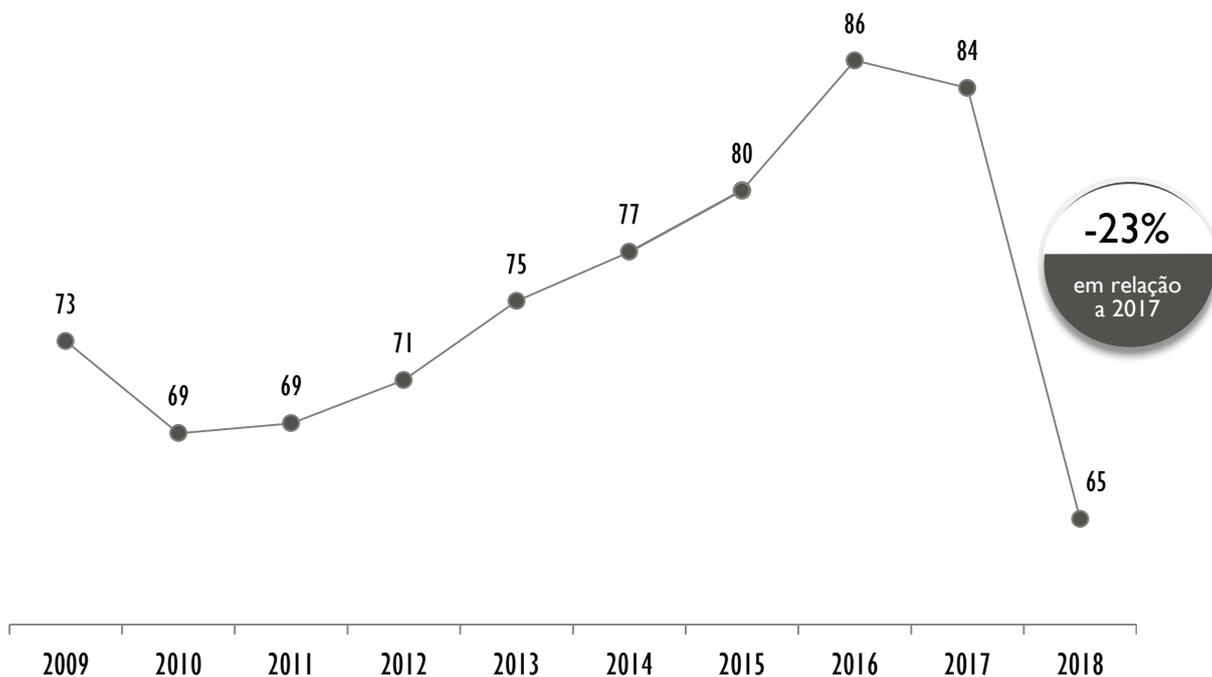


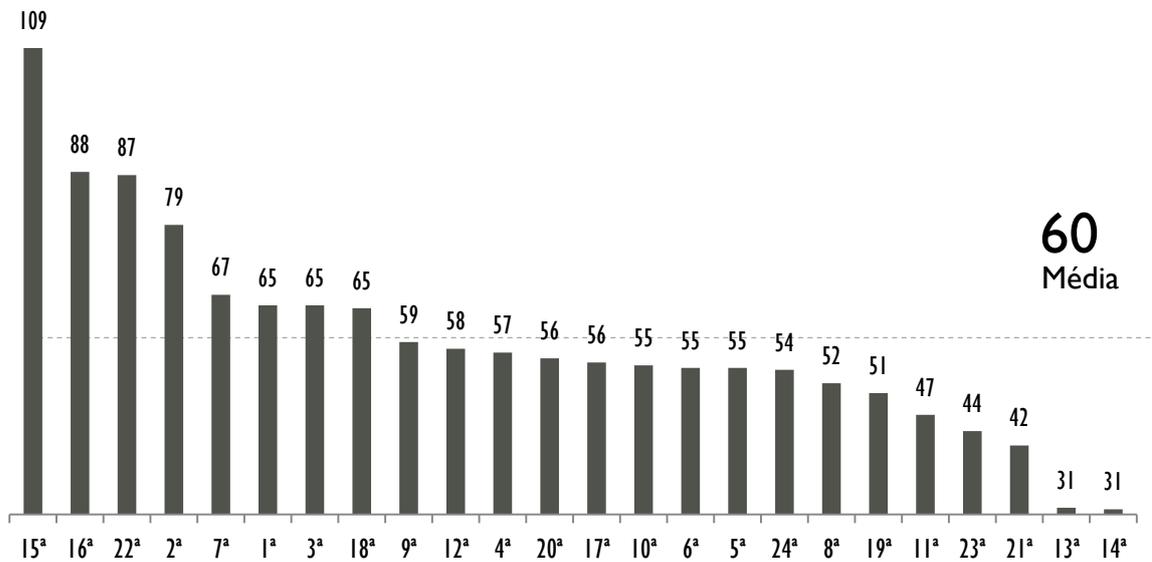
Figura 3.23. Casos Novos por Servidor na 1ª e 2ª Instâncias. 2009-2018.



Litigiosidade

2018

Figura 3.24. Casos Novos por Servidor na 1ª e 2ª Instâncias. 2018.



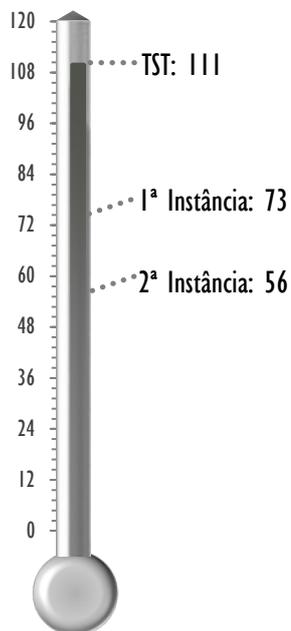
b) Casos Novos por Servidor em Atividade

Cada servidor da Justiça do Trabalho, considerando os servidores do Quadro Permanente, os ocupantes exclusivamente de cargos em comissão e os requisitados, recebeu em média 67 processos durante o ano de 2018. No TST, esse quantitativo foi de 111 processos por servidor em atividade; nos TRTs, foi de 56 e nas Varas do Trabalho, de 73 processos.

Figura 3.25. Casos Novos por Servidor em Atividade na Justiça do Trabalho. 2018.

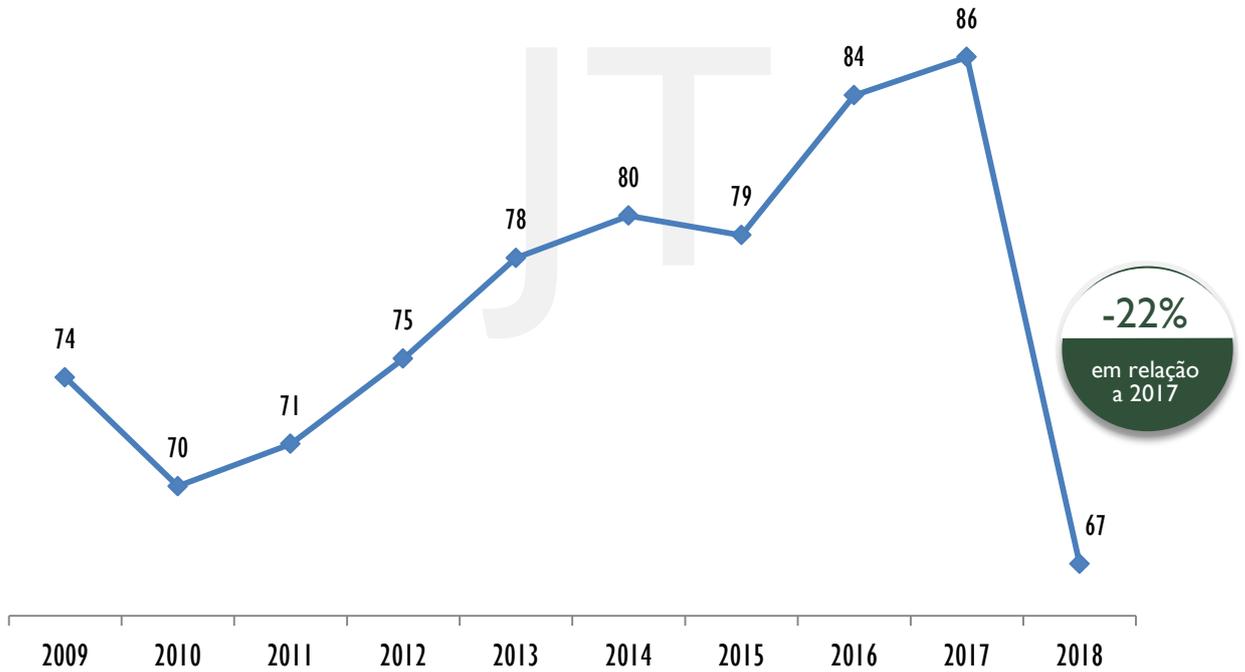


Figura 3.26. Casos Novos por Servidor em Atividade nas 3 Instâncias da Justiça do Trabalho. 2018.



Séries Históricas

Figura 3.27. Casos Novos por Servidor em Atividade na Justiça do Trabalho. 2009-2018.



Litigiosidade

Figura 3.28. Casos Novos por Servidor em Atividade no TST. 2009-2018.

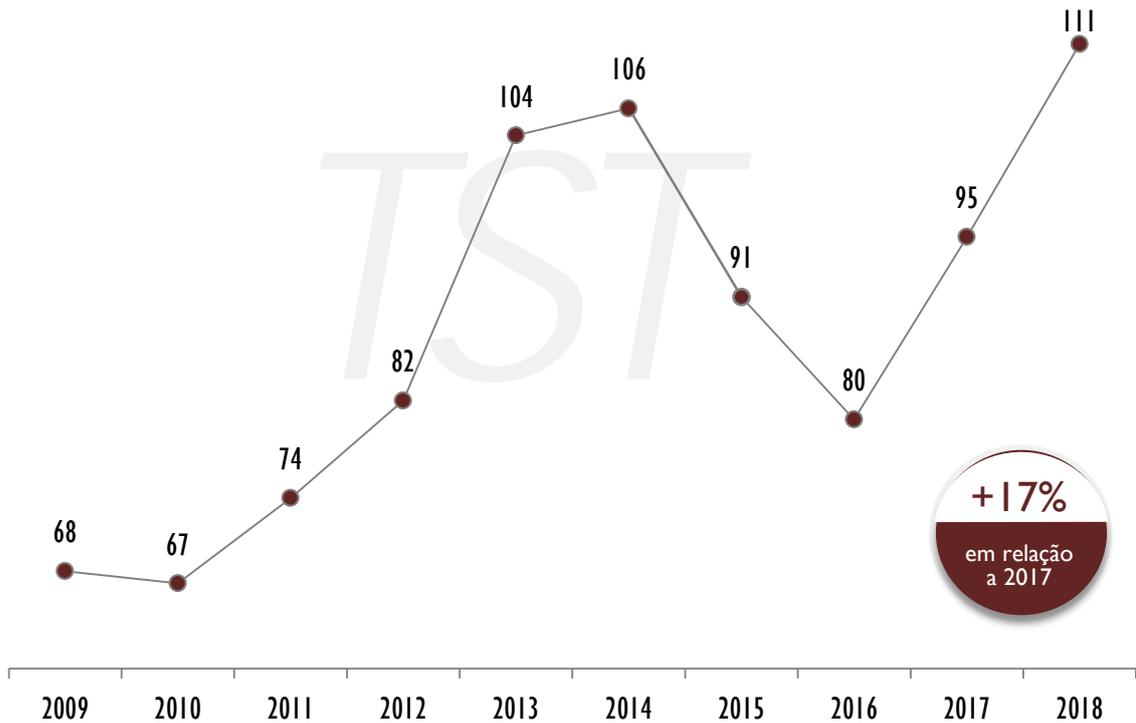


Figura 3.29. Casos Novos por Servidor em Atividade na 2ª Instância. 2009-2018.

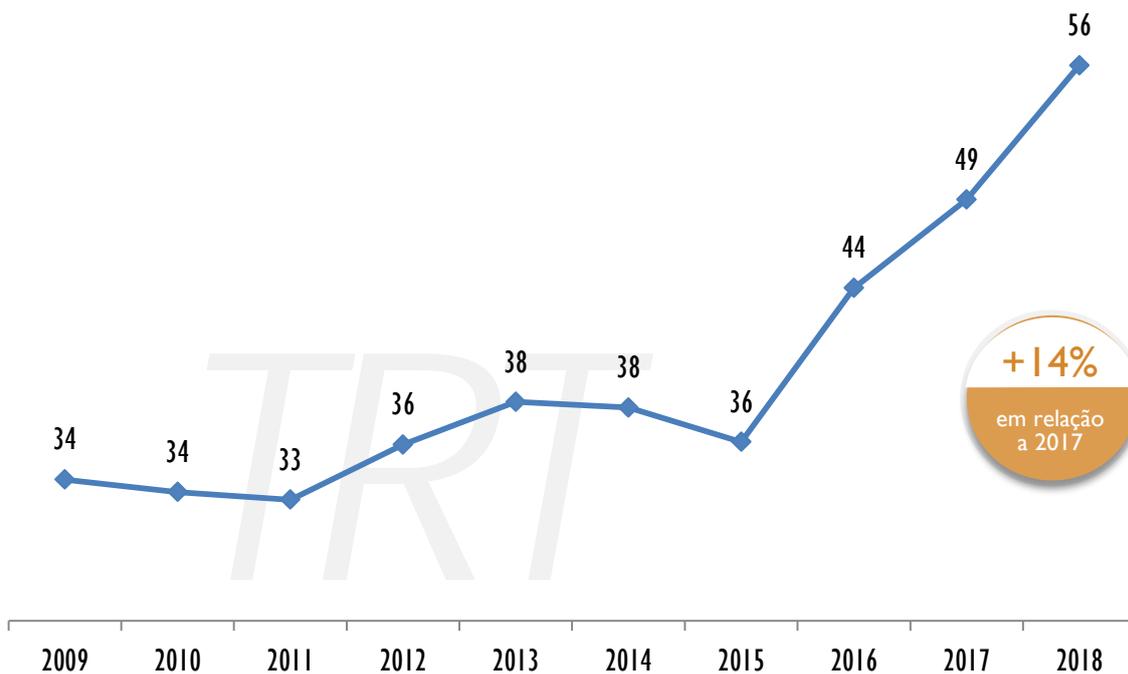


Figura 3.30. Casos Novos por Servidor em Atividade na 1ª Instância. 2009-2018.

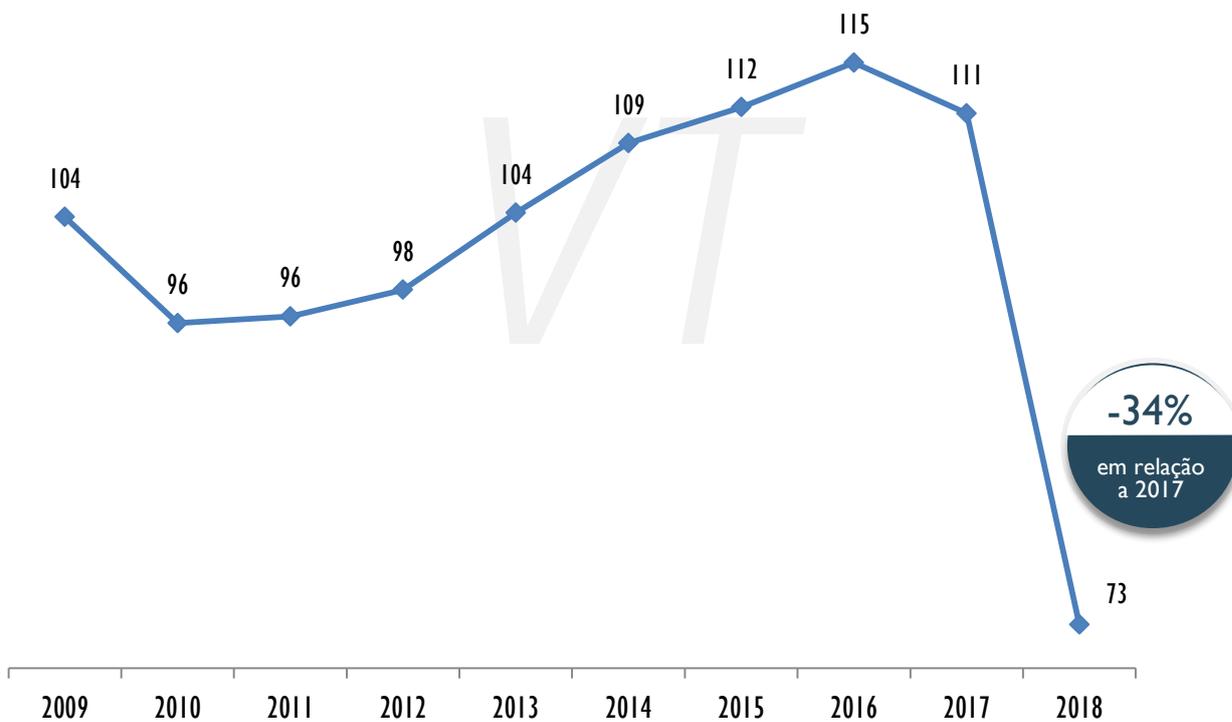
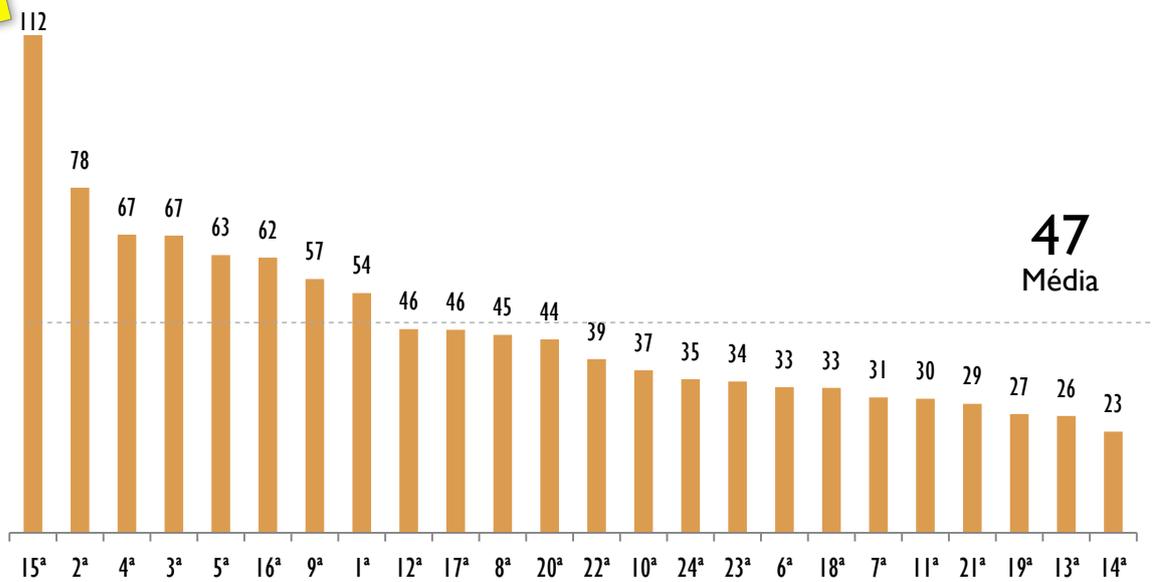


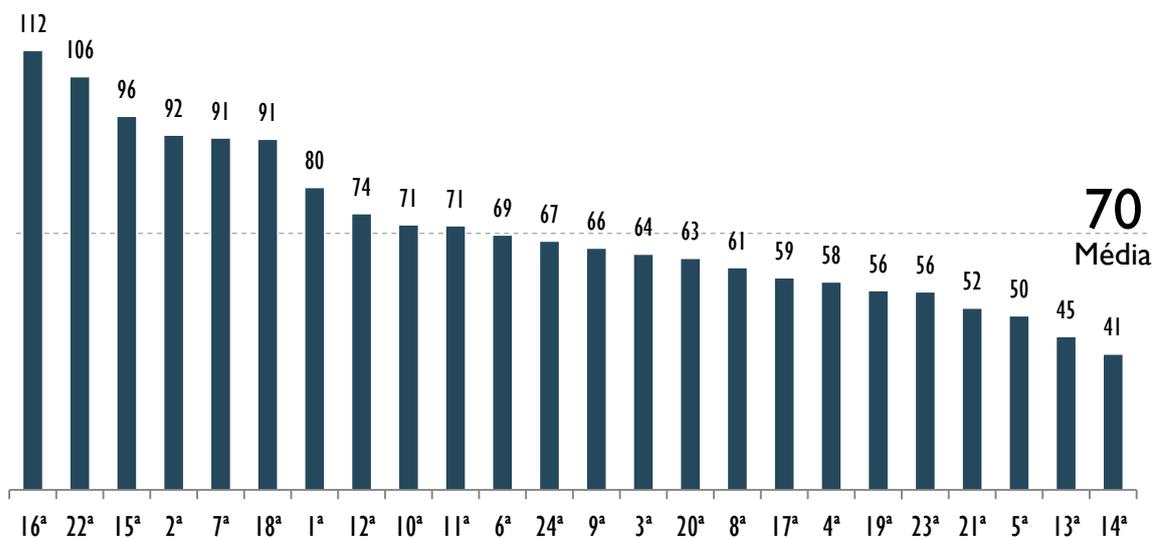


Figura 3.31. Casos Novos por Servidor em Atividade na 2ª Instância. 2018.



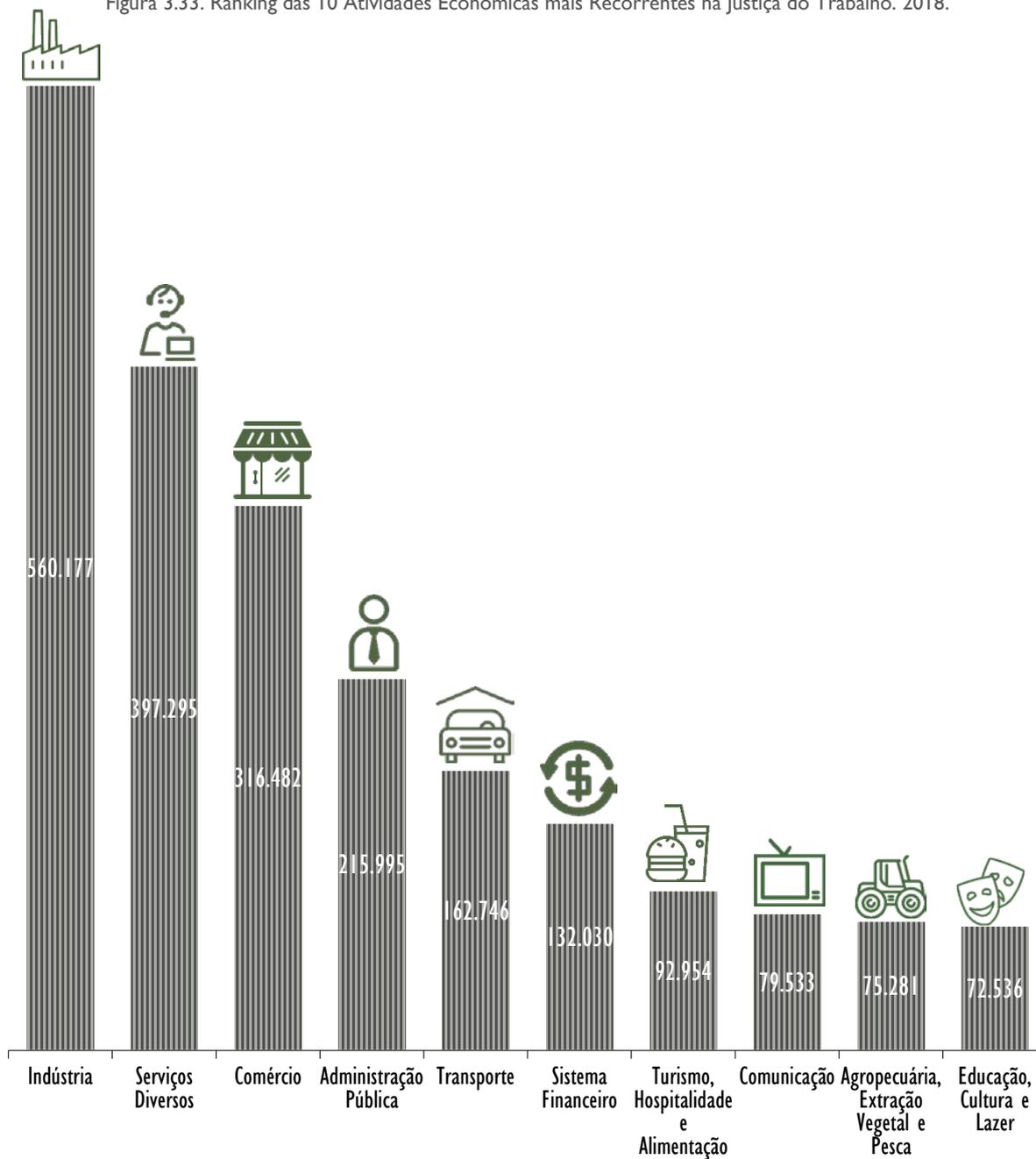
Litigiosidade

Figura 3.32. Casos Novos por Servidor em Atividade na 1ª Instância. 2018.



3.1.4. Casos Novos por Atividade Econômica

Figura 3.33. Ranking das 10 Atividades Econômicas mais Recorrentes na Justiça do Trabalho. 2018.



Na Justiça do Trabalho, a Indústria e os Serviços Diversos lideraram o ranking de atividades econômicas com maiores quantitativos de Casos Novos.

No TST, as atividades econômicas com maiores quantitativos de Casos Novos foram a Indústria com 22,9%, a Administração Pública com 16,7%, e o Sistema Financeiro com 13,8%.

Figura 3.34-A. As 3 Atividades Econômicas mais Recorrentes no TST. 2018.



Figura 3.34-B. As 3 Atividades Econômicas mais Recorrentes na 2ª Instância. 2018.



Nos TRTs, as atividades econômicas com maiores quantitativos de processos distribuídos foram a Indústria, com 20,5%, Serviços Diversos, com 12,4%, e a Administração Pública, com 9,7%. A individualização por TRT demonstra que a Indústria possui mais ações na 2ª, 3ª, 4ª, 6ª, 8ª, 9ª, 12ª, 13ª, 14ª, 15ª, 17ª, 18ª, 20ª, 21ª, 23ª e 24ª Regiões; os Serviços Diversos na 1ª, 10ª e 11ª Regiões, e a Administração Pública na 5ª, 7ª, 16ª, 19ª e 22ª Regiões.

Nas Varas, as atividades econômicas com maiores quantitativos de processos foram a Indústria, com 18,5%, os Serviços Diversos, com 15,3%, e o Comércio, com 12,8%. A individualização por Região Judiciária demonstra que a Indústria possui mais ações na 3ª, 4ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 12ª, 13ª, 14ª, 15ª, 17ª, 18ª, 19ª, 20ª, 21ª, 23ª e 24ª Regiões, os Serviços Diversos na 1ª, 2ª, 10ª e 11ª Regiões, a Administração Pública na 16ª e 22ª Regiões e o Comércio na 5ª Região.

Figura 3.34-C. As 3 Atividades Econômicas mais Recorrentes na 1ª Instância. 2018.



3.1.5. Assuntos Mais Recorrentes entre os Casos Novos

Os assuntos mais recorrentes na Justiça do Trabalho são: Aviso Prévio, com 652.309 processos, Multa do Artigo n.º 477 da CLT, com 576.917 processos, e Multa de 40% do FGTS, com 564.128 processos.

Figura 3.35. Ranking dos 20 Assuntos mais Recorrentes na Justiça do Trabalho. 2018.



Os assuntos mais recorrentes no Tribunal Superior do Trabalho são: Horas Extras, com 6.821 processos, Negativa de Prestação Jurisdicional, com 5.197 processos, e Transcendência, com 5.180 processos.

Figura 3.36. Os 5 Assuntos mais Recorrentes no TST. 2018.



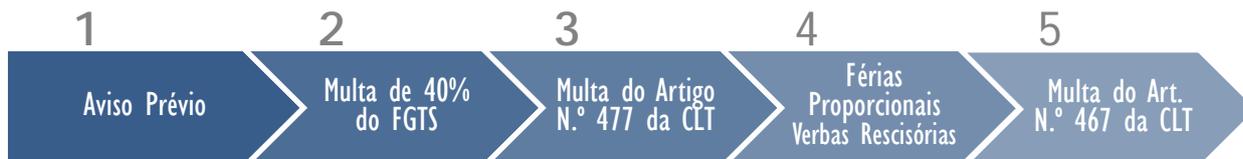
Os assuntos mais recorrentes na 2ª Instância são: Multa do Artigo N.º 477 da CLT, com 178.095 processos, Aviso Prévio, com 166.678 processos, e Horas Extras, com 158.240 processos.

Figura 3.37. Os 5 Assuntos mais Recorrentes na 2ª Instância. 2018.



Os assuntos mais recorrentes na 1ª Instância são: Aviso Prévio, com 484.832 processos, Multa de 40% do FGTS, com 409.430 processos, e Multa do Artigo N.º 477 da CLT, com 390.435 processos.

Figura 3.38. Os 5 Assuntos mais Recorrentes na 1ª Instância. 2018.



Litigiosidade

3.2. Total a Julgar

No TST, os processos recebidos mais os pendentes de anos anteriores totalizaram 543.586 processos para solução. Nos TRTs, os processos recebidos mais os pendentes de anos anteriores totalizaram 1.529.940 processos para solução.

Nas Varas, as ações ajuizadas somadas aos pendentes de anos anteriores e aos Embargos de Declaração interpostos, totalizaram 4.084.912 processos na Fase de Conhecimento para solução.

Figura 3.39. Total a Julgar nas 3 Instâncias da Justiça do Trabalho. 2018.



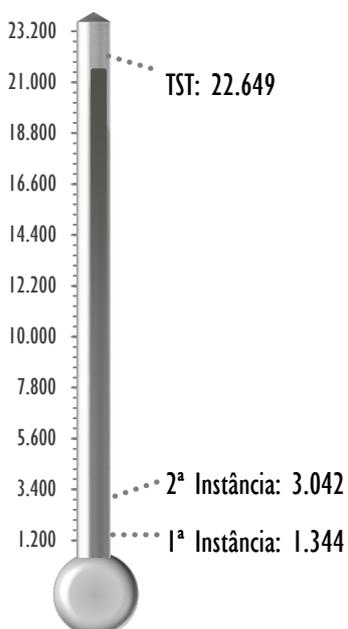
3.2.1. Total a Julgar por Magistrado

O total a julgar por magistrado, na Justiça do Trabalho (excluídos os ocupantes de cargos de Direção), foi de 1.727 processos durante o ano de 2018. No TST, o total a julgar foi de 22.649 processos para cada Ministro, nos TRTs, foi de 3.042 para cada Desembargador e, nas Varas, foi de 1.344 para cada juiz.

Figura 3.40. Total a Julgar por Magistrado na Justiça do Trabalho. 2018.

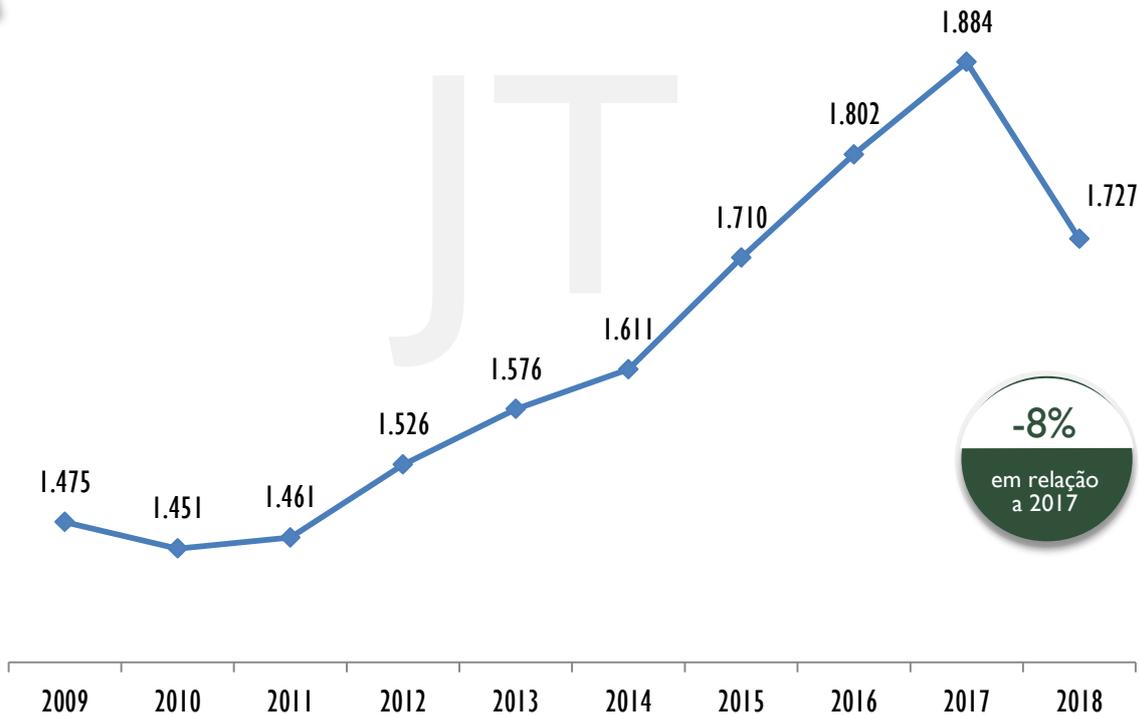


Figura 3.41. Total a Julgar por Magistrado nas 3 Instâncias da Justiça do Trabalho. 2018.



Séries Históricas

Figura 3.42. Total a Julgar por Magistrado na Justiça do Trabalho. 2009-2018.



Litigiosidade

Figura 3.43. Total a Julgar por Magistrado no TST. 2009-2018.

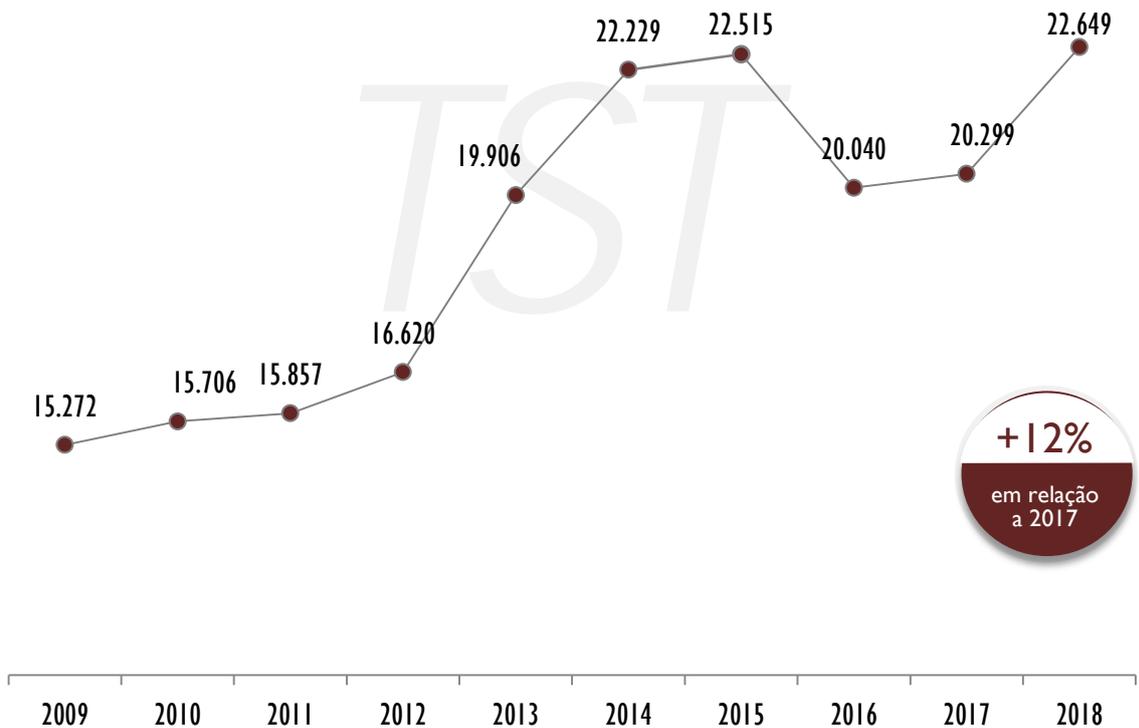


Figura 3.44. Total a Julgar por Magistrado na 2ª Instância. 2009-2018.

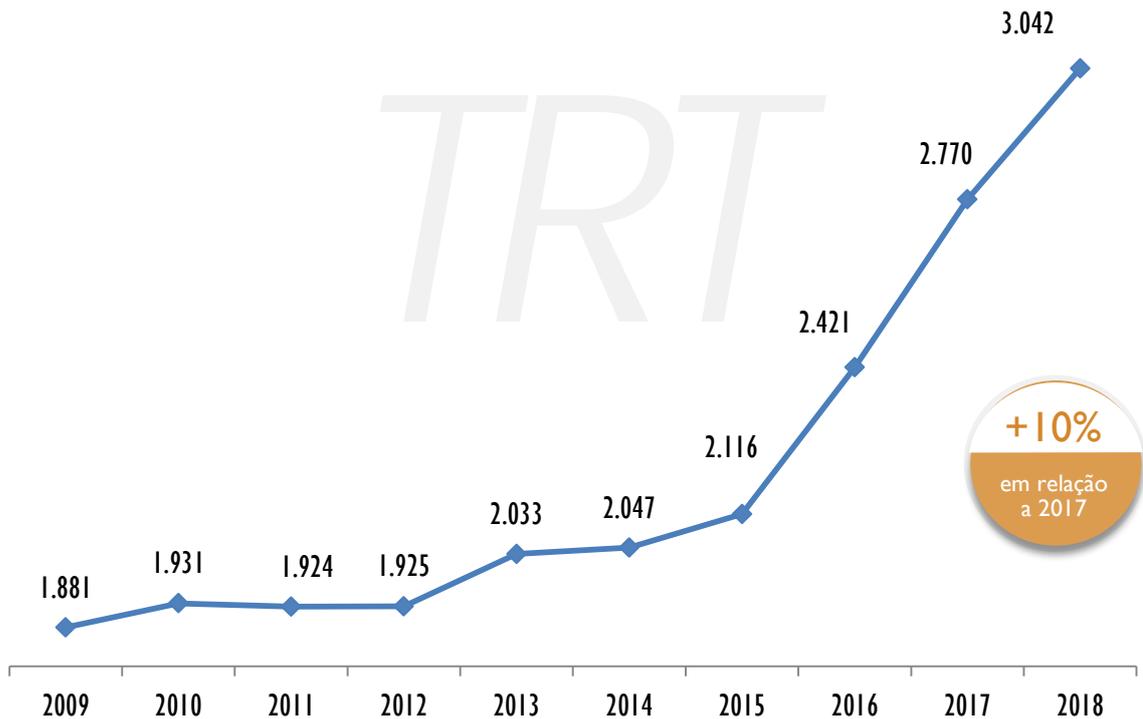


Figura 3.45. Total a Julgar por Magistrado na 1ª Instância. 2009-2018.

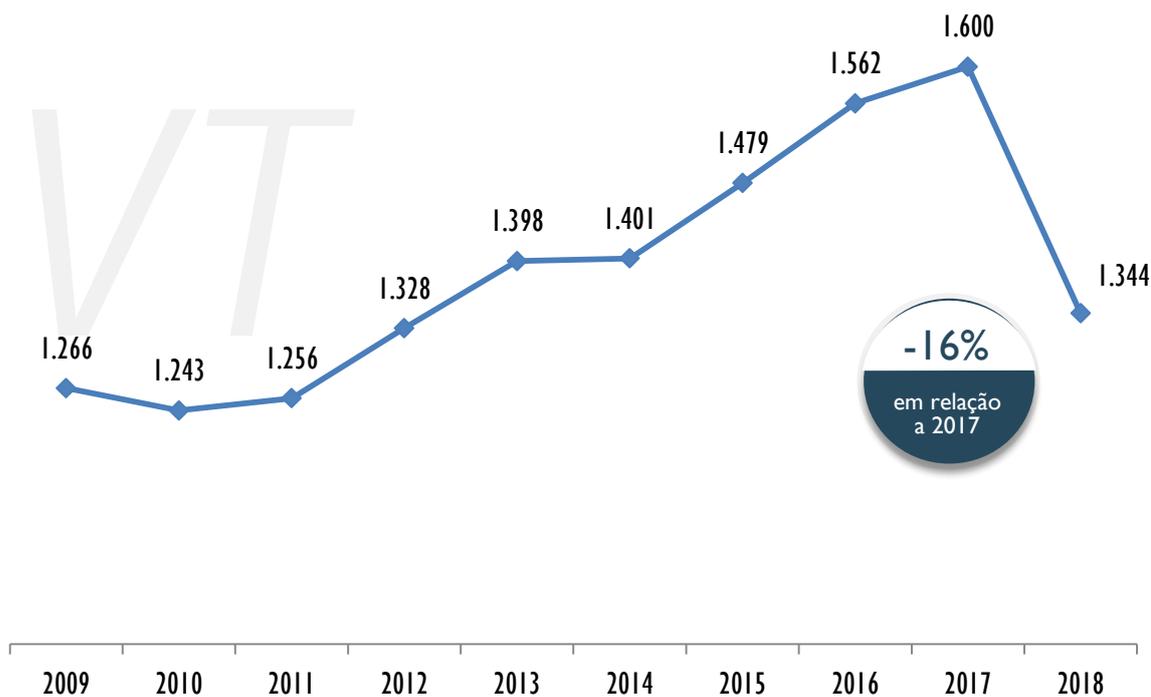
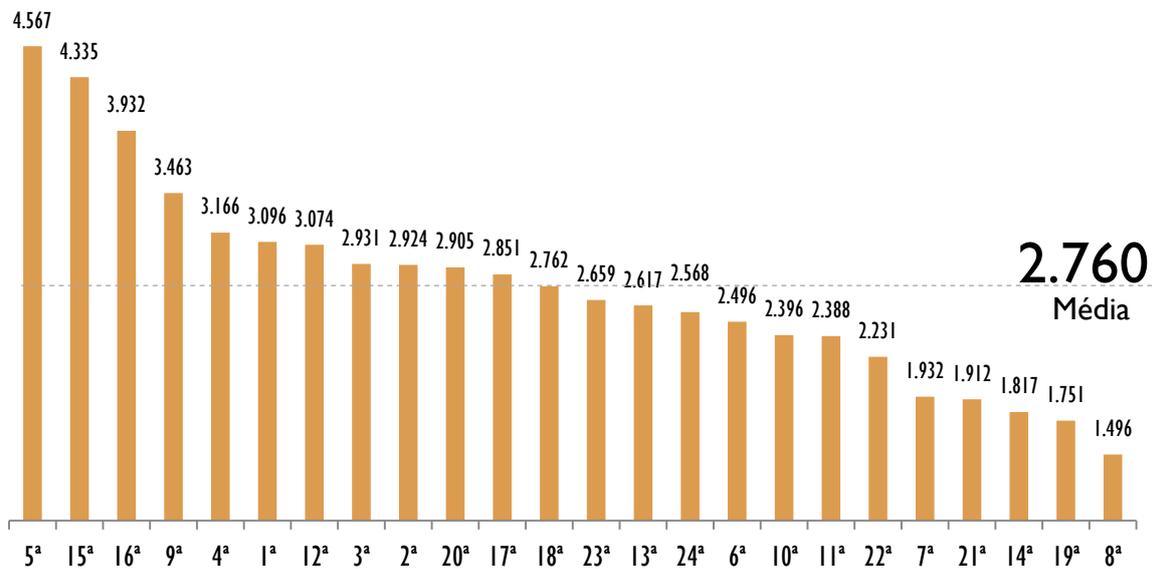


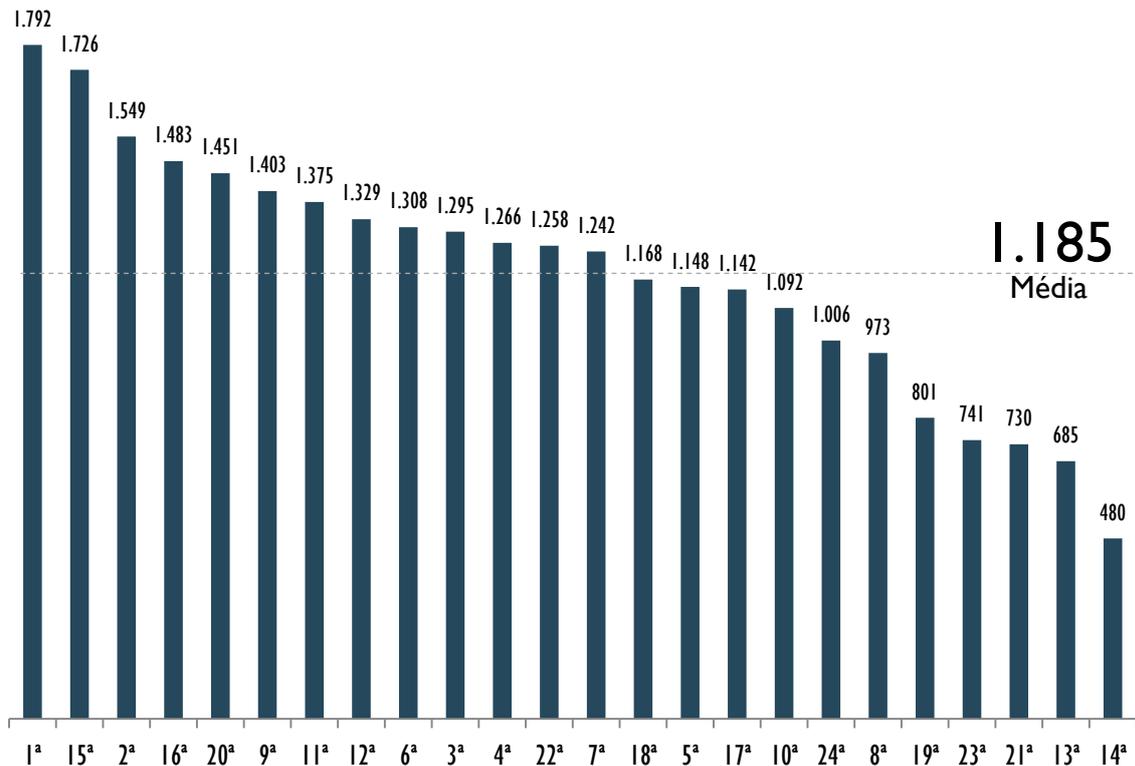


Figura 3.46. Total a Julgar por Magistrado na 2ª Instância. 2018.



Litigiosidade

Figura 3.47. Total a Julgar por Magistrado na 1ª Instância. 2018.



3.2.2. Total a Julgar por Servidor da Área Judiciária

O Total a Julgar por Servidor da Área Judiciária, na Justiça do Trabalho, foi de 190 processos durante o ano de 2018. No TST, o Total a Julgar foi de 394 processos para cada servidor, nos TRTs, foi de 204, nas Varas, de 173 para cada servidor.

Figura 3.48. Total a Julgar por Servidor da Área Judiciária na Justiça do Trabalho. 2018.

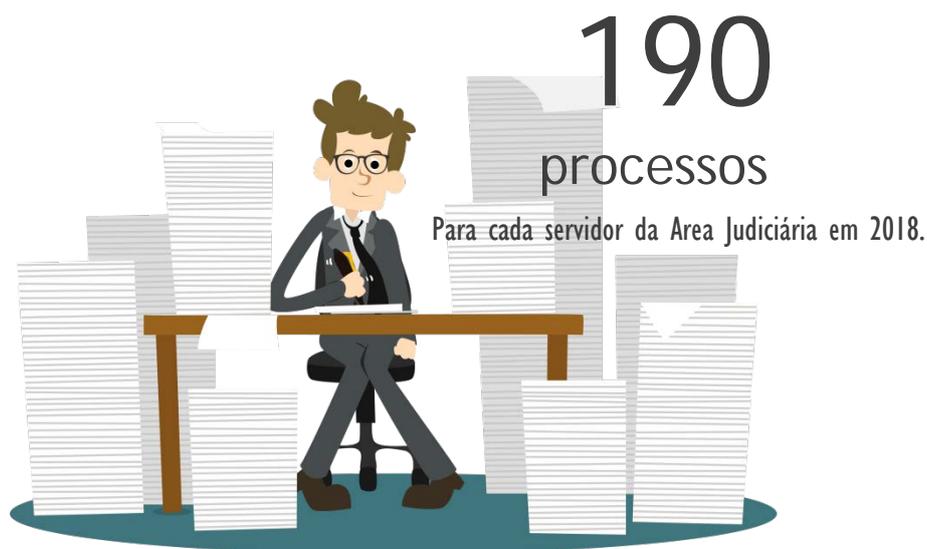
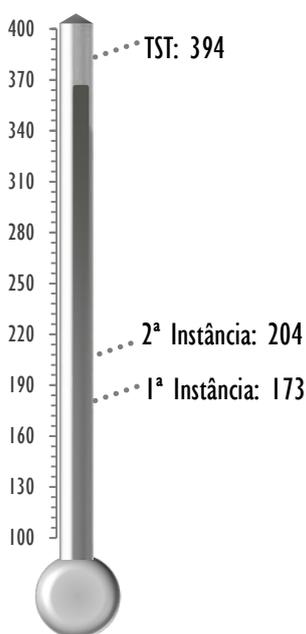
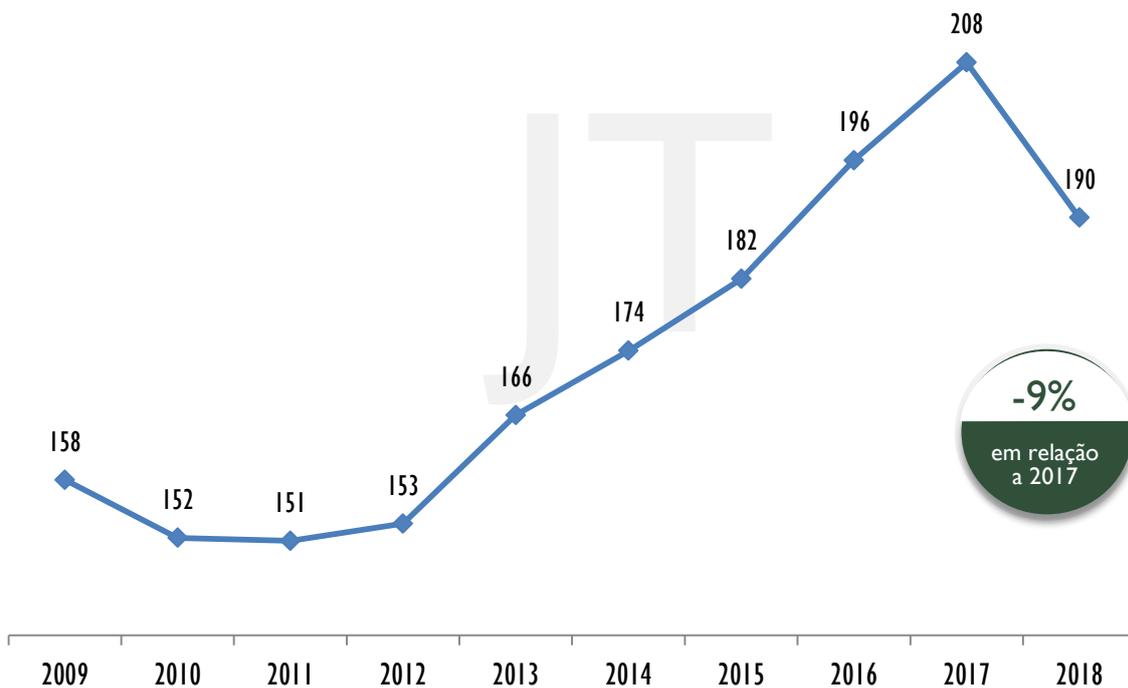


Figura 3.49. Total a Julgar por Servidor da Área Judiciária nas 3 Instâncias da Justiça do Trabalho. 2018.



Séries Históricas

Figura 3.50. Total a Julgar por Servidor da Área Judiciária na Justiça do Trabalho. 2009-2018.



Litigiosidade

Figura 3.51. Total a Julgar por Servidor da Área Judiciária no TST. 2009-2018.

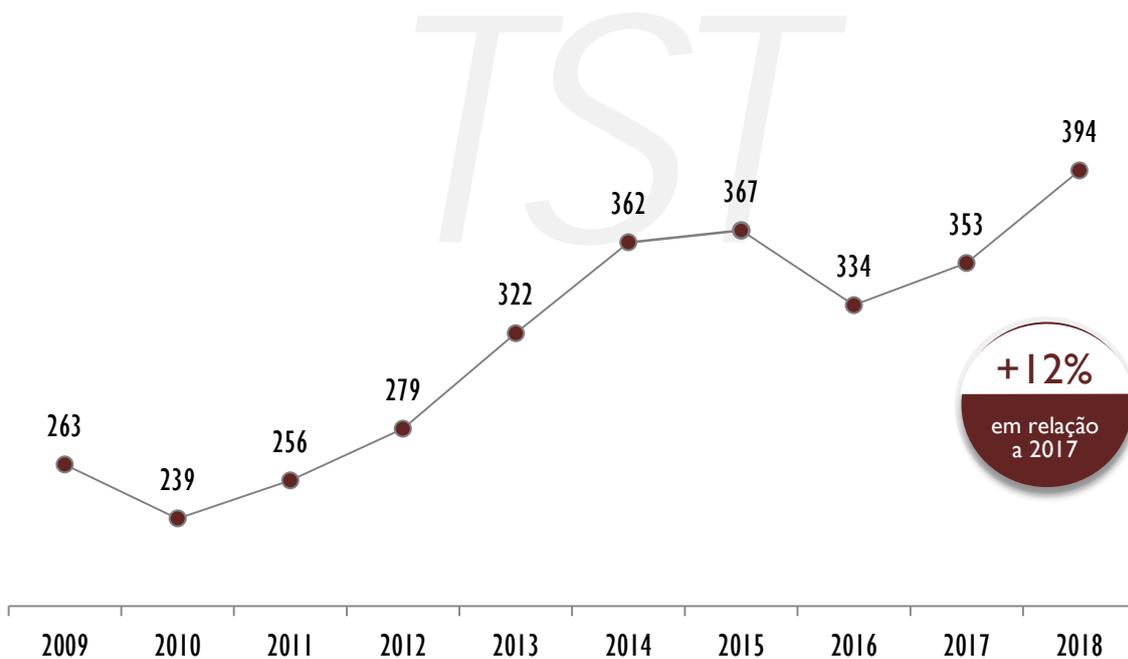


Figura 3.52. Total a Julgar por Servidor da Área Judiciária na 2ª Instância. 2009-2018.

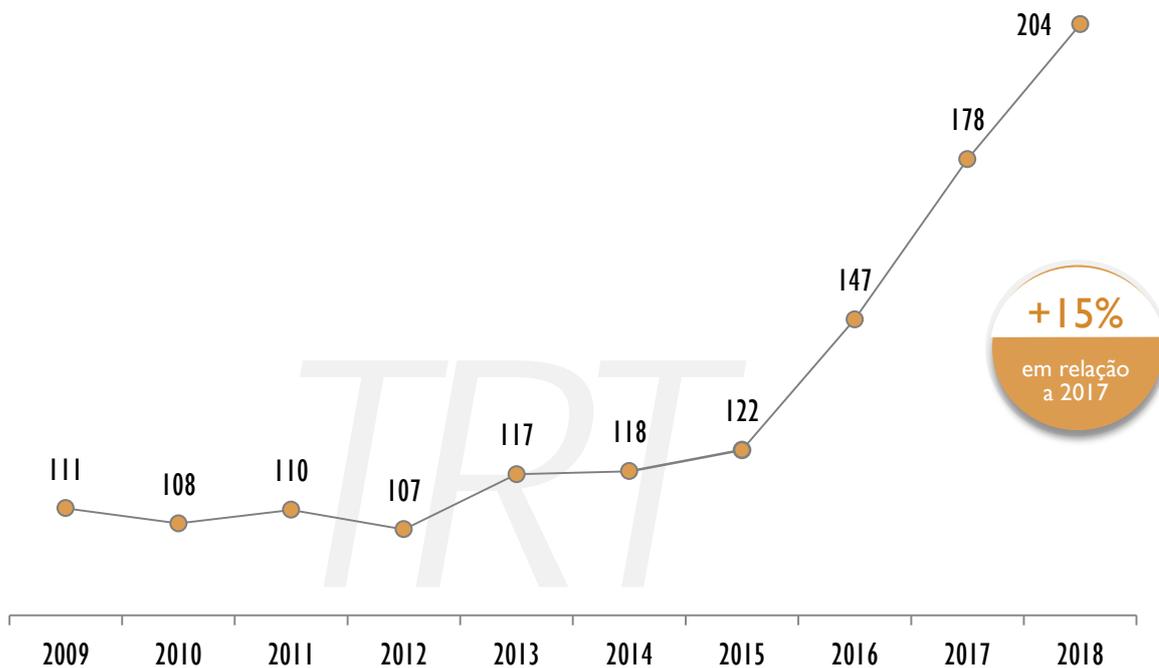


Figura 3.53. Total a Julgar por Servidor da Área Judiciária na 1ª Instância. 2009-2018.

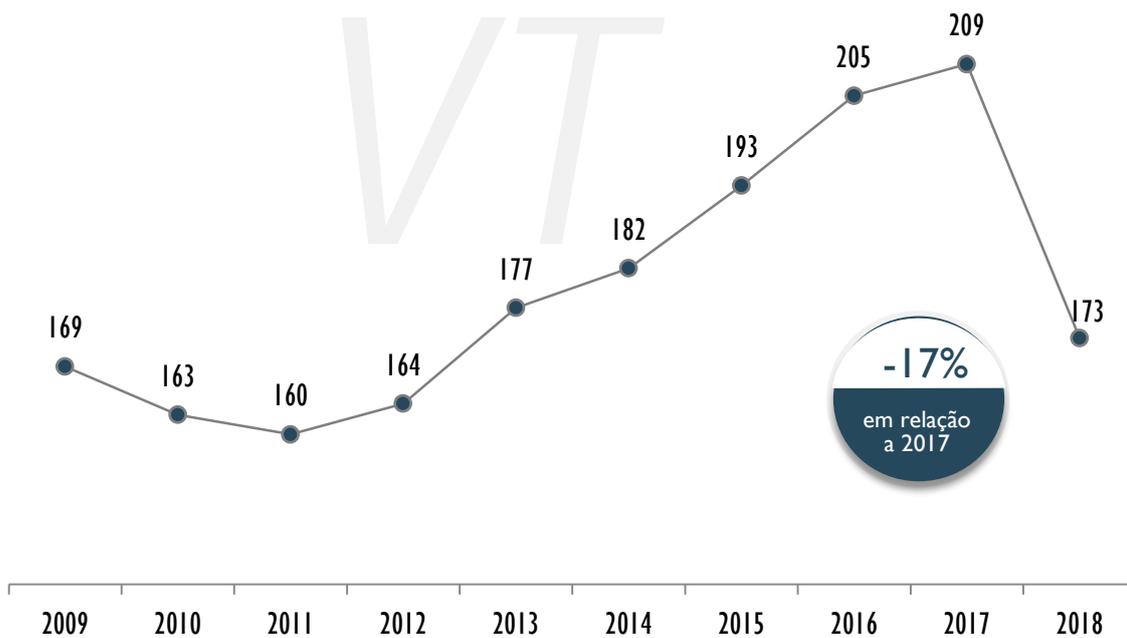
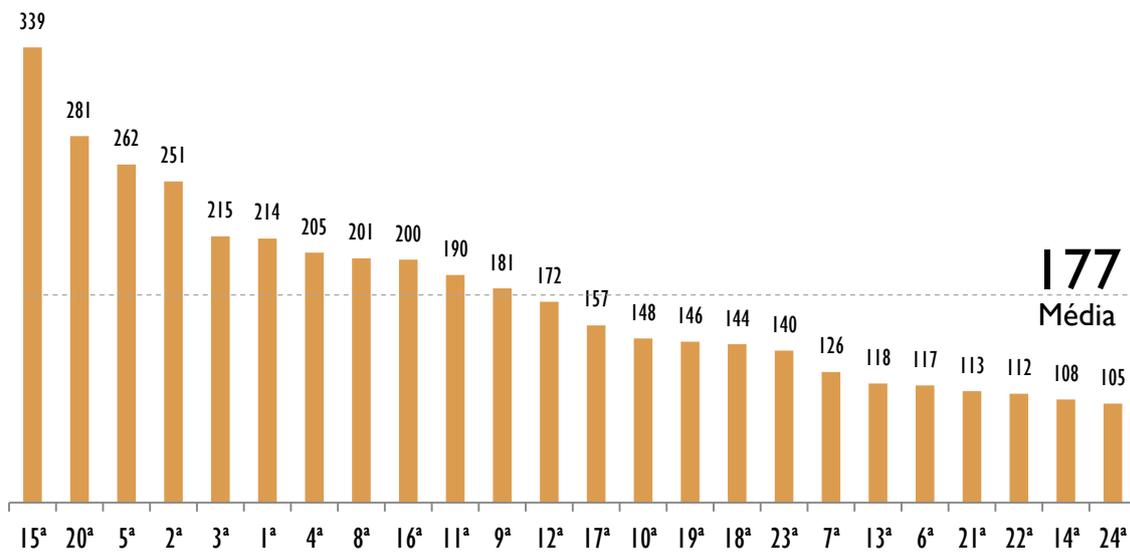


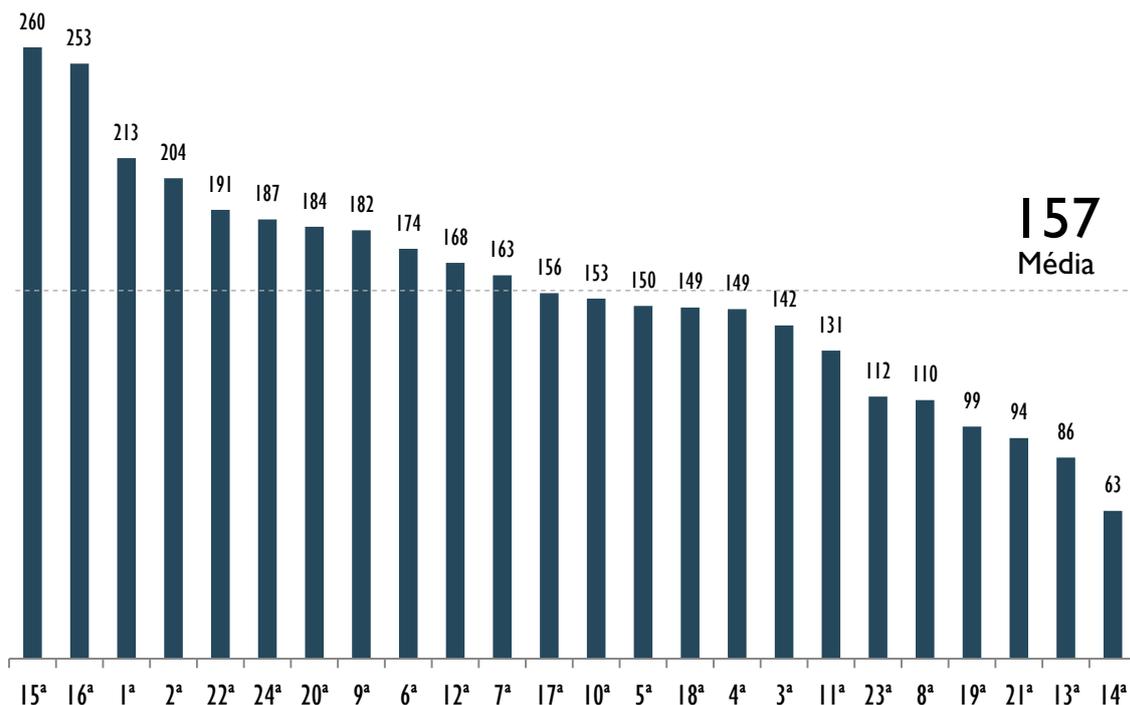


Figura 3.54. Total a Julgar por Servidor da Área Judiciária na 2ª Instância. 2018.



Litigiosidade

Figura 3.55. Total a Julgar por Servidor da Área Judiciária na 1ª Instância. 2018.



3.3. Produtividade

No TST, foram julgados 319.727 processos, 11,9% a mais que em 2017 e 58,8% do total a julgar. Desse total, 1.902 foram despachos e decisões monocráticas proferidos pela Presidência da Corte em processos de AIRR. Cada um dos demais Ministros julgou, em média, 11.725 processos e, por mês, 1.173. Do total de julgados, 202.305, 63,3%, foram Agravos de Instrumento em Recurso de Revista e 45.225, 14,1%, foram Recursos de Revista. Durante o ano, o Tribunal julgou 12 Dissídios Coletivos.

Os Órgãos Judicantes do TST realizaram 407 sessões de julgamento no ano; em média, 41 sessões por mês. A média de processos julgados por sessão foi de 391 processos.

Nos TRTs, foram julgados 1.027.573 processos, 67,2% do total a julgar. A produtividade aumentou 6,5% em relação a 2017. Cada Desembargador julgou, em média, no ano, 2.043 processos e, por mês, 170. Foram julgados 666 Dissídios Coletivos.

Nas Varas, tiveram solução, na Fase de Conhecimento, 2.446.390 processos, 10,8% a menos do que no ano de 2017. Desse quantitativo, 749.733, 30,6%, foram processos do rito sumaríssimo. Cada Juiz solucionou, em média, na Fase de Conhecimento, por ano, 741 processos e, por mês, 62. Os processos solucionados juntamente com os 379.507 EDs julgados representaram 69,2% do total a julgar.

Figura 3.56. Produtividade na Justiça do Trabalho. 2018.



Figura 3.57. Média de Julgados por Magistrado nas 3 Instâncias da Justiça do Trabalho. 2018.



3.3.1. Julgados em Relação ao Total a Julgar

Figura 3.58. Processos Julgados em Relação ao Total a Julgar no TST. 2018.

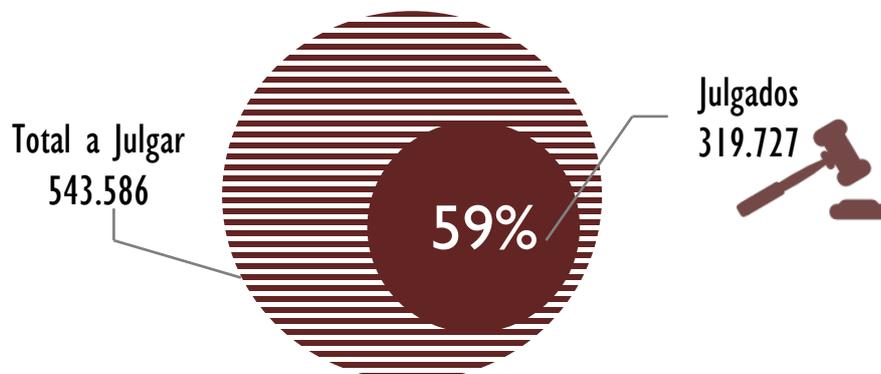


Figura 3.59. Processos Julgados em Relação ao Total a Julgar na 2ª Instância. 2018.

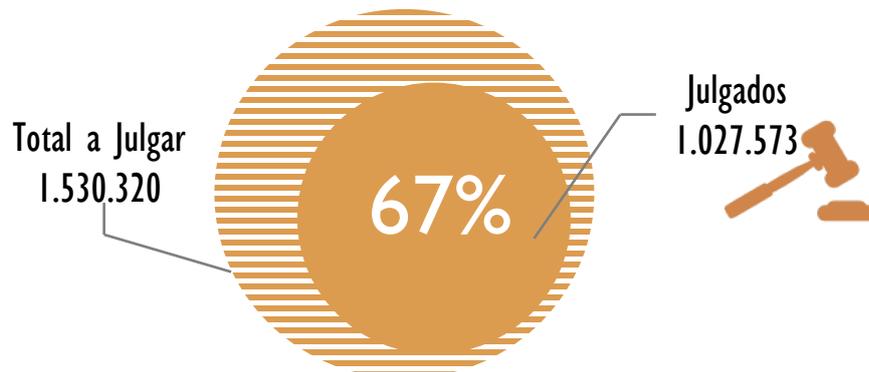


Figura 3.60. Processos Julgados em Relação ao Total a Julgar na 1ª Instância. 2018.

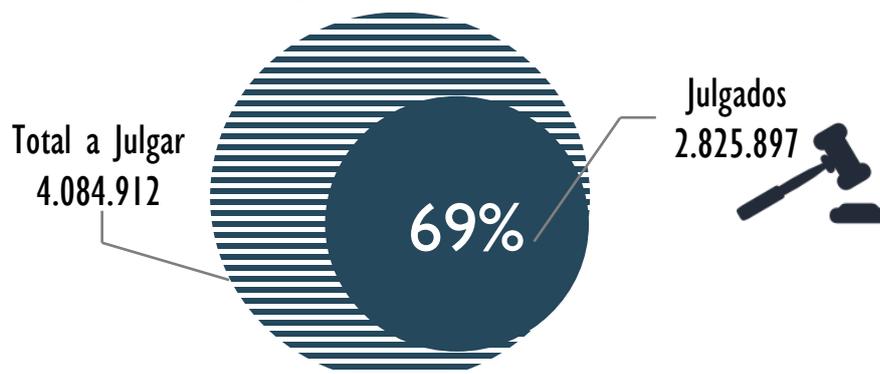


Tabela 3.2. Julgados em Relação ao Total a Julgar na 2ª Instância. 2018.

TRT	Julgados	Total a Julgar	$\frac{\text{Julgados}}{\text{Total a Julgar}}$ (%)
1ª - RJ	109.138	154.814	70,5%
2ª - SP	157.340	263.156	59,8%
3ª - MG	106.703	131.896	80,9%
4ª - RS	92.819	139.321	66,6%
5ª - BA	60.280	114.169	52,8%
6ª - PE	33.458	39.935	83,8%
7ª - CE	15.540	23.187	67,0%
8ª - PA e AP	24.332	29.913	81,3%
9ª - PR	56.956	96.961	58,7%
10ª - DF e TO	24.337	35.933	67,7%
11ª - AM e RR	18.167	28.657	63,4%
12ª - SC	36.144	46.104	78,4%
13ª - PB	17.264	20.935	82,5%
14ª - RO e AC	9.616	10.902	88,2%
15ª - Campinas/SP	139.555	221.060	63,1%
16ª - MA	12.370	23.593	52,4%
17ª - ES	19.877	28.514	69,7%
18ª - GO	25.199	33.140	76,0%
19ª - AL	8.347	10.503	79,5%
20ª - SE	11.940	17.427	68,5%
21ª - RN	12.513	15.296	81,8%
22ª - PI	10.689	13.383	79,9%
23ª - MT	12.236	15.954	76,7%
24ª - MS	12.753	15.567	81,9%
Total	1.027.573	1.530.320	67,1%

Litigiosidade

Figura 3.61. Julgados em Relação ao Total a Julgar na 2ª Instância. 2018.

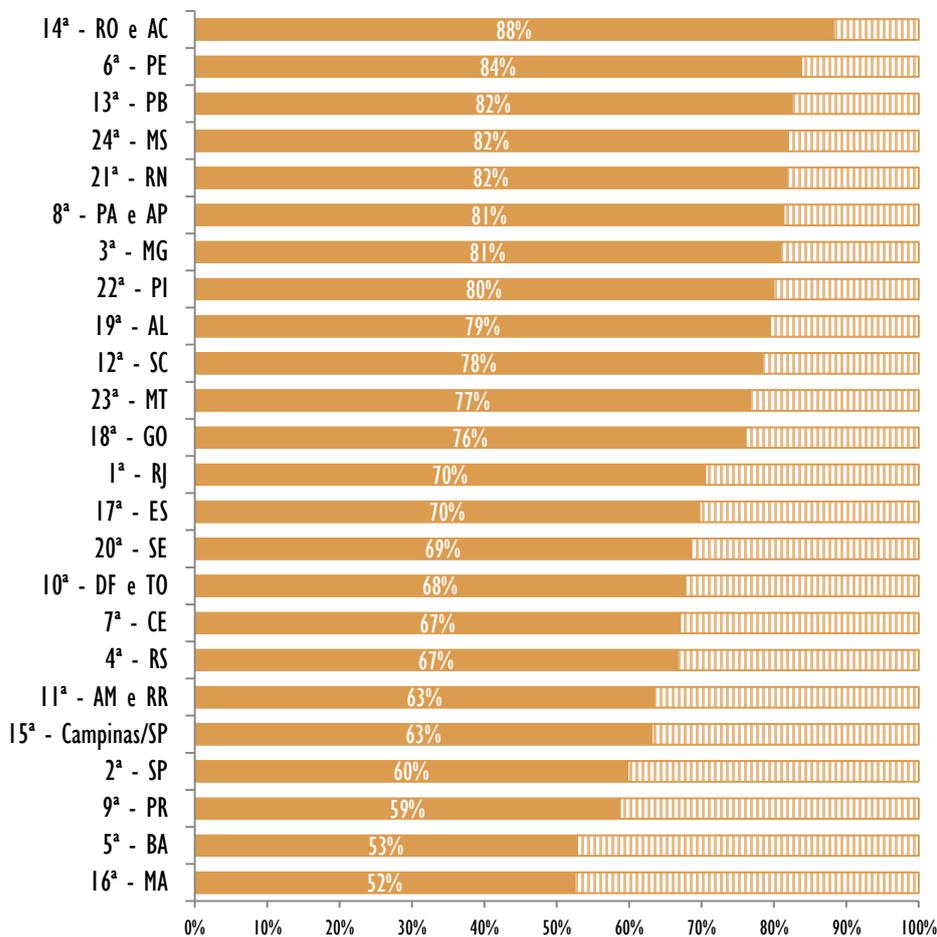
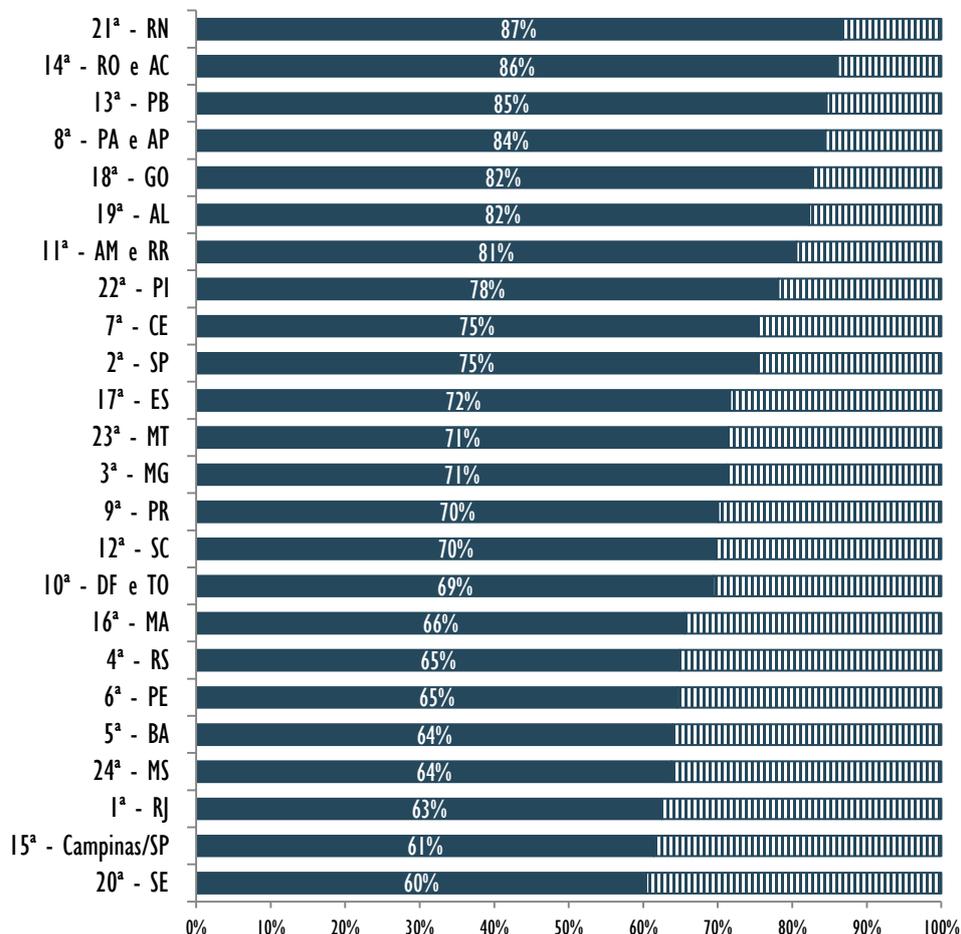


Tabela 3.3. Julgados em Relação ao Total a Julgar na 1ª Instância (Fase de Conhecimento). 2018.

Região Judiciária	Julgados (incluídos EDs)	Total a Julgar	$\frac{\text{Julgados}}{\text{Total a Julgar}}$ (%)
1ª - RJ	298.177	476.722	62,5%
2ª - SP	515.137	684.567	75,3%
3ª - MG	243.909	341.973	71,3%
4ª - RS	198.163	305.102	64,9%
5ª - BA	135.008	211.287	63,9%
6ª - PE	111.481	172.619	64,6%
7ª - CE	63.672	84.488	75,4%
8ª - PA e AP	77.242	91.444	84,5%
9ª - PR	174.055	248.361	70,1%
10ª - DF e TO	63.696	91.747	69,4%
11ª - AM e RR	52.044	64.618	80,5%
12ª - SC	102.762	147.522	69,7%
13ª - PB	34.785	41.098	84,6%
14ª - RO e AC	21.908	25.440	86,1%
15ª - Campinas/SP	369.874	602.356	61,4%
16ª - MA	47.660	72.665	65,6%
17ª - ES	43.362	60.505	71,7%
18ª - GO	87.589	106.276	82,4%
19ª - AL	29.009	35.245	82,3%
20ª - SE	25.416	42.078	60,4%
21ª - RN	28.452	32.869	86,6%
22ª - PI	28.505	36.480	78,1%
23ª - MT	38.675	54.116	71,5%
24ª - MS	35.316	55.334	63,8%
Total	2.825.897	4.084.912	69,2%

Figura 3.62. Julgados em Relação ao Total a Julgar na 1ª Instância (Fase de Conhecimento). 2018.



3.3.2. Julgados em Relação aos Recebidos

Figura 3.63. Processos Julgados em Relação aos Recebidos na Justiça do Trabalho. 2018.

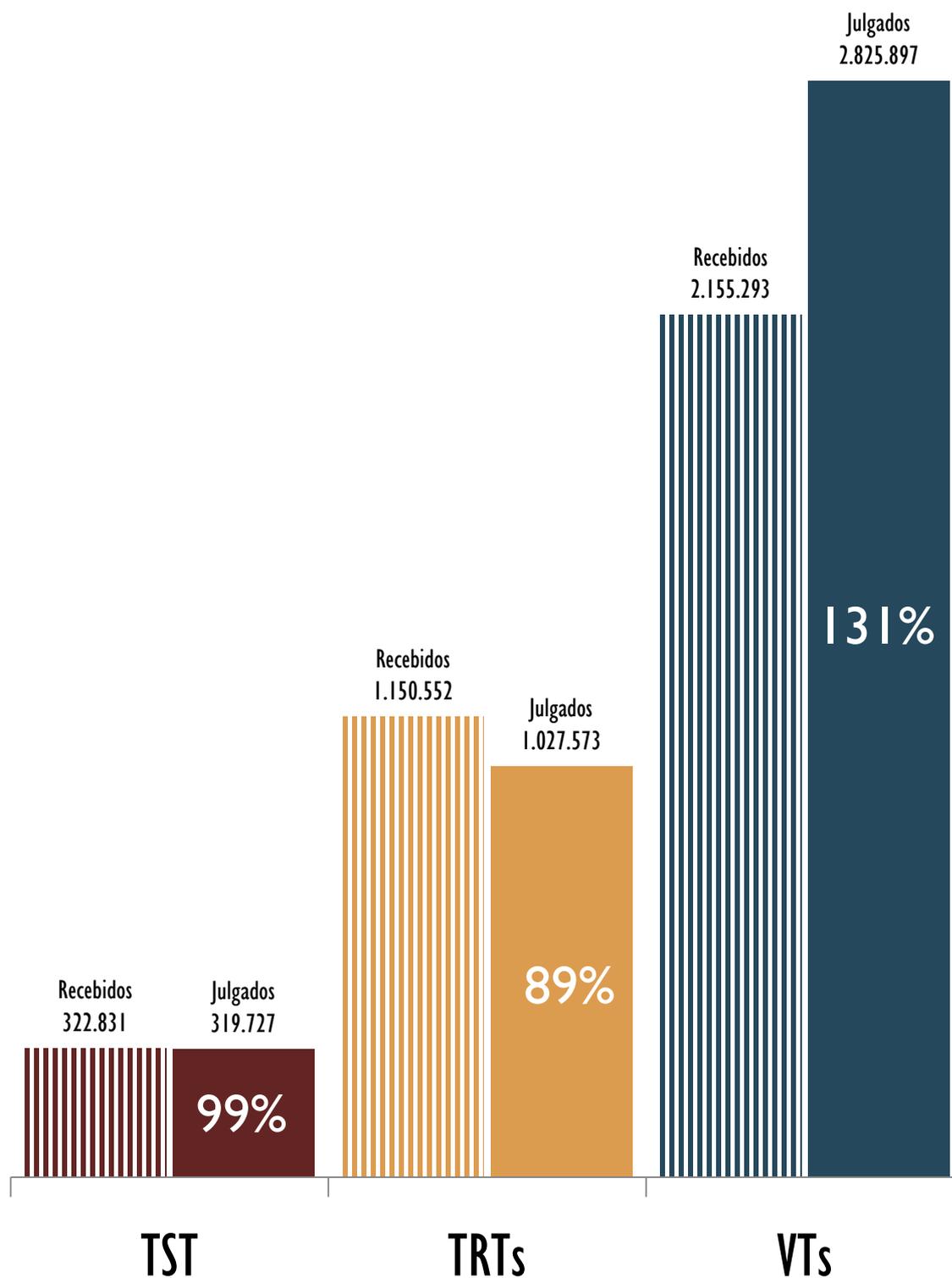


Tabela 3.4. Julgados em Relação aos Recebidos na 2ª Instância. 2018.

TRT	Julgados	Recebidos	$\frac{\text{Julgados}}{\text{Recebidos}}$ (%)
1ª - RJ	109.138	114.597	95,2%
2ª - SP	157.340	190.937	82,4%
3ª - MG	106.703	114.038	93,6%
4ª - RS	92.819	104.157	89,1%
5ª - BA	60.280	72.211	83,5%
6ª - PE	33.458	34.101	98,1%
7ª - CE	15.540	17.416	89,2%
8ª - PA e AP	24.332	24.555	99,1%
9ª - PR	56.956	70.471	80,8%
10ª - DF e TO	24.337	25.279	96,3%
11ª - AM e RR	18.167	17.893	101,5%
12ª - SC	36.144	37.699	95,9%
13ª - PB	17.264	17.031	101,4%
14ª - RO e AC	9.616	8.810	109,1%
15ª - Campinas/SP	139.555	165.308	84,4%
16ª - MA	12.370	18.388	67,3%
17ª - ES	19.877	22.695	87,6%
18ª - GO	25.199	26.365	95,6%
19ª - AL	8.347	8.432	99,0%
20ª - SE	11.940	11.993	99,6%
21ª - RN	12.513	11.884	105,3%
22ª - PI	10.689	11.410	93,7%
23ª - MT	12.236	12.012	101,9%
24ª - MS	12.753	12.870	99,1%
Total	1.027.573	1.150.552	89,3%

Figura 3.64. Processos Julgados em Relação aos Recebidos na 2ª Instância. 2018.

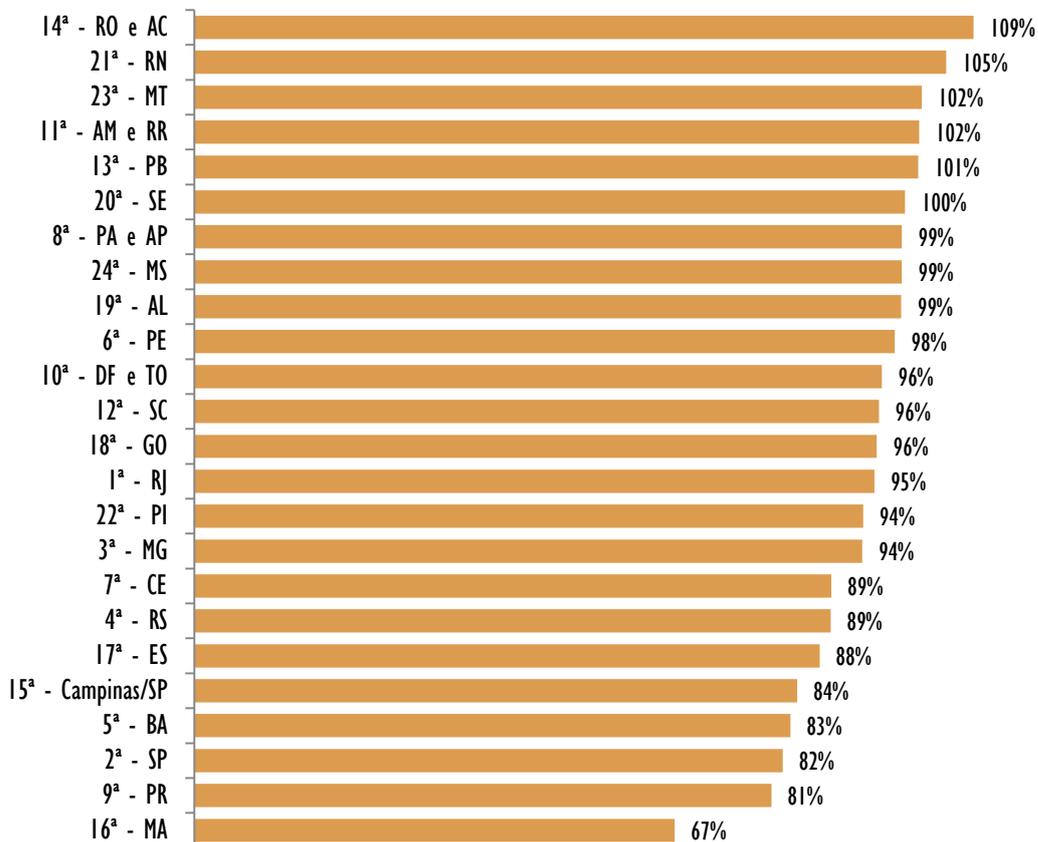
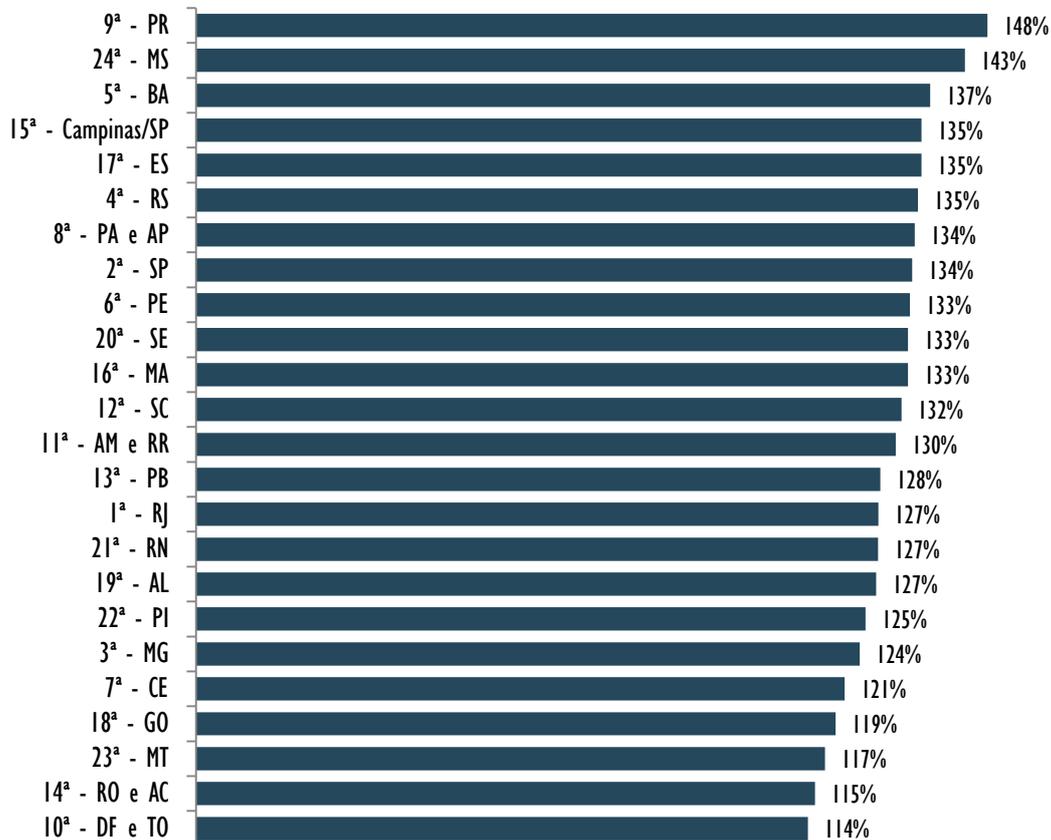


Tabela 3.5. Julgados em Relação aos Recebidos na 1ª Instância. 2018.

Região Judiciária	Julgados (incluídos EDs)	Recebidos (incluídos EDs)	$\frac{\text{Julgados}}{\text{Recebidos}}$ (%)
1ª - RJ	298.177	234.414	127,2%
2ª - SP	515.137	385.852	133,5%
3ª - MG	243.909	197.130	123,7%
4ª - RS	198.163	147.249	134,6%
5ª - BA	135.008	98.643	136,9%
6ª - PE	111.481	83.773	133,1%
7ª - CE	63.672	52.664	120,9%
8ª - PA e AP	77.242	57.666	133,9%
9ª - PR	174.055	117.974	147,5%
10ª - DF e TO	63.696	55.843	114,1%
11ª - AM e RR	52.044	39.903	130,4%
12ª - SC	102.762	78.134	131,5%
13ª - PB	34.785	27.268	127,6%
14ª - RO e AC	21.908	18.991	115,4%
15ª - Campinas/SP	369.874	273.453	135,3%
16ª - MA	47.660	35.912	132,7%
17ª - ES	43.362	32.068	135,2%
18ª - GO	87.589	73.476	119,2%
19ª - AL	29.009	22.882	126,8%
20ª - SE	25.416	19.147	132,7%
21ª - RN	28.452	22.376	127,2%
22ª - PI	28.505	22.842	124,8%
23ª - MT	38.675	32.989	117,2%
24ª - MS	35.316	24.644	143,3%
Total	2.825.897	2.155.293	131,1%

Figura 3.65. Julgados em Relação aos Recebidos na 1ª Instância. 2018.



3.3.3. Conciliação nas Varas do Trabalho

O percentual de conciliações no País foi de 43,7%, o nível mais baixo desde 2009. Destaca-se, no entanto, que 473 varas (27,6% do total de instaladas) apresentaram índice de conciliação maior ou igual a 50,0%. Dentre essas, 78 varas apresentaram índice entre 60,0% e 70,0% e 23, índice superior a 70,0%. O percentual de conciliações, no rito sumaríssimo, foi de 61,3%; no rito ordinário, foi de 36,6%.

Figura 3.66. Percentual de Conciliação. 2018.



Figura 3.67. Percentual de Conciliações na 1ª Instância. 2009-2018.

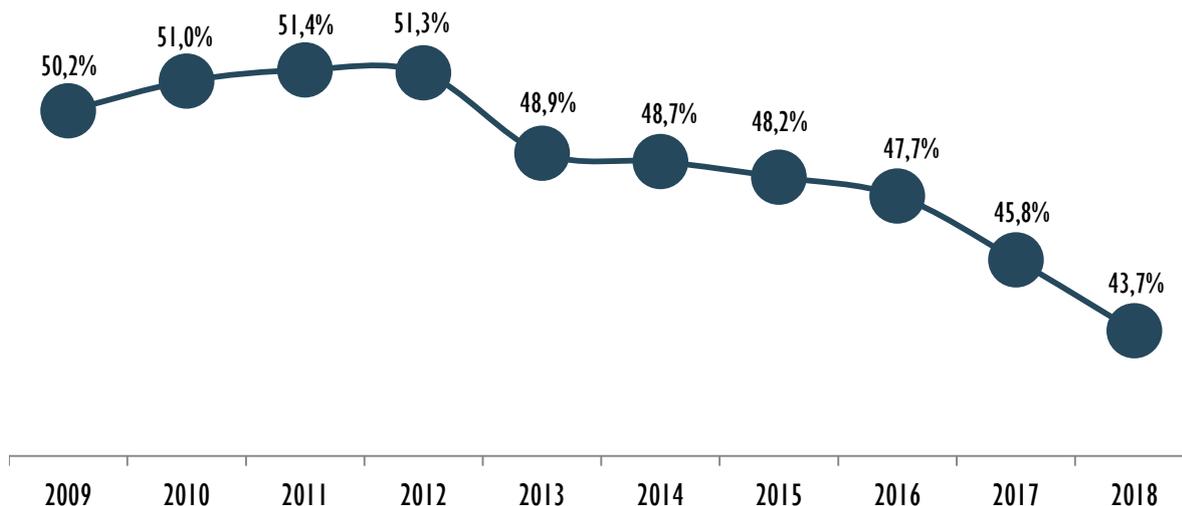
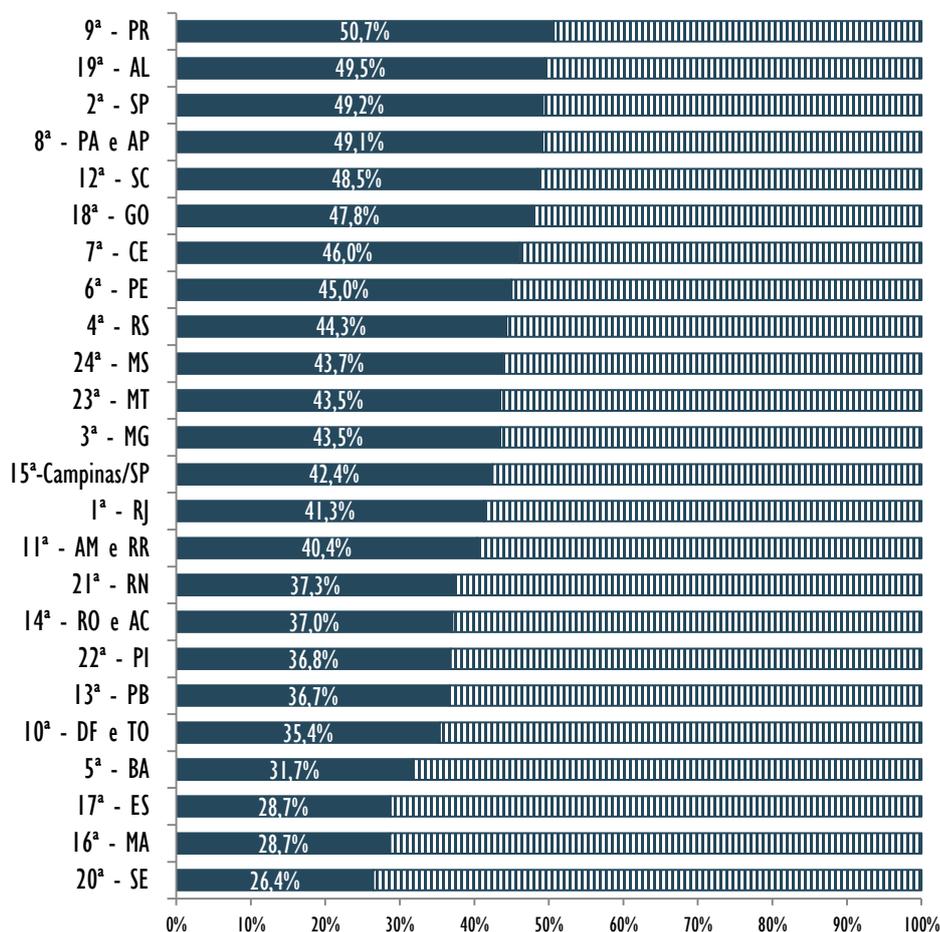


Tabela 3.6. Percentual de Conciliações por Região Judiciária na 1ª Instância. 2018.

Região Judiciária	Conciliações	Julgados Total (*)	$\frac{\text{Conciliações}}{\text{Julgados Total}}$ (%)
1ª - RJ	91.184	221.026	41,3%
2ª - SP	194.926	396.520	49,2%
3ª - MG	79.508	182.955	43,5%
4ª - RS	72.653	164.104	44,3%
5ª - BA	30.951	97.734	31,7%
6ª - PE	40.323	89.665	45,0%
7ª - CE	23.483	51.050	46,0%
8ª - PA e AP	26.148	53.235	49,1%
9ª - PR	70.120	138.412	50,7%
10ª - DF e TO	16.214	45.862	35,4%
11ª - AM e RR	14.881	36.855	40,4%
12ª - SC	41.443	85.412	48,5%
13ª - PB	9.741	26.540	36,7%
14ª - RO e AC	6.612	17.862	37,0%
15ª - Campinas/SP	127.995	301.637	42,4%
16ª - MA	10.472	36.505	28,7%
17ª - ES	9.122	31.739	28,7%
18ª - GO	33.232	69.475	47,8%
19ª - AL	11.769	23.787	49,5%
20ª - SE	5.063	19.161	26,4%
21ª - RN	8.012	21.496	37,3%
22ª - PI	8.194	22.256	36,8%
23ª - MT	13.548	31.154	43,5%
24ª - MS	12.743	29.146	43,7%
País	958.337	2.193.588	43,7%

Nota: (*) Nos Julgados não estão incluídos arquivamentos, desistências e declarações de incompetência.

Figura 3.68. Percentual de Conciliações por Região Judiciária na 1ª Instância. 2018.



3.4 Reforma da Decisão

3.4.1. Tribunais Regionais do Trabalho

a) Recursos de Revista

A Taxa de Reforma da Decisão dos TRT aumentou em relação a 2017, ficando em 69,5%.

Figura 3.69. Reforma de Recursos de Revista. 2018.

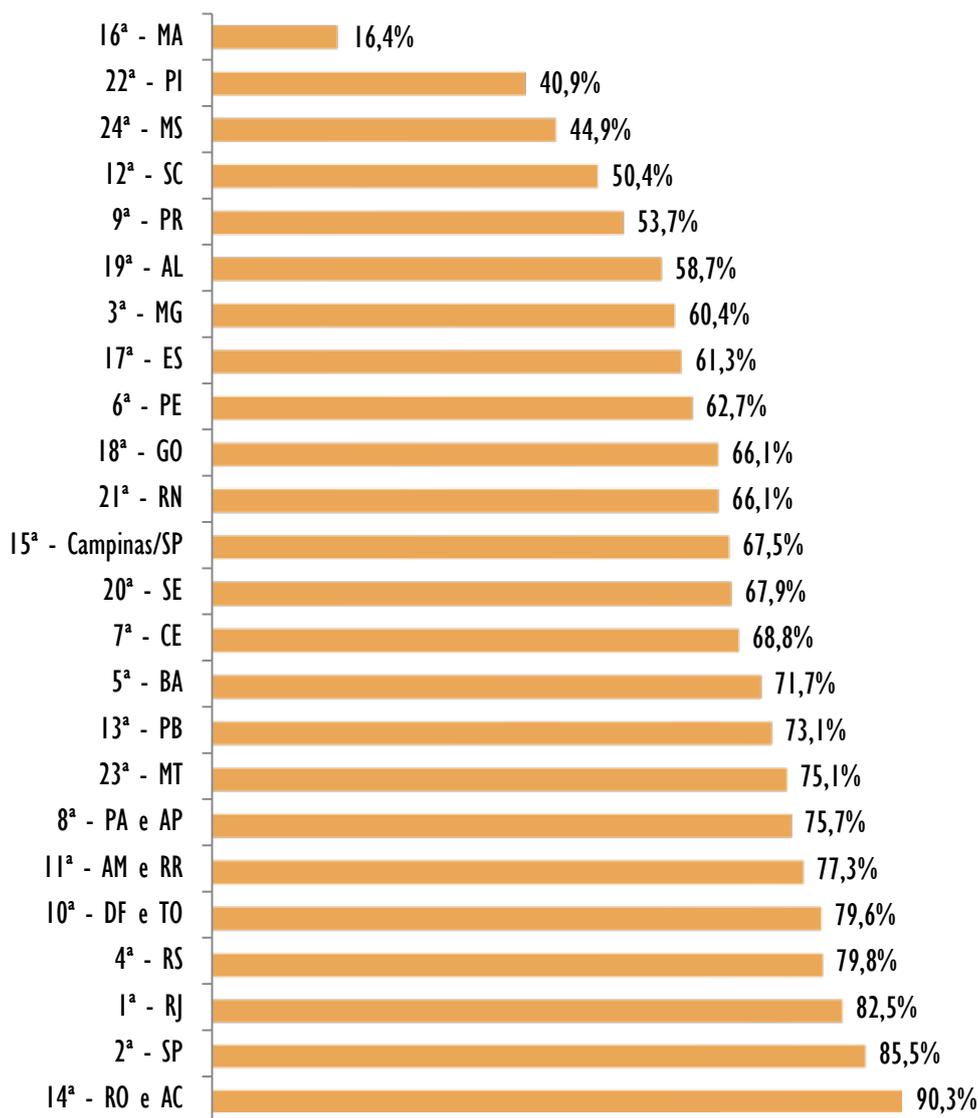


Tabela 3.7. Taxa de Reforma da Decisão da 2ª Instância. Recursos de Revista. 2016-2018.

Região Judiciária de Origem	Ano de 2016			Ano de 2017			Ano de 2018		
	Provido/Provido em Parte	Total de Decisões	Taxa de Reforma Decisão (%)	Provido/Provido em Parte	Total de Decisões	Taxa de Reforma Decisão (%)	Provido/Provido em Parte	Total de Decisões	Taxa de Reforma Decisão (%)
1ª	1.644	2.285	71,9%	1.992	2.574	77,4%	2.940	3.565	82,5%
2ª	3.470	4.163	83,4%	3.513	4.130	85,1%	3.919	4.584	85,5%
3ª	2.112	3.853	54,8%	2.020	3.642	55,5%	2.381	3.939	60,4%
4ª	7.880	9.777	80,6%	6.544	8.285	79,0%	5.753	7.206	79,8%
5ª	1.288	1.894	68,0%	1.143	1.681	68,0%	1.742	2.428	71,7%
6ª	603	925	65,2%	508	816	62,3%	602	960	62,7%
7ª	533	816	65,3%	365	498	73,3%	397	577	68,8%
8ª	538	803	67,0%	577	775	74,5%	704	930	75,7%
9ª	2.067	3.959	52,2%	2.432	4.379	55,5%	2.163	4.027	53,7%
10ª	515	677	76,1%	774	935	82,8%	1.071	1.345	79,6%
11ª	304	463	65,7%	305	441	69,2%	1.128	1.460	77,3%
12ª	1.714	3.369	50,9%	1.511	2.863	52,8%	1.184	2.349	50,4%
13ª	330	450	73,3%	352	478	73,6%	294	402	73,1%
14ª	200	336	59,5%	338	384	88,0%	543	601	90,3%
15ª	3.046	4.524	67,3%	3.150	4.712	66,9%	3.186	4.718	67,5%
16ª	87	397	21,9%	66	550	12,0%	117	715	16,4%
17ª	932	1.842	50,6%	994	1.778	55,9%	1.147	1.870	61,3%
18ª	315	547	57,6%	345	523	66,0%	404	611	66,1%
19ª	169	251	67,3%	189	293	64,5%	192	327	58,7%
20ª	212	394	53,8%	139	295	47,1%	361	532	67,9%
21ª	450	693	64,9%	400	516	77,5%	590	892	66,1%
22ª	256	375	68,3%	205	448	45,8%	216	528	40,9%
23ª	168	266	63,2%	149	227	65,6%	202	269	75,1%
24ª	195	307	63,5%	335	465	72,0%	154	343	44,9%
Total	29.028	43.366	66,9%	28.346	41.688	68,0%	31.390	45.178	69,5%

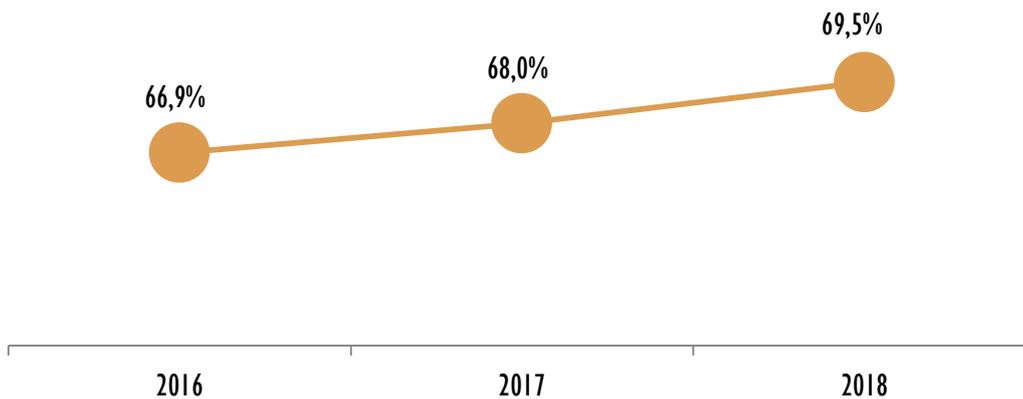
Nota: Não incluídos os processos julgados por despacho.

Figura 3.70. Taxa de Reforma da Decisão 2ª Instância. Recursos de Revista. 2018.



Litigiosidade

Figura 3.71. Taxa de Reforma da Decisão 2ª Instância. Recursos de Revista. 2016-2018.



b) Recursos Ordinários

A Taxa de Reforma da Decisão dos TRTs foi de 14,6%, inferior às de 2016 e 2017, que foram de 17,4% e 18,3% respectivamente.

Figura 3.72. Taxa de Reforma de Recursos Ordinários. 2018.



Tabela 3.8. Taxa de Reforma da Decisão 2ª Instância. Recursos Ordinários. 2016-2018.

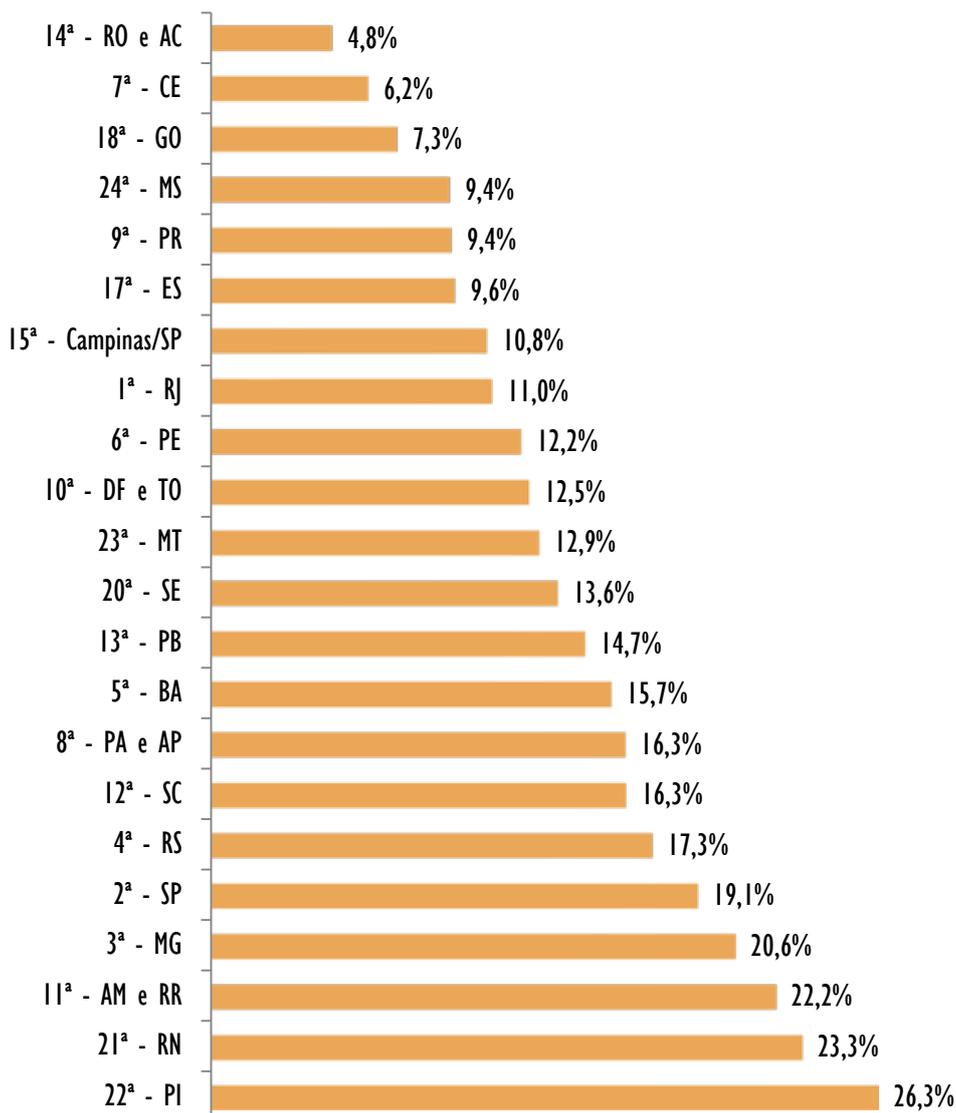
Região Judiciária de Origem	Ano de 2016			Ano de 2017			Ano de 2018		
	Provido/Provido em Parte	Total de Decisões	Taxa de Reforma Decisão (%)	Provido/Provido em Parte	Total de Decisões	Taxa de Reforma Decisão (%)	Provido/Provido em Parte	Total de Decisões	Taxa de Reforma Decisão (%)
1ª	22	123	17,9%	11	120	9,2%	18	163	11,0%
2ª	68	337	20,2%	91	297	30,6%	67	350	19,1%
3ª	20	173	11,6%	21	119	17,6%	33	160	20,6%
4ª	46	261	17,6%	67	242	27,7%	51	294	17,3%
5ª	25	143	17,5%	14	133	10,5%	31	197	15,7%
6ª	7	77	9,1%	4	56	7,1%	10	82	12,2%
7ª	6	39	15,4%	7	48	14,6%	5	81	6,2%
8ª	12	71	16,9%	31	109	28,4%	29	178	16,3%
9ª	25	99	25,3%	17	298	5,7%	12	127	9,4%
10ª	19	56	33,9%	11	41	26,8%	7	56	12,5%
11ª	7	39	17,95%	4	37	10,8%	8	36	22,2%
12ª	20	98	20,4%	18	74	24,3%	16	98	16,3%
13ª	6	31	19,4%	3	25	12,0%	5	34	14,7%
14ª	-	14	-	32	69	46,4%	4	84	4,8%
15ª	37	269	13,8%	22	223	9,9%	32	295	10,8%
16ª	3	26	11,5%	2	16	12,5%	-	14	-
17ª	18	113	15,9%	19	93	20,4%	7	73	9,6%
18ª	8	55	14,5%	5	50	10,0%	3	41	7,3%
19ª	5	21	23,8%	4	18	22,2%	-	17	-
20ª	5	37	13,5%	4	29	13,8%	3	22	13,6%
21ª	19	133	14,3%	7	50	14,0%	10	43	23,3%
22ª	34	117	29,1%	13	71	18,3%	21	80	26,3%
23ª	3	37	8,1%	2	18	11,1%	4	31	12,9%
24ª	5	46	10,9%	4	19	21,1%	3	32	9,4%
Total	420	2.415	17,4%	413	2.255	18,3%	379	2.588	14,6%

Notas: 1) Não inclui os processos julgados por despacho.

2) Sinal convencional utilizado:

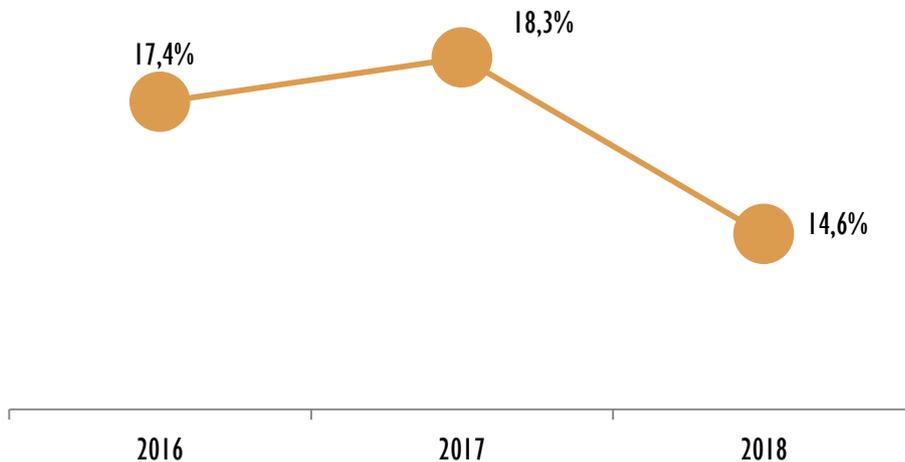
- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Figura 3.73. Taxa de Reforma da Decisão da 2ª Instância. Recursos Ordinários. 2018.



Litigiosidade

Figura 3.74. Taxa de Reforma da Decisão da 2ª Instância. Recursos Ordinários. 2016-2018.



3.4.2. Varas do Trabalho

a) Recursos Ordinários

A Taxa de Reforma da Decisão das Varas do Trabalho, em Recursos Ordinários, alcançou o maior percentual no último triênio: 45,8%. As Regiões que apresentaram as maiores taxas, em 2018, foram a 24ª Região, com 52,8%, a 23ª Região, com 51,6%, a 22ª Região, com 51,6%, a 21ª Região, com 49,7%, e a 20ª Região, com 49,2%.

Figura 3.75. Taxa de Reforma de Recursos Ordinários das Varas. 2018.

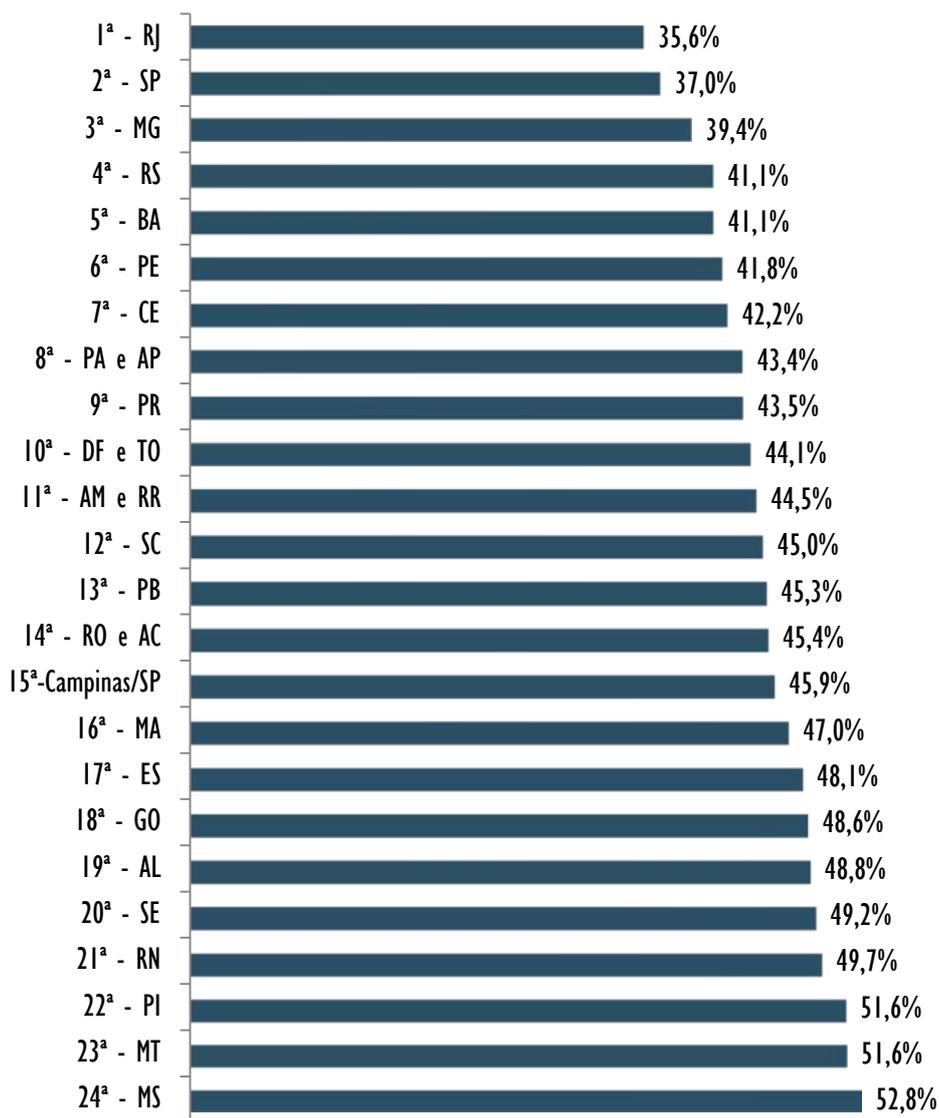


Tabela 3.9. Taxa de Reforma da Decisão. Recursos Ordinários. 1ª Instância. 2016-2018.

Região Judiciária de Origem	Ano de 2016			Ano de 2017			Ano de 2018		
	Provido/Provido em Parte	Total de Decisões (*)	Taxa de Reforma Decisão (%)	Provido/Provido em Parte	Total de Decisões (*)	Taxa de Reforma Decisão (%)	Provido/Provido em Parte	Total de Decisões (*)	Taxa de Reforma Decisão (%)
1ª	24.450	56.875	43,0%	7.104	22.209	43,6%	6.737	18.905	35,6%
2ª	46.019	127.611	36,1%	2.684	7.525	38,4%	3.885	10.510	37,0%
3ª	29.407	68.364	43,0%	2.606	6.862	46,0%	3.843	9.754	39,4%
4ª	36.855	72.422	50,9%	2.288	6.688	52,2%	2.791	6.791	41,1%
5ª	13.512	30.161	44,8%	35.226	80.738	47,3%	33.984	82.592	41,2%
6ª	9.987	22.252	44,9%	4.743	10.943	43,0%	3.920	9.371	41,8%
7ª	2.634	6.891	38,2%	3.478	8.156	38,0%	2.974	7.041	42,2%
8ª	6.478	14.513	44,6%	3.174	8.616	43,6%	5.722	13.176	43,4%
9ª	24.425	53.485	45,7%	58.856	153.115	48,2%	55.090	126.730	43,5%
10ª	5.857	20.491	28,6%	3.843	9.046	32,0%	3.607	8.186	44,1%
11ª	3.260	8.160	40,0%	17.553	37.117	36,8%	22.159	49.787	44,5%
12ª	12.597	29.491	42,7%	48.519	106.566	46,2%	55.093	122.379	45,0%
13ª	2.943	6.506	45,2%	12.003	27.939	48,4%	12.983	28.653	45,3%
14ª	4.423	10.232	43,2%	2.901	7.295	42,5%	4.109	9.043	45,4%
15ª	37.764	84.997	44,4%	8.537	19.540	45,5%	7.963	17.331	46,0%
16ª	2.944	6.957	42,3%	7.056	16.177	35,7%	8.206	17.442	47,1%
17ª	7.139	14.310	49,9%	14.759	31.956	49,8%	16.178	33.600	48,2%
18ª	7.626	19.149	39,8%	6.358	13.140	43,7%	6.266	12.900	48,6%
19ª	2.629	6.183	42,5%	38.960	84.654	42,6%	37.152	76.199	48,8%
20ª	2.740	6.264	43,7%	4.646	8.923	48,5%	4.683	9.520	49,2%
21ª	2.519	7.191	35,0%	7.339	14.731	39,8%	7.270	14.638	49,7%
22ª	2.548	6.666	38,2%	3.493	7.204	34,2%	4.262	8.266	51,6%
23ª	3.421	9.687	35,3%	42.171	80.817	43,3%	41.460	80.295	51,6%
24ª	4.530	9.328	48,6%	27.679	57.454	52,1%	25.998	49.256	52,8%
Total	296.707	698.186	42,5%	365.769	826.977	44,2%	376.335	822.365	45,8%

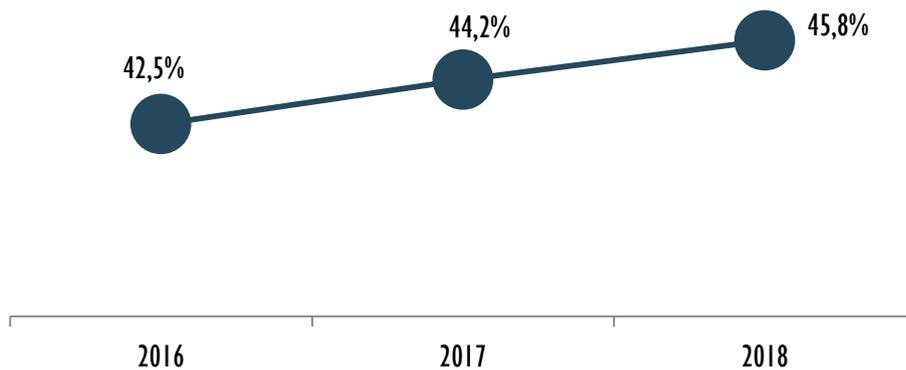
Nota: (*) Nas decisões não são considerados acordos, desistências e arquivamentos.

Figura 3.76. Taxa de Reforma da Decisão. Recursos Ordinários. 1ª Instância. 2018.



Litigiosidade

Figura 3.77. Taxa de Reforma da Decisão. Recursos Ordinários. 1ª Instância. 2016-2018.



3.5. Execução

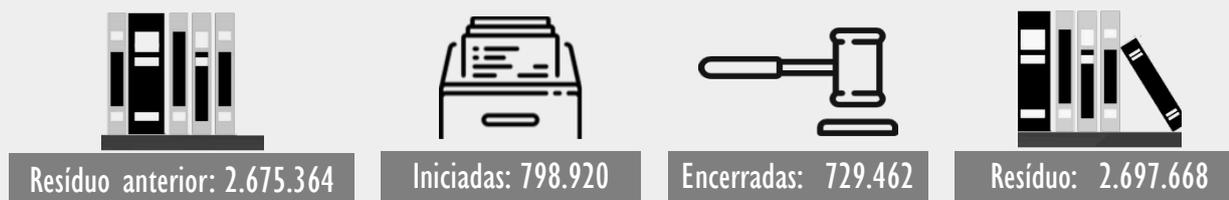
Em 2018, foram iniciadas e encerradas nas Varas do Trabalho, respectivamente, 798.920 e 729.462 execuções.

Tabela 3.10. Movimentação Processual. Processos de Execução. 1ª Instância. 2018.

Região Judiciária	Resíduo em 2017	Execuções Iniciadas	Total a Executar em 2018	Execuções Encerradas	Resíduo em 2018
1ª - RJ	341.796	85.116	426.912	55.595	356.576
2ª - SP	520.023	121.551	641.574	45.686	563.255
3ª - MG	209.083	55.438	264.521	80.649	190.331
4ª - RS	235.321	59.733	295.054	57.681	237.462
5ª - BA	158.661	38.688	197.349	40.681	149.994
6ª - PE	82.903	36.631	119.534	37.773	88.207
7ª - CE	80.825	22.204	103.029	24.278	79.473
8ª - PA e AP	53.393	27.736	81.129	30.029	52.468
9ª - PR	211.168	49.090	260.258	47.964	209.126
10ª - DF e TO	77.808	16.016	93.824	22.906	80.466
11ª - AM e RR	20.637	13.474	34.111	12.244	21.802
12ª - SC	72.289	27.964	100.253	27.428	72.169
13ª - PB	25.128	11.999	37.127	13.684	25.054
14ª - RO e AC	24.446	7.681	32.127	8.570	24.030
15ª-Campinas/SP	173.161	99.596	272.757	90.390	178.578
16ª - MA	51.931	11.702	63.633	12.823	50.927
17ª - ES	41.883	15.838	57.721	12.690	39.614
18ª - GO	66.060	28.991	95.051	31.060	58.136
19ª - AL	55.484	13.361	68.845	11.944	54.876
20ª - SE	26.709	7.885	34.594	6.368	28.303
21ª - RN	39.485	13.373	52.858	20.319	34.976
22ª - PI	33.761	12.958	46.719	18.706	28.550
23ª - MT	43.310	11.147	54.457	11.326	42.105
24ª - MS	30.099	10.748	40.847	8.668	31.190
País	2.675.364	798.920	3.474.284	729.462	2.697.668

Nota: No Resíduo, estão incluídos os Processos em arquivo provisório.

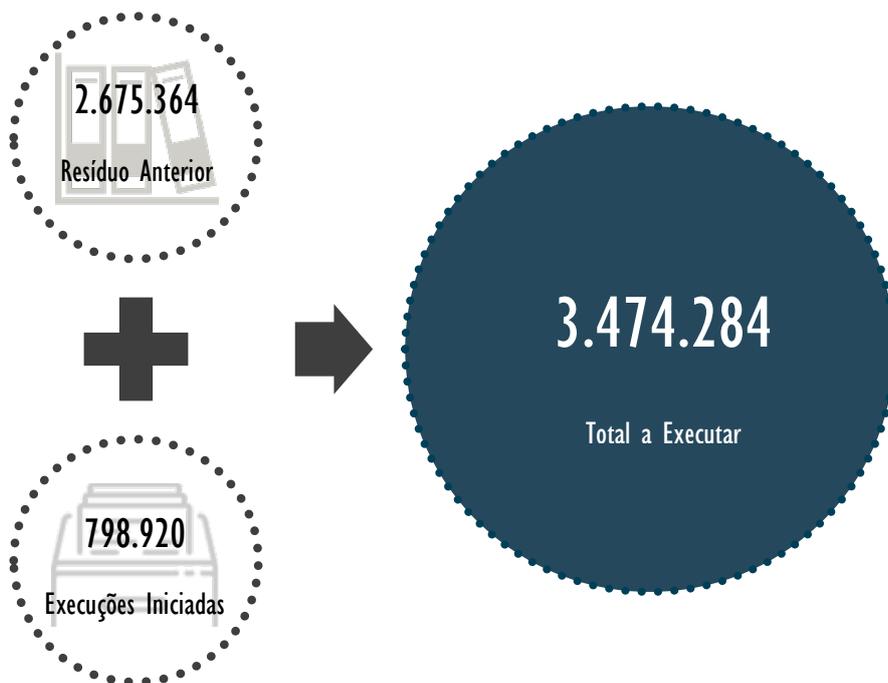
Figura 3.78. Processos de Execução. Movimentação Processual. 1ª Instância. 2018.



3.5.1. Total a Executar

As execuções iniciadas somadas às execuções pendentes de anos anteriores – pendentes de execução e em arquivo provisório – totalizaram 3.474.284 processos.

Figura 3.79. Total a Executar na 1ª Instância. 2018.



3.5.2. Total a Executar por Magistrado

O total a executar por magistrado, na Justiça do Trabalho, foi de 1.143 processos; quantitativo 5,3% superior ao do ano anterior.

Figura 3.80. Total a Executar por Magistrado na 1ª Instância. 2009-2018.

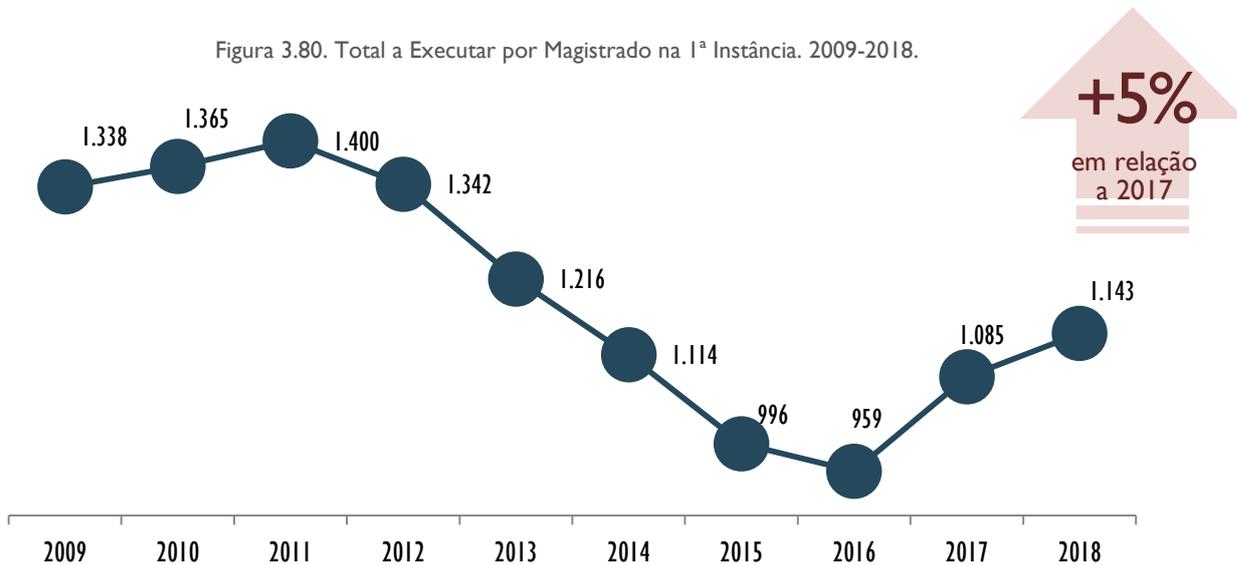
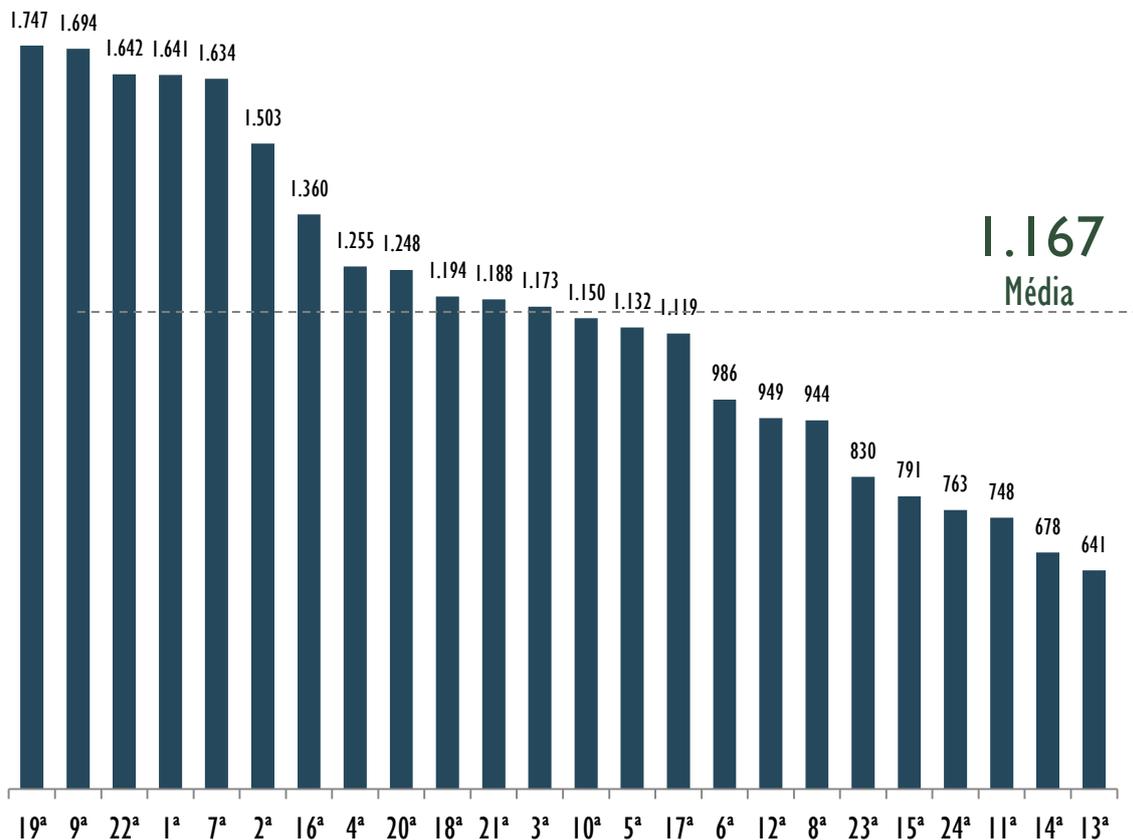


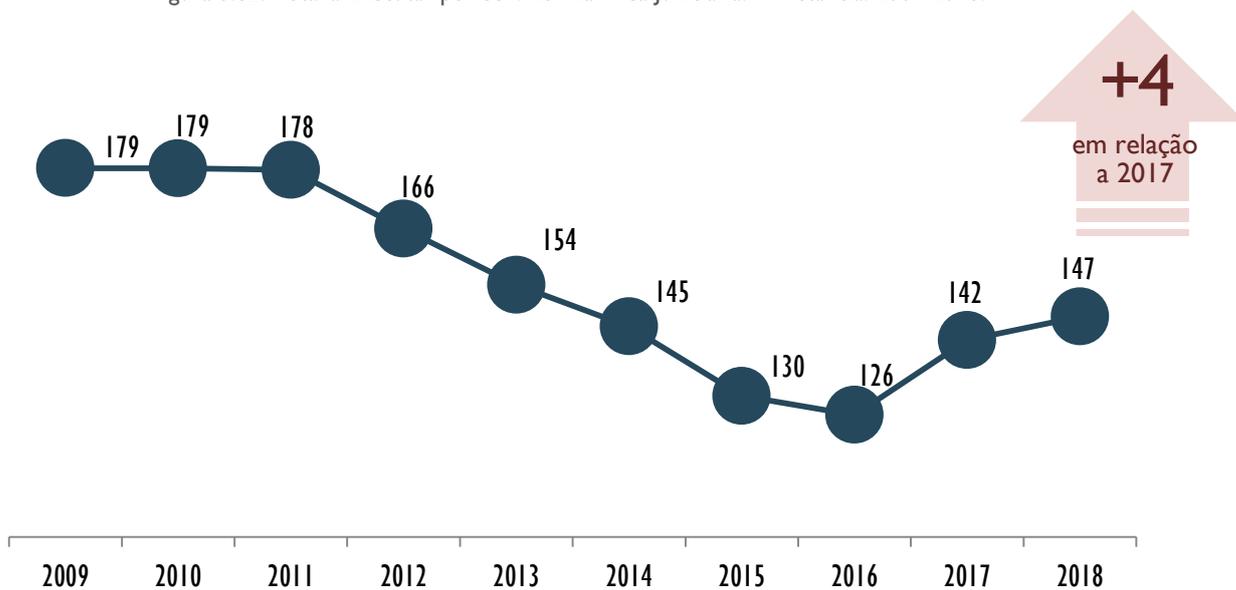
Figura 3.81. Total a Executar por Magistrado na 1ª Instância. 2018.



3.5.3. Total a Executar por Servidor da Área Judiciária

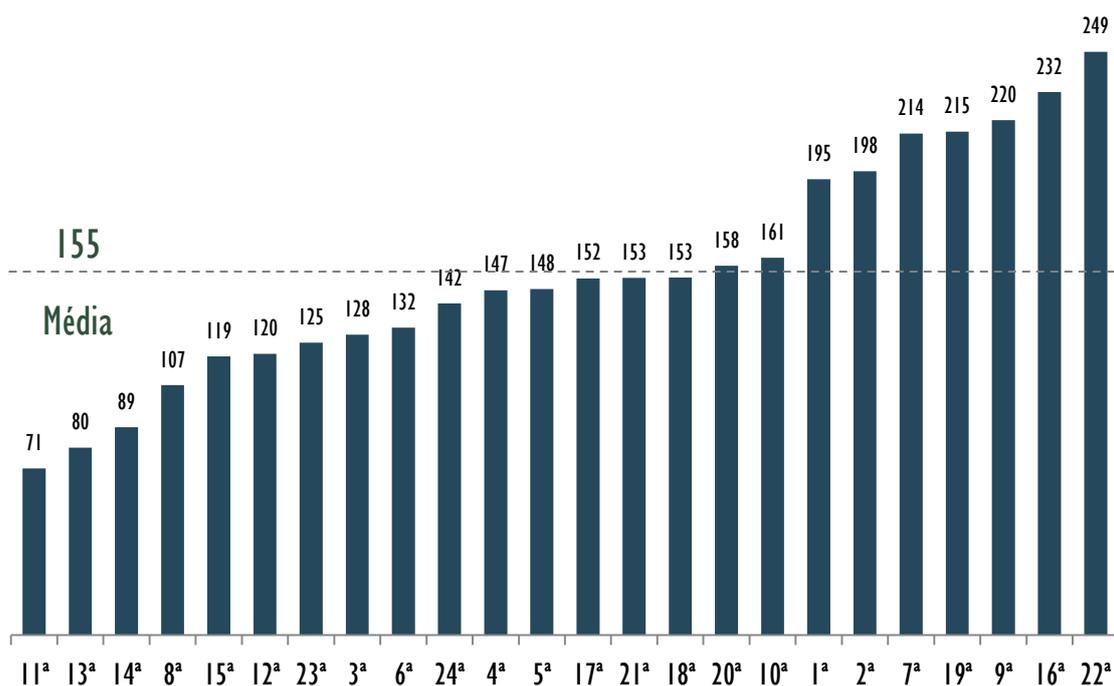
O total a executar por servidor da Área Judiciária, na Justiça do Trabalho, foi de 147 processos; quantitativo 3,5% superior ao do ano anterior.

Figura 3.82. Total a Executar por Servidor da Área Judiciária. 1ª Instância. 2009-2018.



Litigiosidade

Figura 3.83. Total a Executar por Servidor da Área Judiciária na 1ª Instância. 2018.

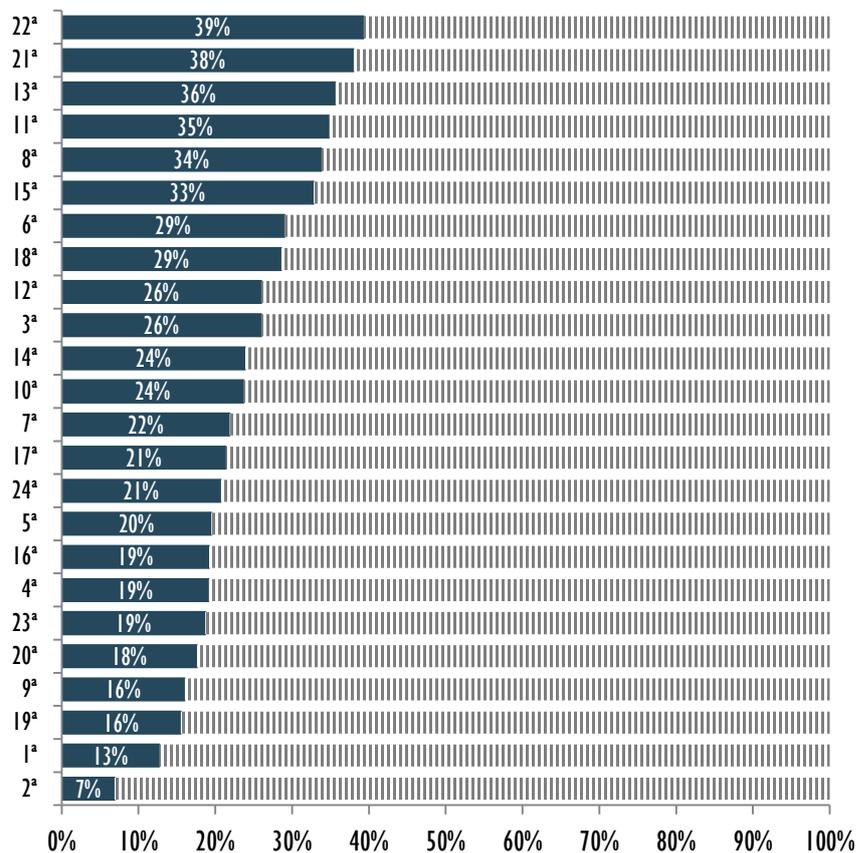


3.5.4. Execuções Encerradas em Relação ao Total a Executar

Tabela 3.11. Execuções Encerradas em Relação ao Total a Executar na 1ª Instância. 2018.

Região Judiciária	Execuções Encerradas	Total a Executar	Encerradas em relação ao total a Executar (%)
1ª - RJ	55.595	436.500	12,7%
2ª - SP	45.686	664.128	6,9%
3ª - MG	80.649	309.784	26,0%
4ª - RS	57.681	302.443	19,1%
5ª - BA	40.681	208.231	19,5%
6ª - PE	37.773	130.197	29,0%
7ª - CE	24.278	111.080	21,9%
8ª - PA e AP	30.029	88.772	33,8%
9ª - PR	47.964	299.843	16,0%
10ª - DF e TO	22.906	96.602	23,7%
11ª - AM e RR	12.244	35.139	34,8%
12ª - SC	27.428	105.308	26,0%
13ª - PB	13.684	38.483	35,6%
14ª - RO e AC	8.570	35.922	23,9%
15ª - Campinas/SP	90.390	275.940	32,8%
16ª - MA	12.823	66.635	19,2%
17ª - ES	12.690	59.318	21,4%
18ª - GO	31.060	108.688	28,6%
19ª - AL	11.944	76.863	15,5%
20ª - SE	6.368	36.178	17,6%
21ª - RN	20.319	53.471	38,0%
22ª - PI	18.706	47.630	39,3%
23ª - MT	11.326	60.612	18,7%
24ª - MS	8.668	41.971	20,7%
Total	729.462	3.474.284	21,0%

Figura 3.84. Execuções Encerradas em Relação ao Total a Executar na 1ª Instância. 2018.

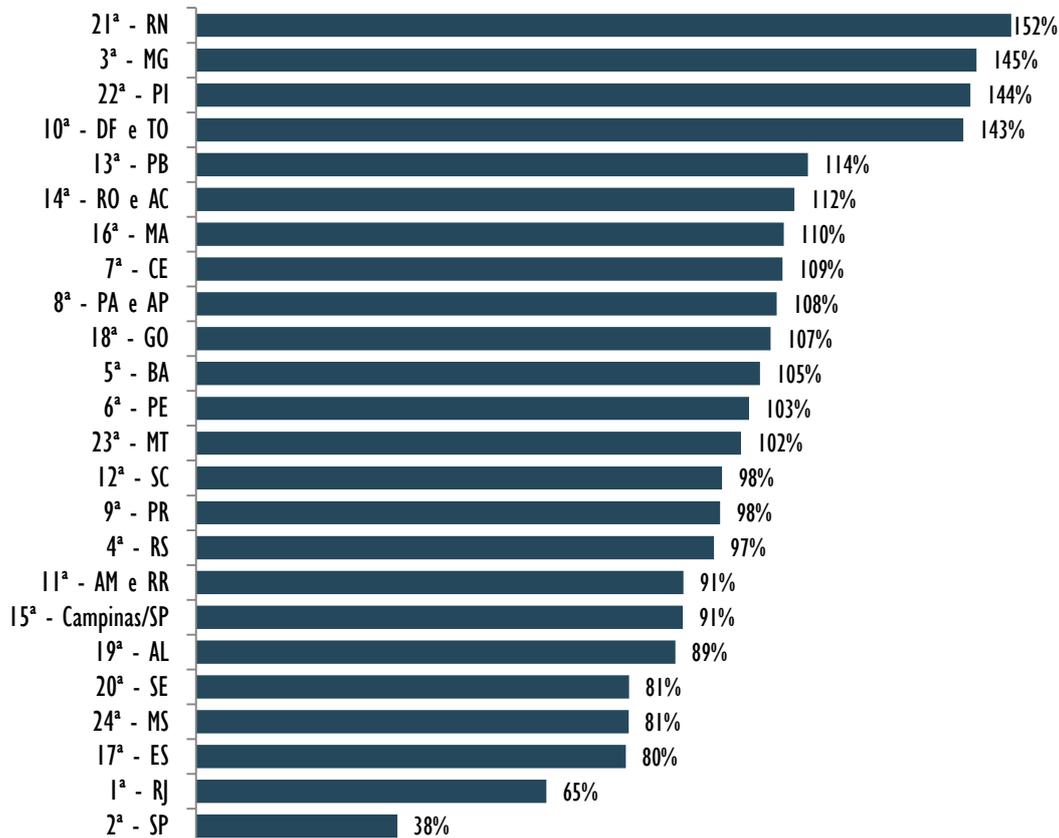


3.5.5. Execuções Encerradas em Relação às Iniciadas

Tabela 3.12. Execuções Encerradas em relação às Iniciadas na 1ª Instância. 2018.

Região Judiciária	Execuções Encerradas	Execuções Iniciadas	Encerradas em relação a Iniciadas (%)
1ª - RJ	55.595	85.116	65,3%
2ª - SP	45.686	121.551	37,6%
3ª - MG	80.649	55.438	145,5%
4ª - RS	57.681	59.733	96,6%
5ª - BA	40.681	38.688	105,2%
6ª - PE	37.773	36.631	103,1%
7ª - CE	24.278	22.204	109,3%
8ª - PA e AP	30.029	27.736	108,3%
9ª - PR	47.964	49.090	97,7%
10ª - DF e TO	22.906	16.016	143,0%
11ª - AM e RR	12.244	13.474	90,9%
12ª - SC	27.428	27.964	98,1%
13ª - PB	13.684	11.999	114,0%
14ª - RO e AC	8.570	7.681	111,6%
15ª - Campinas/SP	90.390	99.596	90,8%
16ª - MA	12.823	11.702	109,6%
17ª - ES	12.690	15.838	80,1%
18ª - GO	31.060	28.991	107,1%
19ª - AL	11.944	13.361	89,4%
20ª - SE	6.368	7.885	80,8%
21ª - RN	20.319	13.373	151,9%
22ª - PI	18.706	12.958	144,4%
23ª - MT	11.326	11.147	101,6%
24ª - MS	8.668	10.748	80,6%
Total	729.462	798.920	91,3%

Figura 3.85. Execuções Encerradas em relação às Iniciadas na 1ª Instância. 2018.



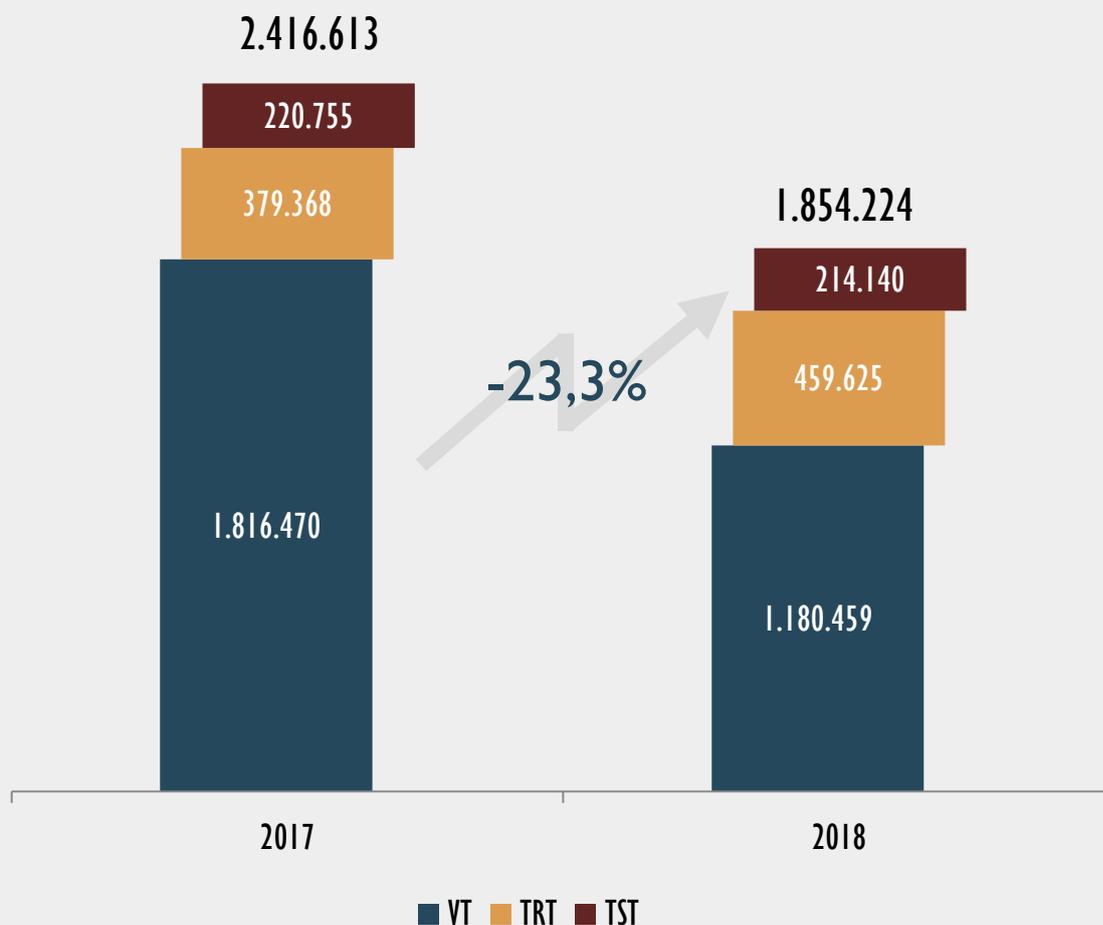
3.6. Resíduo

No TST, o resíduo de processos foi de 214.140, 3,0% a menos que em 2017. Desse total, 31.227 não estavam distribuídos e 182.913 estavam em tramitação nos Órgãos Judicantes; dentre estes últimos, 117.713 (53%) eram AIRR e 36.996 (17%) eram RR.

Nos TRTs, o resíduo fechou o ano com um saldo de 459.625 processos, tendo aumentado 21,0% em relação a 2017.

Nas Varas, o resíduo de processos, na Fase de Conhecimento, fechou o ano em 1.180.459, tendo reduzido 35,0% em relação a 2017. Os processos pendentes de execução fecharam o ano em 1.830.169, quantitativo 1,0% inferior ao do ano anterior. Além dos processos pendentes de execução, ficaram em arquivo provisório, 867.499 processos, 4,9% a mais que em 2017.

Figura 3.86. Resíduo na Justiça do Trabalho. 2017-2018.



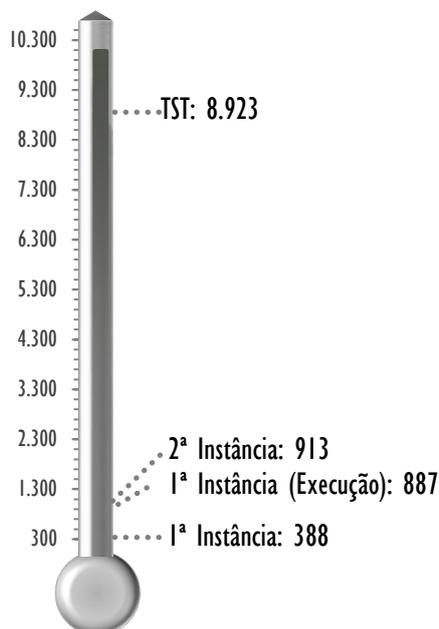
3.6.1. Resíduo por Magistrado

O Resíduo de Processos por Magistrado da Justiça do Trabalho foi de 1.171 processos; quantitativo 8,6% inferior ao de 2017. No Tribunal Superior do Trabalho o resíduo foi de 8.923 processos por Ministro. Na 2ª Instância, esse quantitativo foi de 913 processos e na 1ª Instância, de 388 na Fase de Conhecimento e de 887 na Fase de Execução.

Figura 3.87. Resíduo por Magistrado da Justiça do Trabalho. 2018.

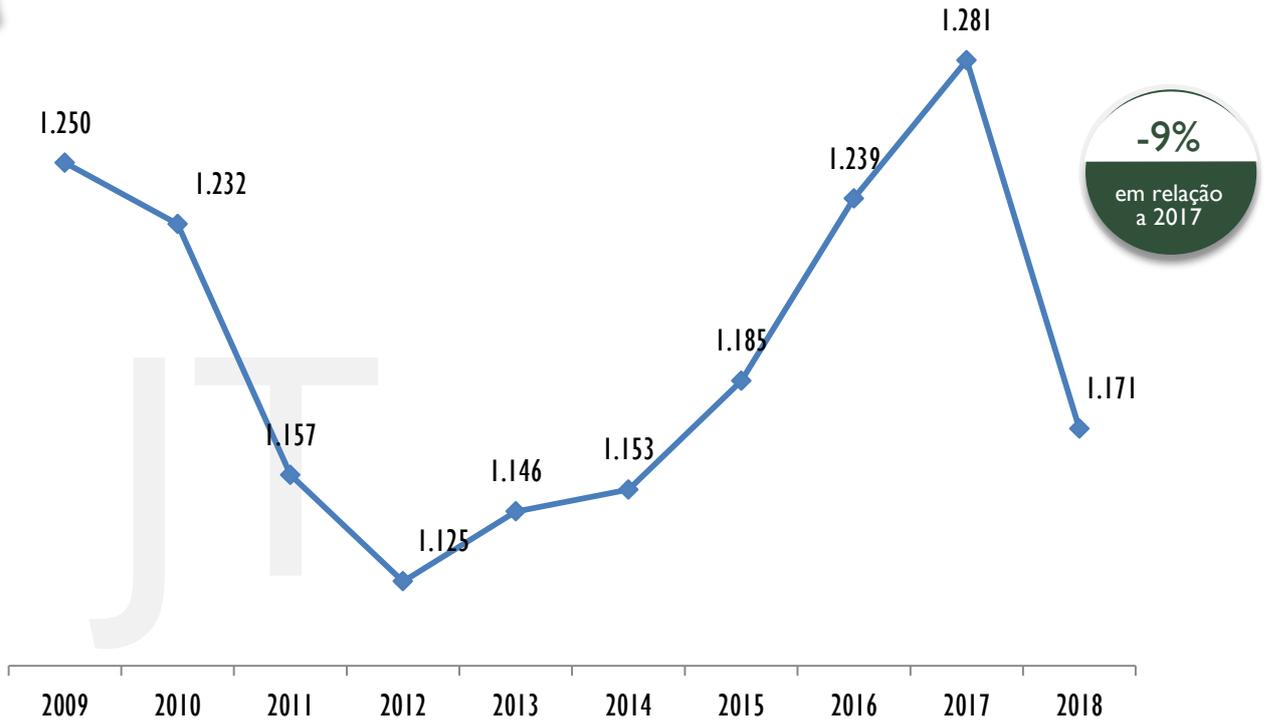


Figura 3.88. Resíduo por Magistrado nas 3 Instâncias da Justiça do Trabalho. 2018.



Séries Históricas

Figura 3.89. Resíduo por Magistrado na Justiça do Trabalho. 2009-2018.



Litigiosidade

Figura 3.90. Resíduo por Magistrado no TST. 2009-2018.

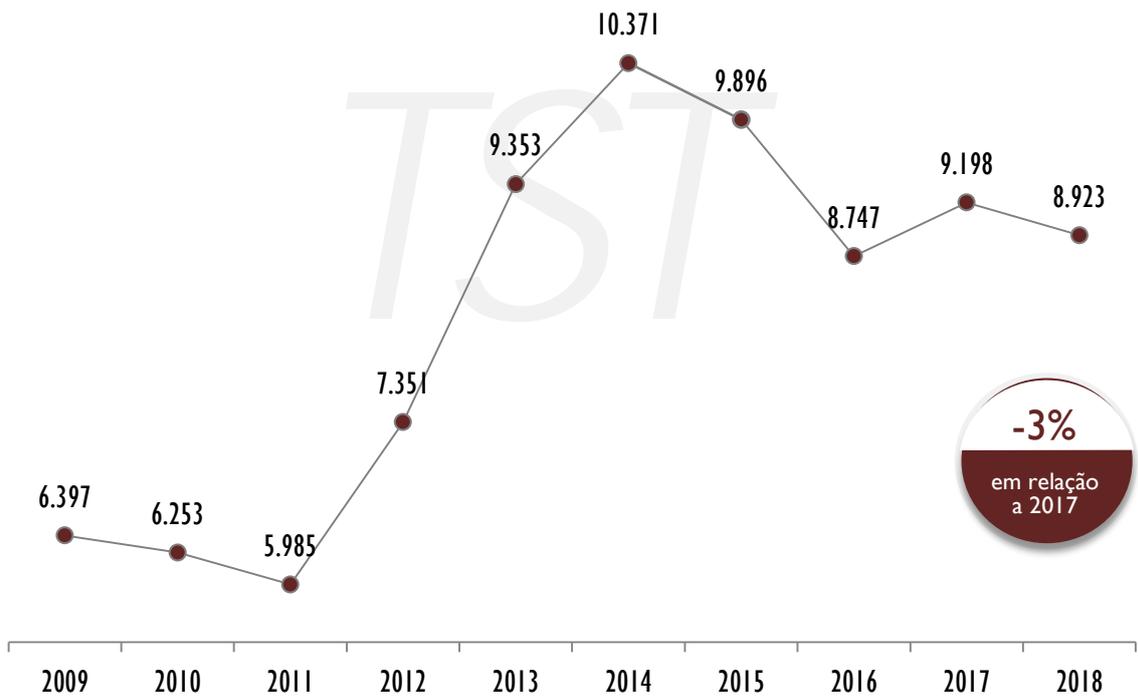


Figura 3.91. Resíduo por Magistrado na 2ª Instância. 2009-2018.

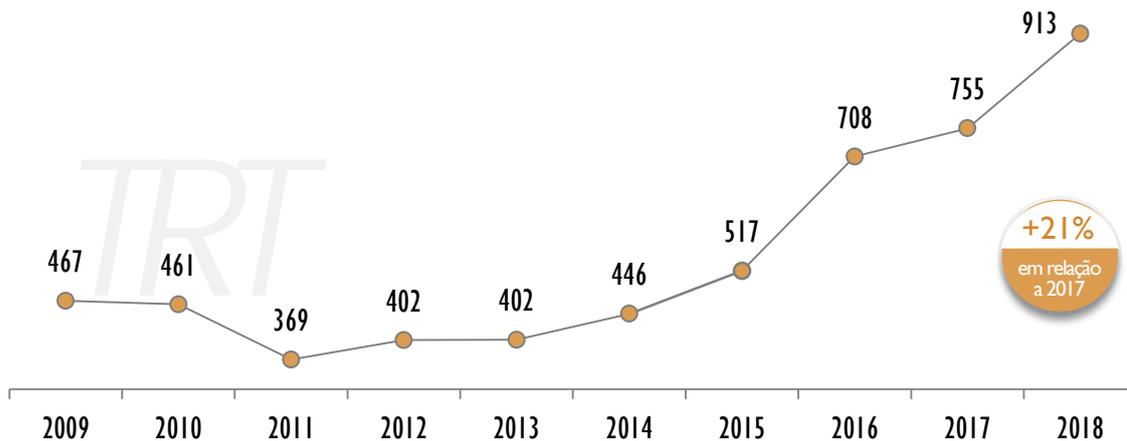


Figura 3.92. Resíduo por Magistrado na 1ª Instância (Fase de Conhecimento). 2009-2018.

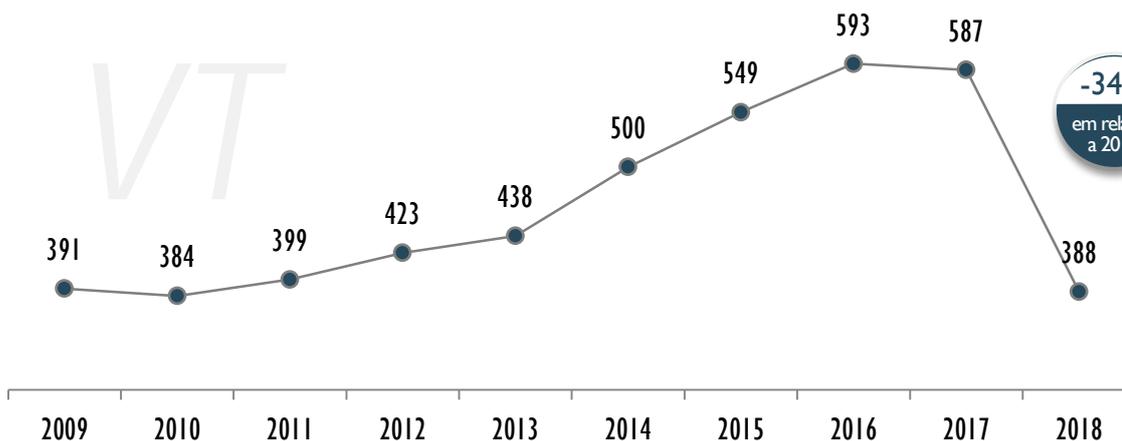


Figura 3.93. Resíduo por Magistrado na 1ª Instância (Fase de Execução). 2009-2018.

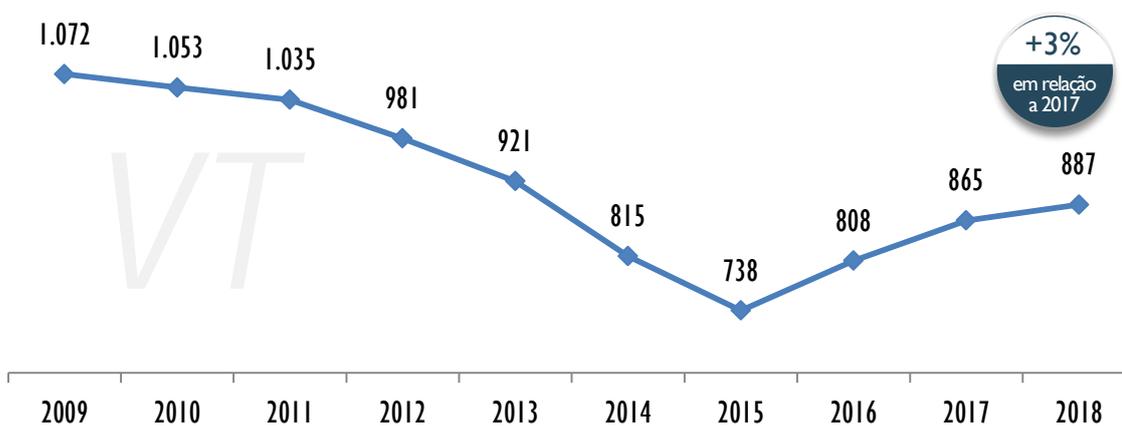




Figura 3.94. Resíduo por Magistrado nos TRTs. 2018.

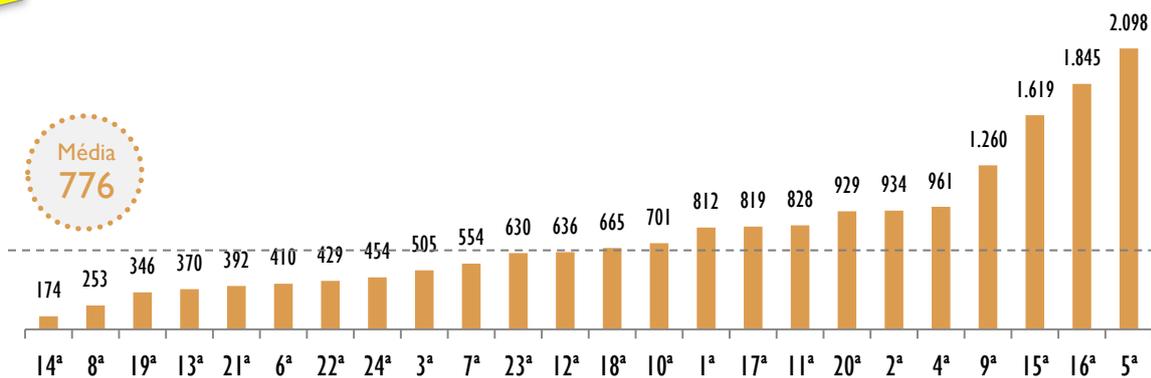


Figura 3.95. Resíduo por Magistrado por Região Judiciária. 1ª Instância (Fase de Conhecimento). 2018.

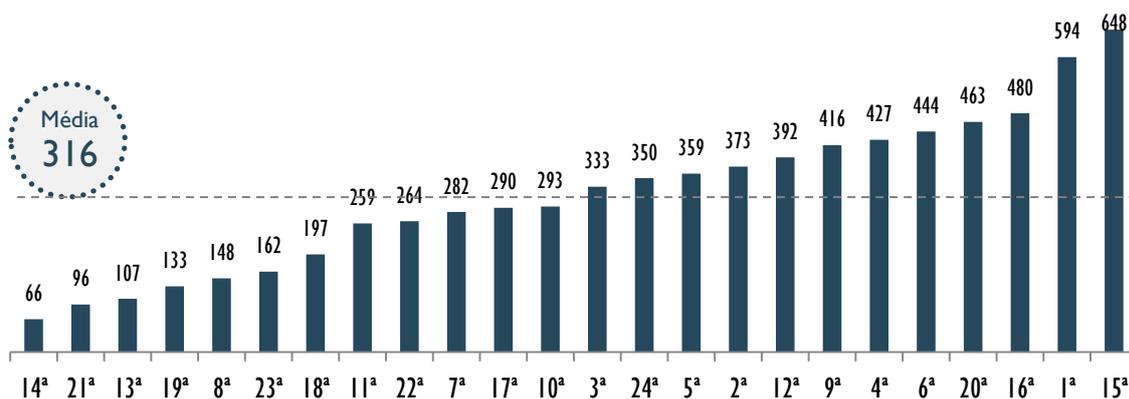
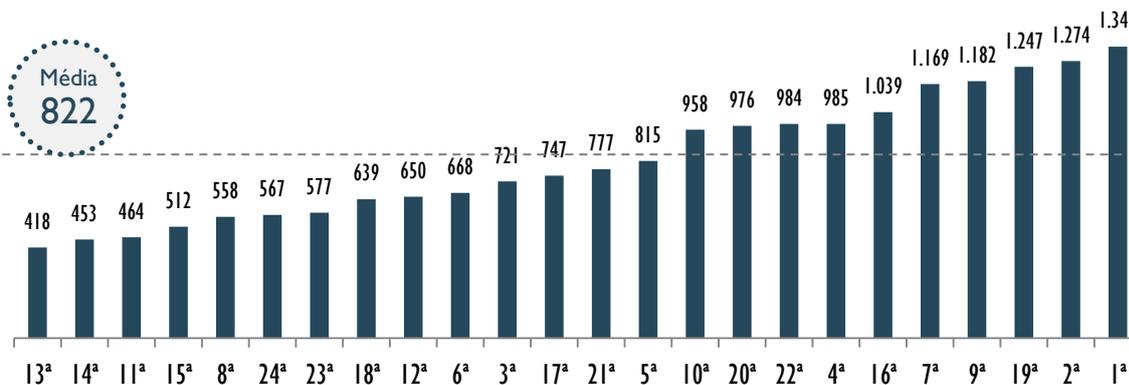


Figura 3.96. Resíduo por Magistrado por Região Judiciária. 1ª Instância (Fase de Execução). 2018.



3.7. Prazos

No Tribunal Superior do Trabalho, o prazo médio transcorrido entre o ajuizamento do processo e a sua baixa é de 1 ano, 7 meses e 1 dia. Para a classe Recursos de Revista, o prazo é de 2 anos, 2 meses e 1 dia e para os Agravos de Instrumento em Recurso de Revista, de 1 ano e 16 dias.

Nos Tribunais Regionais do Trabalho, após autuado, um processo leva em média 5 meses e 2 dias para ser julgado e mais 13 dias em média para o acórdão ser publicado. O prazo médio da autuação até a baixa é de 9 meses e 13 dias.

Nas Varas do Trabalho, o prazo médio de um Processo de Conhecimento do ajuizamento até a prolação de sentença é de 8 meses e 24 dias. Já o prazo médio do início até o encerramento da Execução é de aproximadamente 3 anos, 6 meses e 13 dias.

Figura 3.97. Prazo Médio de um Processo (até a Baixa) nas 3 Instâncias da Justiça do Trabalho. 2018.

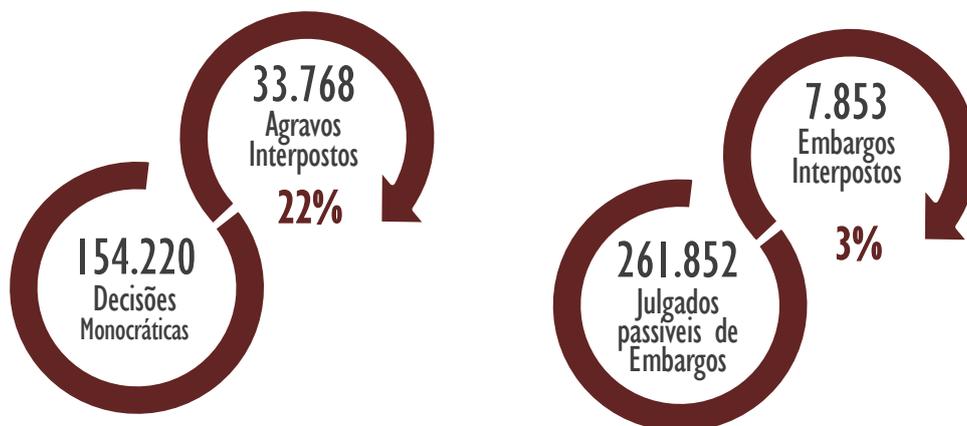


3.8. Recorribilidade

3.8.1. Recorribilidade para a Própria Instância

No TST, 21,9% das decisões monocráticas foram agravadas, 5,6% a menos que em 2017. Houve interposição de Embargos de Declaração em 6,3% das decisões proferidas, 17,1% a menos que no ano anterior. A interposição de Embargos ocorreu em 3,0% dos acórdãos publicados, 16,7% a menos que em 2017.

Figura 3.98. Recorribilidade Interna no TST. 2018.



Nos TRTs, a Recorribilidade Interna foi da ordem de 21,5%. Foram interpostos 217.816 Agravos, Agravos Regimentais e Embargos de Declaração em 1.014.935 acórdãos publicados e decisões monocráticas.

Nas Varas do Trabalho, houve interposição de Embargos de Declaração em 33,0% das 1.235.251 sentenças proferidas.

Figura 3.99. Recorribilidade Interna na 2ª Instância. 2018.



Figura 3.100. Recorribilidade Interna na 1ª Instância. 2018.



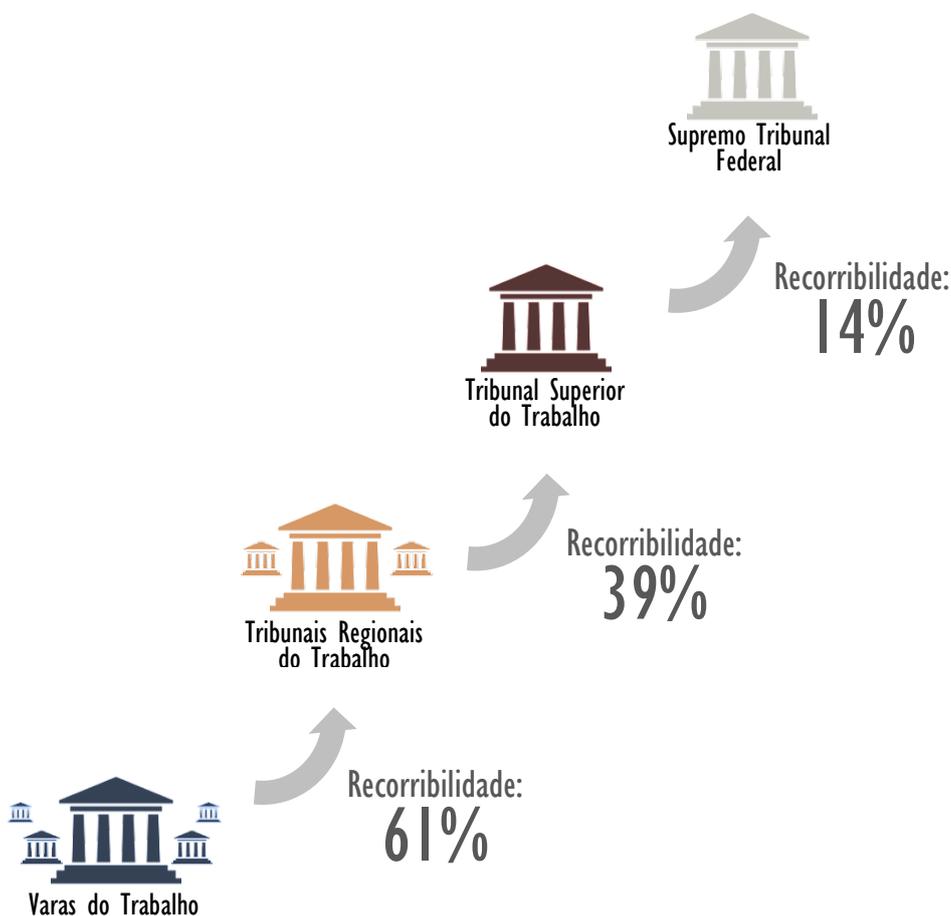
3.8.2. Recorribilidade para a Instância Superior

No TST, a Recorribilidade para o STF foi da ordem de 14,3% dos processos julgados. Foram recebidos 37.849 Recursos Extraordinários, sendo 298 (0,8%) admitidos. Em relação a 2017, houve redução de 43,1% nos Recursos Extraordinários interpostos. Foram encaminhados ao STF 2.529 Recursos, 27,1% a mais que em 2017.

Nos TRTs, a Recorribilidade para o TST foi da ordem de 39,2% dos acórdãos publicados e decisões monocráticas. Os recursos encaminhados para o TST totalizaram 271.193, sendo 2.146 Recursos Ordinários, 233.936 Agravos de Instrumento e 35.111 Recursos de Revista. Houve aumento de 10,0% nos Recursos de Revista e de 25,9% nos Agravos de Instrumento encaminhados.

Nas Varas, a Recorribilidade para os TRTs, na Fase de Conhecimento, foi da ordem de 60,9% das sentenças proferidas e, na Fase de Execução, foi de 28,9% das decisões em Embargos à Execução. Os recursos interpostos para os TRTs totalizaram 1.228.974, sendo 962.315 Recursos Ordinários, 65.461 Recursos Adesivos, 34.781 Agravos de Instrumento, 553 Reexames Necessários e 165.864 Agravos de Petição. Houve aumento de 25% em relação a 2017.

Figura 3.101. Recorribilidade Externa na Justiça do Trabalho. 2018.



3.9. Precatórios e Requisições de Pequeno Valor

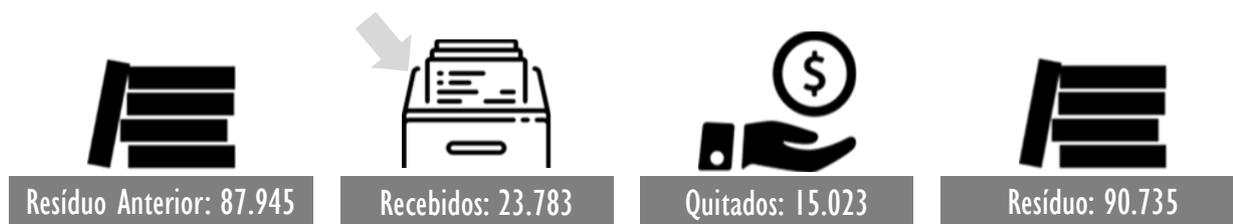
3.9.1. Precatórios

Ao final de 2018, a dívida trabalhista em precatórios totalizava R\$ 12.402.093.059,42; havia 90.735 precatórios pendentes de quitação, dos quais 52.443 (57,8%) estavam com prazo vencido. Houve aumento de 4,3% dos precatórios pendentes de quitação em relação a 2017.

Tabela 3.13. Precatórios na Justiça do Trabalho. 2018.

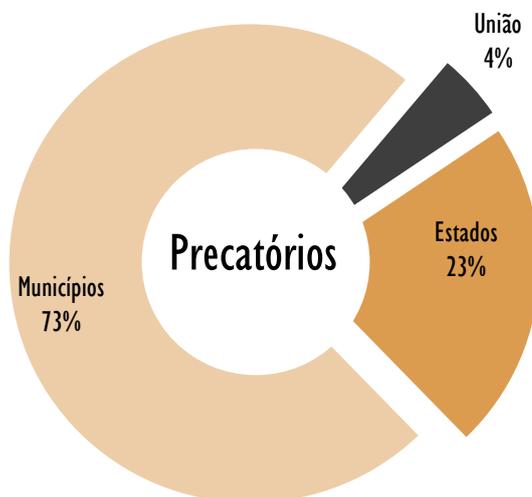
TRT	Recebidos	Quitados	Pendentes de Quitação			Valor (em Reais)
			No Prazo	Prazo Vencido	Total	
1a - RJ	1.875	220	1.668	2.244	3.912	983.008.408,15
2a - SP	31	761	2.724	5.173	7.897	1.844.825.633,36
3a - MG	1.465	511	2.083	532	2.615	300.448.008,66
4a - RS	1.946	1.047	3.090	4.969	8.059	1.544.371.655,44
5a - BA	843	1.735	3.401	6.316	9.717	994.385.556,77
6a - PE	145	107	62	182	244	340.118.539,96
7a - CE	896	681	2.034	2.186	4.220	273.623.929,20
8a - PA e AP	13	342	49	1.328	1.377	243.591.967,20
9a - PR	2.349	1.532	2.771	3.997	6.768	1.132.306.322,32
10a - DF e TO	243	117	225	710	935	300.801.440,10
11a - AM e RR	331	171	447	83	530	42.604.335,54
12a - SC	340	404	-	-	-	..
13a - PB	127	294	1.810	2.056	3.866	317.539.906,35
14a - RO e AC	702	211	734	578	1.312	362.609.863,21
15a - Campinas/SP	8.726	3.049	11.139	13.170	24.309	2.095.444.695,34
16a - MA	360	329	376	921	1.297	185.743.137,69
17a - ES	366	848	839	701	1.540	411.059.594,51
18a - GO	109	190	151	1.667	1.818	153.260.181,84
19a - AL	788	662	841	185	1.026	121.105.350,39
20a - SE	204	95	356	649	1.005	291.476.451,30
21a - RN	510	685	301	1.269	1.570	121.199.978,93
22a - PI	1.280	945	3.001	3.028	6.029	288.238.322,52
23a - MT	107	25	142	352	494	40.020.760,16
24a - MS	27	62	48	147	195	14.309.020,48
Total	23.783	15.023	38.292	52.443	90.735	12.402.093.059,42

Figura 3.102. Precatórios na Justiça do Trabalho. 2018.



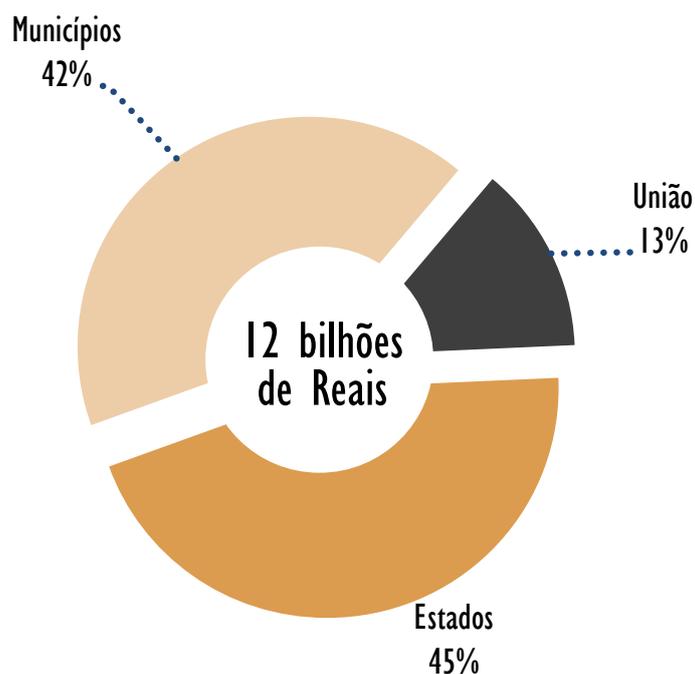
Em 31 de dezembro de 2018, do total de precatórios pendentes de quitação, 3,9% referiam-se à União, 22,7% aos Estados e 73,4% aos Municípios.

Figura 3.103. Precatórios Pendentes de Quitação na Justiça do Trabalho. 2018.



Os precatórios pendentes de quitação representavam uma dívida da ordem de 13,2% para a União, 45,2% para os Estados e 41,7% para os Municípios.

Figura 3.104. Dívida dos Precatórios Pendentes de Quitação na Justiça do Trabalho. 2018.



3.9.2. Requisições de Pequeno Valor

Os Tribunais Regionais do Trabalho receberam 4.164 Requisições de Pequeno Valor no ano de 2018 e quitaram 4.147, restando pendentes 1.721, das quais 1.142 (66,4%) estavam com prazo vencido. Houve aumento de 20,1% nas Requisições de Pequeno Valor pendentes de quitação em relação a 2017.

As Varas do Trabalho expediram 7.090 Requisições de Pequeno Valor e quitaram 5.029, restando pendentes 11.340, das quais 8.888 (78,4%) estavam com prazo vencido.

Figura 3.105. Requisições de Pequeno Valor na Justiça do Trabalho. 2018.

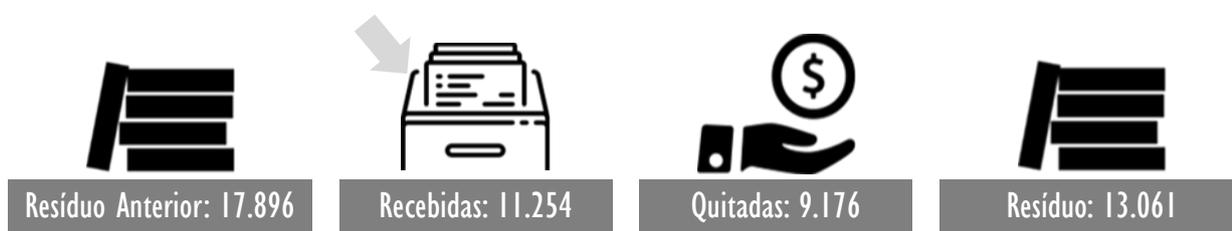
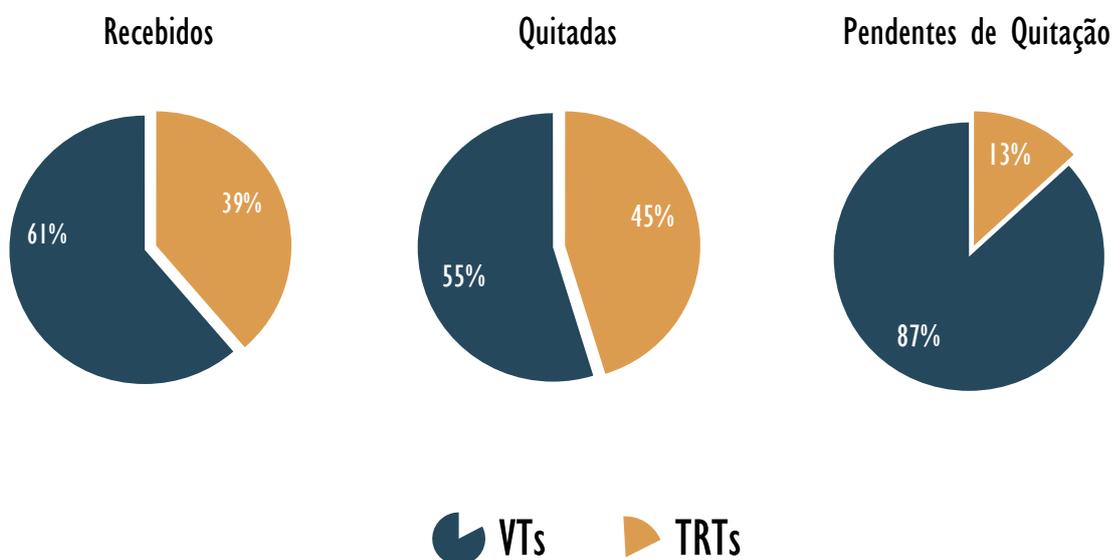


Figura 3.106. Requisições de Pequeno Valor na Justiça do Trabalho, por Instância. 2018.



METODOLOGIA DE CÁLCULO DOS INDICADORES

4.1. Magistrados por 100.000 Habitantes

Fórmula:
$$\text{Magistrados/Habitante} = \frac{\text{Magistrados}}{\frac{\text{Habitantes}}{100.000}}$$

Variáveis: Magistrados: Cargos existentes em 31/12/2016.
Habitantes: Estimativas da População (Fonte: IBGE).

4.2. Servidores por 100.000 Habitantes

Fórmula:
$$\text{Servidores/Habitante} = \frac{\text{Servidores do Quadro Permanente}}{\frac{\text{Habitantes}}{100.000}}$$

Variáveis: Servidores do Quadro Permanente: Cargos existentes do Quadro Permanente em 31/12/2016.
Habitantes: Estimativas da População (Fonte: IBGE).

4.3. Servidores do Quadro Permanente por Magistrado

Fórmula:
$$\text{Servidores/Magistrado} = \frac{\text{Servidores do Quadro Permanente}}{\text{Magistrados}}$$

Variáveis: Servidores do Quadro Permanente: Cargos existentes do Quadro Permanente em 31/12/2015.
Magistrados: Cargos existentes em 31/12/2016.

4.4. Servidores em Atividade na Área Judiciária por Magistrado

Fórmula:
$$\text{Servidores/Magistrado} = \frac{\text{Servidores Área Judiciária}}{\text{Magistrados}}$$

Variáveis: Servidores Área Judiciária: Servidores em atividade na Área Judiciária em 31/12/2016, incluídos servidores do Quadro Permanente, requisitados, removidos e ocupantes exclusivamente de cargo em comissão.
Magistrados: No TST e nos TRTs, cargos existentes; nas VTs, cargos providos em 31/12/2016.

4.5. Despesa por Habitante

Fórmula:
$$\text{Despesa/Habitante} = \frac{\text{Despesa}}{\text{Habitantes}}$$

Variáveis: Despesa: Despesa orçamentária executada.
Habitantes: Estimativas da População (Fonte: IBGE).

4.6. Despesa por Caso Novo

Fórmula:
$$\text{Despesa/Casos Novos} = \frac{\text{Despesa}}{\text{Casos Novos}}$$

Variáveis: **Despesa:** Despesa orçamentária executada.

Casos Novos: Nas Varas do Trabalho, são as ações recebidas por distribuição. Nos TRTs, as ações originárias e os recursos vindos das VTs. No TST, são as ações originárias e os recursos vindos dos TRTs.

4.7. Casos Novos por 100.000 Habitantes

Fórmula:
$$\text{Casos Novos/Habitante} = \frac{\text{Casos Novos}}{\frac{\text{Habitantes}}{100.000}}$$

Variáveis: **Casos Novos:** Nas Varas do Trabalho, são as ações recebidas por distribuição. Nos TRTs, as ações originárias e os recursos vindos das VTs. No TST, são as ações originárias e os recursos vindos dos TRTs.

Habitantes: Fonte: IBGE. Estimativas da População.

4.8. Casos Novos por Magistrado

Fórmula:
$$\text{Casos Novos/Magistrado} = \frac{\text{Casos Novos}}{\text{Magistrados}}$$

Variáveis: **Casos Novos:** Nas Varas do Trabalho, são as ações distribuídas. Nos TRTs, as ações originárias e os recursos vindos das VTs. No TST, são as ações originárias e os recursos vindos dos TRTs.

Magistrados: Cargos existentes em 31/12/2016.

4.9. Casos Novos por Servidor – Cargos existentes

Fórmula:
$$\text{Casos Novos/Servidor} = \frac{\text{Casos Novos}}{\text{Servidores do Quadro Permanente}}$$

Variáveis: **Casos Novos:** Nas Varas do Trabalho, são as ações distribuídas. Nos TRTs, as ações originárias e os recursos vindos das VTs. No TST, são as ações originárias e os recursos vindos dos TRTs.

Servidores do Quadro Permanente: Cargos existentes do Quadro Permanente em 31/12/2016.

4.10. Casos Novos por Servidor em Atividade

Fórmula:
$$\text{Casos Novos/Servidores} = \frac{\text{Casos Novos}}{\text{Servidores em Atividade}}$$

Variáveis: **Casos Novos:** Nas Varas do Trabalho, são as ações distribuídas. Nos TRTs, as ações originárias e os recursos vindos das VTs. No TST, são as ações originárias e os recursos vindos dos TRTs.

Servidores em Atividade: Servidores em atividade em 31/12/2016, incluídos servidores do Quadro Permanente, requisitados, removidos e ocupantes exclusivamente de cargo em comissão.

4.11. Total a Julgar por Magistrado

4.11.1. No TST e nos TRTs

Fórmula:
$$Total\ a\ Julgar/Magistrado = \frac{Pendentes\ de\ Julgamento + Recebidos}{Magistrados}$$

Variáveis: Pendentes de Julgamento: Processos pendentes de julgamento em dezembro do ano anterior ao ano de referência.
Recebidos: Casos novos, processos recebidos para novo julgamento e recursos internos.
Magistrados: Cargos existentes em 31/12/2015, excluídos os ocupados por membros da Direção.

4.11.2. Nas Varas do Trabalho

Fórmula:
$$Total\ a\ Julgar/Magistrado = \frac{Pendentes\ de\ Julgamento + Recebidos + EDs\ Interpostos}{Magistrados}$$

Variáveis: Pendentes de Julgamento: Ações originárias e Embargos de Declaração pendentes de julgamento em dezembro do ano anterior ao ano de referência.
Recebidos: Casos novos e processos recebidos com sentença anulada/reformada.
Magistrados: Cargos providos em 31/12/2015.

4.12. Total a Julgar por Servidor da Área Judiciária

4.12.1. No TST e nos TRTs

Fórmula:
$$Total\ a\ Julgar/Servidores = \frac{Pendentes\ de\ Julgamento + Recebidos}{Servidores\ Área\ Judiciária}$$

Variáveis: Pendentes de Julgamento: Processos pendentes de julgamento em dezembro do ano anterior ao ano de referência.
Recebidos: Ações originárias, recursos vindos da Instância inferior e recursos internos.
Servidores Área Judiciária: Servidores em atividade na Área Judiciária em 31/12/2015, incluídos servidores do Quadro Permanente, requisitados, removidos e ocupantes exclusivamente de cargo em comissão.

4.12.2. Nas Varas do Trabalho

Fórmula:
$$Total\ a\ Julgar/Servidores = \frac{Pendentes\ de\ Julgamento + Recebidos + EDs\ Interpostos}{Servidores\ Área\ Judiciária}$$

Variáveis: Pendentes de Julgamento: Ações originárias e Embargos de Declaração pendentes de julgamento em dezembro do ano anterior ao ano de referência.
Recebidos: Ações distribuídas, incluídas as com sentença anulada/reformada.
Servidores Área Judiciária: Servidores em atividade na Área Judiciária em 31/12/2016, incluídos servidores do Quadro Permanente, requisitados, removidos e ocupantes exclusivamente de cargo em comissão.

4.13. Julgados em Relação ao Total a Julgar

4.13.1. No TST e nos TRTs

Fórmula:
$$\text{Julgados}/\text{Total a Julgar} = \frac{\text{Julgados}}{\text{Total a Julgar}}$$

Variáveis: **Julgados:** Processos recebidos (casos novos, processos recebidos para novo julgamento e recursos internos) julgados por decisão colegiada ou monocrática.

Total a Julgar: Processos pendentes de julgamento em dezembro do ano anterior ao ano de referência e processos recebidos no ano.

4.13.2. Nas Varas do Trabalho

Fórmula:
$$\text{Julgados}/\text{Total a Julgar} = \frac{\text{Julgados} + \text{EDs Julgados}}{\text{Total a Julgar}}$$

Variáveis: **Julgados:** Sentenças proferidas, incluídas as homologatórias de acordo nos processos recebidos (casos novos e processos recebidos com sentença anulada/reformada).

Total a Julgar: Processos pendentes de julgamento em dezembro do ano anterior ao ano de referência, incluídos os Embargos de Declaração pendentes, processos recebidos no ano e Embargos de Declaração interpostos.

4.14. Julgados em Relação aos Recebidos

4.14.1. No TST e nos TRTs

Fórmula:
$$\text{Julgados}/\text{Recebidos} = \frac{\text{Julgados}}{\text{Recebidos}}$$

Variáveis: **Recebidos:** Casos novos, processos recebidos para novo julgamento e recursos internos.

Julgados: Processos julgados por decisão colegiada ou monocrática.

4.14.2. Nas Varas do Trabalho

Fórmula:
$$\text{Julgados}/\text{Recebidos} = \frac{\text{Julgados} + \text{EDs Julgados}}{\text{Recebidos} + \text{EDs Recebidos}}$$

Variáveis: **Recebidos:** Processos recebidos.

Julgados: Sentenças proferidas, incluídas as homologatórias de acordo nos processos recebidos (casos novos e processos recebidos com sentença anulada/reformada).

4.15. Total a Executar por Magistrado

Fórmula:
$$\text{Total a Executar/Magistrados} = \frac{\text{Total a Executar}}{\text{Magistrados}}$$

Variáveis: **Total a Executar:** Processos pendentes de execução no ano anterior ao ano de referência, execuções iniciadas e processos desarquivados no ano de referência.
Magistrados: Cargos providos em 31/12/2015.

4.16. Total a Executar por Servidor da Área Judiciária

Fórmula:
$$\text{Total a Executar/Servidores} = \frac{\text{Total a Executar}}{\text{Servidores Área Judiciária}}$$

Variáveis: **Total a Executar:** Processos pendentes de execução no ano anterior ao ano de referência, execuções iniciadas e processos desarquivados no ano de referência.
Servidores Área Judiciária: Servidores em atividade na Área Judiciária em 31/12/2016, incluídos servidores do Quadro Permanente, requisitados, removidos e ocupantes exclusivamente de cargo em comissão.

4.17. Execuções Encerradas em Relação ao Total a Executar

Fórmula:
$$\text{Execuções Encerradas/Total a Executar} = \frac{\text{Encerradas}}{\text{Total a Executar}}$$

Variáveis: **Encerradas:** Execuções extintas e execuções provisórias apensadas aos autos principais.
Total a Executar: Processos pendentes de execução e em arquivo provisório no ano anterior ao ano de referência e execuções iniciadas no ano de referência.

4.18. Execuções Encerradas em Relação às Iniciadas

Fórmula:
$$\text{Execuções Encerradas/Iniciadas} = \frac{\text{Encerradas}}{\text{Execuções Iniciadas}}$$

Variáveis: **Encerradas:** Execuções extintas e execuções provisórias apensadas aos autos principais.

4.19. Resíduo por Magistrado

4.19.1. No TST e nos TRTs

Fórmula:
$$\text{Resíduo/Magistrado} = \frac{\text{Resíduo Atual}}{\text{Magistrados}}$$

Variáveis: **Resíduo Atual:** Processos pendentes de julgamento em dezembro do ano de referência.
Magistrados: Cargos existentes em 31/12/2016, excluídos os ocupados por membros da Direção.

4.19.2. Nas Varas do Trabalho

Fórmula:
$$\text{Resíduo/Magistrado} = \frac{\text{Resíduo Atual} + \text{EDs pendentes}}{\text{Magistrados}}$$

Variáveis: Resíduo Atual: Na fase de conhecimento, refere-se às ações originárias pendentes de julgamento em dezembro do ano de referência. Na fase de execução, aos processos pendentes de execução, incluídos os processos em arquivo provisório.

EDs Pendentes: Embargos de Declaração pendentes de julgamento em dezembro do ano de referência.

Magistrados: Cargos existentes 31/12/2016.

4.20. Recorribilidade Interna

4.20.1. No TST

Fórmula:
$$\text{Recorribilidade Interna} = \frac{\text{Recursos Internos}}{\text{Julgados}}$$

Variáveis: Recursos Internos: Agravos, Agravos Regimentais, Embargos de Declaração e Embargos Interpostos.

Julgados: Processos julgados por decisão colegiada ou monocrática.

4.20.2. Nos TRTs

Fórmula:
$$\text{Recorribilidade Interna} = \frac{\text{Recursos Internos}}{\text{Acórdãos} + \text{Decisões Monocráticas}}$$

Variáveis: Recursos Internos: Agravos do art. 557 do CPC, Agravos Regimentais e Embargos de Declaração interpostos.

Acórdãos: Acórdãos publicados, exceto recursos internos.

Decisões Monocráticas: Decisões Monocráticas publicadas, exceto recursos internos.

4.20.3. Nas Varas do Trabalho

Fórmula:
$$\text{Recorribilidade Interna} = \frac{\text{Recursos Internos}}{\text{Sentenças}}$$

Variáveis: Recursos Internos: Embargos de Declaração opostos.

Sentenças: Todas as ações encerradas por sentença, excluídas aquelas encerradas por acordo, desistência e arquivamento.

4.21. Recorribilidade Externa

4.21.1. No TST

Fórmula:
$$\text{Recorribilidade Externa} = \frac{RE}{\text{Julgados}}$$

Variáveis: **RE:** Recursos Extraordinários Interpostos.
Julgados: Processos julgados, exceto recursos internos.

4.21.2. Nos TRTs

Fórmula:
$$\text{Recorribilidade Externa} = \frac{RR + RO}{\text{Acórdãos} + \text{Decisões Monocráticas}}$$

Variáveis: **RR:** Recursos de Revista interpostos.
RO: Recursos Ordinários interpostos.
Acórdãos: Acórdãos publicados, exceto Embargos de Declaração.
Decisões Monocráticas: Decisões monocráticas publicadas, exceto Embargos de Declaração.

4.21.3. Nas Varas do Trabalho

a) Fase de Conhecimento

Fórmula:
$$\text{Recorribilidade Externa} = \frac{RO}{\text{Sentenças}}$$

Variáveis: **RO:** Recursos Ordinários interpostos (Rito Ordinário e Rito Sumaríssimo).
Sentenças: Todas as ações encerradas por sentença, excluídas aquelas encerradas por acordo, desistência e arquivamento.

b) Fase de Execução

Fórmula:
$$\text{Recorribilidade Externa} = \frac{AP}{\text{Sentenças}}$$

Variáveis: **AP:** Agravos de Petição interpostos.
Sentenças: Decisões em Embargos à Execução.

Nas tabelas, a informação “Média” refere-se à média aritmética dos Indicadores de cada TRT ou Região Judiciária, enquanto a informação “Instância” refere-se à divisão entre os totais da Instância.

CESTP 2017

Coordenadoria de Estatística e Pesquisa do Tribunal Superior do Trabalho



Para mais informações, acesse
www.tst.jus.br/estatistica



Relatório Demonstrativo

2018

JUSTIÇA DO TRABALHO

1

1.1. SÉRIE HISTÓRICA	7
1.2. MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL	8
1.3. POPULAÇÃO JURISDICIONADA	12

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

2

2.1. SÉRIE HISTÓRICA	15
2.2. MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL	17
2.3. PROCESSOS RECEBIDOS	18
2.4. TOTAL A JULGAR	23
2.5. SESSÕES	24
2.6. PROCESSOS JULGADOS	25
2.7. RESÍDUO	29
2.8. PRAZOS	31
2.9. VALORES ARRECADADOS	31
2.10. RECURSOS DE COMPETÊNCIA DO STF	32
2.11. MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL POR CLASSE	33

TRIBUNAIS REGIONAIS DO TRABALHO

3

3.1. SÉRIE HISTÓRICA	47
3.2. MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL	49
3.3. PRAZOS	68
3.4. VALORES ARRECADADOS	69
3.5. PRESIDÊNCIA	70
3.6. RECURSOS DE COMPETÊNCIA DO TST	71
3.7. PRECATÓRIOS E REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR	75

VARAS DO TRABALHO

4

4.1 VARAS DO TRABALHO - DADOS GERAIS	83
4.2 SÉRIE HISTÓRICA	85
4.3 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL	86
4.4 AUDIÊNCIA REALIZADAS	116
4.5 PRAZOS	117
4.6 VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES	121
4.7 VALORES ARRECADADOS	122
4.8 RECURSOS DE COMPETÊNCIA DOS TRTs	124
4.9 REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR	127





Seção

Justiça do Trabalho

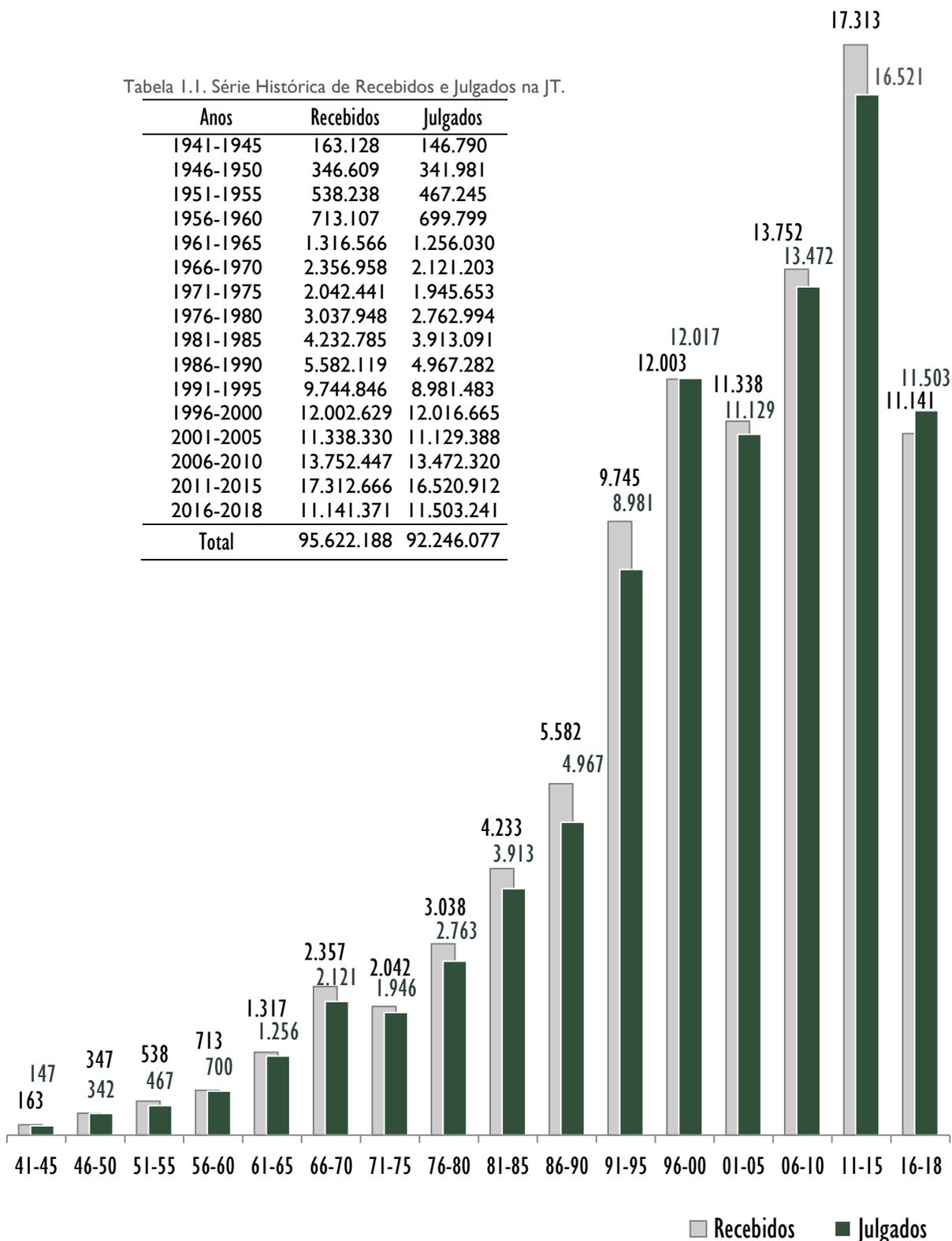


I.1 Série Histórica

Figura I.1. Série Histórica de Recebidos e Julgados na Justiça do Trabalho (em Milhares de Processos).

Tabela I.1. Série Histórica de Recebidos e Julgados na JT.

Anos	Recebidos	Julgados
1941-1945	163.128	146.790
1946-1950	346.609	341.981
1951-1955	538.238	467.245
1956-1960	713.107	699.799
1961-1965	1.316.566	1.256.030
1966-1970	2.356.958	2.121.203
1971-1975	2.042.441	1.945.653
1976-1980	3.037.948	2.762.994
1981-1985	4.232.785	3.913.091
1986-1990	5.582.119	4.967.282
1991-1995	9.744.846	8.981.483
1996-2000	12.002.629	12.016.665
2001-2005	11.338.330	11.129.388
2006-2010	13.752.447	13.472.320
2011-2015	17.312.666	16.520.912
2016-2018	11.141.371	11.503.241
Total	95.622.188	92.246.077



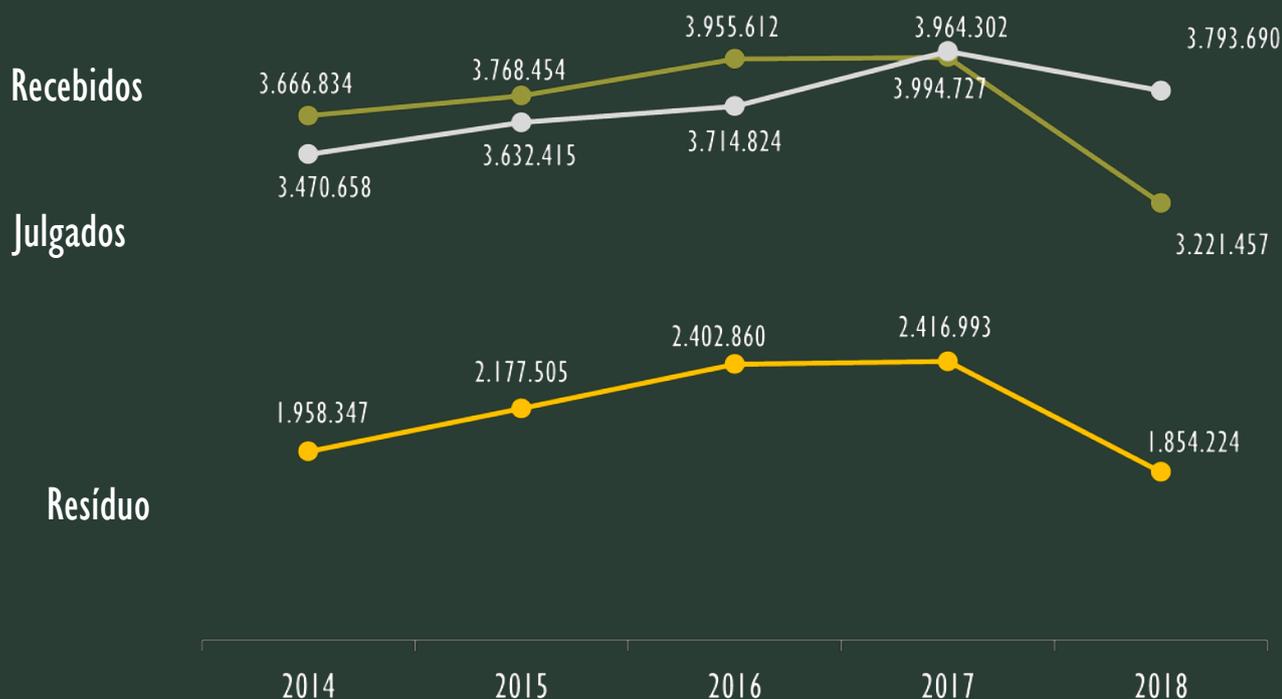
I.2 Movimentação Processual

Tabela I.2. Movimentação Processual da Justiça do Trabalho. 2014-2018.

Anos	TST			TRT		
	Recebidos	Julgados	Resíduo	Recebidos	Julgados	Resíduo
2014	309.033	284.586	248.895	827.110	757.892	224.173
2015	291.454	305.271	237.503	840.319	769.575	260.242
2016	243.447	270.130	209.916	957.519	831.506	350.430
2017	278.755	285.743	220.755	1.037.402	965.096	379.768
2018	322.831	319.727	214.140	1.150.552	1.027.573	459.625

Nota: Os processos julgados incluem as conciliações.

Figura I.2. Movimentação Processual da Justiça do Trabalho. 2014-2018.



VT			
Recebidos	Julgados ⁽¹⁾	Resíduo	
		Conhecimento	Execução
2.530.691	2.428.180	1.485.279	2.423.254
2.636.681	2.557.569	1.679.760	2.256.665
2.754.646	2.613.188	1.842.514	2.512.021
2.648.145	2.743.888	1.816.470	2.675.364
1.748.074	2.446.390	1.180.459	2.697.668

Figura 1.3. Movimentação Processual da Justiça do Trabalho. 2018.

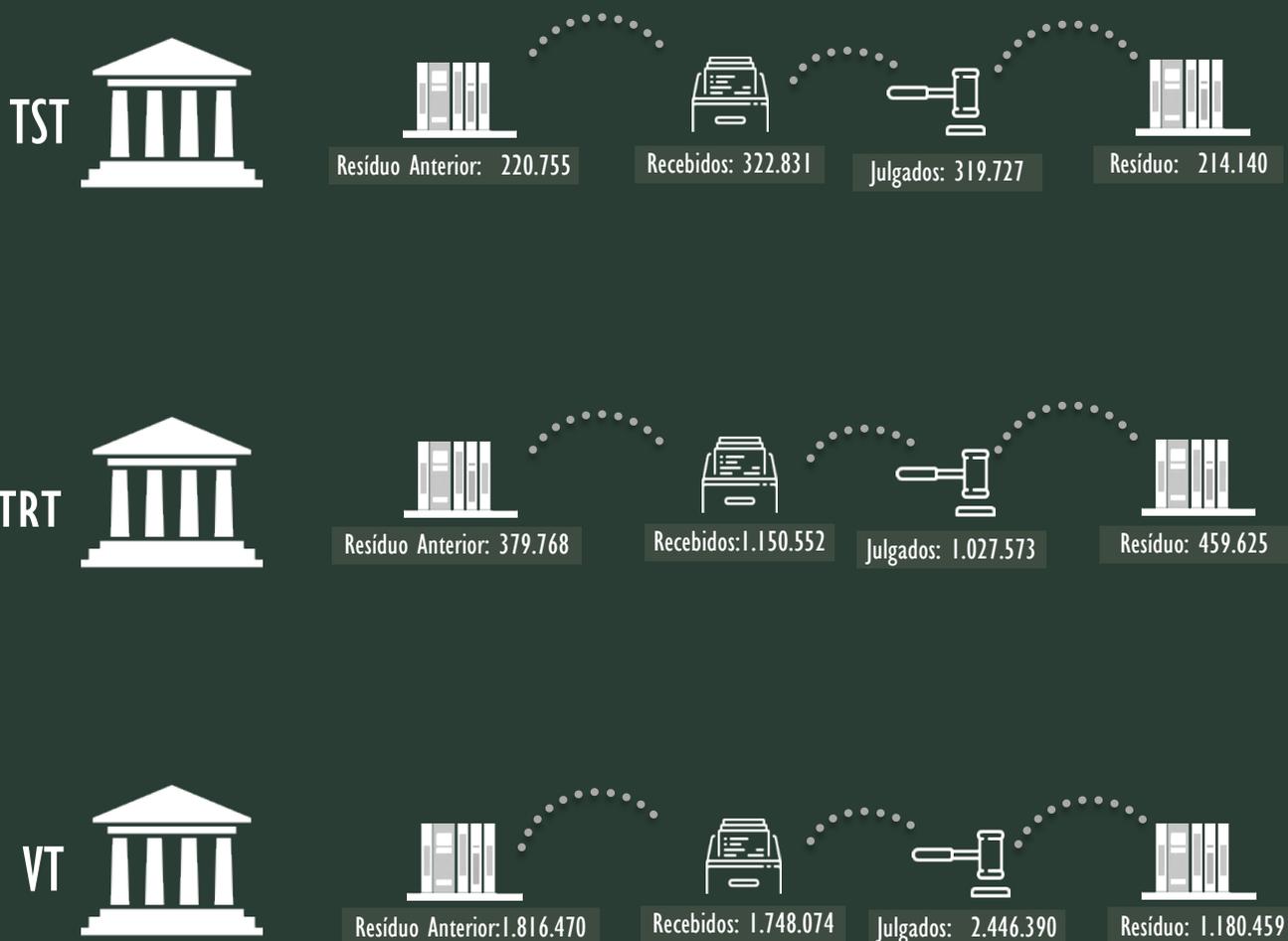
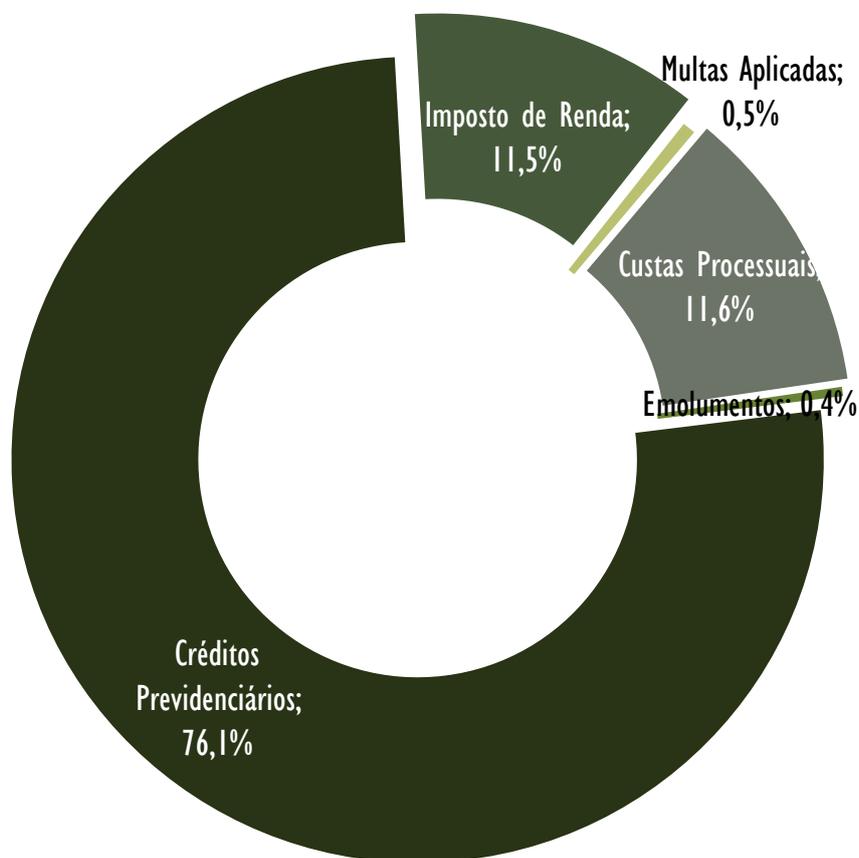


Tabela I.3. Valores Arrecadados na Justiça do Trabalho (em Reais). 2018.

Instância	Custas Processuais		Emolumentos		Créditos Previdenciários	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
TST *	2.657.989,85	99%	33.650,18	1,3%	-	-
TRT	29.618.607,91	63%	768.686,02	1,6%	14.176.641,18	30,3%
VT	390.387.494,50	11%	12.796.895,03	0,4%	2.768.257.310,05	76,7%
Total	422.664.092,26	11,6%	13.599.231,23	0,4%	2.782.433.951,23	76,1%

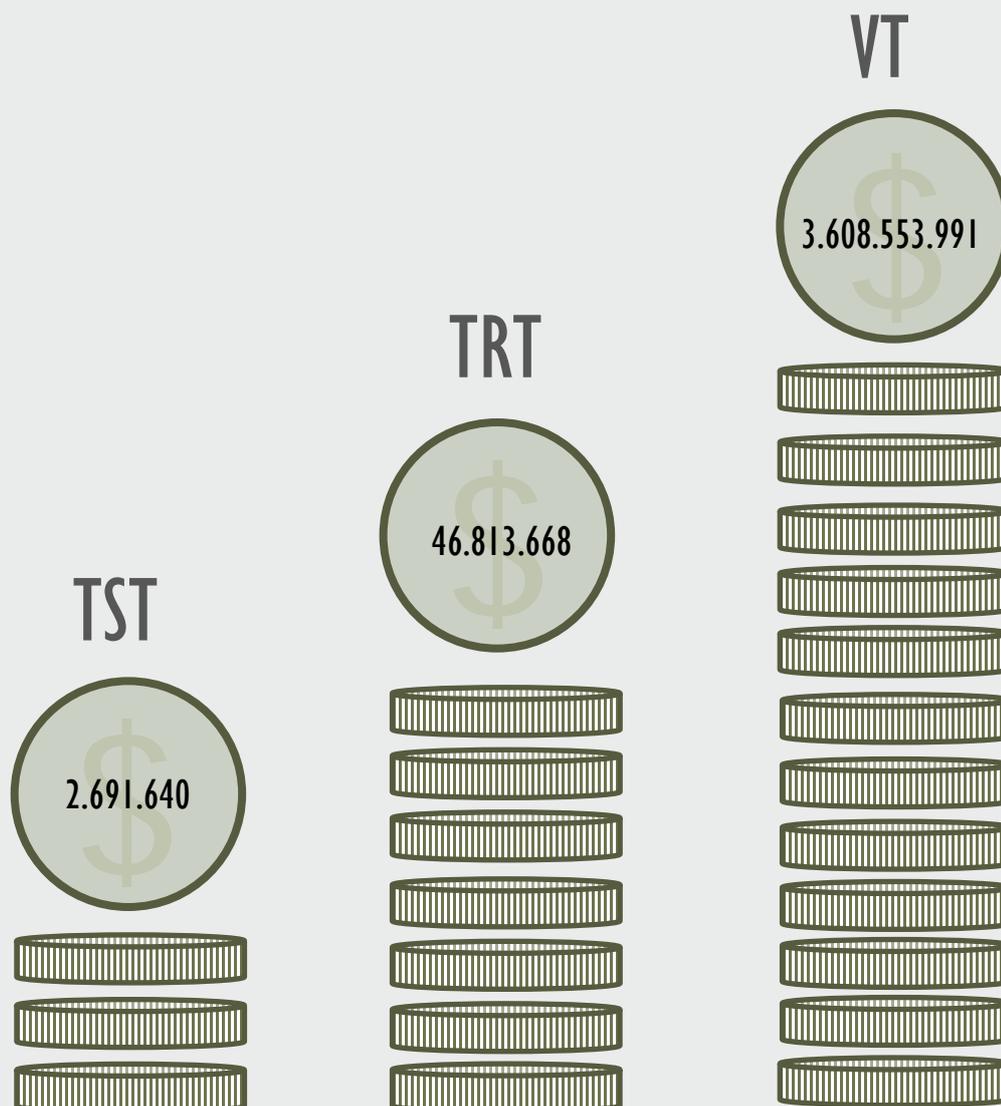
Notas: 1) % calculado sobre o total da Instância.
 2) * Valores restituídos no TST: R\$ 2.400,00.

Figura I.4. Valores Arrecadados na Justiça do Trabalho (em Reais). 2018.



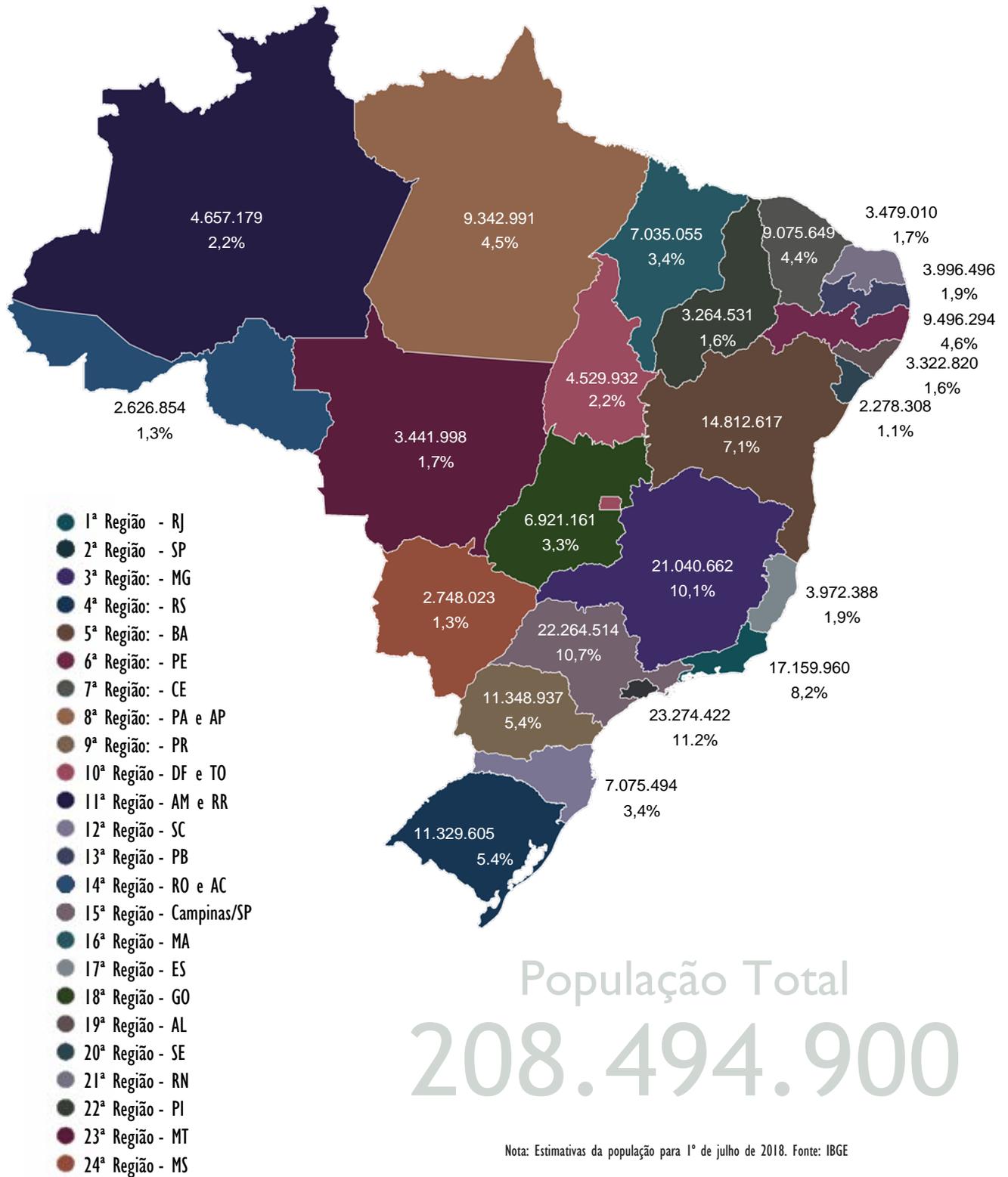
Imposto de Renda		Multas Aplicadas pelos Órgãos de Fiscalização		Total	
Valor	%	Valor	%	Valor	%
-	-	-	-	2.691.640,03	100,00%
2.249.733,03	4,8%	-	-	46.813.668,14	100%
417.903.518,65	11,6%	19.208.772,32	0,5%	3.608.553.990,55	100%
420.153.251,68	11,5%	19.208.772,32	0,5%	3.658.059.298,72	100%

Figura 1.5. Valores Arrecadados na Justiça do Trabalho, por Instância (em Reais). 2018.



I.3. População Jurisdicionada

Figura I.6. População Jurisdicionada pela Justiça do Trabalho. 2018.



2

Seção

**Tribunal
Superior do
Trabalho**

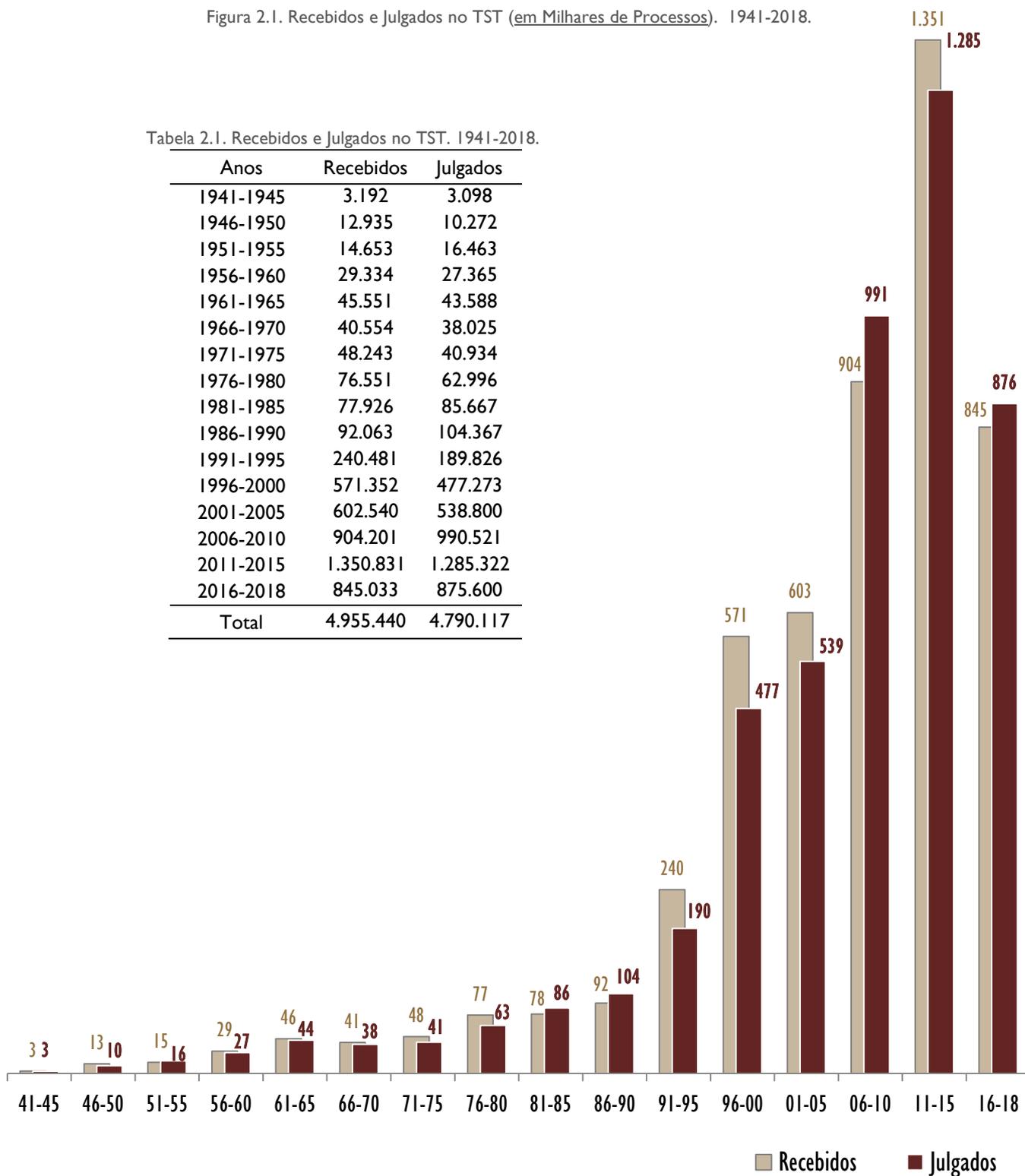


2.1. Série Histórica

Figura 2.1. Recebidos e Julgados no TST (em Milhares de Processos). 1941-2018.

Tabela 2.1. Recebidos e Julgados no TST. 1941-2018.

Anos	Recebidos	Julgados
1941-1945	3.192	3.098
1946-1950	12.935	10.272
1951-1955	14.653	16.463
1956-1960	29.334	27.365
1961-1965	45.551	43.588
1966-1970	40.554	38.025
1971-1975	48.243	40.934
1976-1980	76.551	62.996
1981-1985	77.926	85.667
1986-1990	92.063	104.367
1991-1995	240.481	189.826
1996-2000	571.352	477.273
2001-2005	602.540	538.800
2006-2010	904.201	990.521
2011-2015	1.350.831	1.285.322
2016-2018	845.033	875.600
Total	4.955.440	4.790.117

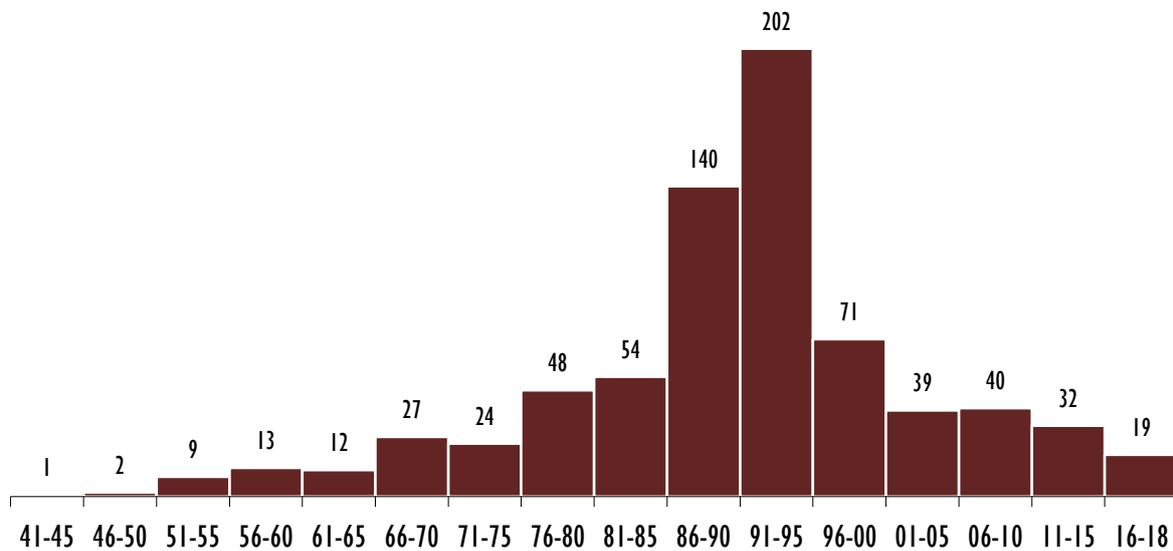


TST

Tabela 2.2. Dissídios Coletivos Julgados no TST. 1941-2018.

	Julgados
1941-1945	1
1946-1950	2
1951-1955	9
1956-1960	13
1961-1965	12
1966-1970	27
1971-1975	24
1976-1980	48
1981-1985	54
1986-1990	140
1991-1995	202
1996-2000	71
2001-2005	39
2006-2010	40
2011-2015	32
2016-2018	19
Total	733

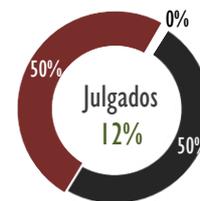
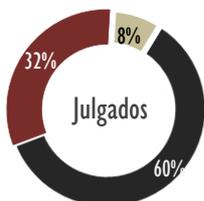
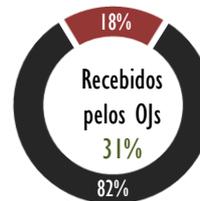
Figura 2.2. Dissídios Coletivos Julgados no TST. 1941-2018.



2.2. Movimentação Processual

Tabela 2.3. Comparativo da Movimentação Processual no TST. 2017 2018

2017	Recebidos pelo TST	2018	
278.755	Recebidos pelo TST	322.831	
206.869	■ Casos Novos	240.840	
57.897	■ Recursos Internos	65.332	
13.989	■ Provimento do AI	16.659	
16%			
248.385	Recebidos pelos Órgãos Judicantes	325.904	
198.439	■ Por Sorteio, Prevenção e Dependência	268.635	
49.946	■ Recursos Internos e por Vinculação	57.269	
16%			
285.743	Julgados	319.727	
172.358	■ Em Sessão	159.249	
90.795	■ Por Despacho	158.576	
22.590	■ Pela Presidência	1.902	
-12%			
158.438	Acórdãos Publicados	139.411	
12%			
220.780	Baixados	247.930	
255.363	Acervo	253.409	
220.755	■ Resíduo Pendente de Julgamento	214.140	
34.608	■ Processos Julgados e Não Baixados	39.269	
12%			
79.232	Recursos para o STF (Pendentes)	88.906	



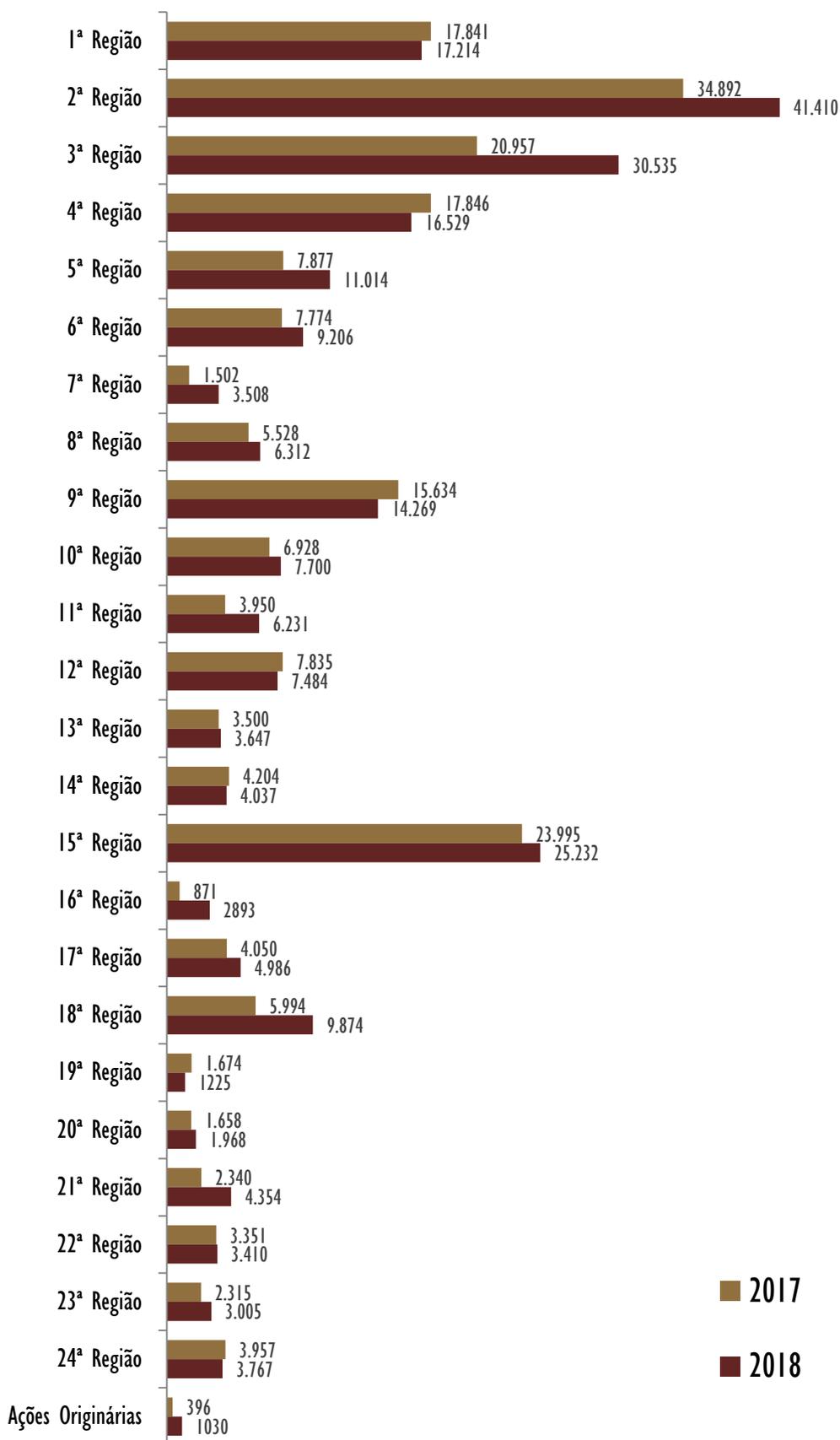
TST

2.3. Processos Recebidos

Tabela 2.4. Processos Recebidos no TST por Origem. 2017-2018.

Origem	2017		2018		Variação Percentual (%)
	Qtd.	%	Qtd.	%	
1ª Região	17.841	6,4%	17.214	5,3%	-3,5%
2ª Região	34.892	12,5%	41.410	12,8%	18,7%
3ª Região	20.957	7,5%	30.535	9,5%	45,7%
4ª Região	17.846	6,4%	16.529	5,1%	-7,4%
5ª Região	7.877	2,8%	11.014	3,41%	39,8%
6ª Região	7.774	2,8%	9.206	2,85%	18,4%
7ª Região	1.502	0,5%	3.508	1,09%	133,6%
8ª Região	5.528	2,0%	6.312	1,96%	14,2%
9ª Região	15.634	5,6%	14.269	4,42%	-8,7%
10ª Região	6.928	2,5%	7.700	2,39%	11,1%
11ª Região	3.950	1,4%	6.231	1,93%	57,7%
12ª Região	7.835	2,8%	7.484	2,32%	-4,5%
TRT 13ª Região	3.500	1,3%	3.647	1,13%	4,2%
14ª Região	4.204	1,5%	4.037	1,25%	-4,0%
15ª Região	23.995	8,6%	25.232	7,82%	5,2%
16ª Região	871	0,3%	2.893	0,90%	232,1%
17ª Região	4.050	1,5%	4.986	1,54%	23,1%
18ª Região	5.994	2,2%	9.874	3,06%	64,7%
19ª Região	1.674	0,6%	1.225	0,38%	-26,8%
20ª Região	1.658	0,6%	1.968	0,61%	18,7%
21ª Região	2.340	0,8%	4.354	1,35%	86,1%
22ª Região	3.351	1,2%	3.410	1,06%	1,8%
23ª Região	2.315	0,8%	3.005	0,93%	29,8%
24ª Região	3.957	1,4%	3.767	1,17%	-4,8%
<i>Subtotal</i>	206.473	74,1%	239.810	74,28%	116,1%
Ações Originárias	396	0,1%	1.030	0,32%	160,10%
Recursos Internos	57.897	20,8%	65.332	20,24%	12,84%
RR, RO e ARR (Provimento do AI)	13.989	5,0%	16.659	4,29%	13%
<i>Subtotal</i>	72.282	25,9%	83.021	25,72%	14,86%
Total	278.755	100,0%	322.831	100,00%	15,81%

Figura 2.3. Casos Novos no TST por Origem. 2017-2018.



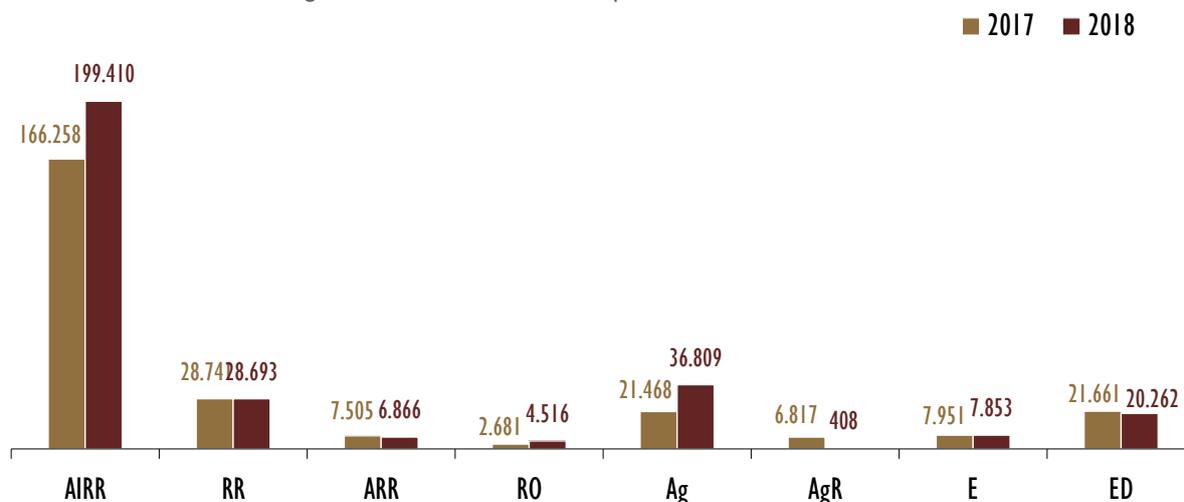
TST

Tabela 2.5. Processos Recebidos no TST por Classe. 2017-2018.

Processos	2017		2018		Variação Percentual (%)	
	Qtd.	%	Qtd.	%		
Ação Rescisória	106	0,1%	177	0,1%	66,98%	
Agravo de Instrumento em Recurso de Revista	166.258	80,4%	199.410	82,8%	19,94%	
Agravo de Instrumento em Recurso Ordinário	1.055	0,5%	187	0,1%	-82,27%	
Cautelar Inominada	-	-	-	-	-	
Conflito de Competência	62	-	64	-	3,23%	
Dissídio Coletivo	4	-	7	-	75,00%	
Dissídio Coletivo de Greve	2	-	4	-	100,00%	
Efeito Suspensivo	26	-	40	-	53,85%	
Mandado de Segurança	48	-	219	0,1%	356,25%	
Petição	41	-	13	-	-68,29%	
Recurso Administrativo	5	-	3	-	-40,00%	
Recurso de Revista	28.741	13,9%	28.693	11,9%	-0,17%	
Recurso de Revista com Agravo	7.505	3,6%	6.866	2,9%	-8,51%	
Recurso Ordinário	2.681	1,3%	4.516	1,9%	68,44%	
Reexame Necessário	50	-	42	-	-16,00%	
Reexame Necessário e Recurso Ordinário	34	-	-	-	-100,00%	
Outros	251	0,1%	599	0,2%	138,65%	
Subtotal	206.869	100,0%	240.840	100,0%	16,4%	
Recursos Internos	Agravo	21.468	37,1%	36.809	56%	71,5%
	Agravo Regimental	6.817	11,8%	408	1%	-94,0%
	Embargos	7.951	13,7%	7.853	12%	-1,2%
	Embargos de Declaração	21.661	37,4%	20.262	31%	-6,5%
	Subtotal	57.897	100,0%	65.332	100%	12,8%
Recurso Ordinário, Recurso de Revista e Recurso de Revista com Agravo (Provimento do AI)	13.989		16.659			
Total	278.755		322.831		15,8%	

Nota: Sinais convencionais utilizados:
 - Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.
 .. Não se aplicada dado numérico.

Figura. 2.4. Processos Recebidos por Classe no TST. 2017-2018.

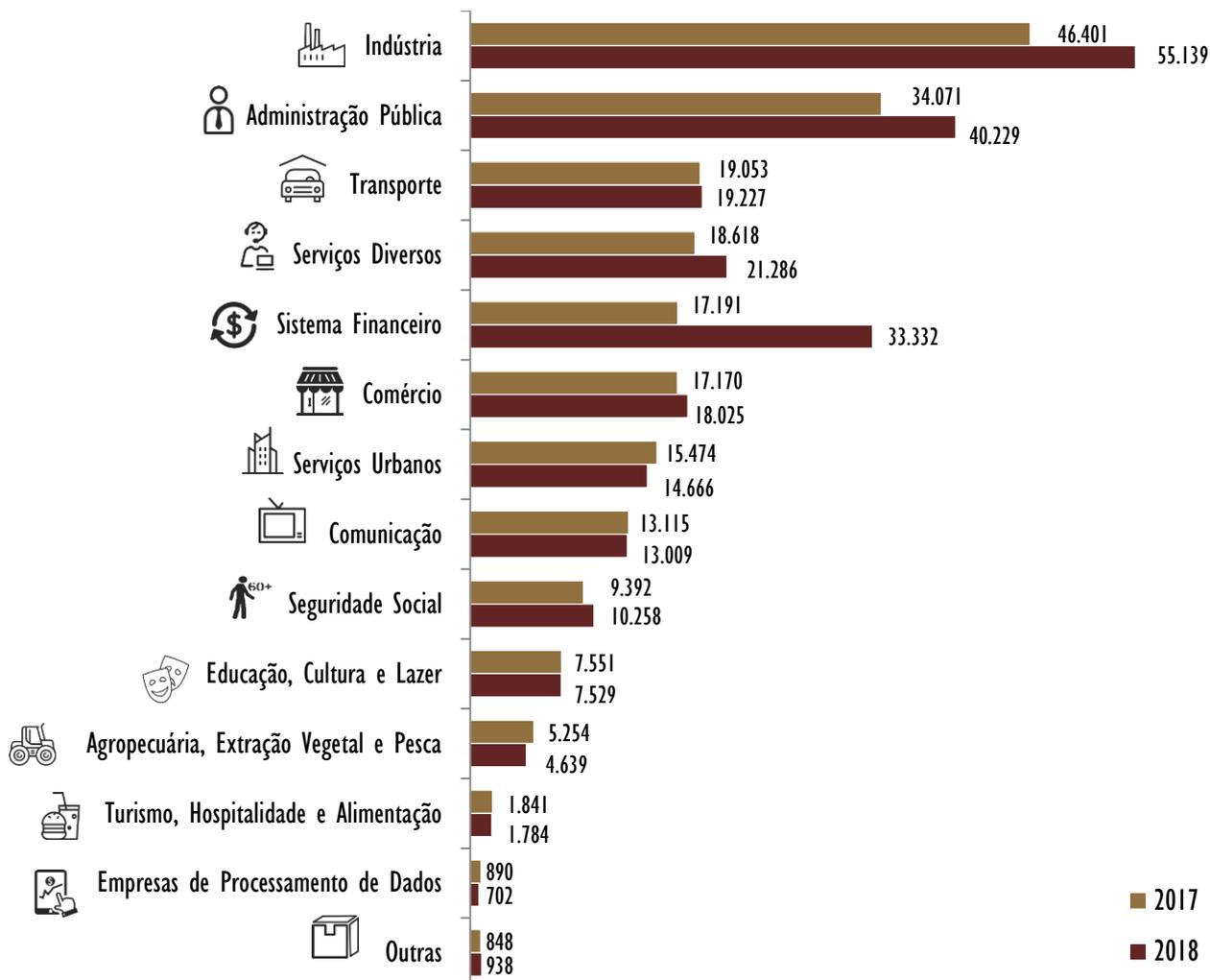


Nota: Para as classes RR, ARR e RO estão incluídos os recursos decorrentes do provimento do AI.

Tabela 2.6. Casos Novos por Atividade Econômica no TST. 2017-2018.

Atividade Econômica	2017		2018		Variação Percentual (%)
	Qtd.	%	Qtd.	%	
Administração Pública	34.071	16,5%	40.229	16,7%	18,1%
Agropecuária, Extração Vegetal e Pesca	5.254	2,5%	4.639	1,9%	-11,7%
Comércio	17.170	8,3%	18.025	7,5%	5,0%
Comunicação	13.115	6,3%	13.009	5,4%	-0,8%
Educação, Cultura e Lazer	7.551	3,7%	7.529	3,1%	-0,3%
Empresas de Processamento de Dados	890	0,4%	702	0,3%	-21,1%
Indústria	46.401	22,4%	55.139	22,9%	18,8%
Seguridade Social	9.392	4,5%	10.258	4,3%	9,2%
Serviços Diversos	18.618	9,0%	21.286	8,8%	14,3%
Serviços Urbanos	15.474	7,5%	14.666	6,1%	-5,2%
Sistema Financeiro	17.191	8,3%	33.332	13,8%	93,9%
Transporte	19.053	9,2%	19.227	8,0%	0,9%
Turismo, Hospitalidade e Alimentação	1.841	0,9%	1.784	0,7%	-3,1%
Outras	848	0,4%	938	0,4%	10,6%
Total	206.869	100,0%	240.763	100,0%	16,4%

Figura 2.5. Casos Novos por Atividade Econômica no TST. 2017-2018.



TST

Figura 2.6. Ranking dos 20 Maiores Litigantes no TST (Processos em Tramitação em 31/12/2018).



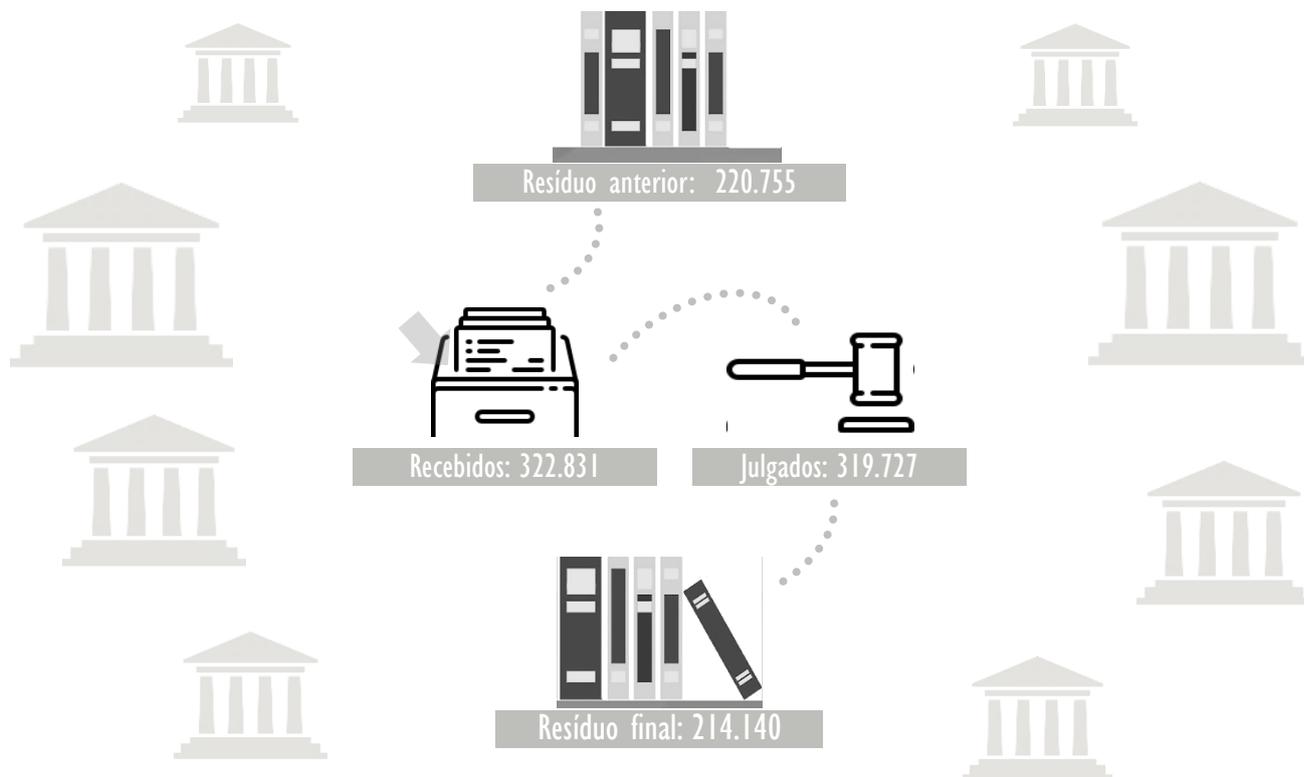
TST

2.4. Total a Julgar

Tabela 2.7. Total a Julgar no TST. 2018.

Total a Julgar					Julgados	Processos Pendentes de Julgamento (Resíduo)
Resíduo de 2017	Recebidos			Total		
	Casos Novos	Recursos Internos e RR, RO e ARR (Provimento AI)	Subtotal			
220.755	240.840	81.991	322.831	543.586	319.727	214.140

Figura 2.7. Movimentação Processual do TST. 2018.



TST

2.5. Sessões

Tabela 2.8. Sessões Realizadas no TST. 2018.

Órgão	Ordinárias	Extraordinárias	Total	Média de Processos Julgados por Sessão
TP e OE	12	2	14	369
SDC	9	-	9	39
SDI	SESDI1	1	35	133
	SESDI2	37	-	37
1ª Turma	37	2	39	299
2ª Turma	19	18	37	526
3ª Turma	33	6	39	594
4ª Turma	38	-	38	558
5ª Turma	34	4	38	524
6ª Turma	34	1	35	535
7ª Turma	31	7	38	263
8ª Turma	35	13	48	469
Total	353	54	407	391

Nota: Sinal convencional utilizado:
- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Figura 2.8. Sessões Realizadas no TST. 2018.

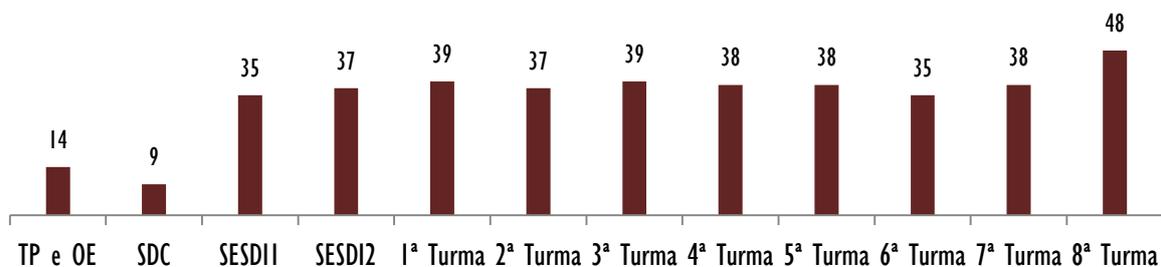
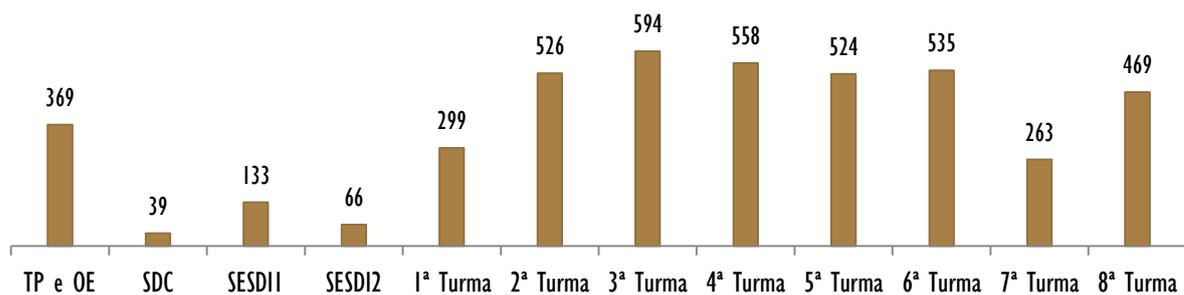


Figura 2.9. Média de Processos Julgados por Sessão no TST. 2018.



2.6. Processos Julgados

Tabela 2.9. Processos Julgados por Classe no TST. 2017-2018.

Classe	2017		2018		Variação Percentual (%)	
	Qtd.	%	Qtd.	%		
Ação Rescisória	201	0,1%	167	0,1%	-16,9%	
Agravo de Instrumento em Recurso de Revista	181.372	63,5%	202.305	63,3%	11,5%	
Agravo de Instrumento em Recurso Ordinário	891	0,3%	151	-	-83,1%	
Cautelar Inominada	29	-	16	-	-44,8%	
Conflito de Competência	29	-	36	-	24,1%	
Dissídio Coletivo	4	-	9	-	125,0%	
Dissídio Coletivo de Greve	1	-	3	-	200,0%	
Efeito Suspensivo	4	-	-	-	-100,0%	
Mandado de Segurança	38	-	63	-	65,8%	
Petição	12	-	3	-	-75,0%	
Recurso Administrativo	4	--	2	-	-50,0%	
Recurso de Revista	41.692	14,6%	45.225	14,1%	8,5%	
Recurso de Revista com Agravo	11.045	3,9%	14.322	4,5%	29,7%	
Recurso Ordinário	2.256	0,8%	2.591	0,8%	14,8%	
Reexame Necessário	4	-	5	-	25,0%	
Reexame Necessário e Recurso Ordinário	37	-	32	-	-13,5%	
Outros	180	0,1%	656	0,2%	264,4%	
Subtotal	237.799	83,2%	265.586	83,1%	11,7%	
Recursos Internos	Agravo	17.255	6,0%	30.557	9,6%	77,1%
	Agravo Regimental	7.105	2,5%	3.266	1,0%	-54,0%
	Embargos	2.971	1,0%	1.686	0,5%	-43,3%
	Embargos de Declaração	20.613	7,2%	18.632	5,8%	-9,6%
	Subtotal	47.944	16,8%	54.141	16,9%	12,9%
Total	285.743	100,0%	319.727	100,0%	11,9%	

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento
 .. Não se aplica dado numérico

Figura 2.10. Processos Julgados no TST por Classe. 2017-2018.

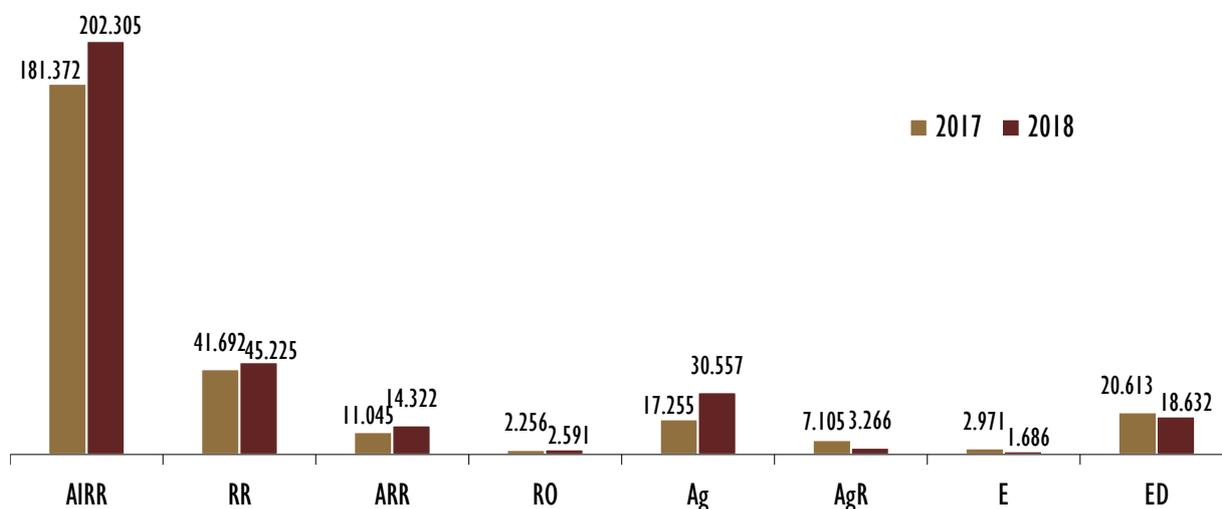


Tabela 2.10. Processos Julgados por Tipo, Classe e Órgão no TST. 2018.

Tipo	Classe	GP	TP e OE	SDC	SESDI 1	SESDI 2	GCGJT
Em Sessão	Ação Rescisória	-	1	-	-	45	
	Agravo de Instrumento em Recurso de Revista	-	1	-	-	-	
	Agravo de Instrumento em Recurso Ordinário	-	3	5	-	124	
	Cautelar Inominada	-	-	-	-	-	
	Dissídios Coletivos	-	-	7	-	-	
	Dissídios Coletivos de Greve	-	-	-	-	-	
	Mandado de Segurança	-	-	-	-	6	
	Recurso de Revista	-	1	-	1	-	
	Recurso de Revista com Agravo	-	-	-	-	-	
	Recurso Ordinário	-	113	274	-	1.851	
	Ag - Agravo	-	4.086	1	1.721	17	
	AgR - Agravo Regimental	-	20	3	1.094	7	
	Embargos de Declaração	-	925	54	467	316	
	Embargos	-	1	-	1.380	-	
	Outros	-	18	9	5	61	492
<i>Subtotal</i>		-	5.169	353	4.668	2.427	492
Por Despacho	Agravo de Instrumento em Recurso de Revista	1.855	-	-	-	-	
	Recurso de Revista	-	-	-	4	-	
	Outros	47	307	34	492	485	
	<i>Subtotal</i>	1.902	307	34	496	485	
Total		1.902	5.476	387	5.164	2.912	492

Nota: Sinal convencional utilizado
- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Figura 2.11. Processos Julgados no TST. 2018.

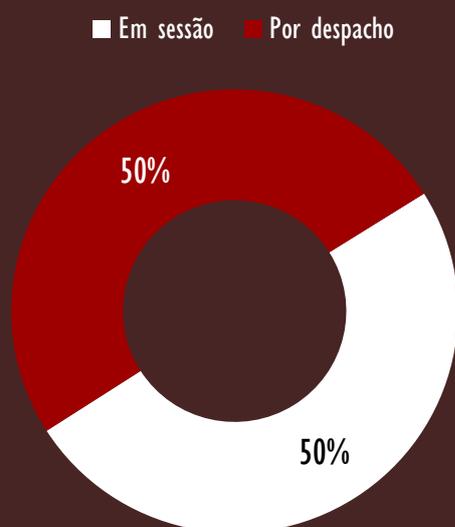
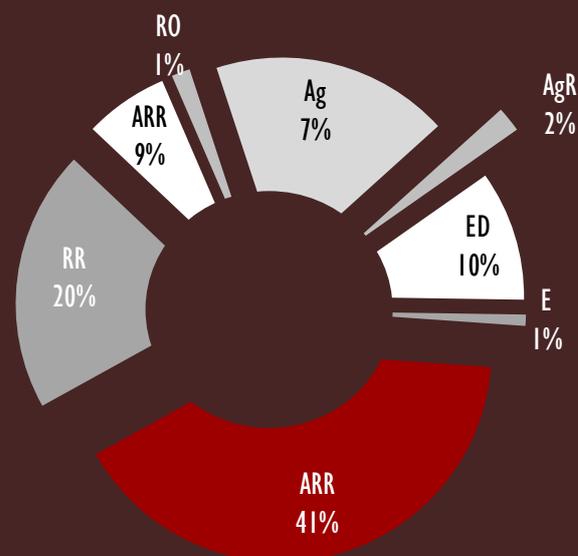


Figura 2.12. Processos Julgados no TST, por Classe. 2018.



1ª Turma	2ª Turma	3ª Turma	4ª Turma	5ª Turma	6ª Turma	7ª Turma	8ª Turma	Total
-	-	-	-	-	-	-	-	46
2.297	8.667	11.956	10.981	6.648	9.287	2.460	12.560	64.857
-	-	-	1	-	1	-	-	134
-	3	-	-	2	-	-	-	5
-	-	-	-	-	-	-	-	7
-	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	6
2.688	3.907	4.258	6.112	6.242	3.578	2.385	2.924	32.096
546	1.285	1.856	1.227	811	1.916	263	2.338	10.242
3	2	4	5	2	1	2	3	2.260
4.426	3.137	2.235	1.351	4.027	1.927	3.693	2.430	29.051
445	161	394	79	402	213	206	74	3.098
1.246	2.315	2.448	1.438	1.778	1.804	991	2.171	15.953
-	-	-	-	-	-	-	-	1.381
8	1	-	1	6	2	-	2	113
11.659	19.478	23.151	21.195	19.918	18.729	10.000	22.502	159.249
16.996	12.817	9.730	15.582	26.525	16.320	28.081	9.542	137.448
3.423	832	363	747	3.256	693	3.509	302	13.129
1.672	850	545	614	1.435	824	1.688	416	9.901
22.091	14.499	10.638	16.943	31.216	17.837	33.278	10.260	160.478
33.750	33.977	33.789	38.138	51.134	36.566	43.278	32.762	319.727

Figura 2.13. Processos Julgados no TST, por Órgão Judicante. 2018.

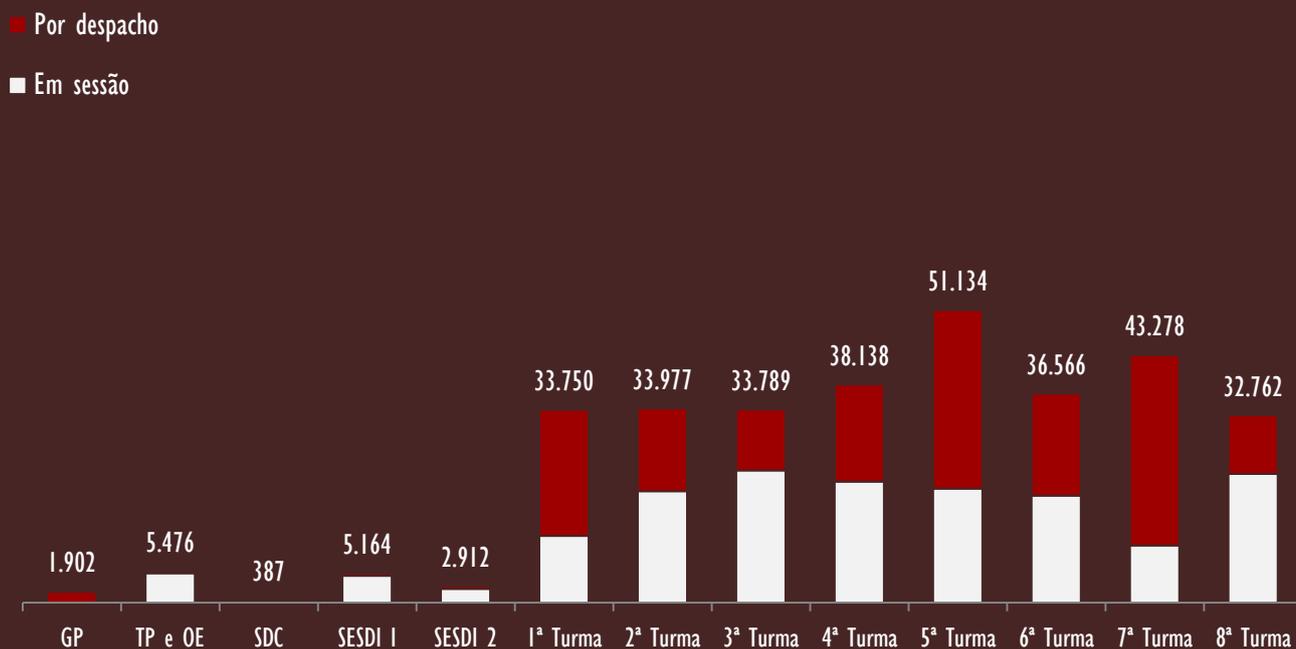
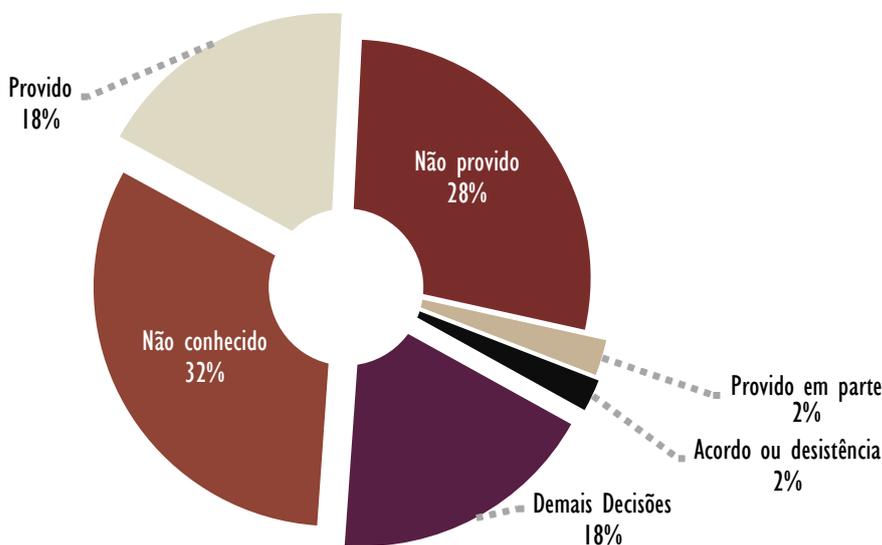


Tabela 2.11. Decisões dos Processos Julgados, por Classe no TST. 2018.

Classe	Não Conhecido	Provido	Não Provido	Provido em Parte	Procedente	Improcedente	Acordo ou Desistência	Extinto	Prejudicado	Outras	Total
Ação Rescisória	-	1	-	-	6	26	-	9	-	52	94
Agravo de Instrumento em Recurso Ordinário	8	10	118	-	-	1	8	1	-	4	150
Agravo de Instrumento em Recurso de Revista	84.433	18.279	45.243	43	-	-	3.294	11	10	51.130	202.443
Cautelar Inominada	-	-	-	-	-	1	-	8	-	7	16
Conflito de Competência	3	-	-	-	-	-	-	-	-	33	36
Dissídios Coletivos	-	-	-	1	1	-	-	-	-	2	4
Dissídios Coletivos de Greve	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3
Efeito Suspensivo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2
Mandado de Segurança	-	-	-	-	-	1	-	-	-	4	5
Processo Administrativo	-	6	5	-	-	-	-	-	-	1	12
Protesto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recurso Administrativo	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Recurso de Revista	10.149	25.629	232	5.778	-	-	1.063	31	54	2.721	45.657
Recurso de Revista com Agravo	3.187	7.479	2.408	1.651	-	-	631	8	59	944	16.367
Recurso Ordinário	153	279	1.277	100	-	225	58	220	4	275	2.591
Reexame Necessário	1	-	-	1	-	1	-	2	-	-	5
Reexame Necessário e Recurso Ordinário	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	10	21	17	10	-	-	859	14	-	84	1.015
Subtotal	97.944	51.704	49.301	7.584	7	255	5.913	304	127	55.262	268.401
Agravo	3.160	1.599	23.988	20	-	-	819	4	10	954	30.554
Agravo Regimental	368	199	2.487	3	-	1	75	6	5	87	3.231
Embargos	783	617	116	18	-	-	101	-	-	403	2.038
Embargos de Declaração	778	3.189	13.639	186	-	-	149	4	-	743	18.688
Subtotal	5.089	5.604	40.230	227	-	1	1.144	14	15	2.187	54.511
Total	103.033	57.308	89.531	7.811	7	256	7.057	318	142	57.449	322.912

Notas: 1) Sinal convencional utilizado:
 - Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.
 2) Um processo julgado pode receber mais de uma decisão.
 3) Não estão contabilizados os processos julgados no âmbito do PJe.

Figura 2.14. Decisões dos Processos Julgados no TST. 2018.



Nota: Desconsiderados valores menores que 0,2%.

2.7. Resíduo

Tabela 2.12. Resíduo no TST. 2017-2018.

Resíduo		2017		2018		Variação Percentual (%)
		Qtd.	%	Qtd.	%	
Processos Distribuídos	Com o Relator	150.252	68,1%	154.800	72,3%	3,0%
	Com o Revisor	9	-	2	-	-77,8%
	Nas Secretarias dos Órgãos de Judicantes	33.526	15,2%	23.578	11,0%	-29,7%
	Em Vista Regimental	233	0,1%	240	0,1%	3,0%
	Em Diligência	58	-	55	-	-5,2%
	Na PGT	1.700	0,8%	2.794	1,3%	64,4%
	Outros Distribuídos	2.148	1,0%	1.444	0,7%	-32,8%
	<i>Subtotal</i>	187.926	85,1%	182.913	85,4%	-2,7%
Processos Não Distribuídos	Na CCP	2.731	1,2%	3.819	1,8%	39,8%
	Na CPE	5.617	2,5%	18.037	8,4%	221,1%
	Na CCADP	18.008	8,2%	7.163	3,3%	-60,2%
	Na Presidência	2.898	1,3%	4	-	-99,9%
	Na SEGJUD	1.322	0,6%	103	-	-92,2%
	Outros Não Distribuídos	2.253	1,0%	2.101	1,0%	-6,7%
	<i>Subtotal</i>	32.829	14,9%	31.227	14,6%	-4,9%
Total		220.755	100,0%	214.140	100,0%	-3,0%

Figura 2.15. Resíduo no TST. 2018.

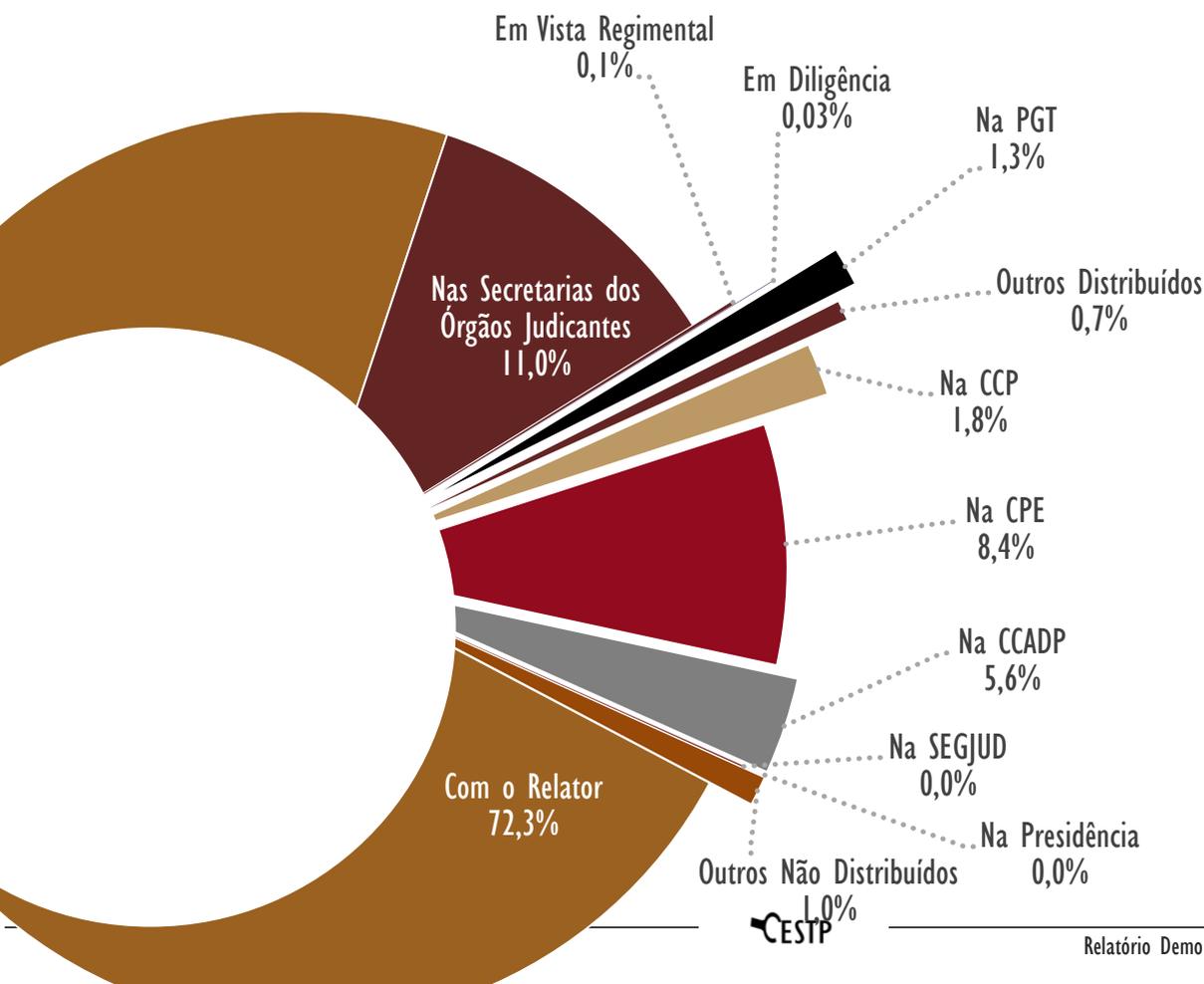
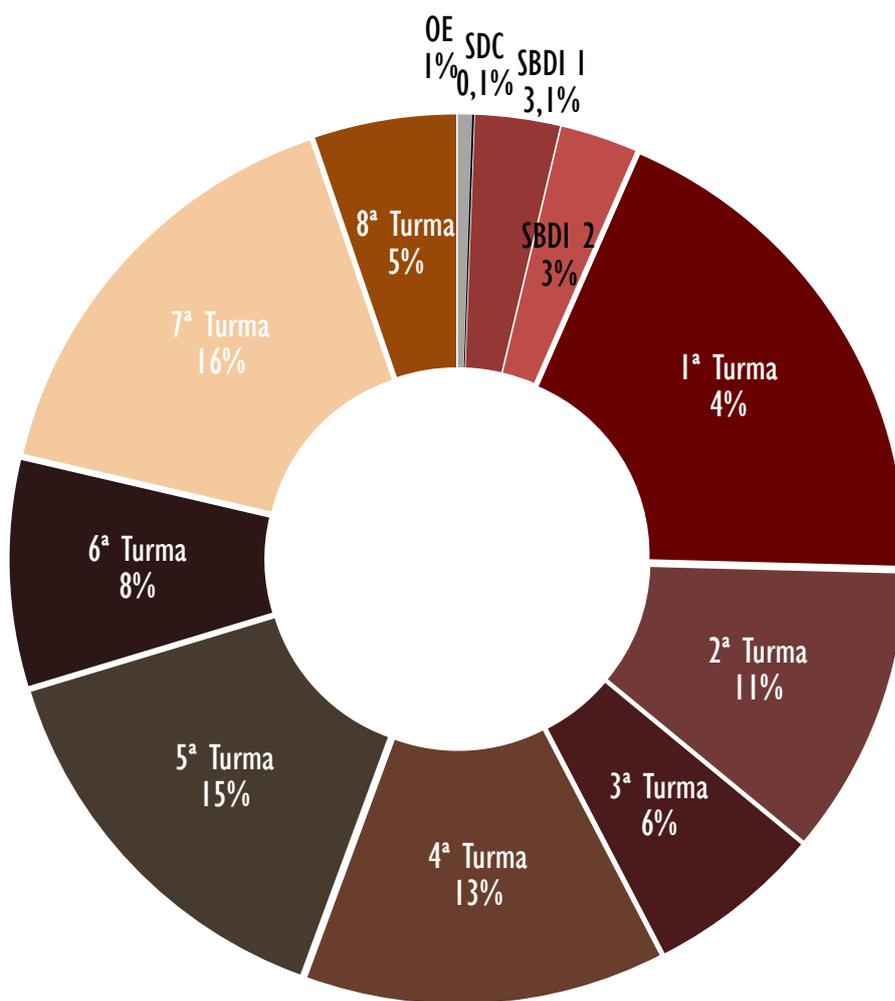


Tabela 2.13. Resíduo nos Órgãos Judicantes do TST, por Classe. 2018.

Classe	TP	OE	SDC	SDI		Turmas								Total	%
				SBDI 1	SBDI 2	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª		
AIRR	-	-	-	-	-	20.405	9.927	7.324	13.527	13.126	7.811	16.548	6.009	94.677	52%
RR	-	-	-	4	-	7.210	3.464	1.223	4.916	5.378	3.018	5.732	887	31.832	17%
ARR	2	-	-	-	-	5.249	3.660	1.690	2.889	4.652	2.014	4.536	1.190	25.882	14%
Outros	11	941	137	5.683	5.168	1.693	2.354	1.443	2.750	3.777	2.442	2.681	1.443	30.523	17%
Total	13	941	137	5.687	5.168	34.557	19.405	11.680	24.082	26.933	15.285	29.497	9.529	182.914	100%

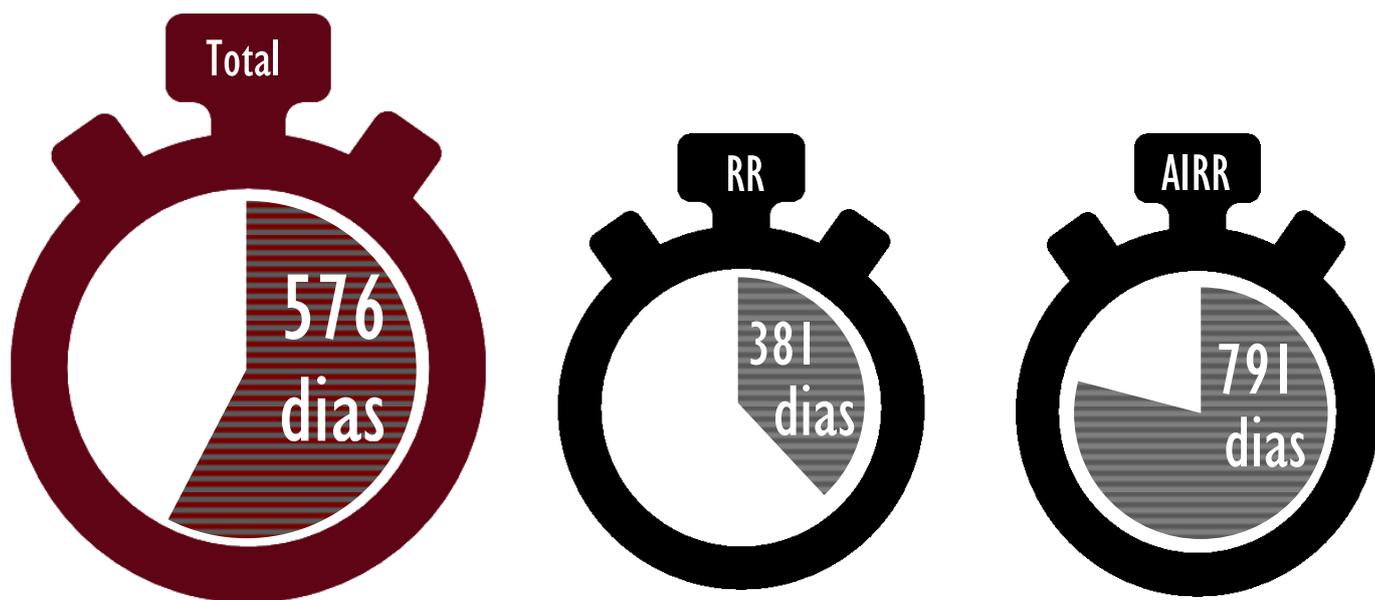
Notas: 1) Sinal convencional utilizado:
 - Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.
 2) Estão contabilizados apenas os processos distribuídos.

Figura 2.16. Resíduo no TST, por Órgão Judicante. 2018.



2.8. Prazos

Figura 2.17. Tempo Médio de Tramitação Processual no TST. (Índice Acumulado). 2018.



2.9. Valores Arrecadados

Figura 2.18. Arrecadação no TST. 2018.



TST

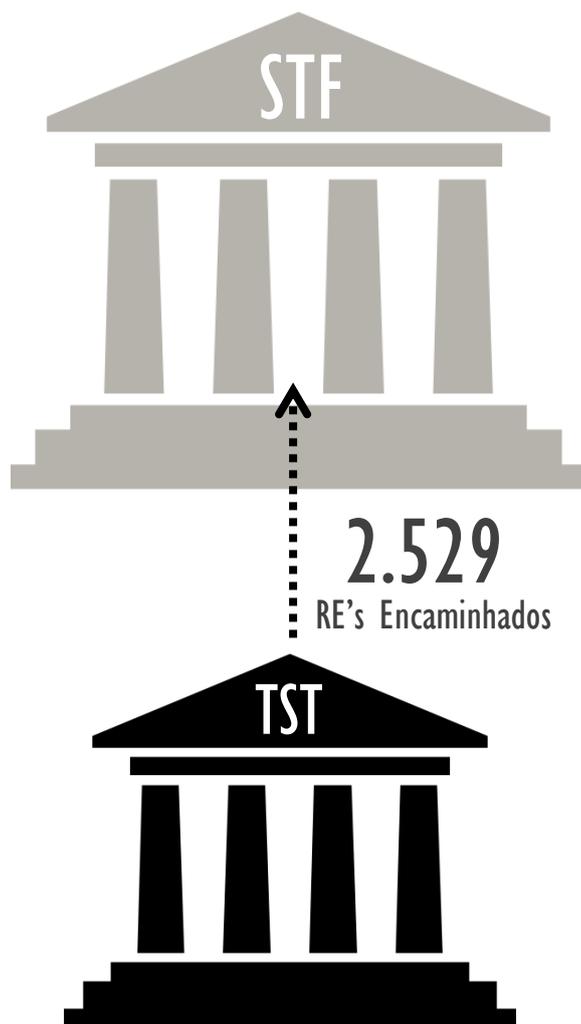
2.10. Recursos de Competência do STF

Tabela 2.14. Recursos Extraordinários Interpostos no TST. Estudos das Decisões. 2017-2018.

Recursos Extraordinários		2017		2018		Variação Percentual (%)
		Qtd.	%	Qtd.	%	
Recebidos		66.464	.	37.849	-	-43,1%
Despachados	Admitidos	30	0,1%	298	0,8%	893,3%
	Denegados	22.005	45,4%	14.643	39,2%	-33,5%
	Sobrestados	8.979	18,5%	21.864	58,5%	143,5%
	Despachados por Repercussão Geral	17.429	36,0%	544	1,5%	-96,9%
		48.443	100,0%	37.349	100,0%	-22,9%
Encaminhados ao STF		1.990	..	2.529	-	27,1%

Nota: Sinal convencional utilizado:
 .. Não se aplica a dado numérico.

Figura 2.19. Recursos Extraordinários Encaminhados ao STF. 2018.



2.11. Movimentação Processual por Classe

2.11.1. Agravo de Instrumento em Recurso de Revista

Tabela 2.15. Agravos de Instrumento em Recurso de Revista no TST. Movimentação Processual. 2018.

Órgão Judicante	Recebidos	Julgados			Aguardando Julgamento				
		Sessão	Despacho	Total	Com Relator	Na Secretaria	Na PGT	Outros	Total
Tribunal Pleno e Órgão Especial									
SDC									
SESDI1									
SESDI2		-		-					
1ª Turma	24.872	2.297	16.996	19.293	19.832	272	266	35	20.405
2ª Turma	25.038	8.667	12.817	21.484	8.152	1.449	285	41	9.927
3ª Turma	25.078	11.956	9.730	21.686	5.765	1.251	275	33	7.324
4ª Turma	27.810	10.981	15.582	26.563	12.838	354	315	20	13.126
5ª Turma	33.876	6.648	26.525	33.173	12.158	578	350	40	13.126
6ª Turma	25.038	9.287	16.320	25.607	5.076	2.273	271	191	7.811
7ª Turma	24.075	2.460	28.081	30.541	15.426	797	279	46	16.548
8ª Turma	24.596	12.560	9.542	22.102	4.929	776	270	34	6.009
Subtotal	210.383	64.857	135.593	200.450	84.176	7.750	2.311	440	94.677
Presidência	-	-	1.855	1.855		-	-	-	
Total	210.383	64.857	137.448	202.305	84.177	7.750	2.311	440	94.678

Notas: 1) Símbolos convencionais utilizados:
 .. Não se aplica a dado numérico.
 ... Dado numérico não disponível.
 2) Estão contabilizados apenas dos processos distribuídos.

Figura 2.20. Agravos de Instrumento em Recurso de Revista Recebidos e Julgados no TST. 2018.

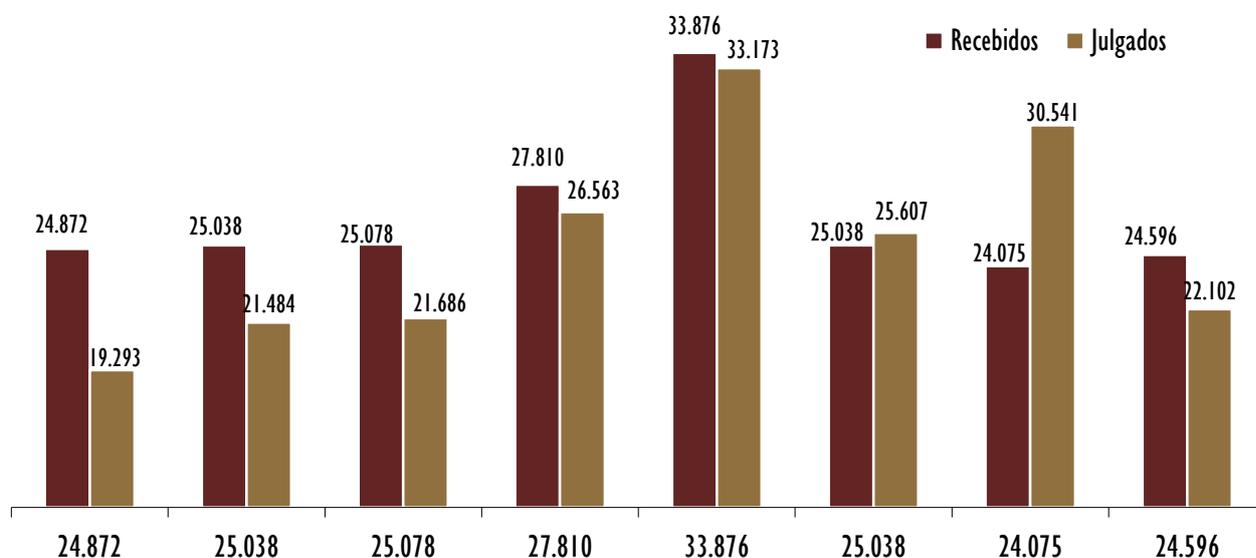


Tabela 2.16. Agravos de Instrumento em Recurso de Revista Julgados. Estudo das Decisões por TRT de Origem. 2018.

TRT de Origem	Não Conhecido		Provido		Não Provido		Outras		Total	
	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
1ª	6.917	41,0%	2.866	17,0%	3.919	23,2%	3.164	19%	16.866	8,3%
2ª	18.475	45,8%	3.427	8,5%	9.303	23,1%	9.106	23%	40.311	19,9%
3ª	11.341	46,3%	990	4,0%	5.248	21,4%	6.925	28%	24.504	12,1%
4ª	4.626	42,8%	1.257	11,6%	2.311	21,4%	2.625	24%	10.819	5,3%
5ª	3.456	37,0%	1.303	14,0%	2.019	21,6%	2.560	27%	9.338	4,6%
6ª	2.925	39,8%	430	5,9%	1.560	21,2%	2.433	33%	7.348	3,6%
7ª	958	35,1%	231	8,5%	643	23,6%	894	33%	2.726	1,3%
8ª	2.037	41,9%	342	7,0%	1.033	21,2%	1.454	30%	4.866	2,4%
9ª	4.262	39,1%	860	7,9%	2.331	21,4%	3.451	32%	10.904	5,4%
10ª	2.175	31,6%	1.165	16,9%	1.403	20,4%	2.143	31%	6.886	3,4%
11ª	1.509	31,6%	890	18,6%	903	18,9%	1.473	31%	4.775	2,4%
12ª	2.098	36,6%	313	5,5%	1.280	22,3%	2.039	36%	5.730	2,8%
13ª	1.075	34,3%	251	8,0%	674	21,5%	1.132	36%	3.132	1,5%
14ª	1.316	33,2%	526	13,3%	753	19,0%	1.367	35%	3.962	2,0%
15ª	10.355	44,4%	1.743	7,5%	5.590	24,0%	5.632	24%	23.320	11,5%
16ª	437	42,8%	51	5,0%	258	25,3%	274	27%	1.020	0,5%
17ª	1.660	43,4%	251	6,6%	821	21,5%	1.095	29%	3.827	1,9%
18ª	2.615	39,4%	263	4,0%	1.313	19,8%	2.443	37%	6.634	3,3%
19ª	622	51,0%	83	6,8%	267	21,9%	248	20%	1.220	0,6%
20ª	735	37,3%	348	17,7%	441	22,4%	444	23%	1.968	1,0%
21ª	1.295	35,9%	325	9,0%	913	25,3%	1.070	30%	3.603	1,8%
22ª	1.476	44,2%	142	4,3%	848	25,4%	872	26%	3.338	1,6%
23ª	930	35,8%	169	6,5%	561	21,6%	938	36%	2.598	1,3%
24ª	1.137	34,3%	100	3,0%	850	25,6%	1.228	37%	3.315	1,6%
Total	84.432	41,6%	18.326	9,0%	45.242	22,3%	55.010	27%	203.010	100,0%

Notas: 1) Um processo julgado pode receber mais de uma decisão.
2) Não estão contabilizados os processos julgados no âmbito do PJe.

Figura 2.21. Agravos de Instrumento em Recurso de Revista Julgados no TST. Estudo das Decisões. 2018.

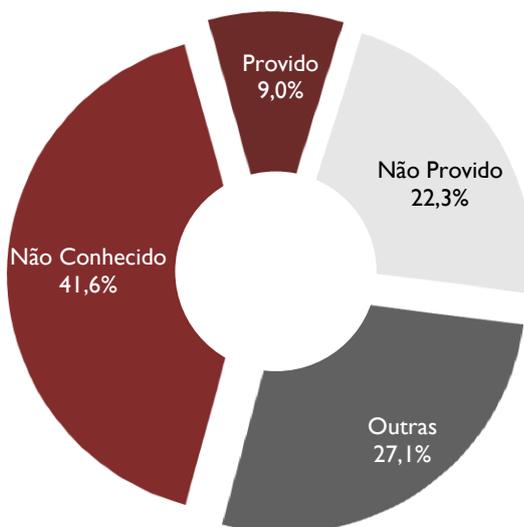
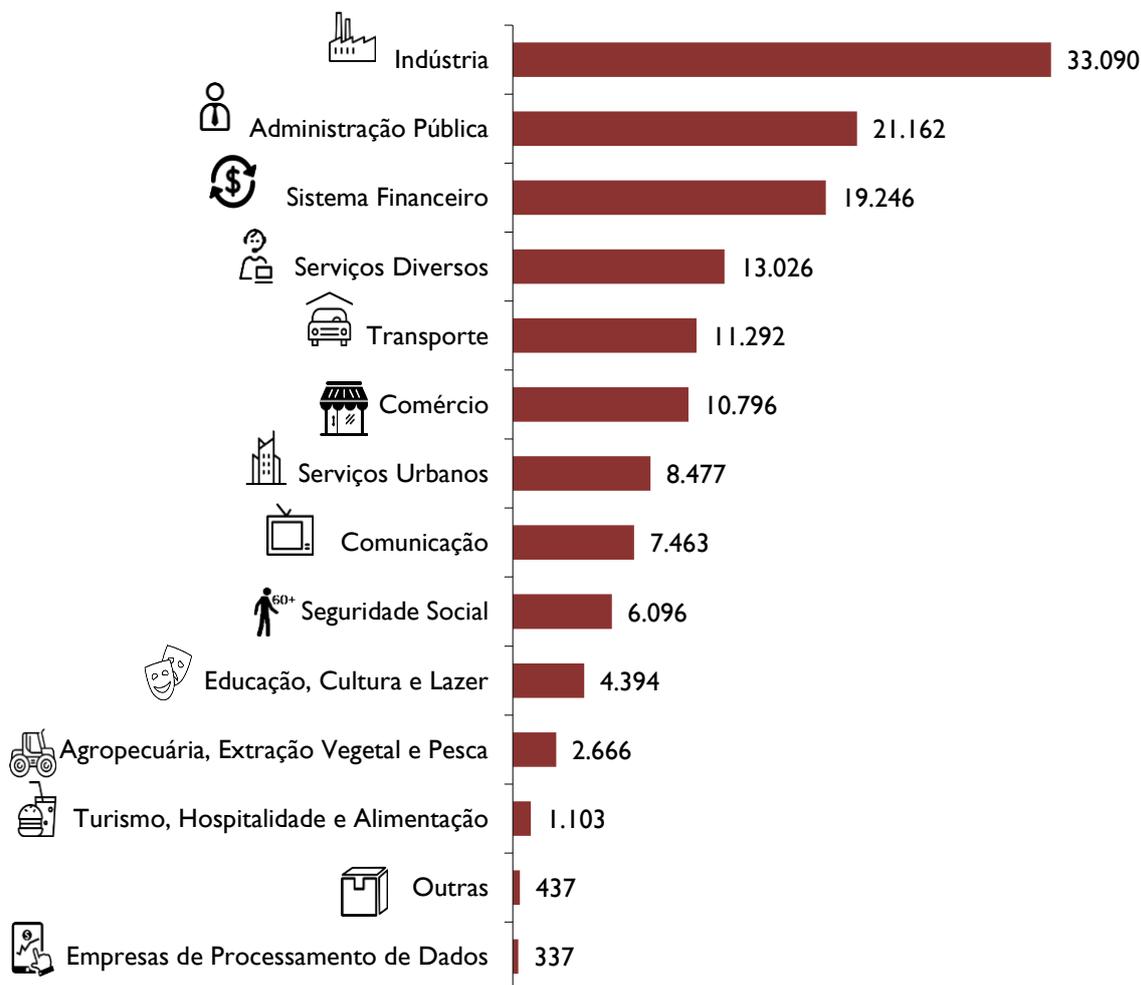


Tabela 2.17. Casos Novos de Agravos de Instrumento em Recurso de Revista por Atividade Econômica no TST. 2018.

Atividade Econômica	Quantidade	%
Administração Pública	21.162	15,2%
Agropecuária, Extração Vegetal e Pesca	2.666	1,9%
Comércio	10.796	7,7%
Comunicação	7.463	5,3%
Educação, Cultura e Lazer	4.394	3,1%
Empresas de Processamento de Dados	337	0,2%
Indústria	33.090	23,7%
Seguridade Social	6.096	4,4%
Serviços Diversos	13.026	9,3%
Serviços Urbanos	8.477	6,1%
Sistema Financeiro	19.246	13,8%
Transporte	11.292	8,1%
Turismo, Hospitalidade e Alimentação	1.103	0,8%
Outras	437	0,3%
Total	139.585	84,8%

Figura 2.22. Casos Novos de Agravos de Instrumento em Recurso de Revista por Atividade Econômica no TST. 2018.



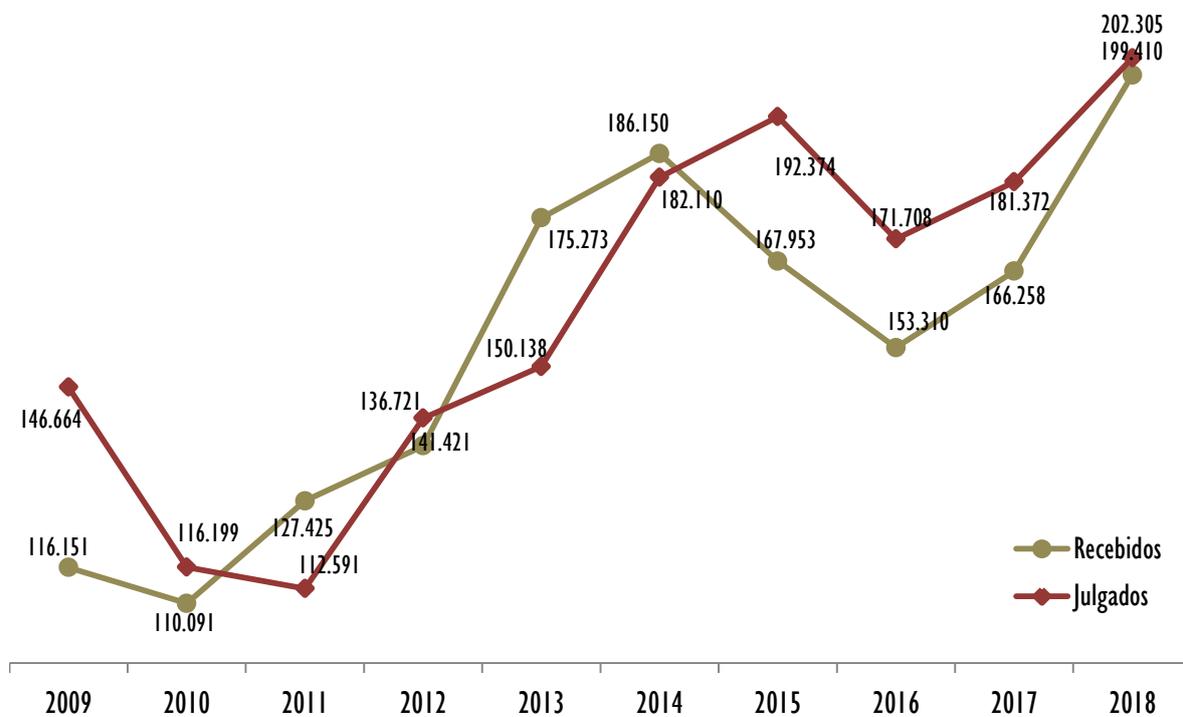
TST

Tabela 2.18. Agravos de Instrumento em Recurso de Revista Recebidos e Julgados no TST. 2009-2018.

	Recebidos	Julgados
2009	116.151	146.664
2010	110.091	116.199
2011	127.425	112.591
2012	136.721	141.421
2013	175.273	150.138
2014	186.150	182.110
2015	167.953	192.374
2016	153.310	171.708
2017	166.258	181.372
2018	199.410	202.305

Nota: Até 2011, foram considerados como Recebidos os processos Autuados.

Figura 2.23. Agravos de Instrumento em Recurso de Revista Recebidos e Julgados no TST. 2009-2018.



2.11.2. Recurso de Revista

Tabela 2.19. Recursos de Revista. Movimentação Processual no TST. 2018.

Órgão Judicante	Recebidos	Julgados			Aguardando Julgamento				
		Sessão	Despacho	Total	Com Relator	Na Secretaria	Na PGT	Outros	Total
Tribunal Pleno e Órgão Especial	-	1	-	1	-	-	-	457	457
SDC	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SESDI I	-	1	4	5	4	-	-	-	4
SESDI 2	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1ª Turma	2.345	2.688	3.423	6.111	6.884	248	32	46	7.210
2ª Turma	3.120	3.907	832	4.739	2.515	856	39	54	3.464
3ª Turma	3.857	4.258	363	4.621	714	452	28	29	1.223
4ª Turma	6.429	6.112	747	6.859	4.558	277	57	24	4.916
5ª Turma	8.181	6.242	3.256	9.498	4.868	429	41	40	5.378
6ª Turma	3.463	3.578	693	4.271	2.230	585	36	167	3.018
7ª Turma	2.910	2.385	3.509	5.894	5.268	394	27	43	5.732
8ª Turma	2.729	2.924	302	3.226	663	166	33	25	887
Total	33.034	32.096	13.129	45.225	27.704	3.407	293	885	32.289

Notas: 1) Sinais convencionais utilizados:
- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.
Não se aplica a dado numérico.
2) Estão contabilizados apenas os processos distribuídos.

Figura 2.24. Recursos de Revista Recebidos e Julgados no TST. 2018.

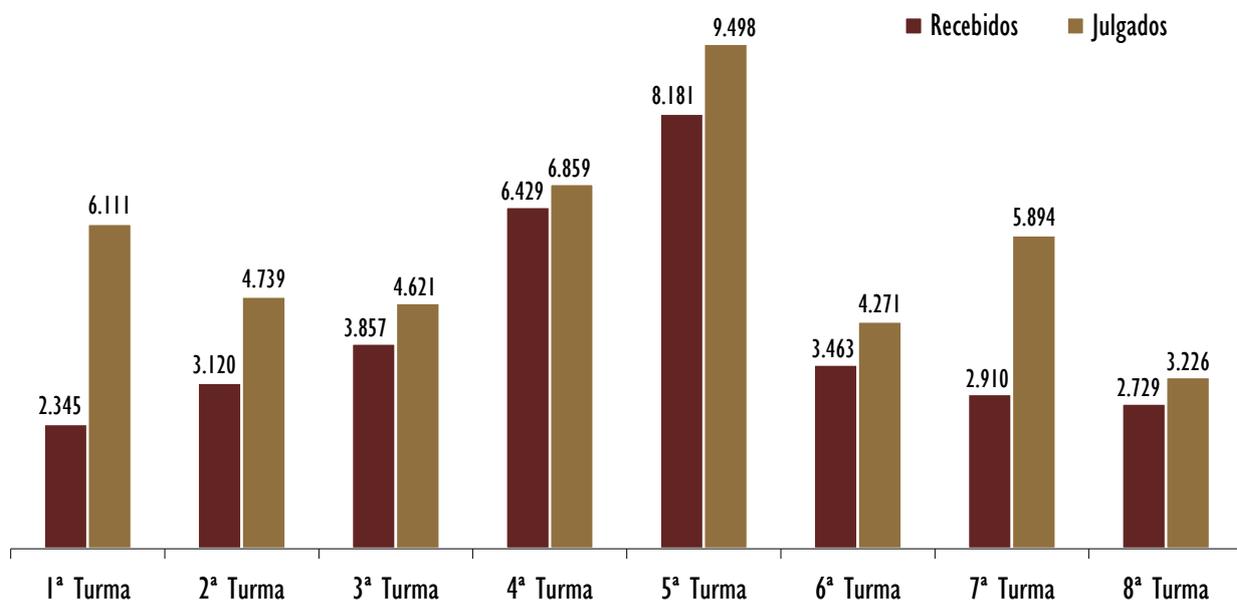
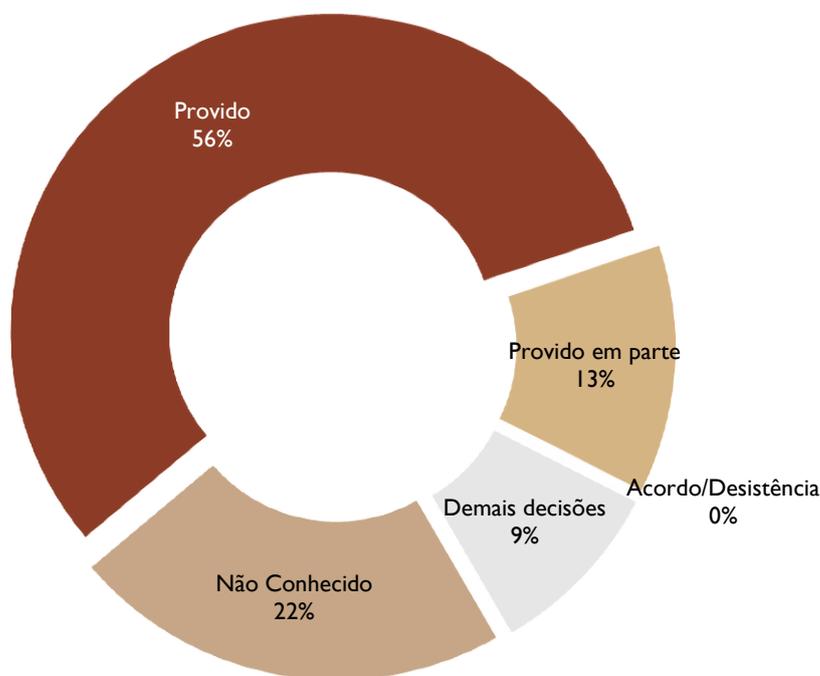


Tabela 2.20. Recursos de Revista Julgados. Estudo das Decisões no TST. 2018.

Decisões	Quantidade	%
Não Conhecido	10.149	22,2%
Provido	25.622	56,0%
Não Provido	231	0,5%
Provido em Parte	5.778	12,6%
Procedente	-	-
Improcedente	-	-
Acordo / Desistência	13	-
Extinto	31	0,1%
Prejudicado	54	0,1%
Outras	3.890	8,5%
Total	45.768	100,0%

Notas: 1) Sinal convencional utilizado:
 - Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.
 2) Um processo julgado pode receber mais de uma decisão.
 3) Não estão contabilizados os processos julgados no âmbito do PJe.

Figura 2.25. Recursos de Revista. Estudo das Decisões. TST. 2018.

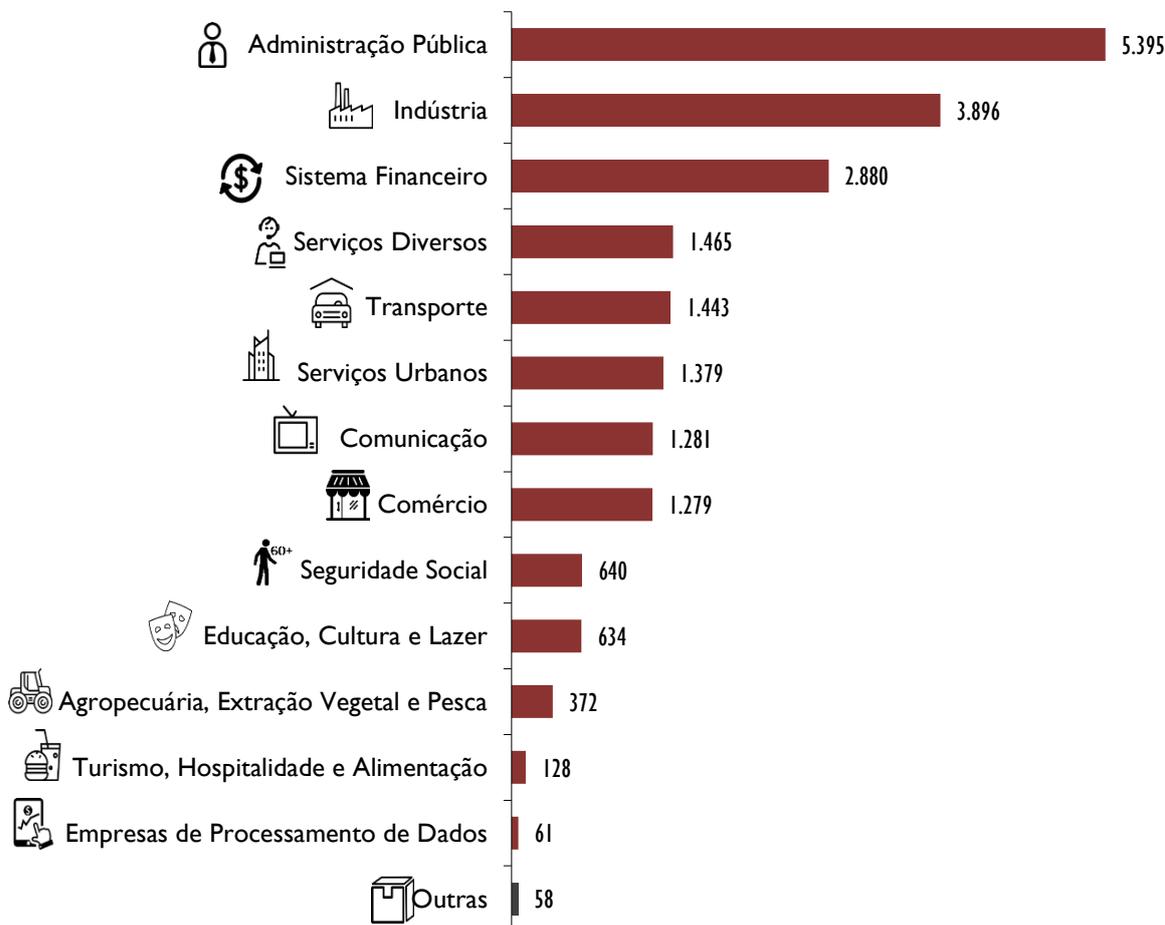


Nota: Desconsiderados valores menores que 1%.

Tabela 2.21. Casos Novos de Recursos de Revista por Atividade Econômica no TST. 2018.

Atividade Econômica	Quantidade	%
Administração Pública	5.395	25,8%
Agropecuária, Extração Vegetal e Pesca	372	1,8%
Comércio	1.279	6,1%
Comunicação	1.281	6,1%
Educação, Cultura e Lazer	634	3,0%
Empresas de Processamento de Dados	61	0,3%
Indústria	3.896	18,6%
Seguridade Social	640	3,1%
Serviços Diversos	1.465	7,0%
Serviços Urbanos	1.379	6,6%
Sistema Financeiro	2.880	13,8%
Transporte	1.443	6,9%
Turismo, Hospitalidade e Alimentação	128	0,6%
Outras	58	0,3%
Total	20.911	100,0%

Figura 2.26. Casos Novos de Recursos de Revista por Atividade Econômica no TST. 2018.



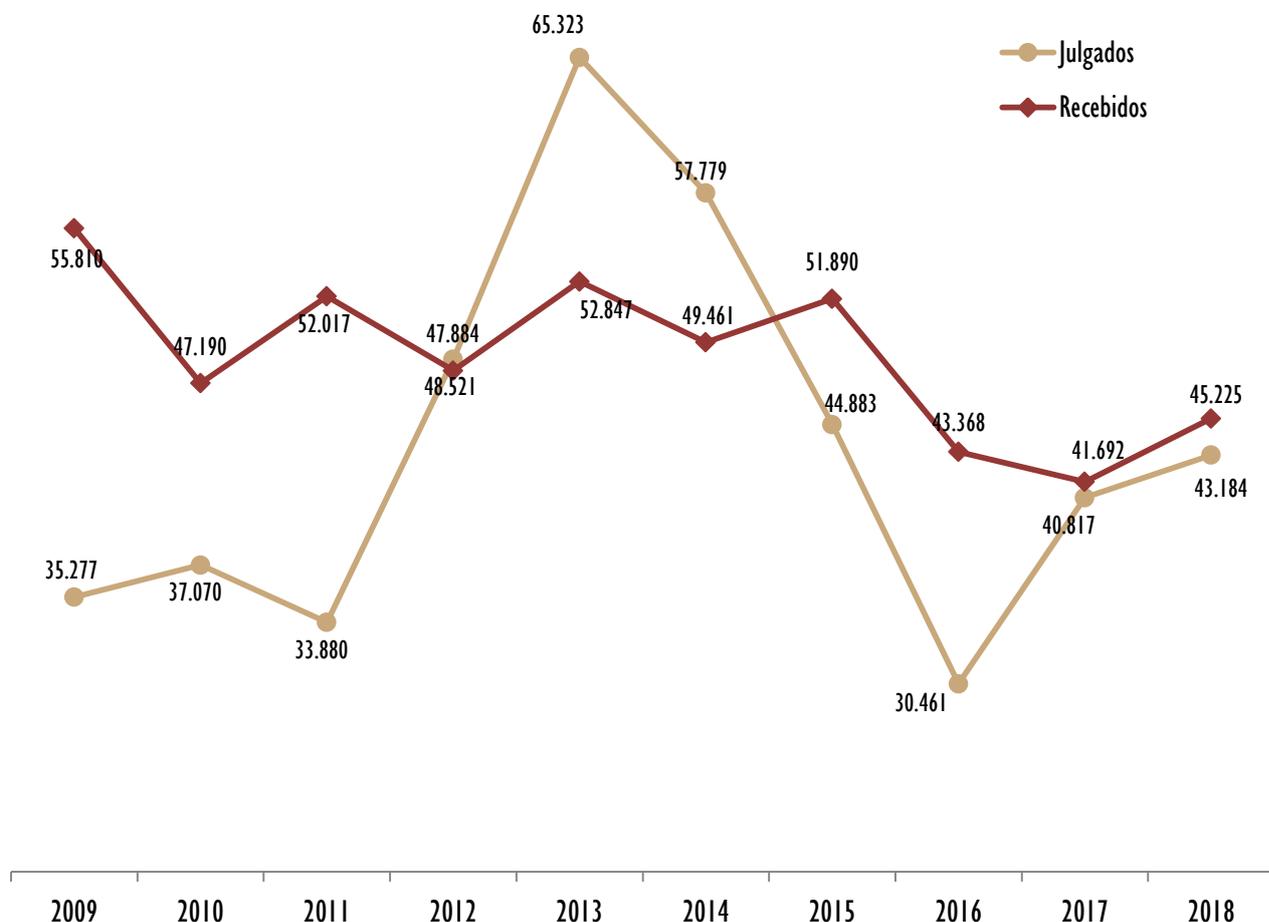
TST

Tabela 2.22. Recursos de Revista Recebidos e Julgados no TST. 2009-2018.

Anos	Recebidos	Julgados
2009	35.277	55.810
2010	37.070	47.190
2011	33.880	52.017
2012	48.521	47.884
2013	65.323	52.847
2014	57.779	49.461
2015	44.883	51.890
2016	30.461	43.368
2017	40.817	41.692
2018	43.184	45.225

Notas: 1) Até 2011, foram considerados como Recebidos os processos Autuados.
 2) Estão incluídos os RR decorrentes do provimento dos AIRR providos no Tribunal.

Figura 2.27. Recursos de Revista Recebidos e Julgados no TST. 2009-2018.



2.11.3. Recurso Ordinário

Tabela 2.23. Recursos Ordinários. Movimentação Processual no TST. 2018.

Órgão Judicante	Recebidos	Julgados			Aguardando Julgamento				
		Sessão	Despacho	Total	Com Relator	Na Secretaria	Na PGT	Outros	Total
Pleno e OE	65	113	12	125	18	3	1	1	23
SDC	250	274	17	291	52	46	2	4	104
SESDII	-	-	-	-	-	-	-	33	33
SESDI2	2.580	1.851	259	2.110	4.015	172	68	2	4.257
1ª Turma	12	3	3	6	5	-	-	-	5
2ª Turma	9	2	7	9	16	-	-	-	16
3ª Turma	7	4	2	6	7	-	-	-	7
4ª Turma	10	5	4	9	9	-	-	-	9
5ª Turma	12	2	19	21	12	1	-	-	13
6ª Turma	10	1	7	8	9	3	-	-	12
7ª Turma	13	2	1	3	25	1	-	-	26
8ª Turma	4	3	-	3	11	-	-	-	11
Total	2.972	2.260	331	2.591	4.179	226	71	40	4.516

Notas: 1) Sinais convencionais utilizados:
- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.
. Não se aplica a dado numérico.
2) Estão contabilizados apenas os processos distribuídos.

Figura 2.28. Recursos Ordinários Recebidos e Julgados no TST. 2018.

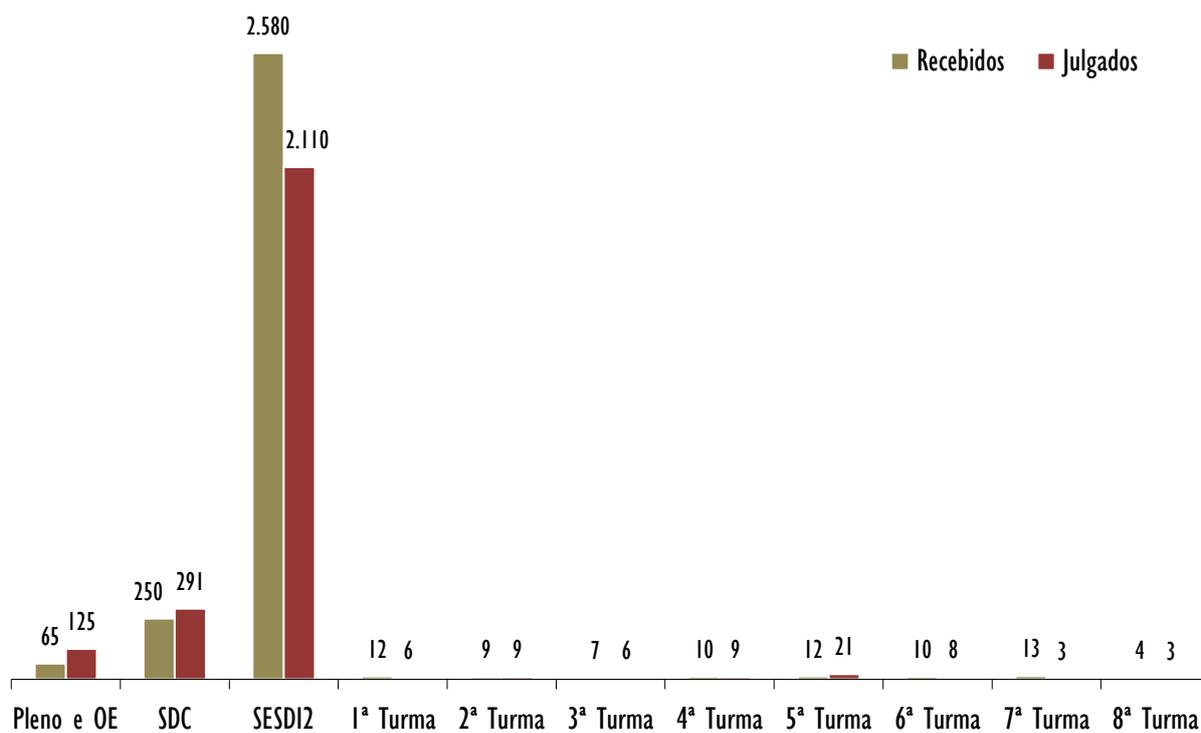
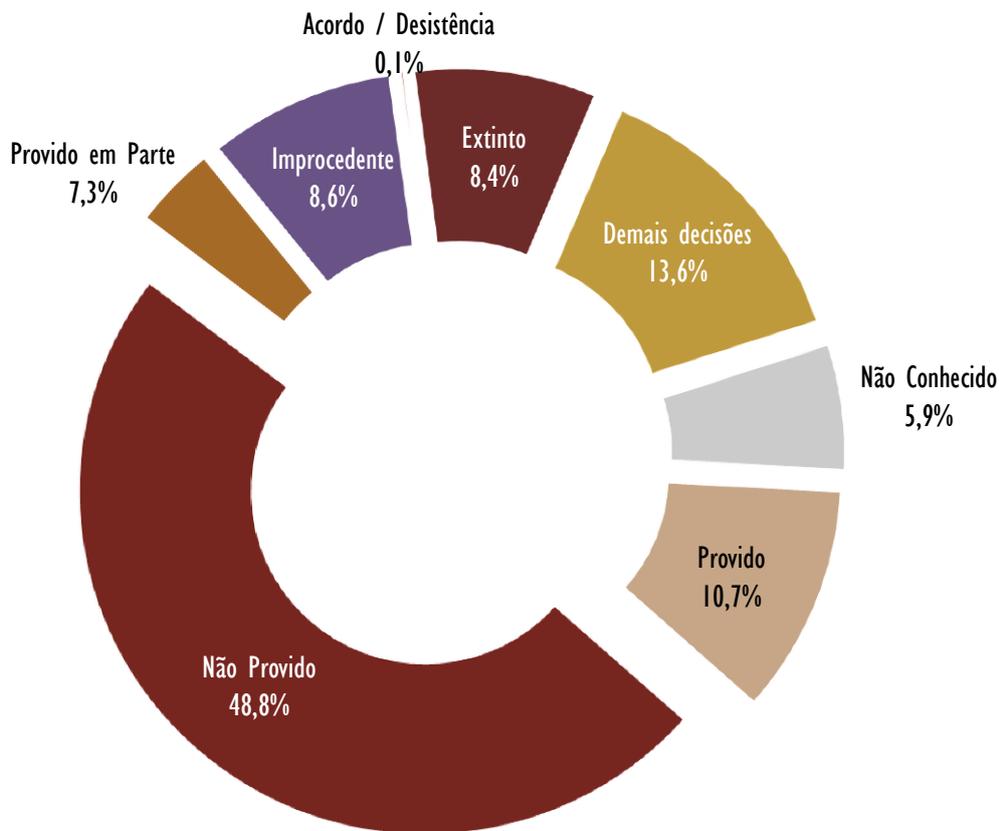


Tabela 2.24. Recursos Ordinários Julgados no TST. Estudo das Decisões. 2018.

Decisões	Quantidade	%
Não Conhecido	153	5,9%
Provido	279	10,7%
Não Provido	1.273	48,8%
Provido em Parte	100	3,8%
Procedente	-	-
Improcedente	225	8,6%
Acordo / Desistência	3	0,1%
Extinto	220	8,4%
Prejudicado	4	0,2%
Outras	352	13,5%
Total	2609	100,0%

Notas: 1) Sinal convencional utilizado:
 - Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.
 2) Um processo julgado pode receber mais de uma decisão.
 3) Não estão contabilizados os processos julgados no âmbito do PJe.

Figura 2.29. Recursos Ordinários Julgado no TST. Estudo das Decisões. 2018.



Nota: Desconsiderados valores menores que 0,2%.

Tabela 2.25. Casos Novos de Recursos Ordinários por Atividade Econômica no TST. 2018.

Atividade Econômica	Quantidade	%
Administração Pública	424	15,3%
Agropecuária, Extração Vegetal e Pesca	64	2,3%
Comércio	151	5,4%
Comunicação	180	6,5%
Educação, Cultura e Lazer	63	2,3%
Empresas de Processamento de Dados	8	0,3%
Indústria	648	23,4%
Seguridade Social	192	6,9%
Serviços Diversos	178	6,4%
Serviços Urbanos	98	3,5%
Sistema Financeiro	443	16,0%
Transporte	289	10,4%
Turismo, Hospitalidade e Alimentação	24	0,9%
Outras	12	0,4%
Total	2.774	100,0%

Figura 2.30. Casos Novos de Recursos Ordinários por Atividade Econômica no TST. 2017.

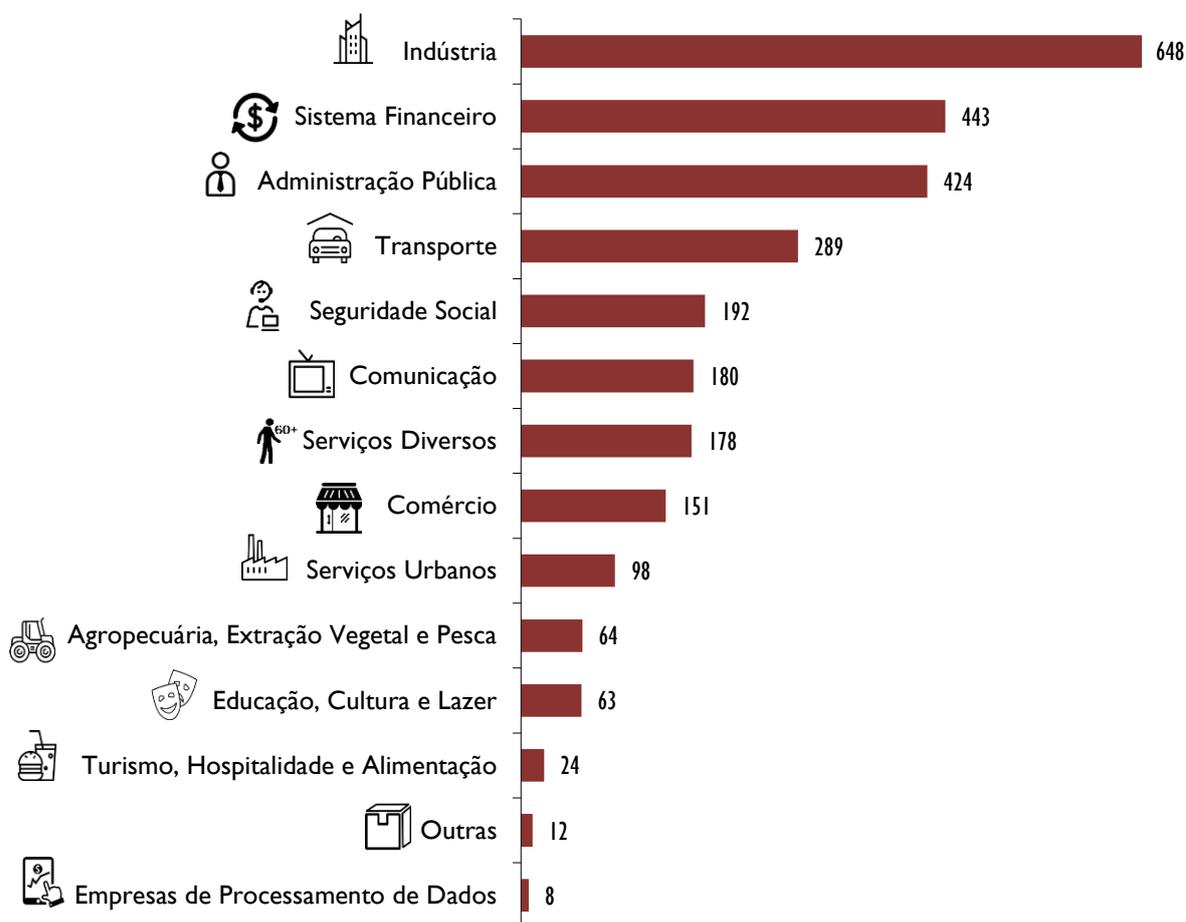
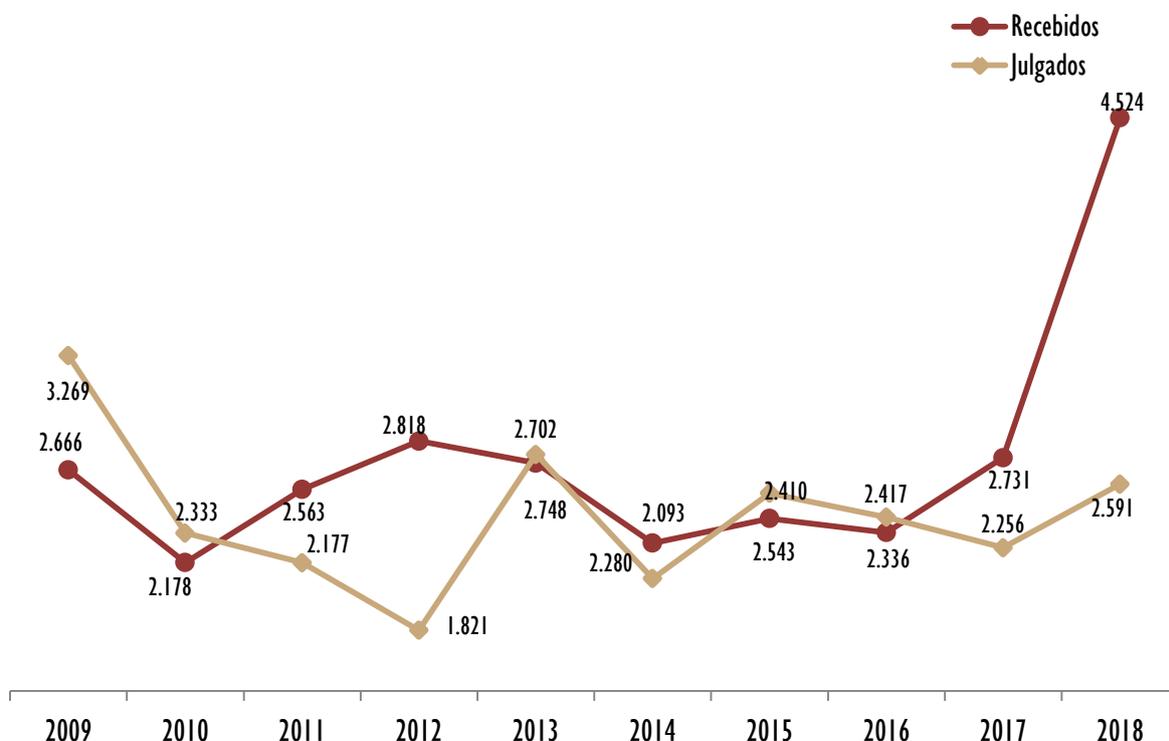


Tabela 2.26. Recursos Ordinários Recebidos e Julgados no TST. 2009-2018.

Anos	Quantidade	
	Recebidos	Julgados
2009	2.666	3.269
2010	2.178	2.333
2011	2.563	2.177
2012	2.818	1.821
2013	2.702	2.748
2014	2.280	2.093
2015	2.410	2.543
2016	2.336	2.417
2017	2.731	2.256
2018	4.524	2.591

Notas: 1) Até 2011, foram considerados como Recebidos os processos Autuados.
 2) Estão incluídos os RO decorrentes do provimento dos AIRO providos no Tribunal.

Figura 2.31. Recursos Ordinários Recebidos e Julgados no TST. 2009-2018.



3

Seção

**Tribunais
Regionais do
Trabalho**



3.1. Série Histórica

Figura 3.1. Recebidos e Julgados na 2ª Instância (em Milhares de Processos). 1941-2018.

Tabela 3.1. Recebidos e Julgados na 2ª Instância. 1941-2018.

Anos	Recebidos	Julgados
1941-1945	14.956	14.279
1946-1950	23.822	22.863
1951-1955	30.101	31.046
1956-1960	52.764	46.284
1961-1965	79.021	71.352
1966-1970	97.291	100.580
1971-1975	141.209	134.395
1976-1980	213.609	209.376
1981-1985	374.303	363.656
1986-1990	556.652	536.043
1991-1995	1.502.993	1.300.986
1996-2000	1.926.768	2.007.548
2001-2005	2.283.176	2.288.822
2006-2010	3.181.040	3.155.461
2011-2015	3.995.173	3.862.244
2016-2018	3.145.473	2.824.175
Total	17.618.351	16.969.110

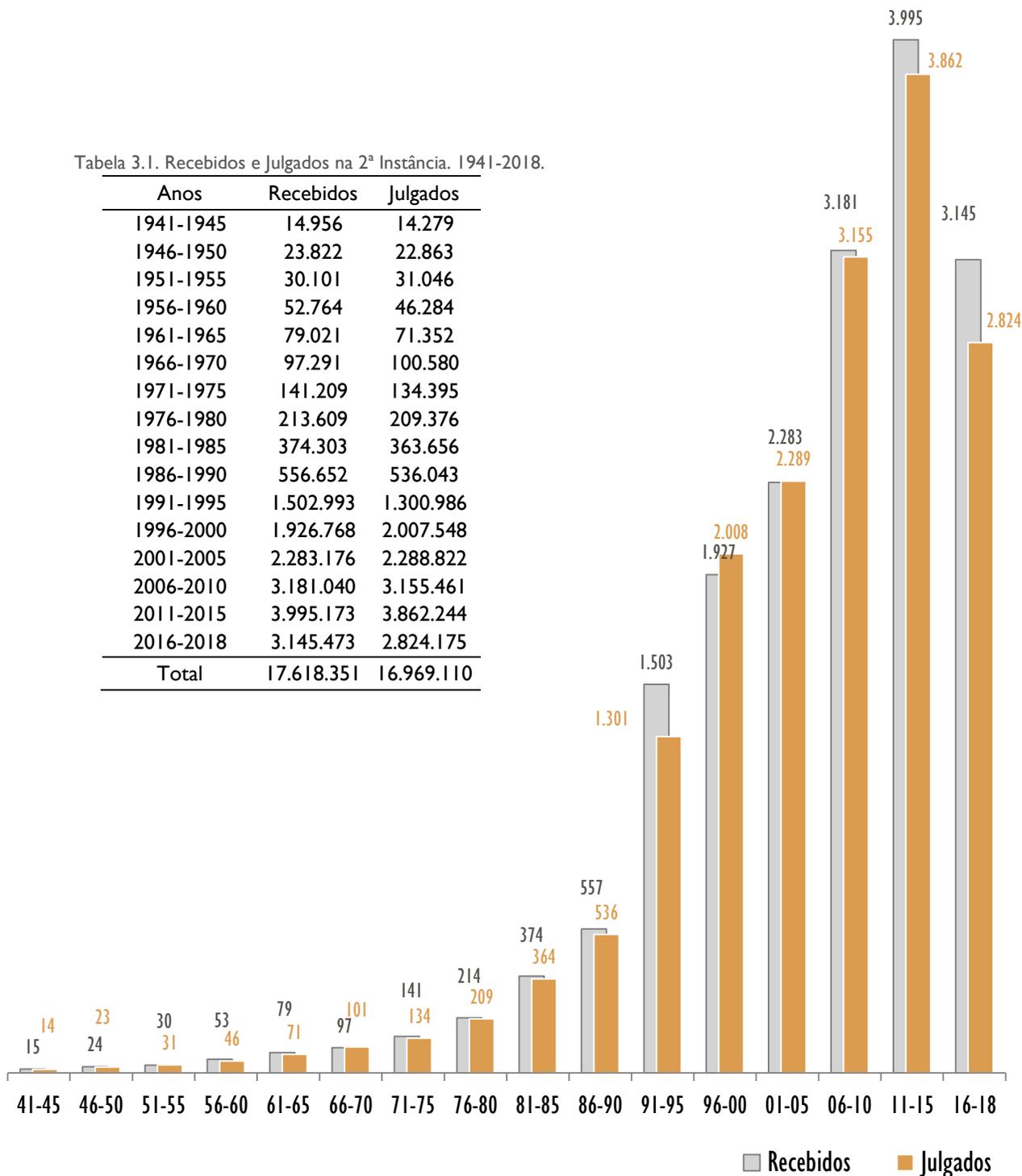
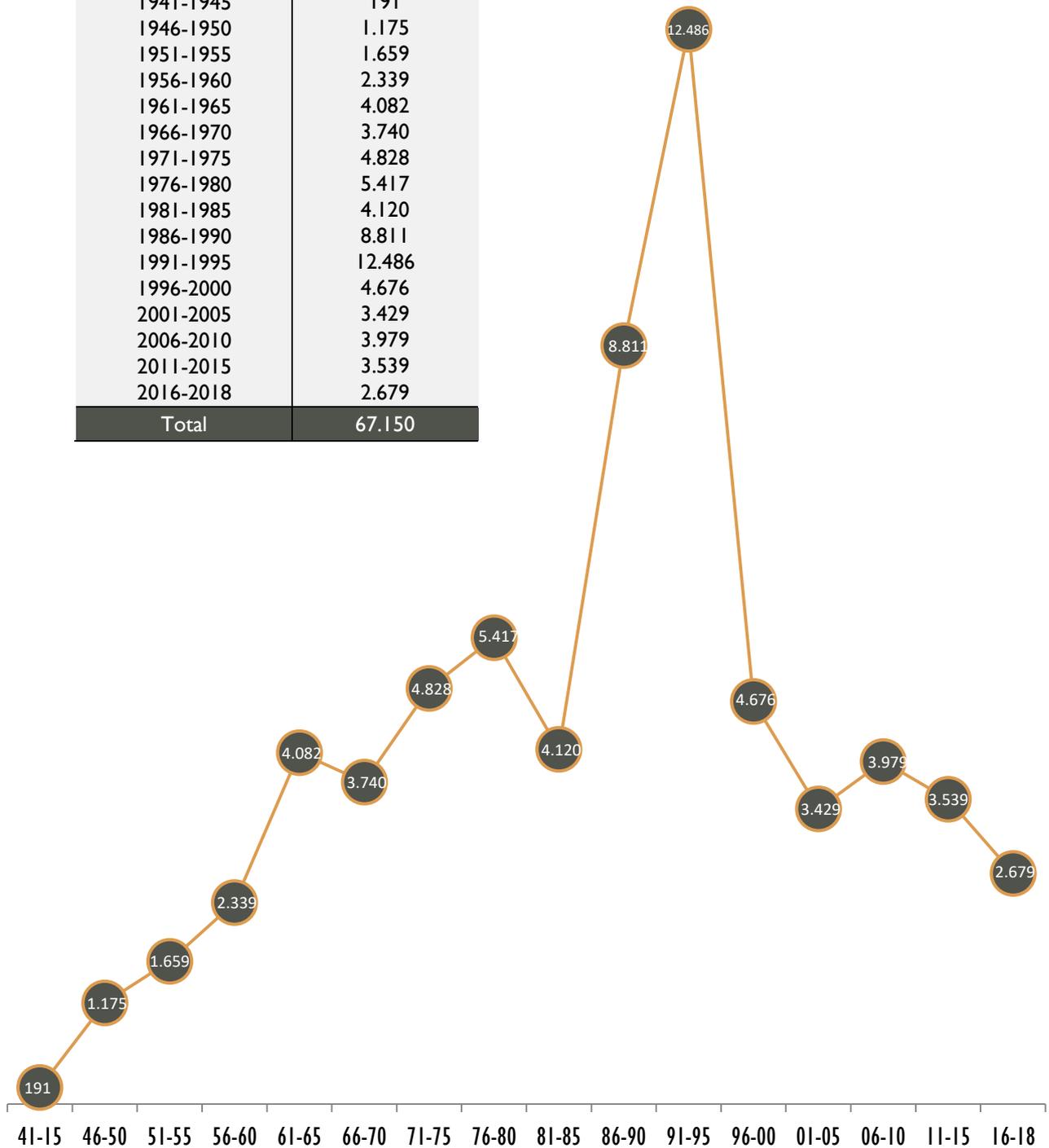


Figura 3.2. Dissídios Coletivos Julgados na 2ª Instância. 1941-2018.

Tabela 3.2. Dissídios Coletivos Julgados na 2ª Instância. 1941-2018.

Anos	Julgados
1941-1945	191
1946-1950	1.175
1951-1955	1.659
1956-1960	2.339
1961-1965	4.082
1966-1970	3.740
1971-1975	4.828
1976-1980	5.417
1981-1985	4.120
1986-1990	8.811
1991-1995	12.486
1996-2000	4.676
2001-2005	3.429
2006-2010	3.979
2011-2015	3.539
2016-2018	2.679
Total	67.150



3.2. Movimentação Processual

Figura 3.3. Movimentação Processual na 2ª Instância. 2018.

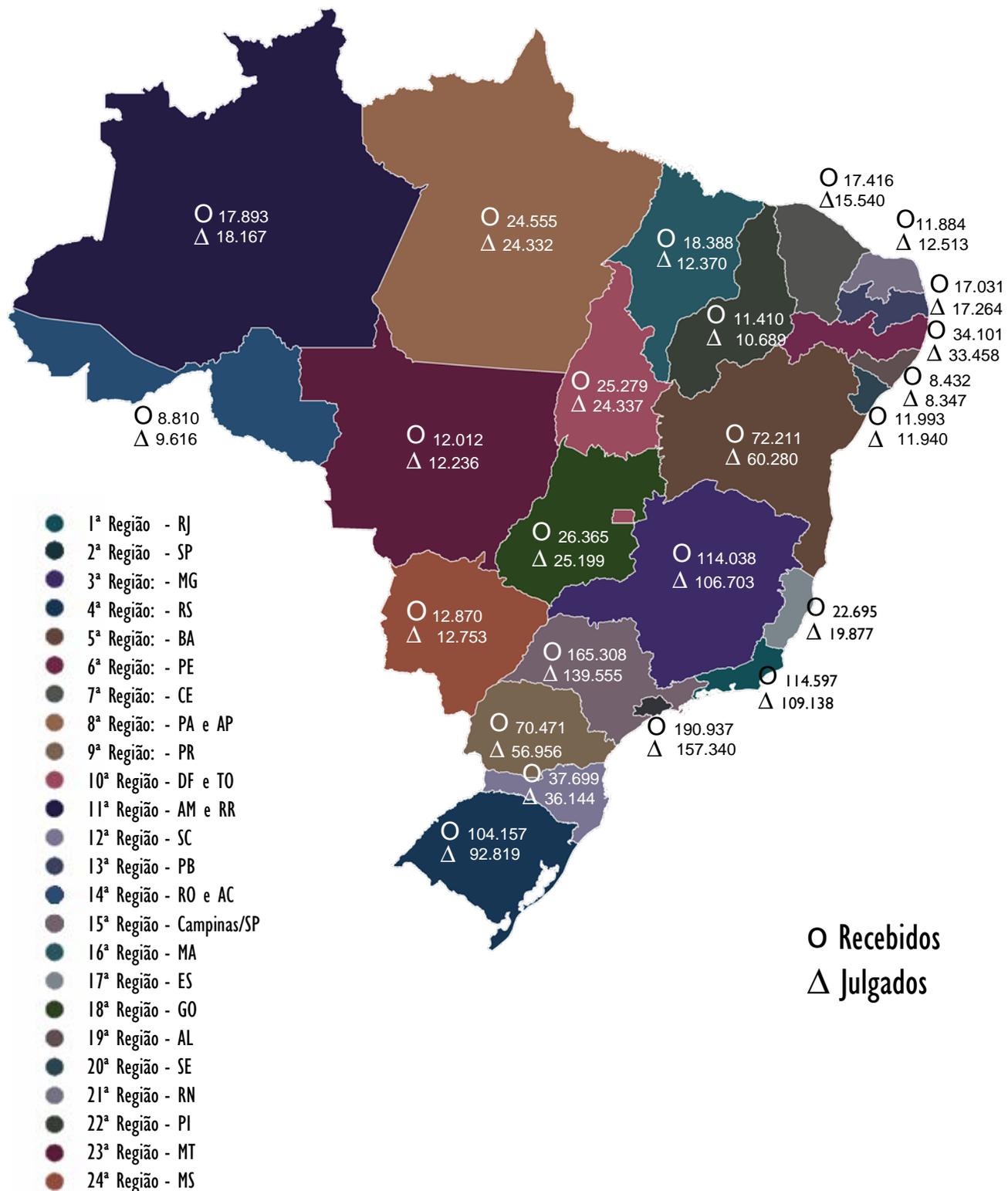
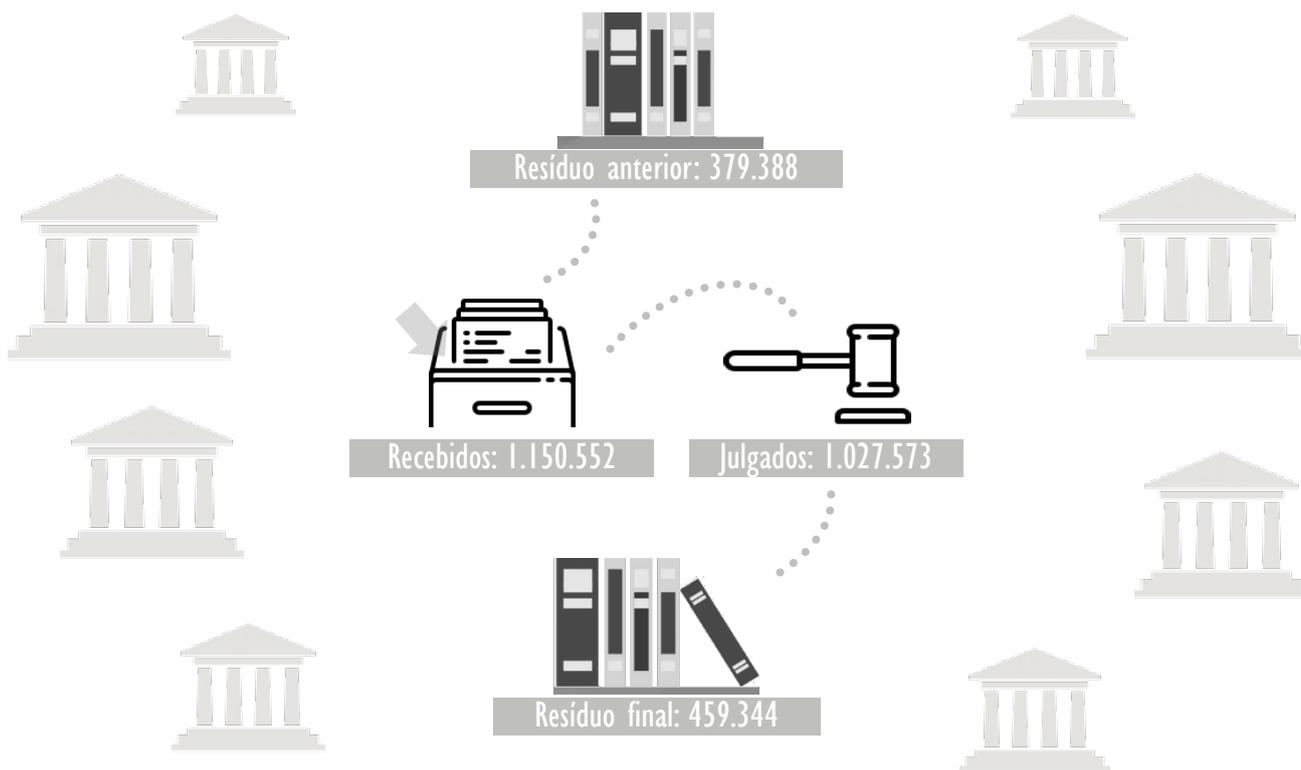


Tabela 3.3. Movimentação Processual na 2ª Instância. 2018.

TRT	Resíduo de 2017	Recebidos pelos TRTs		Total a Julgar	Julgados		Resíduo de 2018	
		Quantidade	%		Quantidade	%	Quantidade	%
1ª - RJ	40.217	114.597	10,0%	154.814	109.138	10,6%	40.609	8,8%
2ª - SP	72.219	190.937	16,6%	263.156	157.340	15,3%	84.093	18,3%
3ª - MG	17.858	114.038	9,9%	131.896	106.703	10,4%	22.724	4,9%
4ª - RS	35.164	104.157	9,1%	139.321	92.819	9,0%	42.272	9,2%
5ª - BA	41.958	72.211	6,3%	114.169	60.280	5,9%	52.441	11,4%
6ª - PE	5.834	34.101	3,0%	39.935	33.458	3,3%	6.555	1,4%
7ª - CE	5.552	17.416	1,5%	23.187	15.540	1,5%	6.645	1,4%
8ª - PA e AP	5.358	24.555	2,1%	29.913	24.332	2,4%	5.067	1,1%
9ª - PR	26.490	70.471	6,1%	96.961	56.956	5,5%	35.287	7,7%
10ª - DF e TO	10.654	25.279	2,2%	35.933	24.337	2,4%	10.516	2,3%
11ª - AM e RR	10.764	17.893	1,6%	28.657	18.167	1,8%	9.941	2,2%
12ª - SC	8.405	37.699	3,3%	46.104	36.144	3,5%	9.536	2,1%
13ª - PB	3.904	17.031	1,5%	20.935	17.264	1,7%	2.962	0,6%
14ª - RO e AC	2.092	8.810	0,8%	10.902	9.616	0,9%	1.044	0,2%
15ª - Campinas/SP	55.752	165.308	14,4%	221.060	139.555	13,6%	82.561	18,0%
16ª - MA	5.205	18.388	1,6%	23.593	12.370	1,2%	11.069	2,4%
17ª - ES	5.819	22.695	2,0%	28.514	19.877	1,9%	8.189	1,8%
18ª - GO	6.775	26.365	2,3%	33.140	25.199	2,5%	7.977	1,7%
19ª - AL	2.071	8.432	0,7%	10.503	8.347	0,8%	2.078	0,5%
20ª - SE	5.434	11.993	1,0%	17.427	11.940	1,2%	5.572	1,2%
21ª - RN	3.412	11.884	1,0%	15.296	12.513	1,2%	3.134	0,7%
22ª - PI	1.973	11.410	1,0%	13.383	10.689	1,0%	2.571	0,6%
23ª - MT	3.942	12.012	1,0%	15.954	12.236	1,2%	3.779	0,8%
24ª - MS	2.536	12.870	1,1%	15.567	12.753	1,2%	2.722	0,6%
Total	379.388	1.150.552	100%	1.530.320	1.027.573	100%	459.344	100%

Figura 3.4. Movimentação Processual na 2ª Instância. 2018.



TRT

Figura 3.5. Total a Julgar na 2ª Instância. 2018.

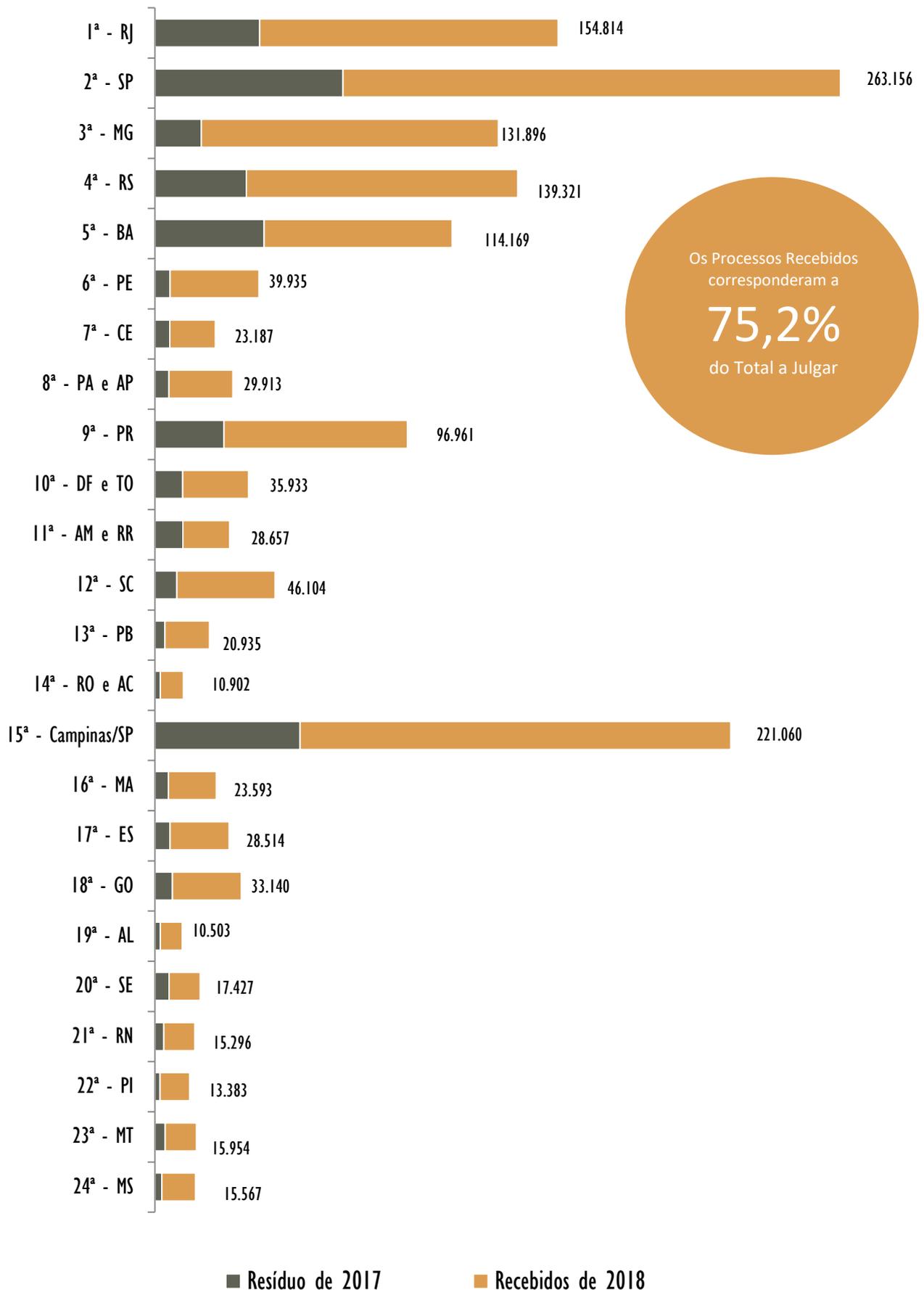


Tabela 3.4. Processos Recebidos na 2ª Instância. 2018.

TRT	Ações Originárias e Recursos				Recursos Internos	Total
	Casos Novos exceto eletrônicos	Casos Novos eletrônicos	Recebidos para novo julgamento	Subtotal		
1ª - RJ	9.934	79.053	132	89.119	25.478	114.597
2ª - SP	22.594	131.980	703	155.277	35.660	190.937
3ª - MG	5.336	83.899	539	89.774	24.264	114.038
4ª - RS	172	83.910	499	84.581	19.576	104.157
5ª - BA	2.717	51.712	290	54.719	17.492	72.211
6ª - PE	1.079	26.938	62	28.079	6.022	34.101
7ª - CE	16	14.636	11	14.663	2.753	17.416
8ª - PA e AP	2.778	17.216	45	20.039	4.516	24.555
9ª - PR	2.517	54.469	129	57.115	13.356	70.471
10ª - DF e TO	1	18.851	26	18.878	6.401	25.279
11ª - AM e RR	12	14.073	16	14.101	3.792	17.893
12ª - SC	2.992	27.173	117	30.282	7.417	37.699
13ª - PB	16	13.044	11	13.071	3.960	17.031
14ª - RO e AC	90	7.211	6	7.307	1.503	8.810
15ª - Campinas/SP	6.664	135.706	590	142.960	22.348	165.308
16ª - MA	147	16.675	27	16.849	1.539	18.388
17ª - ES	937	16.102	107	17.146	5.549	22.695
18ª - GO	133	22.340	46	22.519	3.846	26.365
19ª - AL	299	6.537	15	6.851	1.581	8.432
20ª - SE	46	8.895	23	8.964	3.029	11.993
21ª - RN	22	9.931	17	9.970	1.914	11.884
22ª - PI	31	9.803	15	9.849	1.561	11.410
23ª - MT	242	9.646	13	9.901	2.111	12.012
24ª - MS	135	10.320	17	10.472	2.398	12.870
Total	58.910	870.120	3.456	932.486	218.066	1.150.552

Figura 3.6. Processos Recebidos na 2ª Instância. 2018.

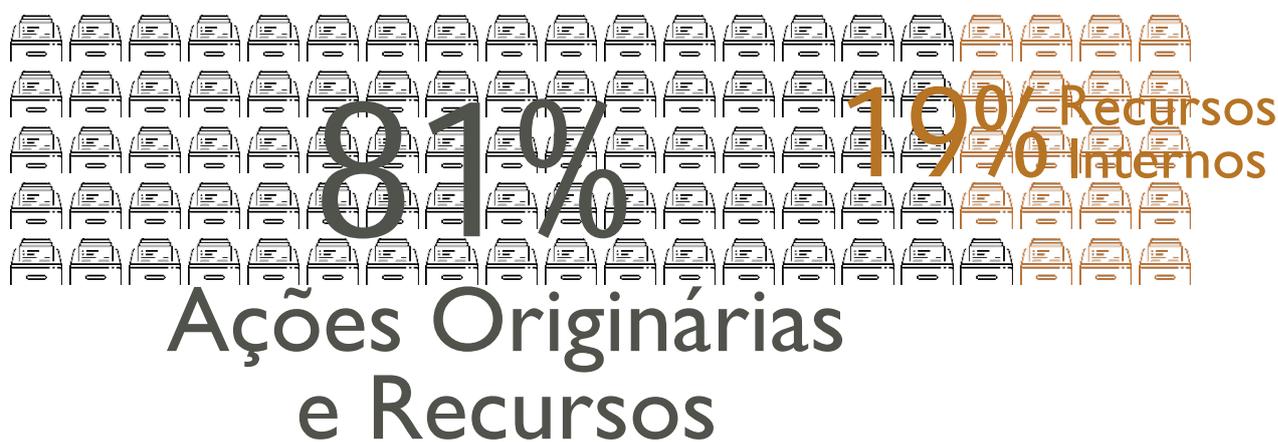


Figura 3.7. Processos Recebidos na 2ª Instância. 2018.

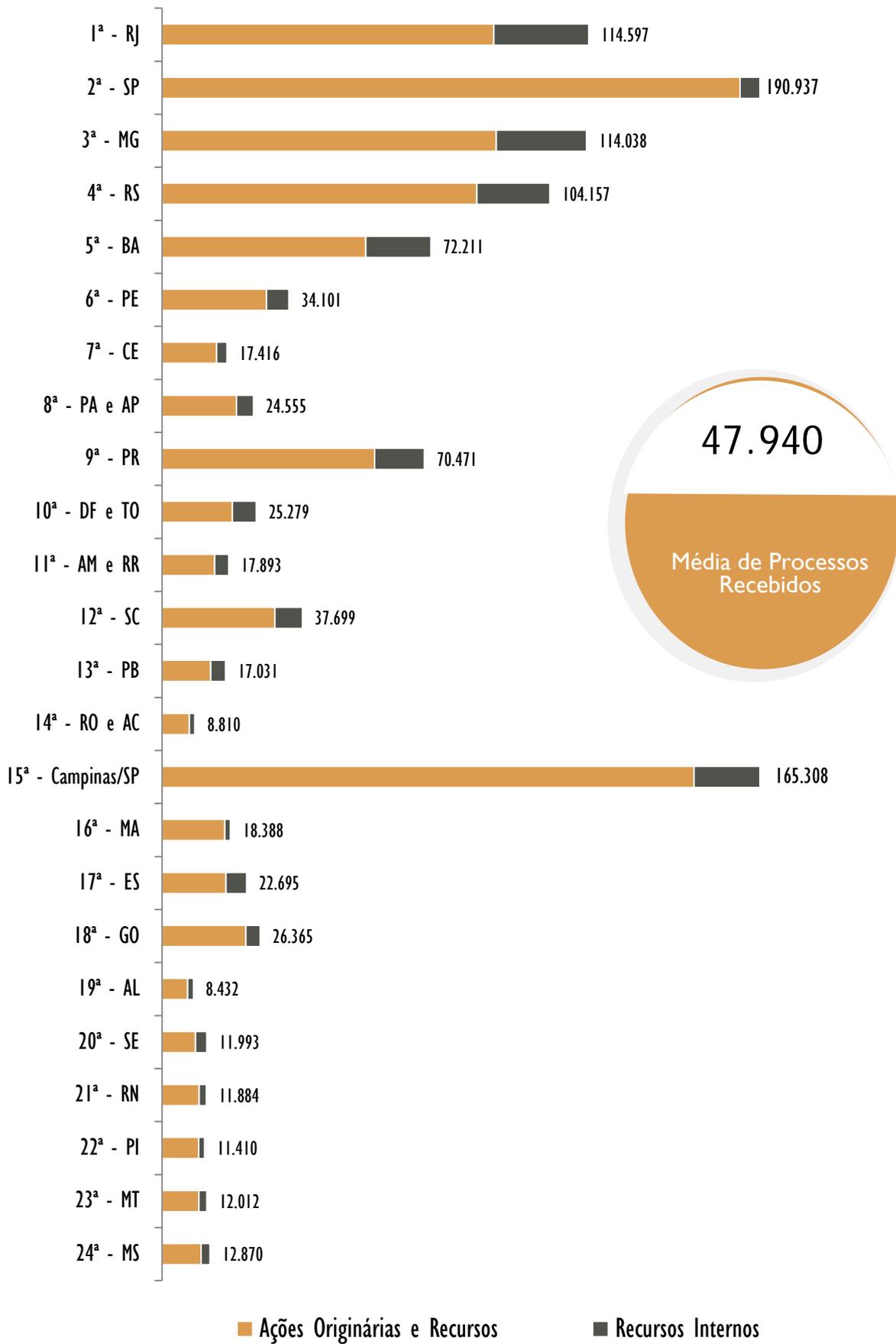


Tabela 3.5. Resíduo na 2ª Instância. 2018.

TRT	Pendente de Autuação	Pendentes de Remessa ao MPT	No MPT	Pendentes de Distribuição	Pendentes de Conclusão ao Relator	Com o Relator	
						No Prazo	Prazo Vencido
1ª - RJ	39	-	373	104	312	10.786	3.692
2ª - SP	-	-	372	18	813	27.026	4.732
3ª - MG	23	11	383	74	106	10.995	278
4ª - RS	1	-	148	1	543	21.771	815
5ª - BA	-	4	685	224	500	23.141	3.077
6ª - PE	-	12	167	48	43	3.172	11
7ª - CE	33	-	87	1	54	2.119	2.062
8ª - PA e AP	21	1	57	44	93	2.500	4
9ª - PR	20	-	275	47	197	19.503	1.306
10ª - DF e TO	-	-	65	-	75	3.838	1.143
11ª - AM e RR	215	-	8	-	60	3.972	3.513
12ª - SC	-	-	3	156	42	2.930	81
13ª - PB	-	-	9	23	17	790	629
14ª - RO e AC	1	1	62	3	14	209	18
15ª - Campinas/SP	105	1	894	29	413	38.715	672
16ª - MA	-	-	890	-	56	1.494	2.089
17ª - ES	82	6	46	9	27	3.192	13
18ª - GO	-	-	58	-	105	3.730	368
19ª - AL	1	-	22	-	40	670	487
20ª - SE	-	-	25	8	10	1.905	811
21ª - RN	-	1	26	11	22	1.070	843
22ª - PI	-	-	37	119	25	1.068	574
23ª - MT	-	-	32	222	28	2.339	80
24ª - MS	3	-	69	1	13	1.474	31
Total	544	37	4.793	935	3.608	188.409	27.329

Notas: 1) Sinal convencional utilizado:

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

2) O somatório das parcelas de pendência não corresponde ao total dos pendentes de julgamento.

Figura 3.8. Resíduo na 2ª Instância. 2018.

19.151

Resíduo Médio



Em Diligência	Com o Revisor		Suspensos ou Sobrestados	Aguardando Pauta	Incluídos em Pauta e Pendentes de Julgamento	Em Vista Regimental		Outros	Total
	No Prazo	Prazo Vencido				No Prazo	Prazo Vencido		
637	-	-	1.893	9.644	4.680	5	3	8.441	40.609
1.233	4.141	564	6.343	18.711	5.891	-	-	14.249	84.093
304	44	-	3.493	2.731	1.037	-	-	3.245	22.724
481	-	-	2.253	10.666	1.856	-	-	3.737	42.272
680	-	-	3.117	6.964	3.075	16	10	10.948	52.441
216	-	-	184	1.439	726	-	42	495	6.555
67	-	-	178	645	907	-	-	492	6.645
24	-	-	90	897	382	-	-	954	5.067
467	431	138	2.657	6.524	1.819	25	1	1.877	35.287
47	-	-	1.535	2.217	1.768	-	4	-	10.516
37	-	-	563	818	145	-	-	610	9.941
153	2	3	355	3.190	1.049	-	-	1.572	9.536
17	-	-	75	638	139	-	-	625	2.962
2	-	-	119	451	54	-	-	110	1.044
366	-	-	1.670	26.057	3.080	-	3	10.556	82.561
74	-	1	20	602	131	-	-	5.712	11.069
60	-	-	454	2.811	579	3	-	907	8.189
280	-	-	399	1.962	568	-	-	507	7.977
7	-	-	52	251	324	2	1	221	2.078
113	1	-	754	753	236	-	-	956	5.572
42	5	-	187	463	569	-	-	-	3.134
18	-	-	14	346	33	-	-	337	2.571
51	-	-	151	575	307	-	2	199	3.779
16	3	-	13	787	191	-	-	121	2.722
5.392	4.627	706	26.569	100.142	29.546	51	66	66.871	459.344

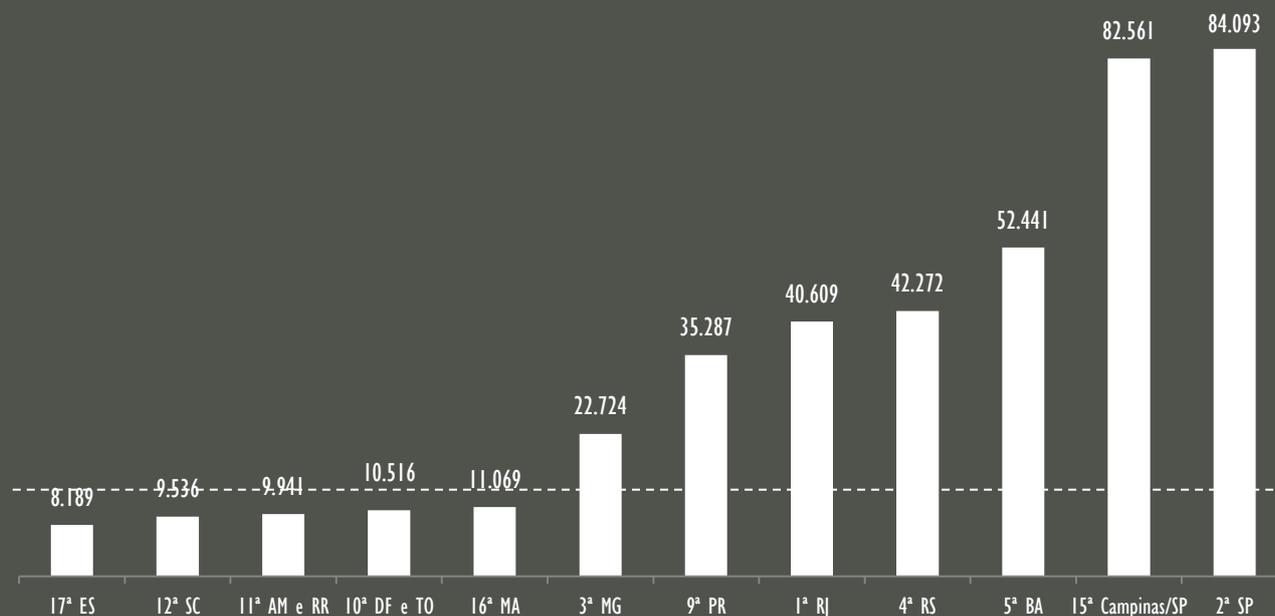




Figura 3.9. Variação Percentual de Recebidos na 2ª Instância. 2016-2018.

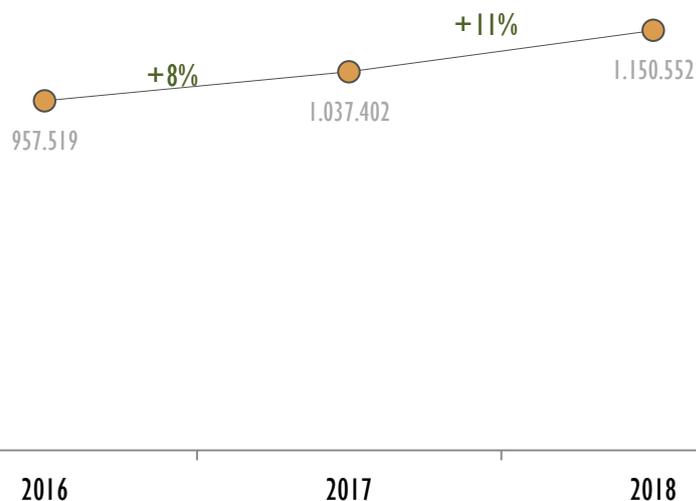


Tabela 3.6. Variação Percentual de Recebidos na 2ª Instância. 2016-2018.

TRT	Recebidos			Variação Percentual (%)	
	2016	2017	2018	2016-2017	2017-2018
1ª - RJ	89.672	109.506	114.597	22%	5%
2ª - SP	176.587	175.208	190.937	-1%	9%
3ª - MG	99.719	105.421	114.038	6%	8%
4ª - RS	87.383	93.492	104.157	7%	11%
5ª - BA	51.919	58.913	72.211	13%	23%
6ª - PE	28.367	31.865	34.101	12%	7%
7ª - CE	12.663	12.883	17.416	2%	35%
8ª - PA e AP	19.842	22.748	24.555	15%	8%
9ª - PR	59.020	63.160	70.471	7%	12%

TRT	Recebidos			Variação Percentual (%)	
	2016	2017	2018	2016-2017	2017-2018
10ª - DF e TO	25.382	25.666	25.279	1%	-2%
11ª - AM e RR	14.076	16.703	17.893	19%	7%
12ª - SC	31.101	33.696	37.699	8%	12%
13ª - PB	13.493	15.022	17.031	11%	13%
14ª - RO e AC	10.405	10.788	8.810	4%	-18%
15ª - Campinas/SP	122.728	140.125	165.308	14%	18%
16ª - MA	7.622	9.274	18.388	22%	98%
17ª - ES	20.827	20.915	22.695	0%	9%
18ª - GO	24.114	26.089	26.365	8%	1%
19ª - AL	7.847	8.826	8.432	12%	-4%
20ª - SE	10.139	11.117	11.993	10%	8%
21ª - RN	11.954	11.961	11.884	0%	-1%
22ª - PI	9.487	10.095	11.410	6%	13%
23ª - MT	11.959	12.056	12.012	1%	0%
24ª - MS	11.213	11.873	12.870	6%	8%

TRT

Figura 3.10. Variação Percentual de Casos Novos na 2ª Instância. 2016-2018.

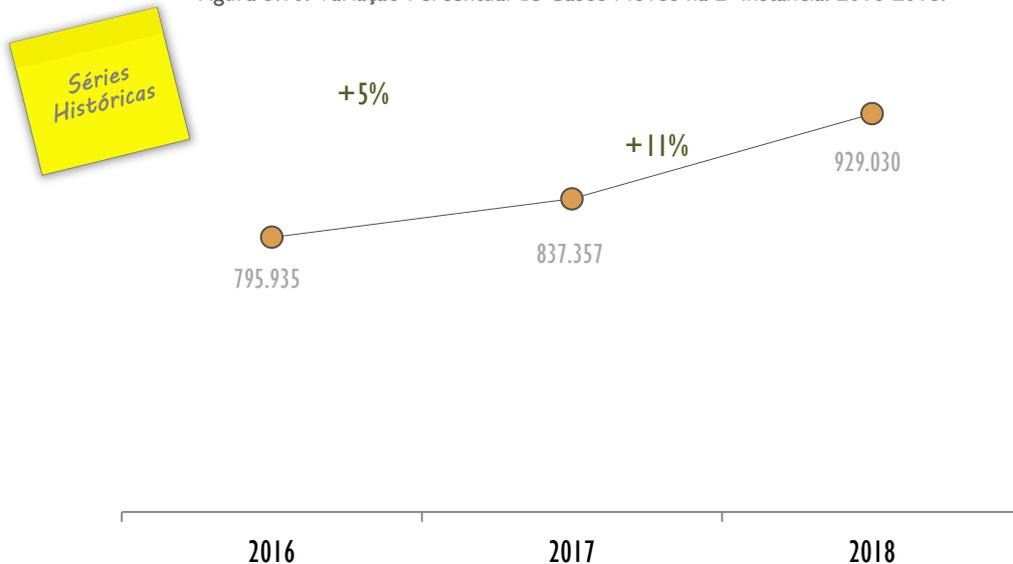


Tabela 3.7. Variação Percentual de Casos Novos na 2ª Instância. 2016-2018.

TRT	Casos Novos			Variação Percentual (%)	
	2016	2017	2018	2016-2017	2017-2018
1ª - RJ	72.868	84.807	88.987	16%	5%
2ª - SP	150.945	141.925	154.574	-6%	9%
3ª - MG	81.864	83.105	89.235	2%	7%
4ª - RS	72.720	77.249	84.082	6%	9%
5ª - BA	41.828	45.806	54.429	10%	19%
6ª - PE	23.873	26.110	28.017	9%	7%
7ª - CE	10.655	10.857	14.652	2%	35%
8ª - PA e AP	16.609	18.836	19.994	13%	6%
9ª - PR	47.669	48.989	56.986	3%	16%

TRT

TRT	Casos Novos			Variação Percentual (%)	
	2016	2017	2018	2016-2017	2017-2018
10ª - DF e TO	20.366	18.771	18.852	-8%	0%
11ª - AM e RR	12.246	14.387	14.085	17%	-2%
12ª - SC	24.822	28.676	30.165	16%	5%
13ª - PB	11.580	12.134	13.060	5%	8%
14ª - RO e AC	9.322	9.185	7.301	-1%	-21%
15ª - Campinas/SP	103.525	117.302	142.370	13%	21%
16ª - MA	6.573	8.155	16.822	24%	106%
17ª - ES	15.197	15.346	17.039	1%	11%
18ª - GO	20.957	22.189	22.473	6%	1%
19ª - AL	6.792	6.840	6.836	1%	0%
20ª - SE	7.931	8.454	8.941	7%	6%
21ª - RN	10.342	10.305	9.953	0%	-3%
22ª - PI	7.804	8.605	9.834	10%	14%
23ª - MT	9.983	9.382	9.888	-6%	5%
24ª - MS	9.464	9.942	10.455	5%	5%

TRT



Figura 3.11. Variação Percentual de Julgados na 2ª Instância. 2016-2018.

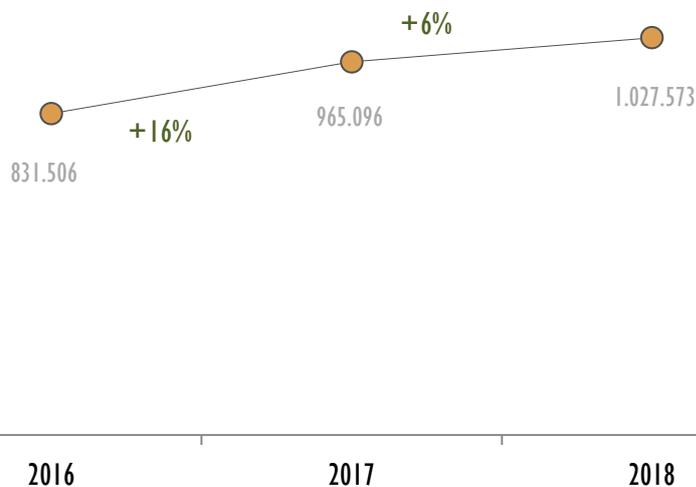


Tabela 3.8. Variação Percentual de Julgados na 2ª Instância. 2016-2018.

TRT	Julgados			Variação Percentual (%)	
	2016	2017	2018	2016-2017	2017-2018
1ª - RJ	75.457	101.789	109.138	35%	7%
2ª - SP	138.550	164.567	157.340	19%	-4%
3ª - MG	92.656	106.997	106.703	15%	0%
4ª - RS	75.025	86.314	92.819	15%	8%
5ª - BA	39.787	45.734	60.280	15%	32%
6ª - PE	27.149	32.087	33.458	18%	4%
7ª - CE	11.932	11.231	15.540	-6%	38%
8ª - PA e AP	19.409	21.274	24.332	10%	14%
9ª - PR	51.943	59.567	56.956	15%	-4%

TRT

TRT	Julgados			Variação Percentual (%)	
	2016	2017	2018	2016-2017	2017-2018
10ª - DF e TO	22.294	24.848	24.337	11%	-2%
11ª - AM e RR	11.057	11.491	18.167	4%	58%
12ª - SC	30.408	33.109	36.144	9%	9%
13ª - PB	9.324	15.186	17.264	63%	14%
14ª - RO e AC	10.174	10.108	9.616	-1%	-5%
15ª - Campinas/SP	106.081	121.518	139.555	15%	15%
16ª - MA	8.607	9.119	12.370	6%	36%
17ª - ES	20.305	19.728	19.877	-3%	1%
18ª - GO	23.642	24.781	25.199	5%	2%
19ª - AL	6.768	9.239	8.347	37%	-10%
20ª - SE	8.913	10.073	11.940	13%	19%
21ª - RN	9.591	11.900	12.513	24%	5%
22ª - PI	9.966	9.772	10.689	-2%	9%
23ª - MT	10.919	12.467	12.236	14%	-2%
24ª - MS	11.549	12.197	12.753	6%	5%



Figura 3.12. Variação Percentual de Resíduo na 2ª Instância. 2016-2018.

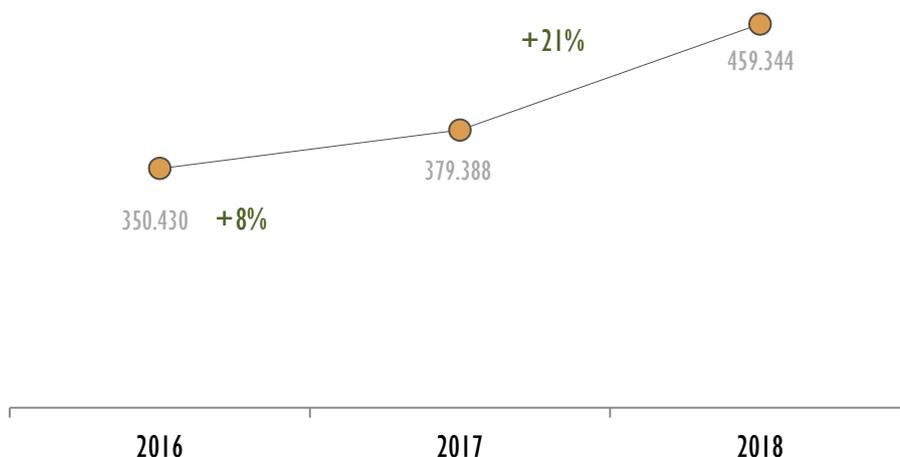


Tabela 3.9. Variação Percentual de Resíduo na 2ª Instância. 2016-2018.

TRT	Resíduo			Variação Percentual (%)	
	2016	2017	2018	2016-2017	2017-2018
1ª - RJ	37.052	40.217	40.609	9%	1%
2ª - SP	77.001	72.219	84.093	-6%	16%
3ª - MG	19.845	17.858	22.724	-10%	27%
4ª - RS	29.465	35.164	42.272	19%	20%
5ª - BA	31.182	41.958	52.441	35%	25%
6ª - PE	5.614	5.834	6.555	4%	12%
7ª - CE	4.222	5.552	6.645	32%	20%
8ª - PA e AP	4.159	5.358	5.067	29%	-5%
9ª - PR	25.200	26.490	35.287	5%	33%

TRT	Resíduo			Variação Percentual (%)	
	2016	2017	2018	2016-2017	2017-2018
10ª - DF e TO	10.784	10.654	10.516	-1%	-1%
11ª - AM e RR	7.129	10.764	9.941	51%	-8%
12ª - SC	7.948	8.405	9.536	6%	13%
13ª - PB	5.205	3.904	2.962	-25%	-24%
14ª - RO e AC	1.428	2.092	1.044	46%	-50%
15ª - Campinas/SP	47.788	55.752	82.561	17%	48%
16ª - MA	5.186	5.205	11.069	0%	113%
17ª - ES	5.693	5.819	8.189	2%	41%
18ª - GO	5.531	6.775	7.977	22%	18%
19ª - AL	2.509	2.071	2.078	-17%	0%
20ª - SE	4.827	5.434	5.572	13%	3%
21ª - RN	3.576	3.412	3.134	-5%	-8%
22ª - PI	2.004	1.973	2.571	-2%	30%
23ª - MT	4.446	3.942	3.779	-11%	-4%
24ª - MS	2.636	2.536	2.722	-4%	7%

TRT

Tabela 3.10. Média Anual de Recebidos, Julgados e Resíduos por Magistrado. 2018.

TRT	Recebidos	Julgados	Resíduo
1ª - RJ	2.291,94	2.182,76	812,18
2ª - SP	2.121,52	1.748,22	934,37
3ª - MG	2.534,18	2.371,18	504,98
4ª - RS	2.367,20	2.109,52	960,73
5ª - BA	2.888,44	2.411,20	2.097,64
6ª - PE	2.131,31	2.091,13	409,69
7ª - CE	1.451,33	1.295,00	553,75
8ª - PA e AP	1.227,75	1.216,60	253,35
9ª - PR	2.516,82	2.034,14	1.260,25
10ª - DF e TO	1.685,27	1.622,47	701,07
11ª - AM e RR	1.491,08	1.513,92	828,42
12ª - SC	2.513,27	2.409,60	635,73
13ª - PB	2.128,88	2.158,00	370,25
14ª - RO e AC	1.468,33	1.602,67	174,00
15ª - Campinas/SP	3.241,33	2.736,37	1.618,84
16ª - MA	3.064,67	2.061,67	1.844,83
17ª - ES	2.269,50	1.987,70	818,90
18ª - GO	2.197,08	2.099,92	664,75
19ª - AL	1.405,33	1.391,17	346,33
20ª - SE	1.998,83	1.990,00	928,67
21ª - RN	1.485,50	1.564,13	391,75
22ª - PI	1.901,67	1.781,50	428,50
23ª - MT	2.002,00	2.039,33	629,83
24ª - MS	2.145,00	2.125,50	453,67
Média	2.287,38	2.042,89	913,21

Nota: Para cálculo das médias, foram desconsiderados os cargos de direção.

Figura 3.13. Média Anual de Recebidos por Magistrado. 2018.

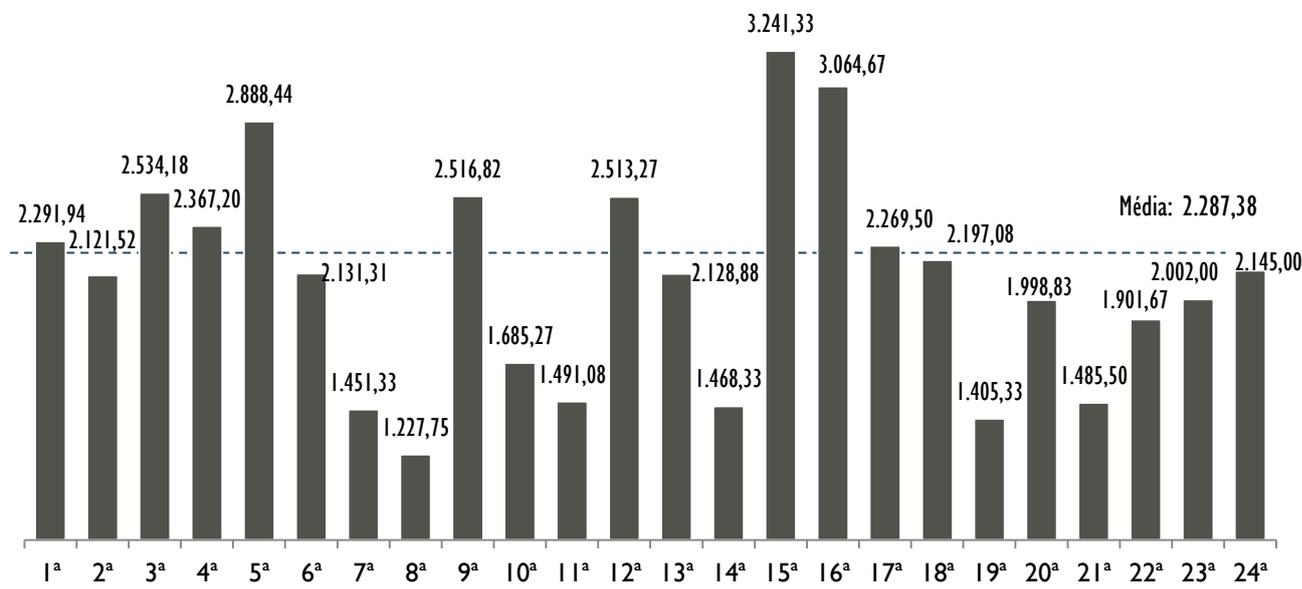


Figura 3.14. Média Anual de Julgados por Magistrado. 2018.

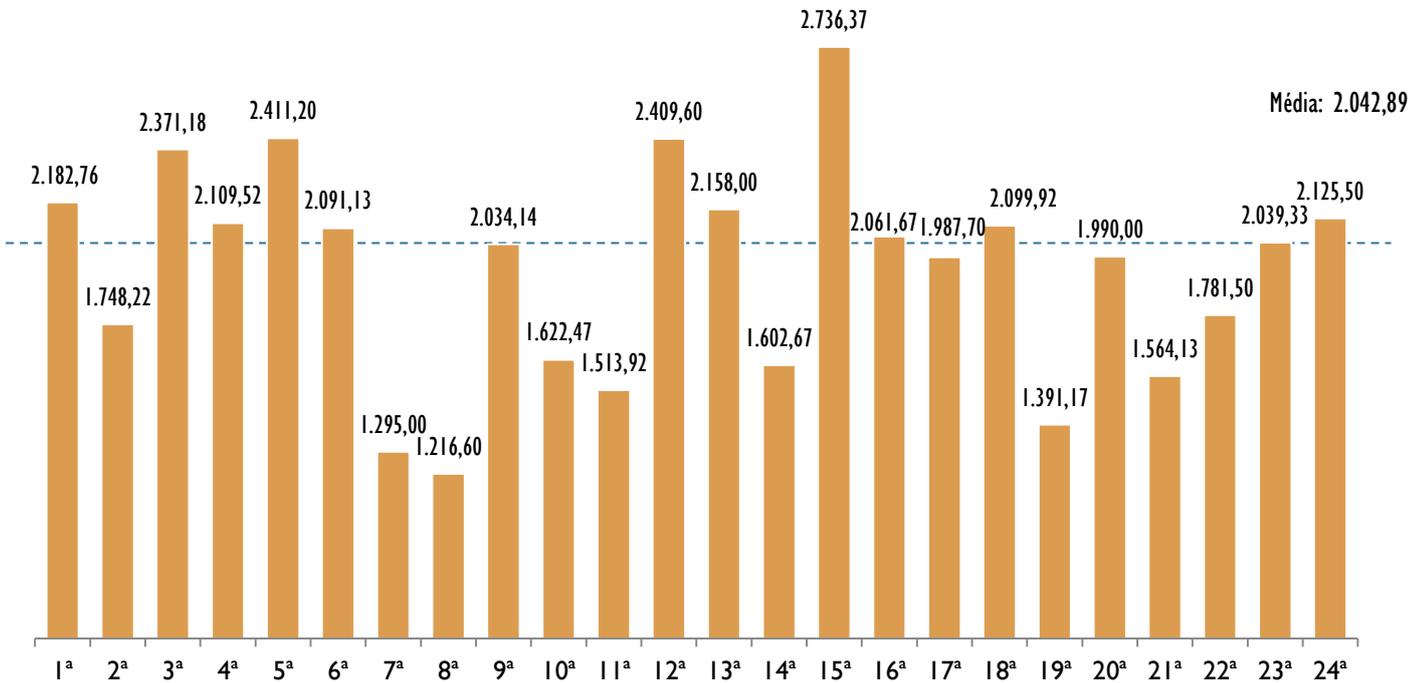
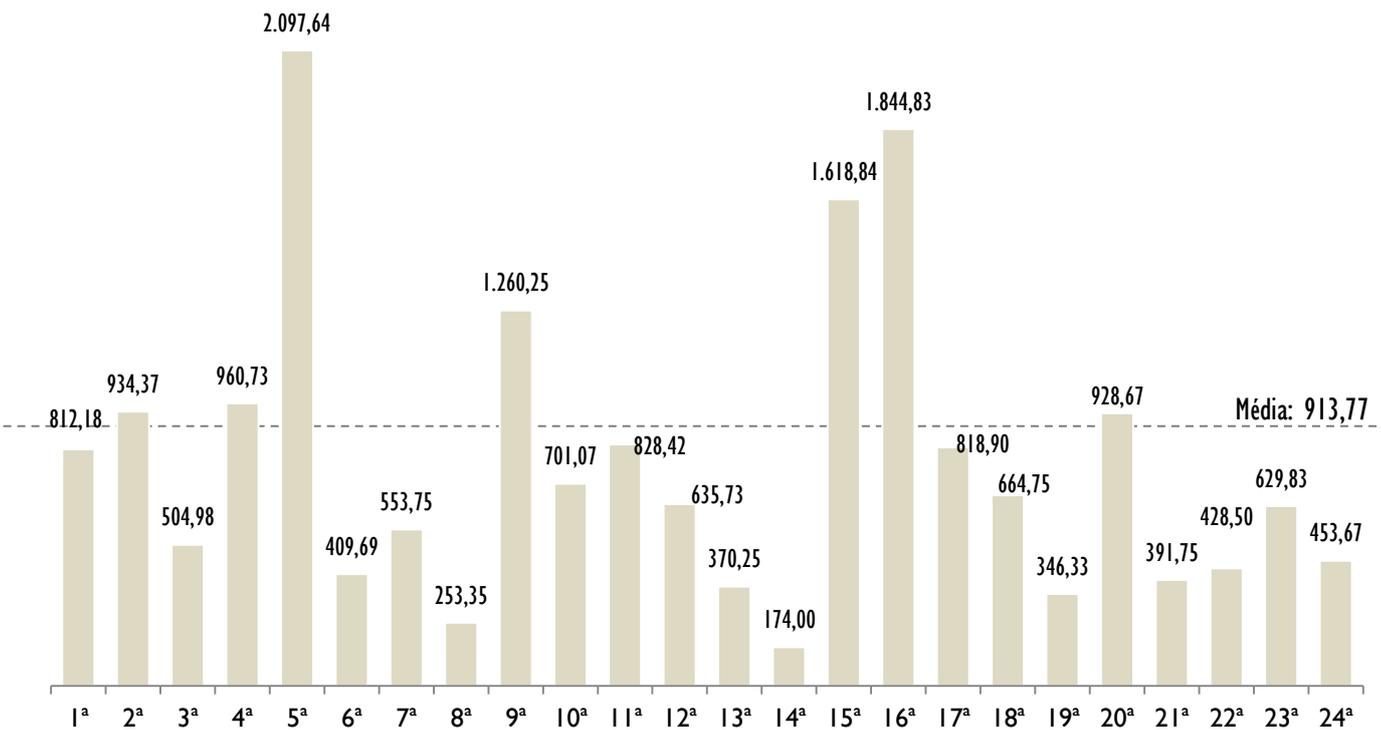


Figura 3.15. Média Anual de Resíduo por Magistrado. 2018.



TRT

Tabela 3.11. Percentual de Processos Distribuídos por Atividade Econômica. 2018.

Região Judiciária	 Administração Pública	 Agropecuária, Extração Vegetal e Pesca	 Comércio	 Comunicação	 Educação, Cultura e Lazer	 Empresas de Processamento de Dados	 Indústria
1ª - RJ	5,7	0,1	10,2	4,3	2,7	1,2	14,6
2ª - SP	3,6	0,3	8,5	4,5	1,7	1,0	16,0
3ª - MG	3,7	2,4	9,9	3,9	2,2	0,7	23,1
4ª - RS	6,1	0,8	9,6	2,7	1,9	0,7	24,7
5ª - BA	18,0	1,3	8,4	2,9	3,0	0,4	17,9
6ª - PE	7,4	1,1	8,8	4,3	1,8	1,5	19,2
7ª - CE	17,6	1,1	8,0	2,8	1,7	0,8	16,5
8ª - PA e AP	3,2	6,3	8,5	2,7	4,3	0,3	16,7
9ª - PR	7,9	2,4	9,8	4,9	2,3	0,5	23,8
10ª - DF e TO	11,4	1,2	10,8	4,7	2,6	2,2	5,8
11ª - AM e RR	4,3	0,4	3,9	1,1	0,9	1,1	18,4
12ª - SC	4,3	1,1	9,5	4,0	2,0	0,6	30,5
13ª - PB	16,8	1,5	12,0	5,5	2,6	0,7	17,4
14ª - RO e AC	9,6	1,2	7,3	1,6	2,8	0,6	25,5
15ª - Campinas/SP	19,9	4,5	6,9	2,4	1,8	0,4	24,4
16ª - MA	43,0	0,7	2,8	0,8	8,2	0,4	6,2
17ª - ES	4,3	0,8	10,9	3,1	2,7	0,3	24,9
18ª - GO	2,7	3,2	9,7	3,1	2,2	0,8	26,2
19ª - AL	23,2	1,7	9,2	3,6	1,8	0,5	15,6
20ª - SE	9,3	1,5	7,9	4,8	1,0	0,8	23,8
21ª - RN	7,4	0,9	7,4	4,1	1,8	0,5	23,5
22ª - PI	43,8	1,3	3,6	3,1	4,3	0,3	7,7
23ª - MT	2,0	4,1	11,4	2,5	1,1	0,5	33,2
24ª - MS	1,3	5,6	7,8	2,8	1,5	0,5	41,6
Total	9,7	1,8	8,7	3,5	2,3	0,8	20,5

Notas: 1) Os percentuais foram calculados em relação aos Casos Novos;

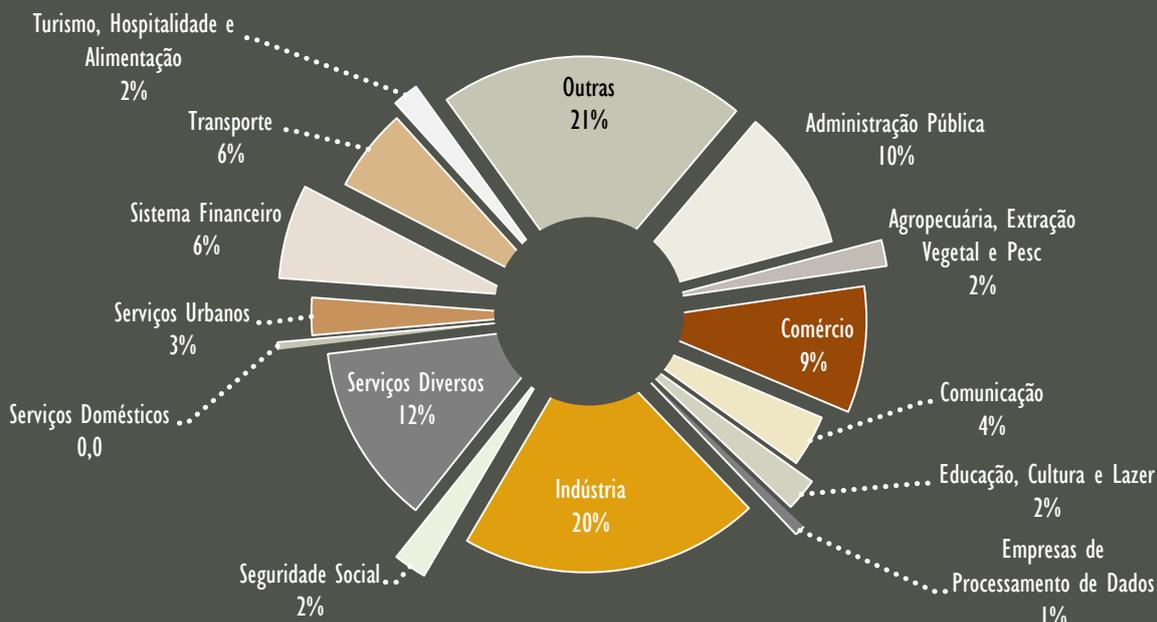
2) Os percentuais em destaque indicam a atividade econômica de maior incidência em cada Região Judiciária.

Figura 3.16. Atividades Econômicas de Maior Incidência na 2ª Instância. 2018.



Seguridade Social	Serviços Diversos	Serviços Domésticos	Serviços Urbanos	Sistema Financeiro	Transporte	Turismo, Hospitalidade e Alimentação	Outras	Total
4,2	15,6	0,6	2,8	6,4	7,3	1,9	22,4	100,0
2,0	13,4	0,5	1,0	6,5	7,5	2,5	31,0	100,0
1,5	9,5	0,6	1,5	10,7	7,3	1,4	21,7	100,0
3,9	12,0	0,5	3,9	6,7	4,9	1,5	20,1	100,0
2,9	14,8	0,4	2,5	6,6	5,3	1,7	14,0	100,0
1,4	10,9	0,5	4,6	10,5	5,0	1,1	22,0	100,0
1,4	11,7	0,8	2,0	11,0	3,4	2,0	19,2	100,0
0,6	14,7	0,6	5,0	3,7	5,9	1,3	26,1	100,0
2,5	10,0	0,4	2,7	6,8	4,9	2,1	19,2	100,0
0,8	15,0	0,7	3,6	12,9	5,2	1,6	21,6	100,0
3,9	23,6	0,5	12,1	3,7	4,4	0,9	20,7	100,0
1,8	9,6	0,4	2,1	5,2	5,6	2,4	20,7	100,0
1,8	10,1	0,8	4,2	7,8	3,9	2,4	12,2	100,0
0,4	10,3	0,3	11,8	5,7	5,9	0,8	16,1	100,0
1,6	11,9	0,5	1,3	3,7	4,3	1,4	15,2	100,0
2,2	9,9	0,3	1,2	2,7	2,5	0,4	18,7	100,0
2,2	16,5	0,6	1,7	6,1	8,5	2,8	14,7	100,0
0,8	11,7	0,7	4,6	4,3	4,7	2,0	23,1	100,0
1,0	7,9	0,3	2,5	7,9	2,9	1,3	20,8	100,0
7,9	11,7	0,6	3,0	4,1	4,1	1,2	18,3	100,0
0,9	16,5	0,6	6,9	5,4	4,7	3,5	16,0	100,0
0,5	6,3	0,6	3,7	4,2	1,3	0,4	18,9	100,0
2,6	11,8	0,4	1,5	4,7	7,6	1,8	14,7	100,0
0,8	7,5	0,3	3,1	3,5	5,6	1,0	17,2	100,0
2,3	12,4	0,5	2,6	6,5	5,7	1,8	21,0	100,0

Figura 3.17. Percentual de Processos Distribuídos por Atividade Econômica. 2018.

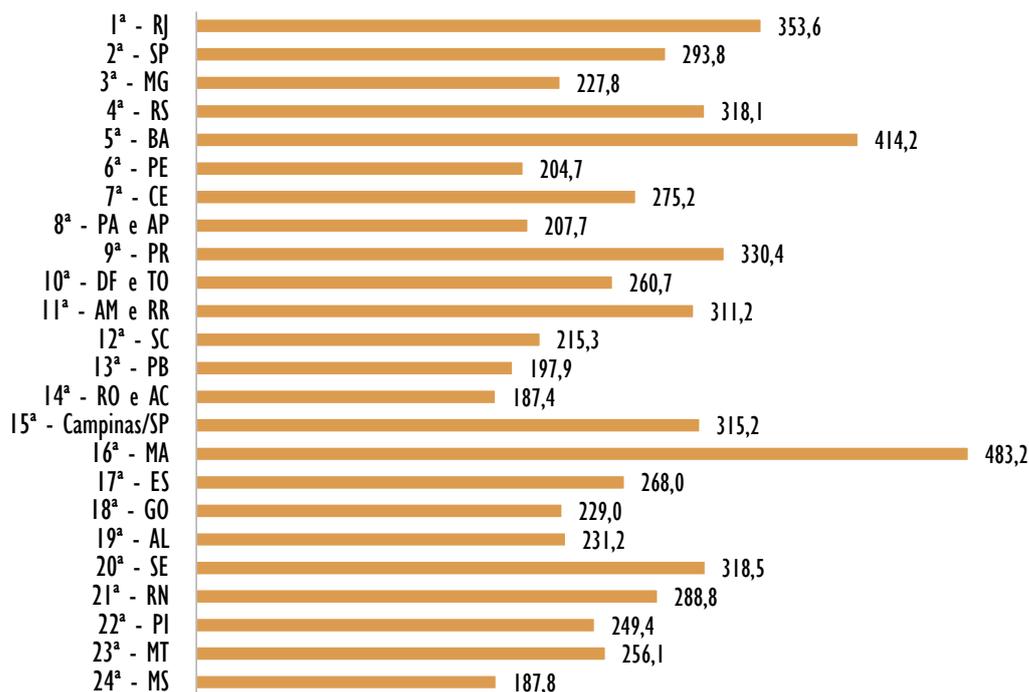


3.3. Prazos

Tabela 3.12. Prazos Médios da Autuação até o Julgamento, até a Publicação do Acórdão e até a Baixa (em Dias). 2018.

TRT	Da Autuação até o Julgamento			Do Julgamento até a Publicação do Acórdão	Da Autuação até a Baixa		
	Ações Originárias	Recursos	Média		Ações Originárias	Recursos	Média
1ª - RJ	171,9	154,1	154,5	20,9	619,5	343,8	353,6
2ª - SP	164,5	152,0	152,4	8,5	1.353,2	255,9	293,8
3ª - MG	84,8	71,7	72,0	7,5	153,2	229,4	227,8
4ª - RS	121,1	173,5	172,1	6,8	208,5	323,1	318,1
5ª - BA	200,6	298,2	294,4	12,0	343,6	417,9	414,2
6ª - PE	122,2	79,4	80,6	6,7	213,0	204,4	204,7
7ª - CE	149,0	135,5	136,0	11,8	274,9	275,2	275,2
8ª - PA e AP	144,7	97,7	100,3	9,6	251,4	204,8	207,7
9ª - PR	425,3	194,6	207,2	21,6	368,7	328,6	330,4
10ª - DF e TO	156,1	153,0	153,2	12,0	372,4	256,3	260,7
11ª - AM e RR	134,2	242,1	239,0	6,8	212,5	315,4	311,2
12ª - SC	96,6	99,9	99,8	24,4	150,3	217,9	215,3
13ª - PB	138,0	99,6	100,6	18,8	219,4	197,4	197,9
14ª - RO e AC	63,3	69,4	69,2	8,8	163,6	188,1	63,3
15ª - Campinas/SP	115,5	15,2	173,5	15,3	298,9	315,8	315,2
16ª - MA	403,8	181,7	191,4	19,2	692,9	470,6	483,2
17ª - ES	135,2	126,6	126,9	15,7	277,3	267,5	268,0
18ª - GO	115,7	109,9	110,1	11,4	167,6	231,7	229,0
19ª - AL	203,1	99,5	104,3	8,1	264,1	229,3	231,2
20ª - SE	158,0	183,7	182,8	18,6	252,5	321,4	318,5
21ª - RN	157,3	146,0	146,4	7,5	243,6	290,1	288,8
22ª - PI	172,0	65,4	68,9	10,1	396,9	241,9	249,4
23ª - MT	89,2	137,5	135,9	17,1	279,8	255,1	256,1
24ª - MS	99,1	102,7	102,6	7,6	166,5	188,3	187,8
Total	172,0	151,1	151,7	12,7	495,2	283,9	291,7

Figura 3.18. Prazo Médio da Autuação até a Baixa (em Dias). 2018.



3.4. Valores Arrecadados

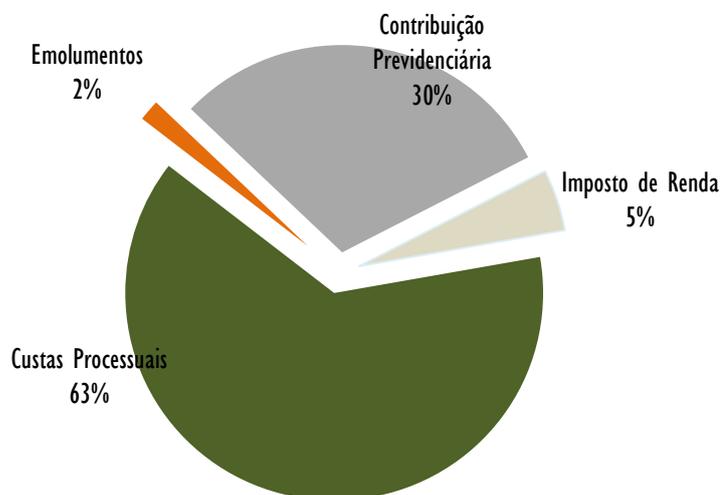
Tabela 3.13. Arrecadação em Reais na 2ª Instância. 2018.

TRT	Custas Processuais	Emolumentos	Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda	Total
1ª - RJ	646.470,70	51.771,86	-	-	698.242,56
2ª - SP	20.567,14	-	-	-	20.567,14
3ª - MG	19.168.793,00	712.412,44	9.239.873,57	1.798.676,17	30.919.755,18
4ª - RS	1.646.180,37	2.249,55	-	-	1.648.429,92
5ª - BA	1.058.483,47	11,06	8.675,19	-	1.067.169,72
6ª - PE	385.135,24	20,00	-	-	385.155,24
7ª - CE	2.329,88	66,36	-	1.542,67	3.938,91
8ª - PA e AP	1.657.246,01	-	-	-	1.657.246,01
9ª - PR	480.479,60	1.732,60	-	-	482.212,20
10ª - DF e TO	334,40	-	-	-	334,40
11ª - AM e RR	475.007,00	-	-	-	475.007,00
12ª - SC	194.646,57	211,09	-	-	194.857,66
13ª - PB	132.961,22	-	-	-	132.961,22
14ª - RO e AC	817.517,71	-	-	-	817.517,71
15ª - Campinas/SP	2.137.253,09	205,53	-	-	2.137.458,62
16ª - MA	1.080,84	-	-	-	1.080,84
17ª - ES	583.153,55	5,53	-	-	583.159,08
18ª - GO	14.161,11	-	-	-	14.161,11
19ª - AL	3.240,00	-	-	-	3.240,00
20ª - SE	66.535,07	-	-	96.651,93	163.187,00
21ª - RN	3.681,97	-	140,37	18,48	3.840,82
22ª - PI	123.229,97	-	4.925.107,05	352.843,78	5.401.180,80
23ª - MT	-	-	-	-	-
24ª - MS	120,00	-	2.845,00	-	2.965,00
Total	29.618.607,91	768.686,02	14.176.641,18	2.249.733,03	46.813.668,14

Nota: Sinal convencional utilizado:

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Figura 3.19. Percentual de Arrecadação na 2ª Instância. 2018.



3.5. Presidência

Figura 3.20. Dissídios Coletivos Recebidos e Julgados na 2ª Instância. 2016-2018

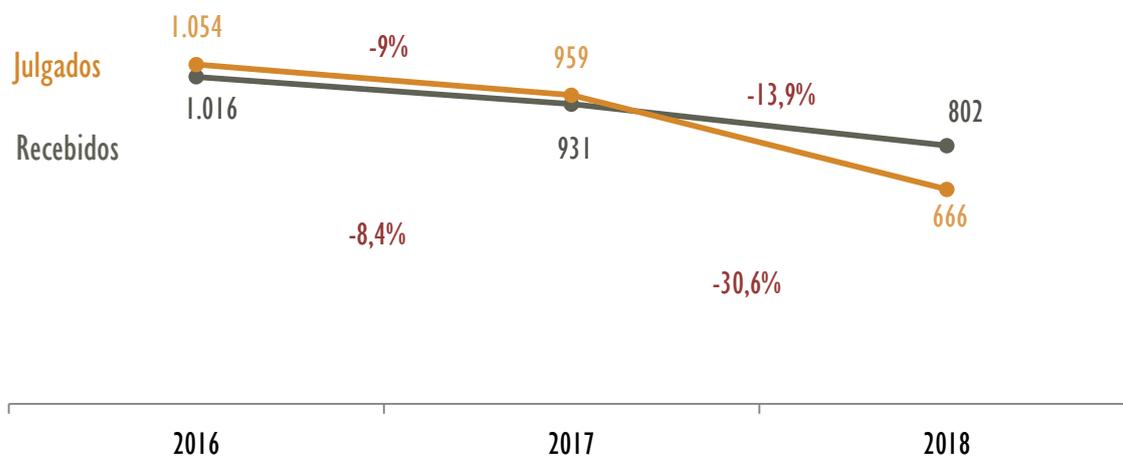


Tabela 3.14. Dissídios Coletivos na 2ª Instância. 2018.

TRT	Recebidos	Audiências	Julgados
1ª - RJ	70	117	63
2ª - SP	145	125	94
3ª - MG	37	-	35
4ª - RS	220	1	78
5ª - BA	11	12	21
6ª - PE	2	2	4
7ª - CE	11	18	13
8ª - PA e AP	35	43	50
9ª - PR	24	33	23
10ª - DF e TO	11	18	13
11ª - AM e RR	15	47	29
12ª - SC	50	-	75
13ª - PB	10	15	6
14ª - RO e AC	8	6	5
15ª - Campinas/SP	101	95	72
16ª - MA	3	-	4
17ª - ES	14	-	14
18ª - GO	1	-	-
19ª - AL	1	2	1
20ª - SE	3	6	10
21ª - RN	13	30	11
22ª - PI	9	7	14
23ª - MT	3	-	6
24ª - MS	5	-	25
Total	802	577	666

Nota: Sinais convencionais utilizados:
- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

3.6. Recursos de Competência do TST

Tabela 3.15. Recursos Remetidos ao TST. 2018.

TRT	Recurso de Revista	Recurso Ordinário	Reexame Necessário	Agravo de Instrumento	Total	
					Quantidade	%
1ª - RJ	3.050	155	-	19.231	22.436	8,27%
2ª - SP	3.369	320	-	41.243	44.932	16,57%
3ª - MG	2.840	120	-	30.161	33.121	12,21%
4ª - RS	7.531	11	-	16.214	23.756	8,76%
5ª - BA	1.466	247	-	9.842	11.555	4,26%
6ª - PE	659	32	-	8.944	9.635	3,55%
7ª - CE	193	56	-	3.237	3.486	1,29%
8ª - PA e AP	409	201	-	7.312	7.922	2,92%
9ª - PR	3.191	92	-	12.307	15.590	5,75%
10ª - DF e TO	648	72	-	6.317	7.037	2,59%
11ª - AM e RR	840	62	-	5.407	6.309	2,33%
12ª - SC	1.811	42	-	6.324	8.177	3,02%
13ª - PB	162	30	-	3.763	3.955	1,46%
14ª - RO e AC	17	12	-	4.179	4.208	1,55%
15ª - Campinas/SP	3.559	329	-	23.640	27.528	10,15%
16ª - MA	483	37	-	1.872	2.392	0,88%
17ª - ES	1.436	88	-	4.807	6.331	2,33%
18ª - GO	1.240	67	-	10.618	11.925	4,40%
19ª - AL	147	13	-	1.180	1.340	0,49%
20ª - SE	168	28	-	1.946	2.142	0,79%
21ª - RN	998	25	-	5.132	6.155	2,27%
22ª - PI	503	79	-	3.723	4.305	1,59%
23ª - MT	157	23	-	3.069	3.249	1,20%
24ª - MS	234	5	-	3.468	3.707	1,37%
Total	35.111	2.146	-	233.936	271.193	100,00%

Nota: Sinal convencional utilizado:
- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Figura 3.21. Recursos Remetidos ao TST. 2018.

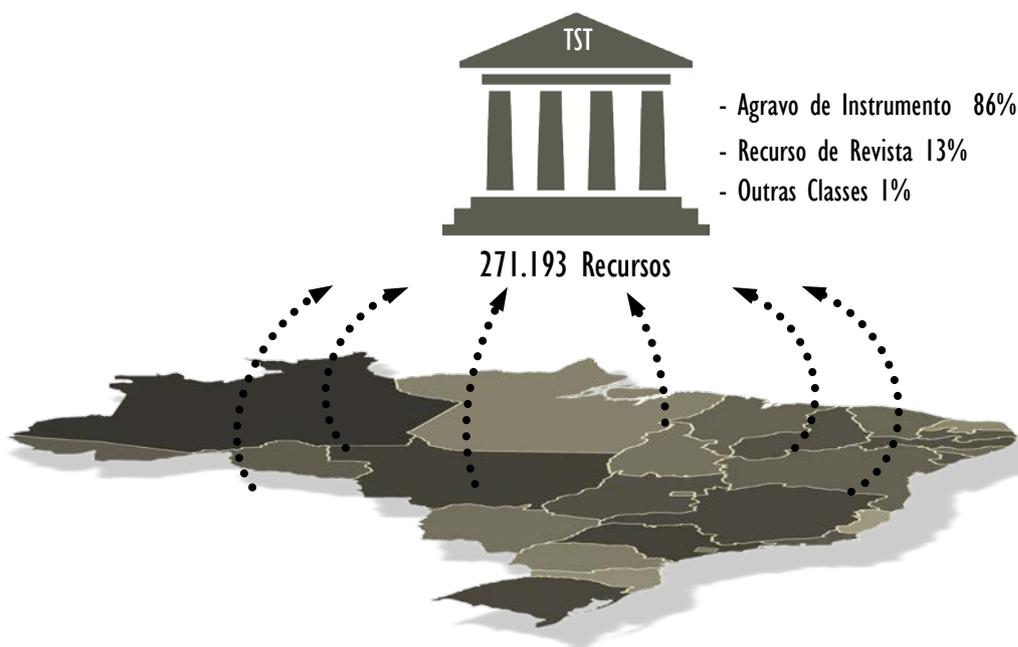


Tabela 3.16. Despachos da Presidência em Recursos de Revista de Competência do TST. 2018.

TRT	RRs Despachados nos TRTs						
	Baixados	% ¹	Não Admitidos	% ¹	Admitidos	% ¹	Total
1ª - RJ	1.843	3,9%	42.088	90%	3.050	6%	46.981
2ª - SP	55	4,4%	67.417	91%	3.369	5%	74.044
3ª - MG	1.735	3,8%	41.074	90%	2.840	6%	45.649
4ª - RS	1.919	5,9%	22.873	71%	7.531	23%	32.323
5ª - BA	1.009	6,1%	14.089	85%	1.466	9%	16.564
6ª - PE	1.867	13,3%	11.557	82%	659	5%	14.083
7ª - CE	4	0,1%	4.301	96%	193	4%	4.498
8ª - PA e AP	110	1,3%	7.951	94%	409	5%	8.470
9ª - PR	507	2,4%	17.541	83%	3.191	15%	21.239
10ª - DF e TO	11	0,1%	7.725	92%	648	8%	8.384
11ª - AM e RR	127	1,9%	5.884	86%	840	12%	6.851
12ª - SC	7	0,1%	9.368	84%	1.811	16%	11.186
13ª - PB	90	1,8%	4.824	95%	162	3%	5.076
14ª - RO e AC	204	3,6%	5.441	96%	17	0%	5.662
15ª - Campinas/SP	1.533	3,7%	36.776	88%	3.559	9%	41.868
16ª - MA	41	1,4%	2.425	82%	483	16%	2.949
17ª - ES	225	3,2%	5.426	77%	1.436	20%	7.087
18ª - GO	1.729	11,3%	12.376	81%	1.240	8%	15.345
19ª - AL	52	2,1%	2.261	92%	147	6%	2.460
20ª - SE	136	5,0%	2.406	89%	168	6%	2.710
21ª - RN	161	2,8%	4.679	80%	998	17%	5.838
22ª - PI	204	3,8%	4.649	87%	503	9%	5.356
23ª - MT	128	3,2%	3.668	93%	157	4%	3.953
24ª - MS	116	2,8%	3.807	92%	234	6%	4.157
Total	17.016	4,3%	340.606	87%	35.111	9%	392.733

Notas: 1) %¹: Percentual calculado sobre o total de RR despachados em cada TRT.
2) Foi retirado o total de baixados do total de RR despachados nos TRTs.

Figura 3.22. Percentual de Recursos de Revista Admitidos na 2ª Instância. 2018.

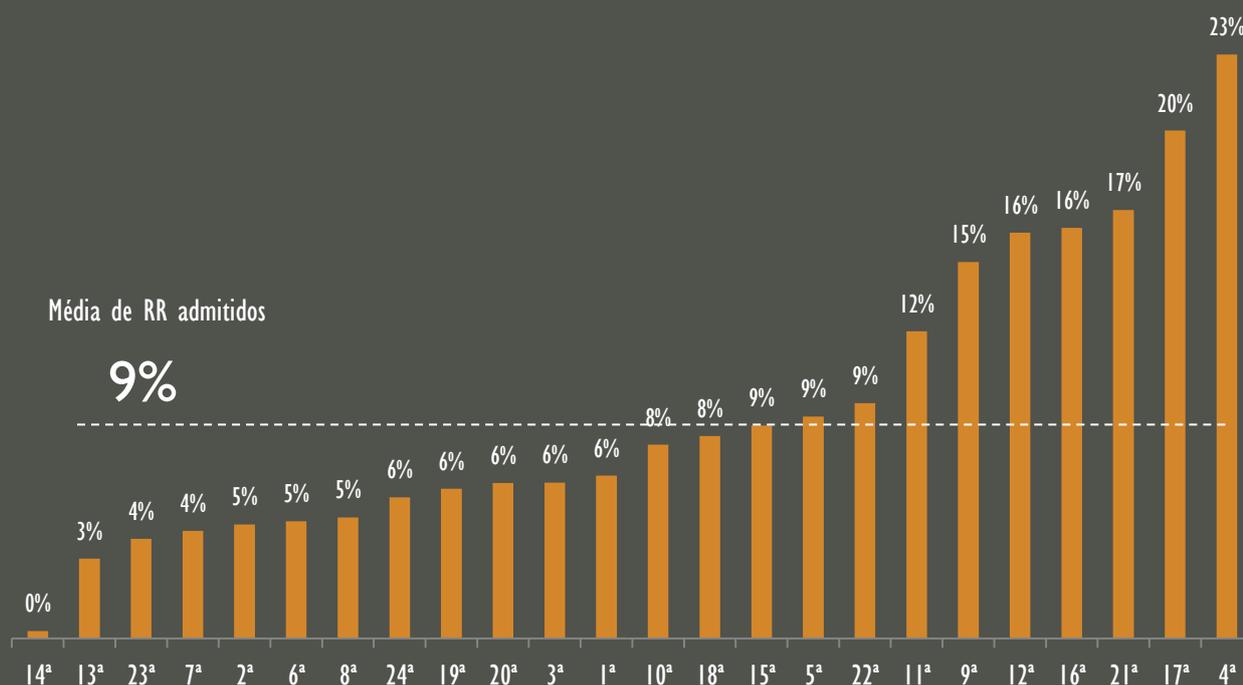


Tabela 3.17. Agravos de Instrumento em Recursos de Revista interpostos ao TST, 2018.

TRT de Origem	RRs não Admitidos	AIRRs Recebidos no TST*	% ¹	AIRRs Providos no TST*	% ²
1ª - RJ	42.088	13.036	31%	2.866	22%
2ª - SP	67.417	39.353	58%	3.426	9%
3ª - MG	41.074	27.957	68%	989	4%
4ª - RS	22.873	9.927	43%	1.257	13%
5ª - BA	14.089	9.588	68%	1.303	14%
6ª - PE	11.557	8.327	72%	429	5%
7ª - CE	4.301	3.206	75%	231	7%
8ª - PA e AP	7.951	2.342	29%	342	15%
9ª - PR	17.541	11.388	65%	859	8%
10ª - DF e TO	7.725	7.012	91%	1.165	17%
11ª - AM e RR	5.884	4.993	85%	890	18%
12ª - SC	9.368	5.685	61%	313	6%
13ª - PB	4.824	3.489	72%	251	7%
14ª - RO e AC	5.441	4.002	74%	526	13%
15ª - Campinas/SP	36.776	21.656	59%	1.743	8%
16ª - MA	2.425	1.922	79%	51	3%
17ª - ES	5.426	3.617	67%	251	7%
18ª - GO	12.376	8.565	69%	263	3%
19ª - AL	2.261	1.017	45%	83	8%
20ª - SE	2.406	1.733	72%	348	20%
21ª - RN	4.679	3.147	67%	325	10%
22ª - PI	4.649	2.874	62%	142	5%
23ª - MT	3.668	1.148	31%	169	15%
24ª - MS	3.807	3.426	90%	100	3%
Total	340.606	199.410	59%	18.322	9%

Notas: 1) *: Dados informados pela Seção de Acompanhamento Estatístico do TST.
 2) %¹: Percentual calculado sobre o total de RRs não admitidos em cada TRT.
 3) %²: Percentual calculado sobre o total de AIRRs recebidos de cada TRT.

Figura 3.23. Agravos de Instrumento em Recursos de Revista Providos no TST, 2018.

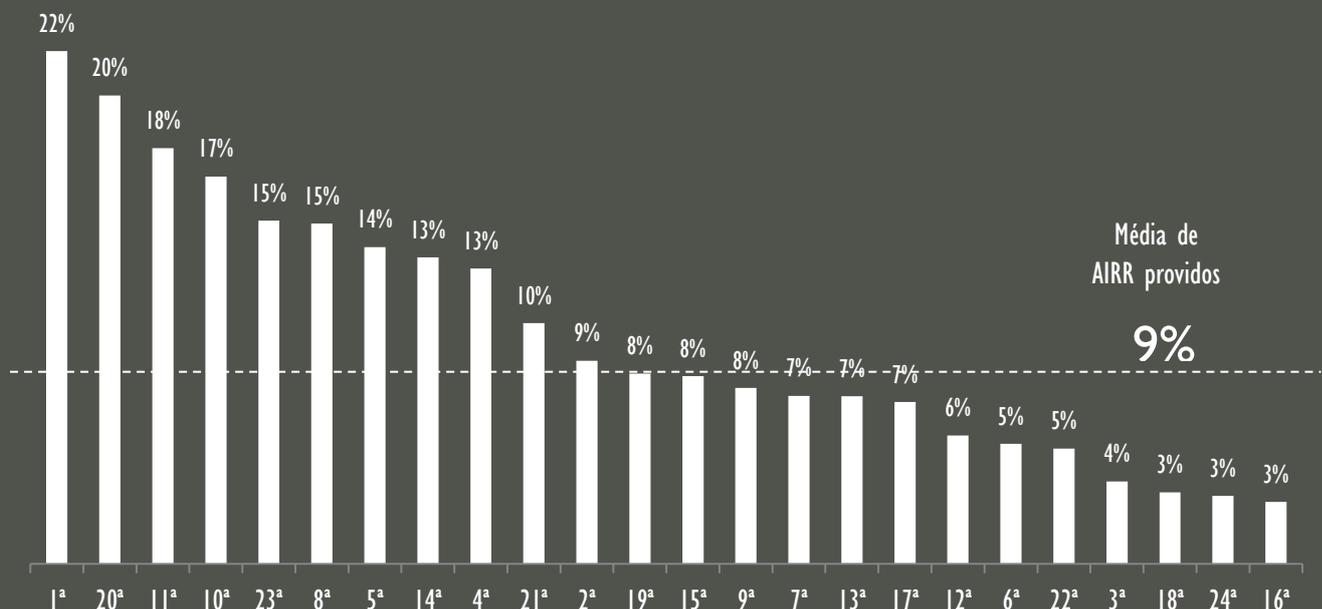
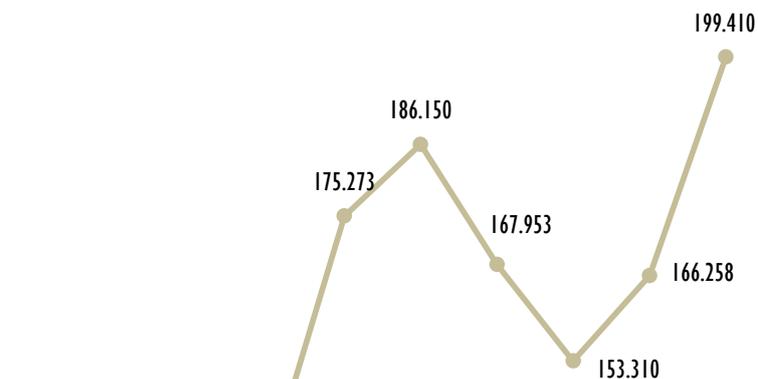


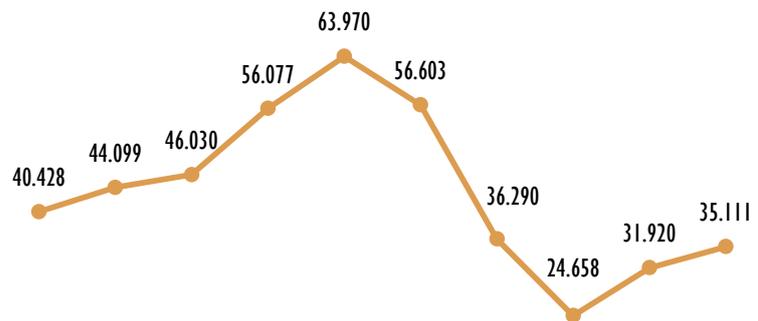
Figura 3.24. Série Histórica de Recursos Recebidos no TST. 2009-2018.

Agravos de Instrumento em RR

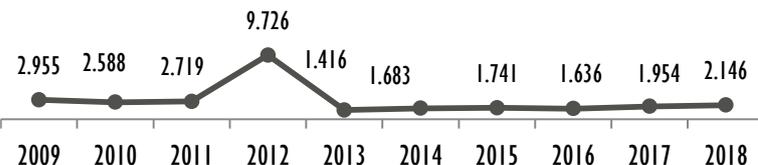
Após sucessivas reduções, houve aumentos nos quantitativos de Agravos de Instrumento recebidos no TST e de Recursos de Revista admitidos no TRT.



RR admitidos no TRT



RO admitidos no TRT



TRT

3.7. Precatórios e Requisições de Pequeno Valor

Tabela 3.18. Precatórios e Requisição de Pequeno Valor na 2ª Instância, 2018.

TRT	Recebidos			Quitados			Pendentes de Quitação		
	Precatórios	RPV	Total	Precatórios	RPV	Total	Precatórios	RPV	Total
1ª - RJ	1.875	727	2.602	220	559	779	3.912	58	3.970
2ª - SP	31	1	32	761	135	896	7.897	476	8.373
3ª - MG	1.465	491	1.956	511	345	856	2.615	90	2.705
4ª - RS	1.946	533	2.479	1.047	528	1.575	8.059	27	8.086
5ª - BA	843	103	946	1.735	91	1.826	9.717	215	9.932
6ª - PE	145	35	180	107	49	156	244	-	244
7ª - CE	896	39	935	681	20	701	4.220	4	4.224
8ª - PA e AP	13	30	43	342	32	374	1.377	364	1.741
9ª - PR	2.349	244	2.593	1.532	206	1.738	6.768	89	6.857
10ª DF e TO	243	597	840	117	1.076	1.193	935	202	1.137
11ª - AM e RR	331	60	391	171	153	324	530	26	556
12ª - SC	340	71	411	404	78	482	-	12	12
13ª - PB	127	85	212	294	-	294	3.866	-	3.866
14ª - RO e AC	702	134	836	211	96	307	1.312	-	1.312
15ª - Campinas/SP	8.726	181	8.907	3.049	172	3.221	24.309	7	24.316
16ª - MA	360	25	385	329	20	349	1.297	4	1.301
17ª - ES	366	52	418	848	41	889	1.540	31	1.571
18ª - GO	109	134	243	190	99	289	1.818	113	1.931
19ª - AL	788	266	1.054	662	90	752	1.026	-	1.026
20ª - SE	204	44	248	95	52	147	1.005	-	1.005
21ª - RN	510	17	527	685	15	700	1.570	3	1.573
22ª - PI	1.280	-	1.280	945	-	945	6.029	-	6.029
23ª - MT	107	75	182	25	74	99	494	-	494
24ª - MS	27	220	247	62	216	278	195	-	195
Total	23.783	4.164	27.947	15.023	4.147	19.170	90.735	1.721	92.456

Nota: Sinal convencional utilizado:

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Figura 3.25. Precatórios e Requisição de Pequeno Valor na 2ª Instância, 2018.

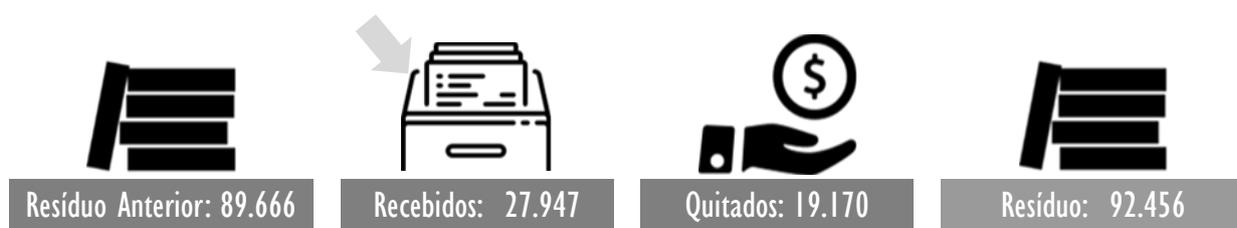


Tabela 3.19. Precatórios e RPVs Recebidos na 2ª Instância. 2018.

TRT	Precatórios			Requisições de Pequeno Valor			Total
	Adm. Direta	Adm. Indireta	Total	Adm. Direta	Adm. Indireta	Total	
1ª - RJ	1.567	308	1.875	186	541	727	2.602
2ª - SP	27	4	31	-	1209	1	32
3ª - MG	1.277	188	1.465	282	209	491	1.956
4ª - RS	1.289	657	1.946	180	353	533	2.479
5ª - BA	712	131	843	11	92	103	946
6ª - PE	102	43	145	25	10	35	180
7ª - CE	888	8	896	15	24	39	935
8ª - PA e AP	10	3	13	9	21	30	43
9ª - PR	2.167	182	2.349	112	132	244	2.593
10ª DF e TO	103	140	243	407	190	597	840
11ª - AM e RR	298	33	331	18	42	60	391
12ª - SC	287	53	340	48	23	71	411
13ª - PB	70	57	127	35	50	85	212
14ª - RO e AC	581	121	702	51	83	134	836
15ª - Campinas/SP	7.136	1.590	8.726	110	71	181	8.907
16ª - MA	355	5	360	16	9	25	385
17ª - ES	280	86	366	25	27	52	418
18ª - GO	41	68	109	50	84	134	243
19ª - AL	747	41	788	262	4	266	1.054
20ª - SE	117	87	204	2	42	44	248
21ª - RN	509	1	510	9	8	17	527
22ª - PI	1.029	251	1.280	-	-	-	1.280
23ª - MT	90	17	107	18	57	75	182
24ª - MS	19	8	27	202	18	220	247
Total	19.701	4.082	23.783	2.073	2.091	4.164	27.947

Nota: Sinal convencional utilizado:
 - Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Figura 3.26. Precatórios e RPVs Recebidos na 2ª Instância. 2018.

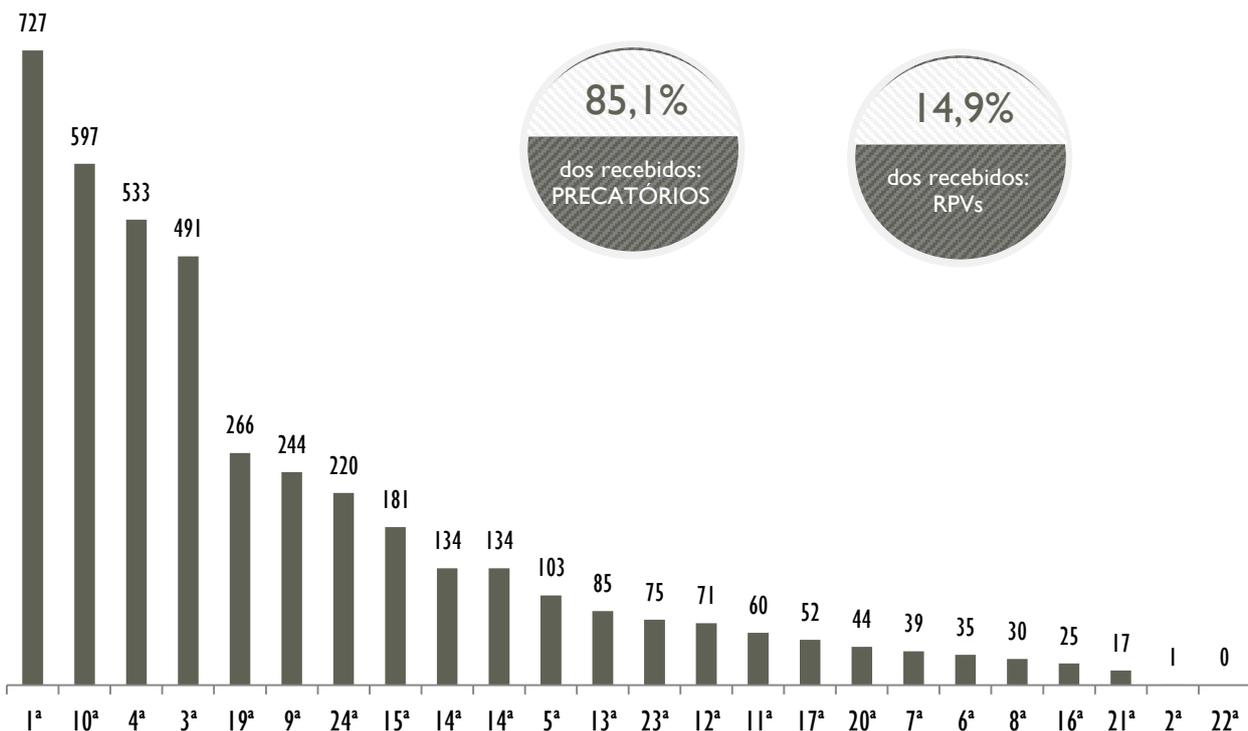


Tabela 3.20. Precatórios e RPVs Quitados na 2ª Instância. 2018.

TRT	Precatórios			Requisições de Pequeno Valor			Total
	Adm. Direta	Adm. Indireta	Total	Adm. Direta	Adm. Indireta	Total	
1ª - RJ	141	79	220	142	417	559	779
2ª - SP	380	381	761	68	67	135	896
3ª - MG	407	104	511	195	150	345	856
4ª - RS	650	397	1.047	183	345	528	1.575
5ª - BA	1.623	112	1.735	10	81	91	1.826
6ª - PE	103	4	107	30	19	49	156
7ª - CE	670	11	681	14	6	20	701
8ª - PA e AP	326	16	342	6	26	32	374
9ª - PR	1.447	85	1.532	108	98	206	1.738
10ª DF e TO	31	86	117	379	697	1.076	1.193
11ª - AM e RR	147	24	171	36	117	153	324
12ª - SC	375	29	404	53	25	78	482
13ª - PB	200	94	294	-	-	-	294
14ª - RO e AC	159	52	211	47	49	96	307
15ª - Campinas/SP	2.722	327	3.049	109	63	172	3.221
16ª - MA	322	7	329	11	9	20	349
17ª - ES	473	375	848	16	25	41	889
18ª - GO	81	109	190	26	73	99	289
19ª - AL	630	32	662	85	5	90	752
20ª - SE	91	414	95	1	51	52	147
21ª - RN	671	14	685	8	7	15	700
22ª - PI	820	125	945	-	-	-	945
23ª - MT	14	11	25	18	56	74	99
24ª - MS	46	16	62	196	20	216	278
Total	12.529	2.494	15.023	1.741	2.406	4.147	19.170

Nota: Sinal convencional utilizado:

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Figura 3.27. Precatórios e RPVs Quitados na 2ª Instância. 2018.

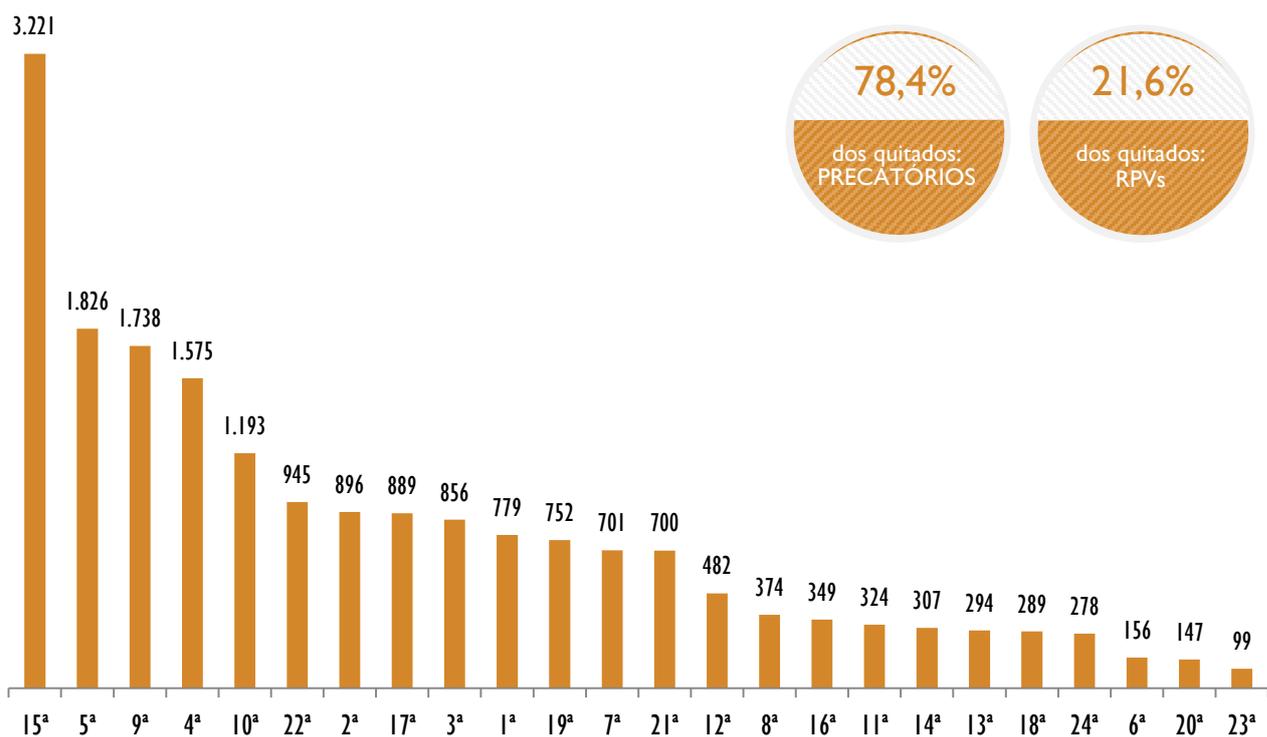
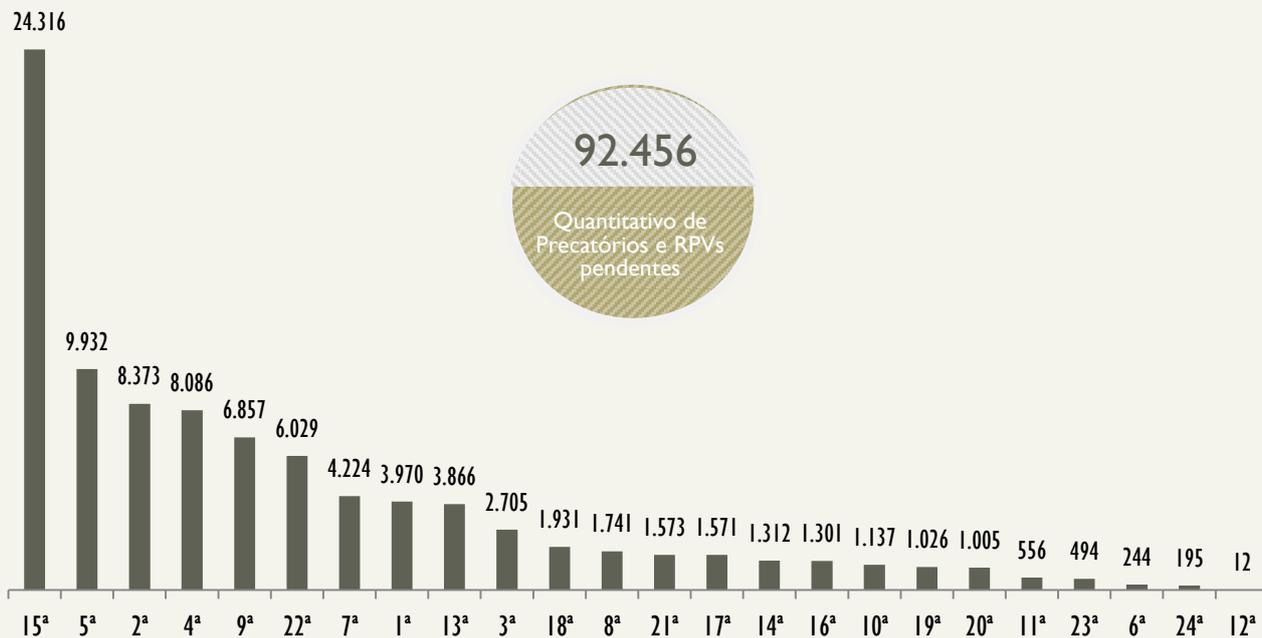


Tabela 3.21. Precatórios e RPVs Pendentes de Pagamento na 2ª Instância. 2018.

TRT	Precatórios			
	No Prazo	Prazo Vencido	Total	Valor (em Reais)
1ª - RJ	333	2.244	3.912	983.008.408,15
2ª - SP	2.724	5.173	7.897	1.844.825.633,36
3ª - MG	2.083	532	2.615	300.448.008,66
4ª - RS	3.090	4.969	8.059	1.544.371.655,44
5ª - BA	3.401	6.316	9.717	994.385.556,77
6ª - PE	62	182	244	340.118.539,96
7ª - CE	2.034	2.186	4.220	273.623.929,20
8ª - PA e AP	49	1.328	1.377	243.591.967,20
9ª - PR	2.771	3.997	6.768	1.132.306.322,32
10ª DF e TO	225	710	935	300.801.440,10
11ª - AM e RR	447	83	530	42.604.335,54
12ª - SC	-	-	-	-
13ª - PB	1.810	2.056	3.866	317.539.906,35
14ª - RO e AC	734	578	1.312	362.609.863,21
15ª - Campinas/SP	11.139	13.170	24.309	2.095.444.695,34
16ª - MA	376	921	1.297	185.743.137,69
17ª - ES	839	701	1.540	411.059.594,51
18ª - GO	151	1.667	1.818	153.260.181,84
19ª - AL	841	185	1.026	121.105.350,39
20ª - SE	356	649	1.005	291.476.451,30
21ª - RN	301	1.269	1.570	121.199.978,93
22ª - PI	3.001	3.028	6.029	288.238.322,52
23ª - MT	142	352	494	40.020.760,16
24ª - MS	48	147	195	14.309.020,48
Total	38.292	52.443	90.735	12.402.093.059,42

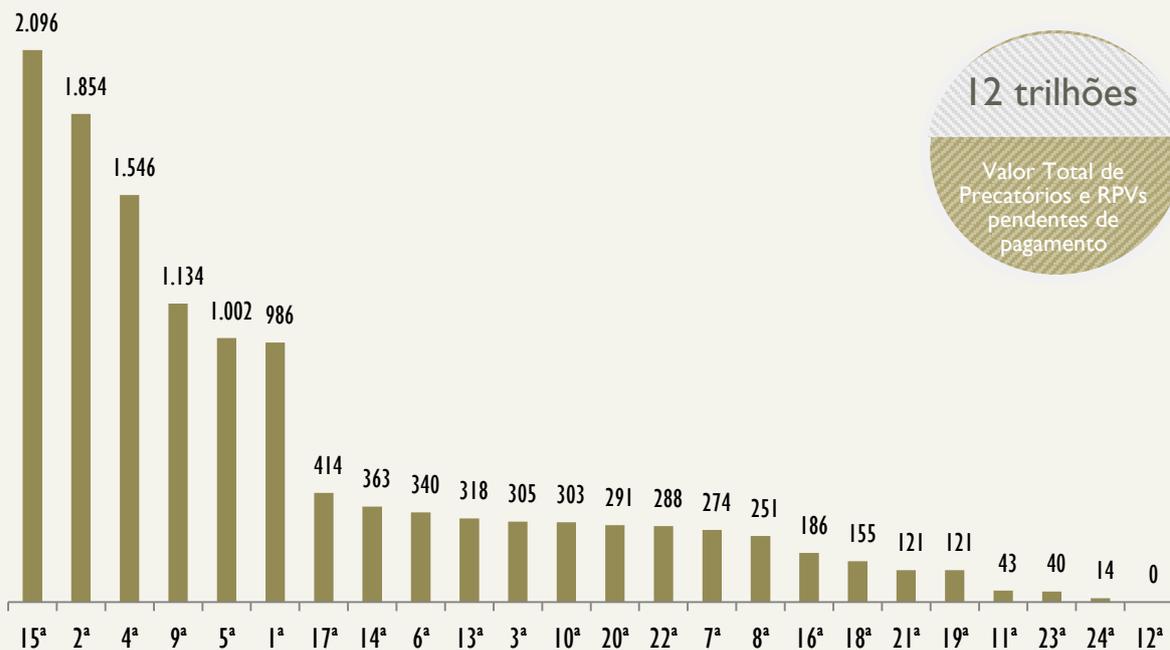
Nota: Sinal convencional utilizado:
- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Figura 3.28. Precatórios e RPVs Pendentes de Pagamento na 2ª Instância. 2018.



Requisições de Pequeno Valor				Total	
No Prazo	Prazo Vencido	Total	Valor (em Reais)	Qtde.	Valor (em Reais)
57	1	58	2.614.118,20	3.970	R\$ 985.622.526,35
-	476	476	8.939.417,71	8.373	R\$ 1.853.765.051,07
64	26	90	4.963.982,23	2.705	R\$ 305.411.990,89
27	-	27	1.691.831,04	8.086	R\$ 1.546.063.486,48
85	130	215	7.440.928,53	9.932	R\$ 1.001.826.485,30
-	-	-	-	244	R\$ 340.118.539,96
-	4	4	149.305,95	4.224	R\$ 273.773.235,15
15	349	364	7.397.207,40	1.741	R\$ 250.989.174,60
52	37	89	1.297.551,76	6.857	R\$ 1.133.603.874,08
202	-	202	1.981.941,85	1.137	R\$ 302.783.381,95
26	-	26	330.473,34	556	R\$ 42.934.808,88
12	-	12	268.770,98	12	R\$ 268.770,98
-	-	-	-	3.866	R\$ 317.539.906,35
-	-	-	-	1.312	R\$ 362.609.863,21
7	-	7	193.550,71	24.316	R\$ 2.095.638.246,05
2	2	4	597.126,75	1.301	R\$ 186.340.264,44
8	23	31	2.822.833,09	1.571	R\$ 413.882.427,60
22	91	113	1.580.536,29	1.931	R\$ 154.840.718,13
-	-	-	-	1.026	R\$ 121.105.350,39
-	-	-	-	1.005	R\$ 291.476.451,30
-	3	3	-	1.573	R\$ 121.199.978,93
-	-	-	-	6.029	R\$ 288.238.322,52
-	-	-	-	494	R\$ 40.020.760,16
-	-	-	-	195	R\$ 14.309.020,48
579	1.142	1.721	42.269.575,83	92.456	R\$ 12.444.362.635,25

Figura 3.29. Precatórios e RPVs Pendentes de Pagamento (em Milhões de Reais). 2018.



4

Seção

Varas do Trabalho



4.1. Varas do Trabalho – Dados Gerais

Figura 4.1. Quantidade de Varas do Trabalho Instaladas. Municípios-Sede de TRT x Demais Municípios-Sede de VT. 2018.

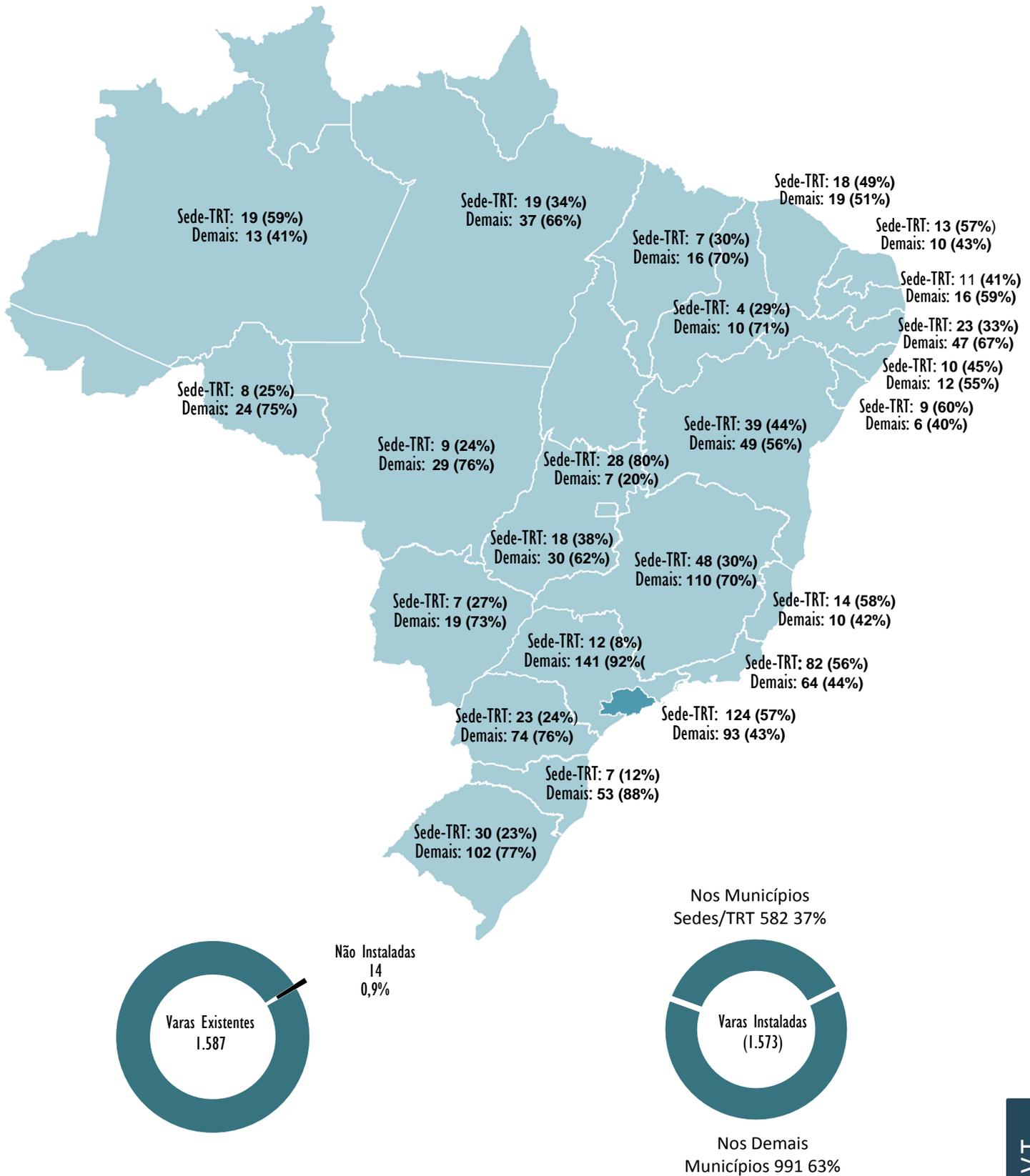


Figura 4.2. Quantidade de Municípios no país. Municípios-Sede de Vara x Municípios Existentes. 2018.



Notas:

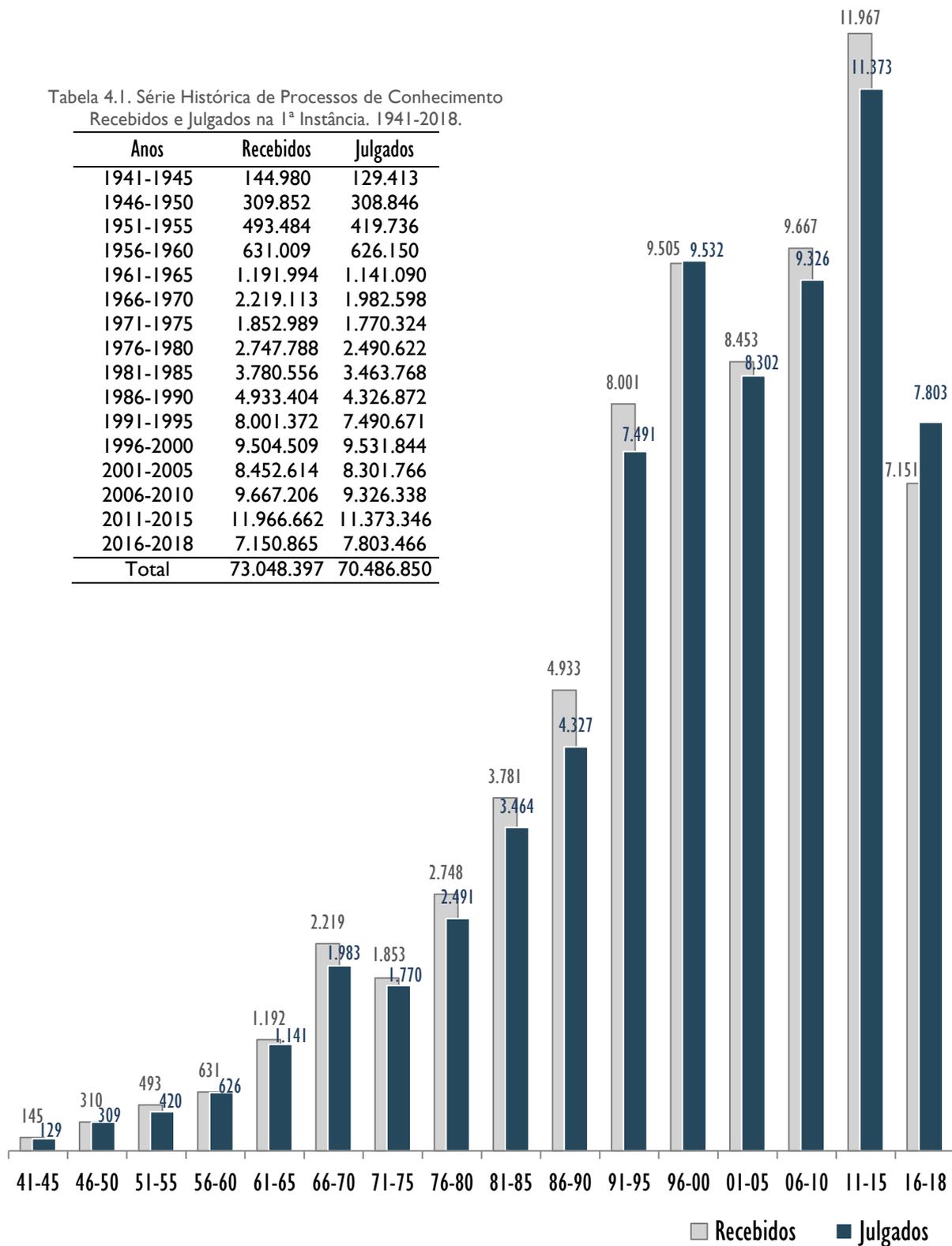
- 1) Número de municípios existentes obtido no site do IBGE;
- 2) Todos os municípios do País têm jurisdição trabalhista;
- 3) Percentual calculado sobre o número de municípios existentes.

4.2. Série Histórica

Figura 4.3. Série Histórica de Processos de Conhecimento Recebidos e Julgados na 1ª Instância (em Milhares de Processos).

Tabela 4.1. Série Histórica de Processos de Conhecimento Recebidos e Julgados na 1ª Instância. 1941-2018.

Anos	Recebidos	Julgados
1941-1945	144.980	129.413
1946-1950	309.852	308.846
1951-1955	493.484	419.736
1956-1960	631.009	626.150
1961-1965	1.191.994	1.141.090
1966-1970	2.219.113	1.982.598
1971-1975	1.852.989	1.770.324
1976-1980	2.747.788	2.490.622
1981-1985	3.780.556	3.463.768
1986-1990	4.933.404	4.326.872
1991-1995	8.001.372	7.490.671
1996-2000	9.504.509	9.531.844
2001-2005	8.452.614	8.301.766
2006-2010	9.667.206	9.326.338
2011-2015	11.966.662	11.373.346
2016-2018	7.150.865	7.803.466
Total	73.048.397	70.486.850



4.3. Movimentação Processual

Figura 4.4. Movimentação Processual na 1ª Instância. 2018.



Tabela 4.2. Processos Recebidos, Julgados e Resíduo (Fase de Conhecimento). 2018.

Região Judiciária	Resíduo de 2017	Recebidos				Total a Solucionar em 2018	Julgados		Resíduo de 2018		
		Casos Novos	%	Com Sentença Anulada/ Reformada	Total		%	Qtde.	%	Qtde.	%
1ª - RJ	220.494	178.772	10,3%	2.049	180.821	10,3%	401.315	250.535	10,2%	157.903	13,4%
2ª - SP	279.901	308.020	17,8%	3.826	311.846	17,8%	591.747	438.270	17,9%	164.867	14,0%
3ª - MG	132.889	155.273	9,0%	2.812	158.085	9,0%	290.974	208.946	8,5%	87.805	7,4%
4ª - RS	152.156	118.967	6,9%	379	119.346	6,8%	271.502	173.658	7,1%	102.945	8,7%
5ª - BA	100.968	70.578	4,1%	507	71.085	4,1%	172.053	108.372	4,4%	66.050	5,6%
6ª - PE	83.947	68.123	3,9%	582	68.705	3,9%	152.652	97.846	4,0%	58.548	5,0%
7ª - CE	29.684	47.273	2,7%	263	47.536	2,7%	77.220	59.168	2,4%	19.151	1,6%
8ª - PA e AP	32.440	50.913	2,9%	549	51.462	2,9%	83.902	71.451	2,9%	13.929	1,2%
9ª - PR	127.764	89.608	5,2%	539	90.147	5,2%	217.911	148.177	6,1%	73.705	6,2%
10ª - DF e TO	33.289	42.664	2,5%	450	43.114	2,5%	76.403	52.812	2,2%	24.597	2,1%
11ª - AM e RR	23.797	34.990	2,0%	45	35.035	2,0%	58.832	47.849	2,0%	12.178	1,0%
12ª - SC	66.696	64.610	3,7%	340	64.950	3,7%	131.646	90.623	3,7%	43.491	3,7%
13ª - PB	12.926	21.748	1,3%	64	21.812	1,2%	34.738	29.734	1,2%	6.439	0,5%
14ª - RO e AC	6.091	16.680	1,0%	467	17.147	1,0%	23.238	20.170	0,8%	3.512	0,3%
15ª - Campinas/SP	319.758	223.034	12,9%	2.348	225.382	12,9%	545.140	324.731	13,3%	226.279	19,2%
16ª - MA	34.779	32.007	1,8%	284	32.291	1,8%	67.070	44.276	1,8%	23.523	2,0%
17ª - ES	26.678	22.911	1,3%	487	23.398	1,3%	50.076	35.446	1,4%	15.378	1,3%
18ª - GO	31.078	64.720	3,7%	600	65.320	3,7%	96.398	80.034	3,3%	17.913	1,5%
19ª - AL	11.395	19.983	1,2%	79	20.062	1,1%	31.457	26.478	1,1%	5.832	0,5%
20ª - SE	19.548	14.530	0,8%	277	14.807	0,8%	34.355	21.643	0,9%	13.427	1,1%
21ª - RN	8.940	18.180	1,1%	104	18.284	1,0%	27.224	24.470	1,0%	4.300	0,4%
22ª - PI	12.912	20.152	1,2%	63	20.215	1,2%	33.127	26.066	1,1%	7.642	0,6%
23ª - MT	18.312	27.017	1,6%	94	27.111	1,6%	45.423	34.255	1,4%	11.801	1,0%
24ª - MS	30.028	19.950	1,2%	163	20.113	1,2%	50.141	31.380	1,3%	19.244	1,6%
Total	1.816.470	1.730.703	100,0%	17.371	1.748.074	100,0%	3.564.544	2.446.390	100,0%	1.180.459	100,0%

Nota: Percentual calculado sobre o total no País.

Figura 4.5. Movimentação Processual na 1ª Instância. 2018.

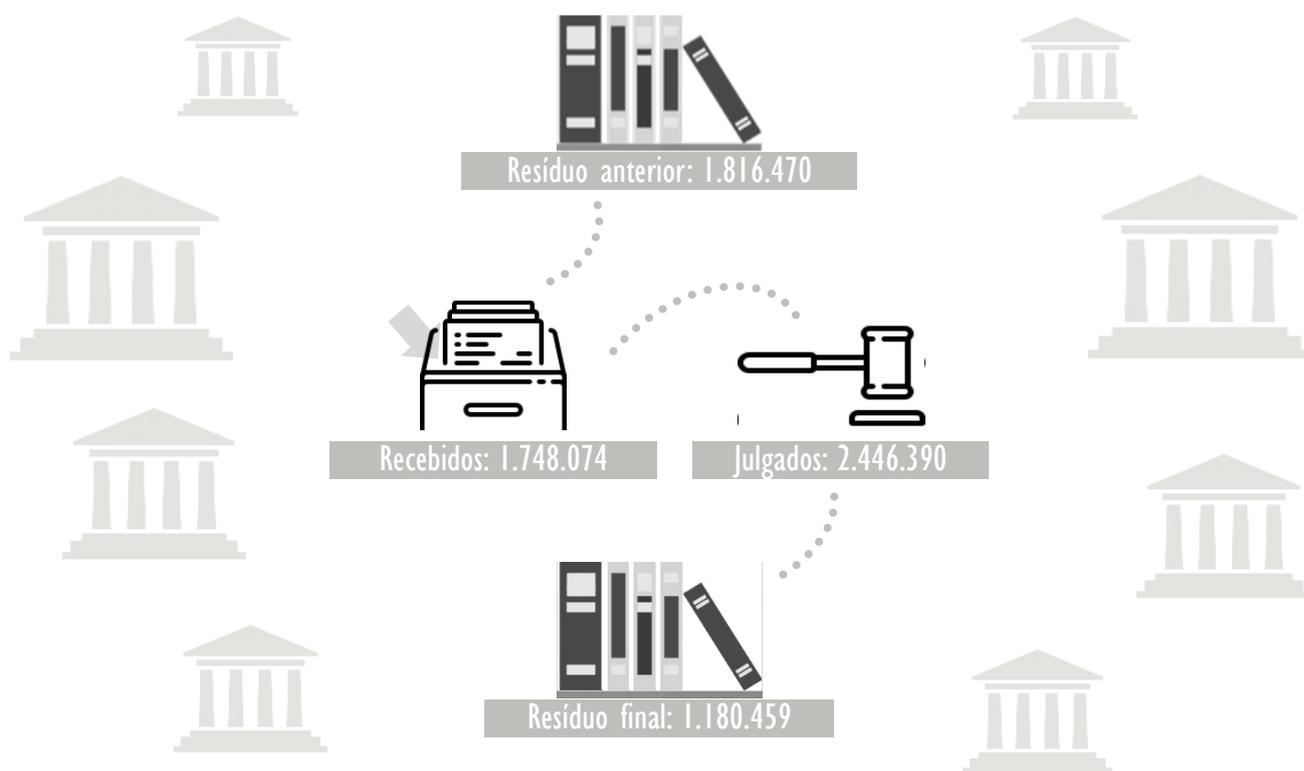
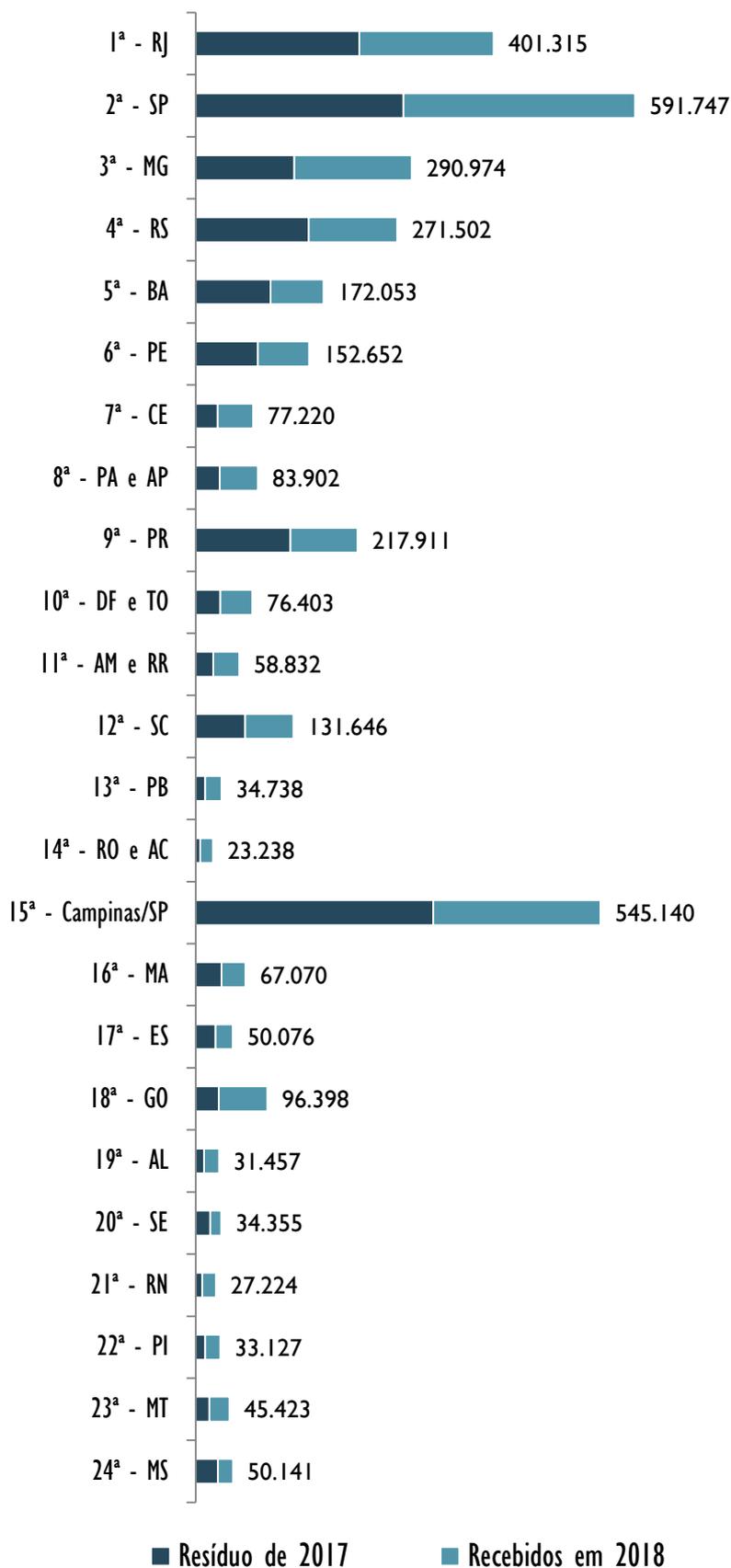


Figura 4.6. Total a Julgar na 1ª Instância. 2018.



49%
do Total a Julgar
são Processos
Recebidos
em 2018

Tabela 4.3. Processos Recebidos e Julgados (Fase de Conhecimento), por Região Geográfica e Unidade da Federação. 2018.

Região Geográfica/ Unidade da Federação		Recebidos		Julgados	
		Quantidade	%	Quantidade	%
Norte	AC	4.695	0,3%	5.087	0,2%
	AM	30.856	1,8%	43.432	1,8%
	AP	8.834	0,5%	11.678	0,5%
	PA	42.628	2,4%	59.773	2,4%
	RO	12.452	0,7%	15.083	0,6%
	RR	4.179	0,2%	4.417	0,2%
	TO	8.229	0,5%	9.396	0,4%
	<i>Subtotal</i>	111.873	6,4%	148.866	6,1%
Nordeste	AL	20.062	1,1%	26.478	1,1%
	BA	71.085	4,1%	108.372	4,4%
	CE	47.536	2,7%	59.168	2,4%
	MA	32.291	1,8%	44.276	1,8%
	PB	21.812	1,2%	29.734	1,2%
	PE	68.705	3,9%	97.846	4,0%
	PI	20.215	1,2%	26.066	1,1%
	RN	18.284	1,0%	24.470	1,0%
	SE	14.807	0,8%	21.643	0,9%
<i>Subtotal</i>	314.797	18,0%	438.053	17,9%	
Centro-Oeste	DF	34.885	2,0%	43.416	1,8%
	GO	65.320	3,7%	80.034	3,3%
	MS	20.113	1,2%	31.380	1,3%
	MT	27.111	1,6%	34.255	1,4%
	<i>Subtotal</i>	147.429	8,4%	189.085	7,7%
Sudeste	ES	23.398	1,3%	35.446	1,4%
	MG	158.085	9,0%	208.946	8,5%
	RJ	180.821	10,3%	250.535	10,2%
	SP	537.228	30,7%	763.001	31,2%
	<i>Subtotal</i>	899.532	51,5%	1.257.928	51,4%
Sul	PR	90.147	5,2%	148.177	6,1%
	RS	119.346	6,8%	173.658	7,1%
	SC	64.950	3,7%	90.623	3,7%
	<i>Subtotal</i>	274.443	15,7%	412.458	16,9%
Total		1.748.074	100,0%	2.446.390	100,0%

Nota: Percentual calculado sobre o total no País.

Figura 4.7. Percentual de Processos Recebidos e Julgados (Fase de Conhecimento), por Região Geográfica. 2018.

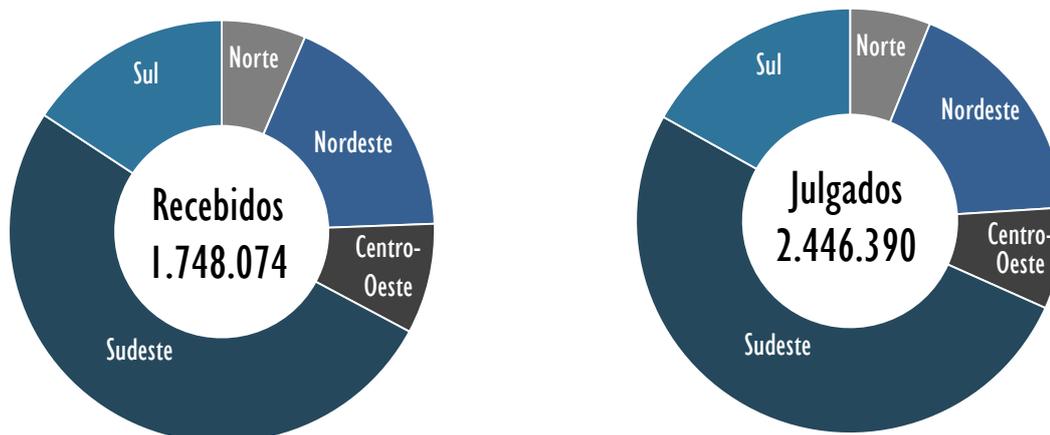


Figura 4.8. Processos Recebidos e Julgados (Fase de Conhecimento), por Unidade da Federação. 2018.

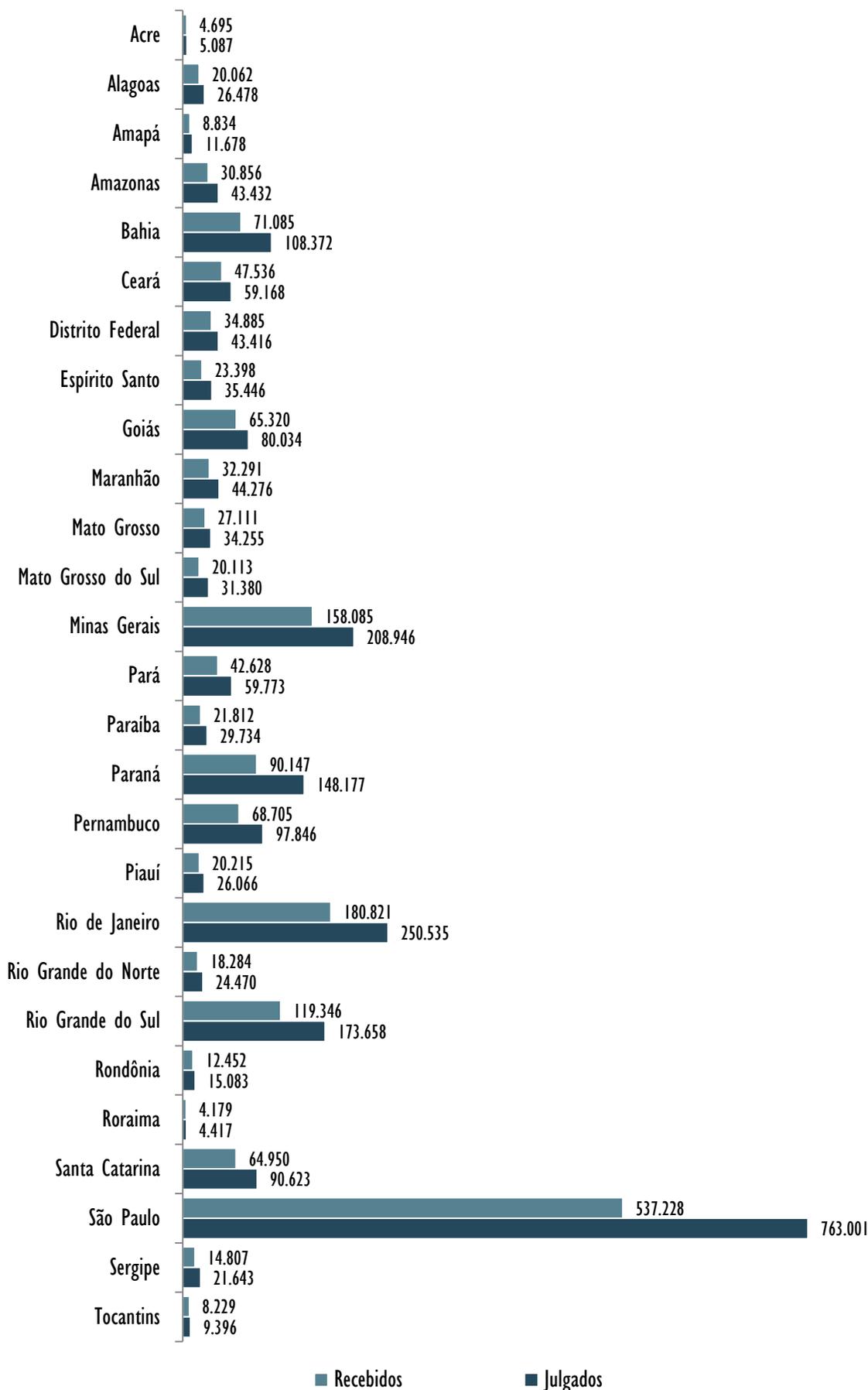




Figura 4.9. Processos Recebidos na 1ª Instância (Fase de Conhecimento), 2016-2018.

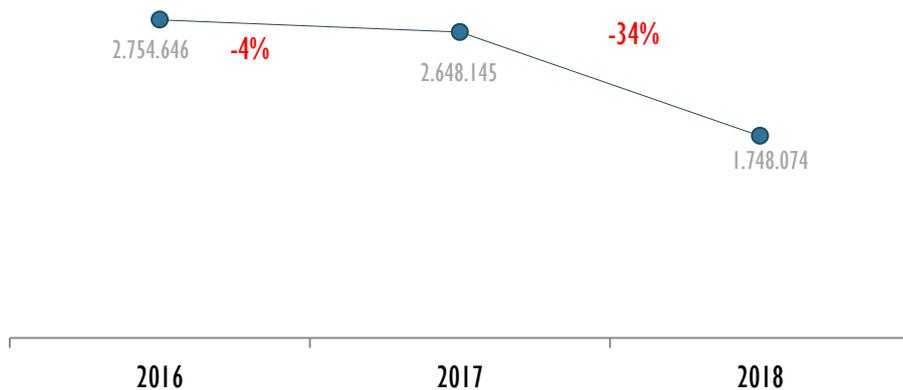


Tabela 4.4. Processos Recebidos por Região Judiciária (Fase de Conhecimento), 2016-2018.

TRT	Recebidos			Variação Percentual (%)	
	2016	2017	2018	2016-2017	2017-2018
1ª - RJ	276.581	278.511	180.821	1%	-35%
2ª - SP	482.248	445.716	311.846	-8%	-30%
3ª - MG	272.433	249.438	158.085	-8%	-37%
4ª - RS	187.342	185.162	119.346	-1%	-36%
5ª - BA	122.112	128.349	71.085	5%	-45%
6ª - PE	108.578	103.656	68.705	-5%	-34%
7ª - CE	67.221	68.206	47.536	1%	-30%
8ª - PA e AP	89.728	78.979	51.462	-12%	-35%
9ª - PR	158.155	157.067	90.147	-1%	-43%

TRT	Recebidos			Variação Percentual (%)	
	2016	2017	2018	2016-2017	2017-2018
10ª - DF e TO	59.199	56.676	43.114	-4%	-24%
11ª - AM e RR	60.653	53.192	35.035	-12%	-34%
12ª - SC	96.202	91.942	64.950	-4%	-29%
13ª - PB	35.465	35.518	21.812	0%	-39%
14ª - RO e AC	27.843	26.059	17.147	-6%	-34%
15ª - Campinas/SP	337.559	332.142	225.382	-2%	-32%
16ª - MA	44.313	48.327	32.291	9%	-33%
17ª - ES	39.291	36.383	23.398	-7%	-36%
18ª - GO	92.675	85.476	65.320	-8%	-24%
19ª - AL	32.053	31.487	20.062	-2%	-36%
20ª - SE	26.260	25.495	14.807	-3%	-42%
21ª - RN	34.529	29.982	18.284	-13%	-39%
22ª - PI	28.113	26.759	20.215	-5%	-24%
23ª - MT	41.075	40.962	27.111	0%	-34%
24ª - MS	35.018	32.661	20.113	-7%	-38%

Figura 4.10. Casos Novos na 1ª Instância (Fase de Conhecimento). 2016-2018.

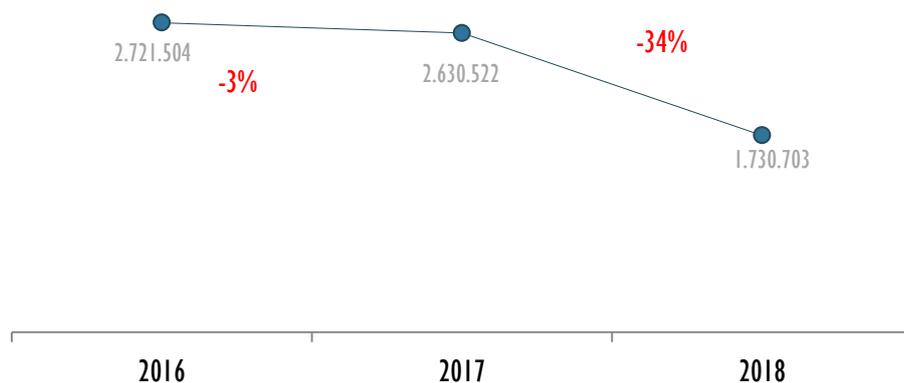


Tabela 4.5. Casos Novos por Região Judiciária (Fase de Conhecimento). 2016-2018.

TRT	Casos Novos			Variação Percentual (%)	
	2016	2017	2018	2016-2017	2017-2018
1ª - RJ	274.651	276.436	178.772	1%	-35%
2ª - SP	462.268	441.127	308.020	-5%	-30%
3ª - MG	269.988	246.813	155.273	-9%	-37%
4ª - RS	186.949	184.992	118.967	-1%	-36%
5ª - BA	120.699	127.705	70.578	6%	-45%
6ª - PE	107.813	102.950	68.123	-5%	-34%
7ª - CE	66.850	67.781	47.273	1%	-30%
8ª - PA e AP	89.194	78.384	50.913	-12%	-35%
9ª - PR	158.044	156.727	89.608	-1%	-43%

TRT	Casos Novos			Variação Percentual (%)	
	2016	2017	2018	2016-2017	2017-2018
10ª - DF e TO	58.793	56.304	42.664	-4%	-24%
11ª - AM e RR	60.586	53.132	34.990	-12%	-34%
12ª - SC	95.745	91.515	64.610	-4%	-29%
13ª - PB	35.450	35.492	21.748	0%	-39%
14ª - RO e AC	27.721	25.708	16.680	-7%	-35%
15ª - Campinas/SP	335.522	329.732	223.034	-2%	-32%
16ª - MA	44.153	48.219	32.007	9%	-34%
17ª - ES	38.813	35.859	22.911	-8%	-36%
18ª - GO	92.299	85.056	64.720	-8%	-24%
19ª - AL	31.951	31.384	19.983	-2%	-36%
20ª - SE	25.983	25.357	14.530	-2%	-43%
21ª - RN	34.231	29.884	18.180	-13%	-39%
22ª - PI	28.052	26.706	20.152	-5%	-25%
23ª - MT	40.838	40.740	27.017	0%	-34%
24ª - MS	34.911	32.519	19.950	-7%	-39%



Figura 4.11. Processos Julgados na 1ª Instância (Processos de Conhecimento). 2016-2018.

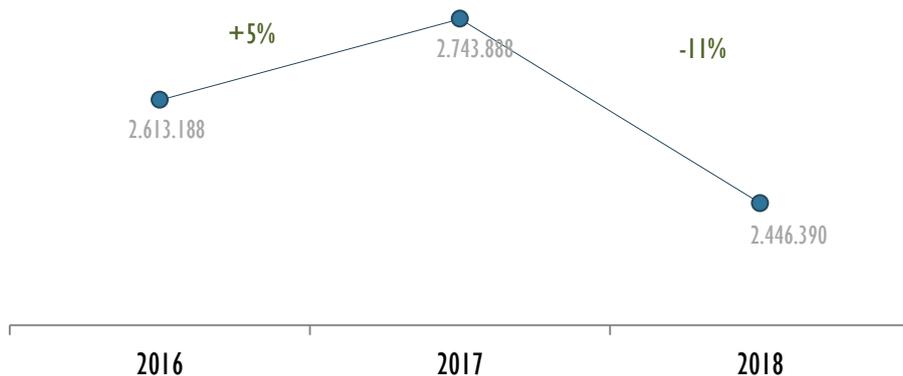


Tabela 4.6. Processos Julgados por Região Judiciária (Processos de Conhecimento). 2016-2018.

TRT	Julgados			Variação Percentual (%)	
	2016	2017	2018	2016-2017	2017-2018
1ª - RJ	260.530	285.417	250.535	10%	-12%
2ª - SP	451.755	486.334	438.270	8%	-10%
3ª - MG	265.269	256.024	208.946	-3%	-18%
4ª - RS	177.578	186.166	173.658	5%	-7%
5ª - BA	113.936	122.105	108.372	7%	-11%
6ª - PE	109.690	111.515	97.846	2%	-12%
7ª - CE	64.498	66.308	59.168	3%	-11%
8ª - PA e AP	89.042	87.791	71.451	-1%	-19%
9ª - PR	148.769	157.397	148.177	6%	-6%

TRT	Julgados			Variação Percentual (%)	
	2016	2017	2018	2016-2017	2017-2018
10ª - DF e TO	59.909	57.204	52.812	-5%	-8%
11ª - AM e RR	59.556	59.394	47.849	0%	-19%
12ª - SC	92.567	93.613	90.623	1%	-3%
13ª - PB	36.083	38.379	29.734	6%	-23%
14ª - RO e AC	26.879	27.880	20.170	4%	-28%
15ª - Campinas/SP	304.376	336.030	324.731	10%	-3%
16ª - MA	32.357	44.401	44.276	37%	0%
17ª - ES	38.343	37.167	35.446	-3%	-5%
18ª - GO	93.137	93.392	80.034	0%	-14%
19ª - AL	34.157	34.235	26.478	0%	-23%
20ª - SE	23.531	24.492	21.643	4%	-12%
21ª - RN	32.058	34.994	24.470	9%	-30%
22ª - PI	27.248	27.841	26.066	2%	-6%
23ª - MT	40.184	40.412	34.255	1%	-15%
24ª - MS	31.736	35.397	31.380	12%	-11%



Figura 4.12. Resíduo na 1ª Instância (Fase de Conhecimento). 2016-2018.

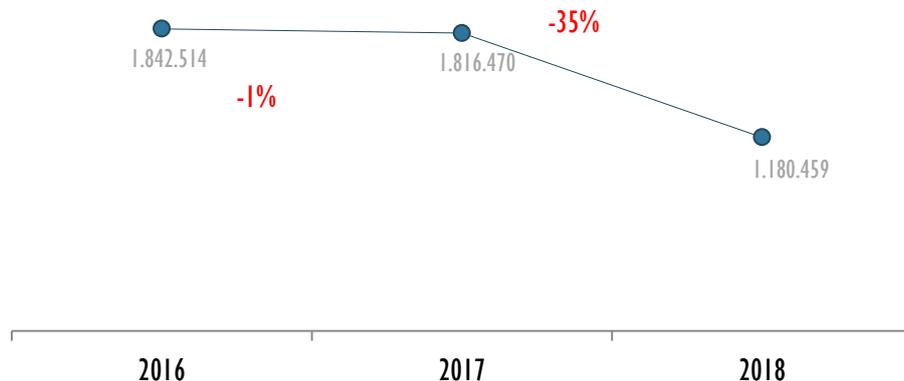


Tabela 4.7. Resíduo por Região Judiciária (Fase de Conhecimento). 2016-2018.

TRT	Resíduo			Variação Percentual (%)	
	2016	2017	2018	2016-2017	2017-2018
1ª - RJ	219.463	220.494	157.903	0%	-28%
2ª - SP	308.019	279.901	164.867	-9%	-41%
3ª - MG	134.447	132.889	87.805	-1%	-34%
4ª - RS	146.528	152.156	102.945	4%	-32%
5ª - BA	91.933	100.968	66.050	10%	-35%
6ª - PE	86.846	83.947	58.548	-3%	-30%
7ª - CE	26.650	29.684	19.151	11%	-35%
8ª - PA e AP	40.042	32.440	13.929	-19%	-57%
9ª - PR	123.928	127.764	73.705	3%	-42%

TRT	Resíduo			Variação Percentual (%)	
	2016	2017	2018	2016-2017	2017-2018
10ª - DF e TO	32.358	33.289	24.597	3%	-26%
11ª - AM e RR	28.146	23.797	12.178	-15%	-49%
12ª - SC	66.185	66.696	43.491	1%	-35%
13ª - PB	13.859	12.926	6.439	-7%	-50%
14ª - RO e AC	7.963	6.091	3.512	-24%	-42%
15ª - Campinas/SP	315.807	319.758	226.279	1%	-29%
16ª - MA	30.226	34.779	23.523	15%	-32%
17ª - ES	26.514	26.678	15.378	1%	-42%
18ª - GO	37.116	31.078	17.913	-16%	-42%
19ª - AL	12.946	11.395	5.832	-12%	-49%
20ª - SE	17.767	19.548	13.427	10%	-31%
21ª - RN	13.234	8.940	4.300	-32%	-52%
22ª - PI	13.075	12.912	7.642	-1%	-41%
23ª - MT	17.218	18.312	11.801	6%	-36%
24ª - MS	32.244	30.028	19.244	-7%	-36%

Tabela 4.8. Média Anual de Recebidos, Julgados e Resíduos por Magistrado (Fase de Conhecimento). 2018.

TRT	Recebidos	Julgados	Resíduo
1ª - RJ	680	942	594
2ª - SP	706	992	373
3ª - MG	599	791	333
4ª - RS	495	721	427
5ª - BA	386	589	359
6ª - PE	520	741	444
7ª - CE	699	870	282
8ª - PA e AP	547	760	148
9ª - PR	509	837	416
10ª - DF e TO	513	629	293
11ª - AM e RR	745	1.018	259
12ª - SC	585	816	392
13ª - PB	364	496	107
14ª - RO e AC	324	381	66
15ª - Campinas/SP	646	930	648
16ª - MA	659	904	480
17ª - ES	441	669	290
18ª - GO	718	879	197
19ª - AL	456	602	133
20ª - SE	511	746	463
21ª - RN	406	544	96
22ª - PI	697	899	264
23ª - MT	371	469	162
24ª - MS	366	571	350
Média	539	741	316

Nota: Foram considerados os cargos de magistrados providos em 31/12/2018.

Figura 4.13. Média Anual de Recebidos por Magistrado (Fase de Conhecimento). 2018.

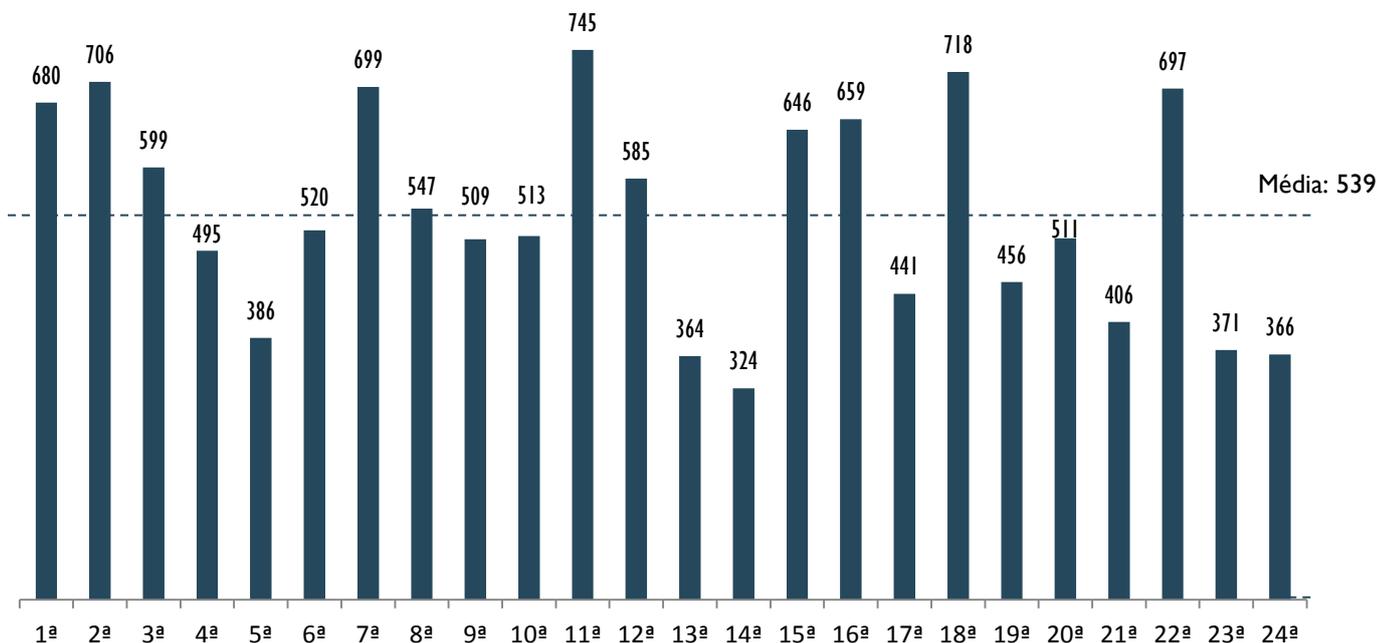


Figura 4.14. Média Anual de Julgados por Magistrado (Fase de Conhecimento), 2018.

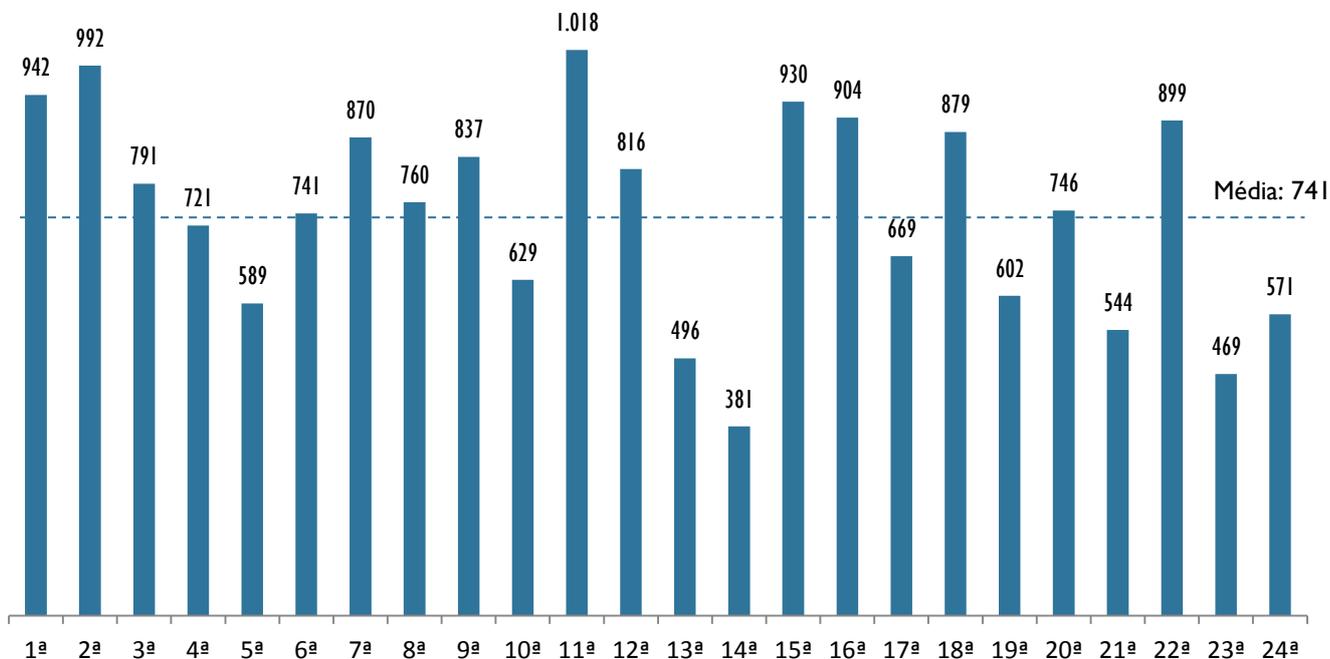


Figura 4.15. Média Anual de Resíduo por Magistrado (Fase de Conhecimento), 2018.

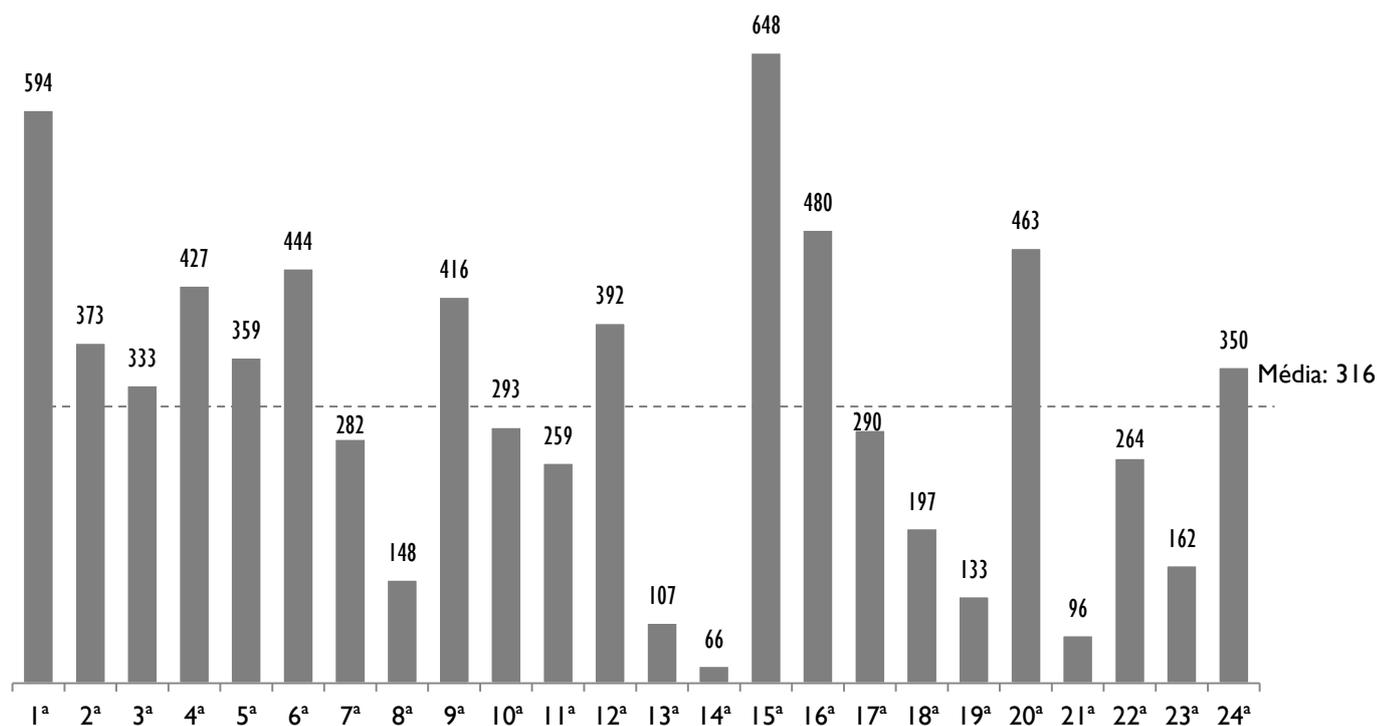


Tabela 4.9. Média Anual de Execuções Iniciadas, Encerradas e Pendentes por Magistrado. 2018.

TRT	Iniciadas por Magistrado	Encerradas por Magistrado	Pendentes por Magistrado
1ª - RJ	320	209	1.341
2ª - SP	275	103	1.274
3ª - MG	210	305	721
4ª - RS	248	239	985
5ª - BA	210	221	815
6ª - PE	278	286	668
7ª - CE	327	357	1.169
8ª - PA e AP	295	319	558
9ª - PR	277	271	1.182
10ª - DF e TO	191	273	958
11ª - AM e RR	287	261	464
12ª - SC	252	247	650
13ª - PB	200	228	418
14ª - RO e AC	145	162	453
15ª - Campinas/SP	285	259	512
16ª - MA	239	262	1.039
17ª - ES	299	239	747
18ª - GO	319	341	639
19ª - AL	304	271	1.247
20ª - SE	272	220	976
21ª - RN	297	452	777
22ª - PI	447	645	984
23ª - MT	153	155	577
24ª - MS	195	158	567
Média	263	270	822

Nota: Foram considerados os cargos de magistrados providos em 31/12/2018.

Figura 4.16. Média Anual de Execuções Iniciadas, Encerradas e Pendentes por Magistrado. 2018.

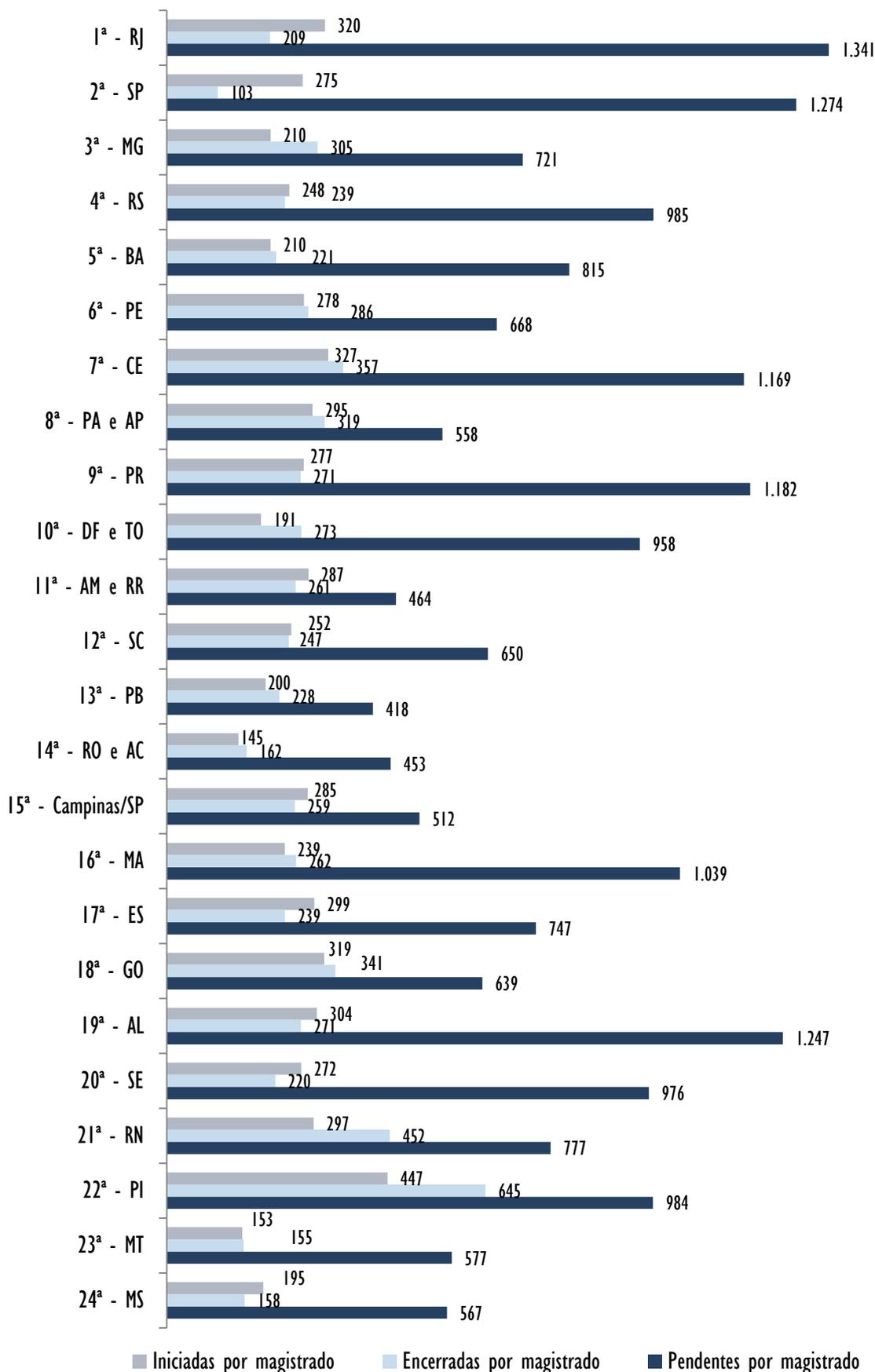


Tabela 4.10. Casos Novos no Rito Sumaríssimo (Fase de Conhecimento) por Região Judiciária. 2018.

Região Judiciária	Total de Casos Novos	Casos Novos no Rito Sumaríssimo	
		Quantidade	%
1ª - RJ	178.772	78.070	43,7%
2ª - SP	308.020	131.024	42,5%
3ª - MG	155.273	90.587	58,3%
4ª - RS	118.967	53.179	44,7%
5ª - BA	70.578	26.157	37,1%
6ª - PE	68.123	35.640	52,3%
7ª - CE	47.273	26.205	55,4%
8ª - PA e AP	50.913	24.249	47,6%
9ª - PR	89.608	39.153	43,7%
10ª - DF e TO	42.664	19.675	46,1%
11ª - AM e RR	34.990	17.562	50,2%
12ª - SC	64.610	28.104	43,5%
13ª - PB	21.748	11.521	53,0%
14ª - RO e AC	16.680	6.779	40,6%
15ª - Campinas/SP	223.034	92.691	41,6%
16ª - MA	32.007	13.760	43,0%
17ª - ES	22.911	10.263	44,8%
18ª - GO	64.720	38.029	58,8%
19ª - AL	19.983	11.446	57,3%
20ª - SE	14.530	7.121	49,0%
21ª - RN	18.180	10.568	58,1%
22ª - PI	20.152	9.505	47,2%
23ª - MT	27.017	12.519	46,3%
24ª - MS	19.950	8.607	43,1%
Total	1.730.703	802.414	46,4%

Nota: Percentual calculado sobre o total de casos novos na Região Judiciária.

Figura 4.17. Percentual de Casos Novos no Rito Sumaríssimo (Fase de Conhecimento) por Região Judiciária. 2018.

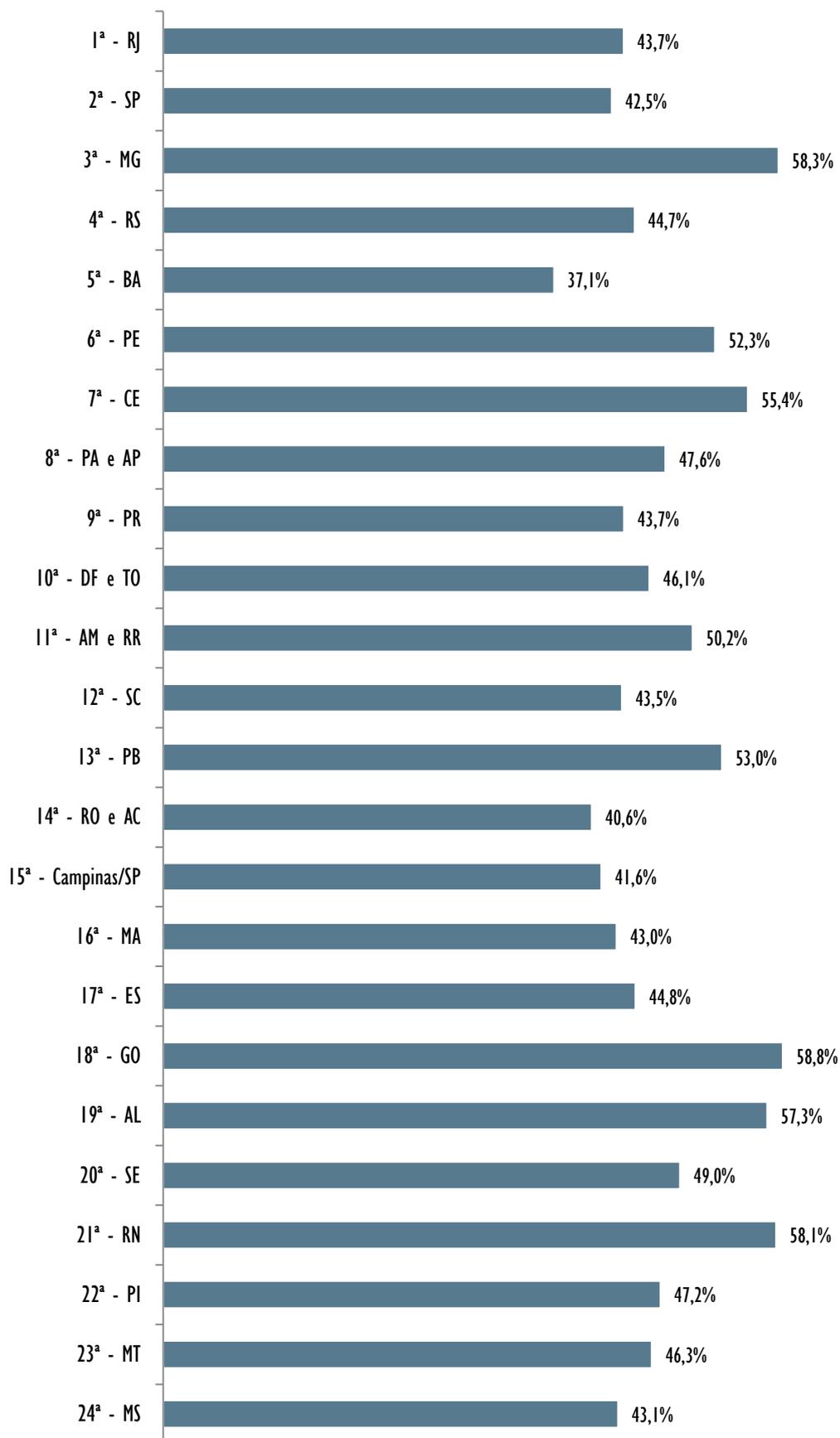


Figura 4.18. Percentual dos Casos Novos (Fase de Conhecimento) por Atividade Econômica e Ano. 2009-2018.

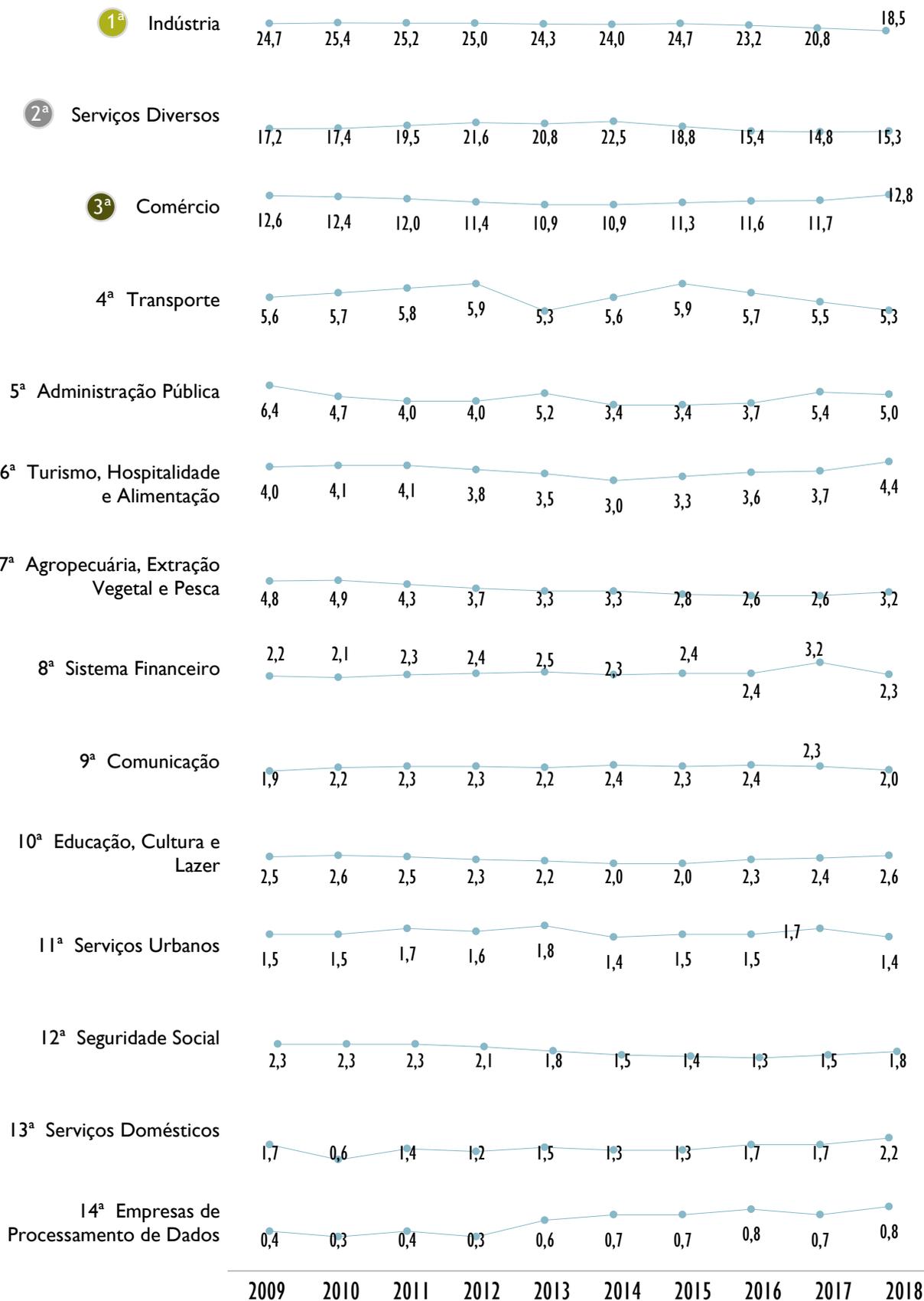


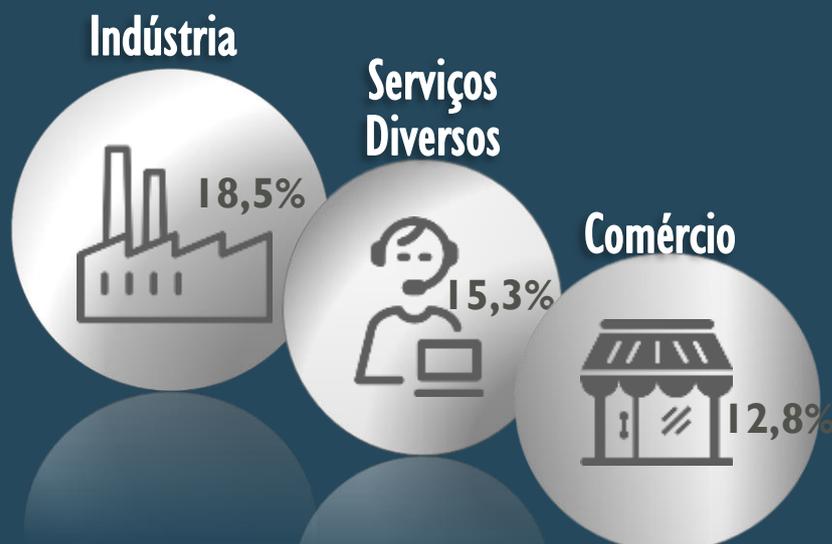
Tabela 4.11. Percentual dos Casos Novos (Fase de Conhecimento) por Atividade Econômica. 2018.

Região Judiciária	 Administração Pública	 Agropecuária, Extração Vegetal e Pesca	 Comércio	 Comunicação	 Educação, Cultura e Lazer	 Empresas de Processamento de Dados	 Indústria
1ª - RJ	2,3	0,6	15,9	2,2	3,8	0,9	10,4
2ª - SP	1,5	0,2	11,9	3,1	2,0	1,1	12,4
3ª - MG	2,2	4,9	15,1	2,3	2,9	0,7	22,4
4ª - RS	3,4	1,7	11,7	1,1	2,1	0,6	26,0
5ª - BA	13,2	2,2	14,9	1,9	3,6	0,7	13,3
6ª - PE	2,0	3,9	14,0	3,7	2,5	2,3	18,7
7ª - CE	6,0	1,0	11,5	1,0	2,7	0,8	20,5
8ª - PA e AP	1,2	5,7	13,9	1,3	3,5	0,3	19,8
9ª - PR	2,4	4,5	14,8	1,6	2,2	0,3	25,8
10ª - DF e TO	4,2	3,6	15,5	1,9	3,6	2,1	9,1
11ª - AM e RR	4,7	0,8	9,5	0,6	2,2	2,8	13,5
12ª - SC	2,5	6,8	10,9	1,3	2,4	0,5	34,5
13ª - PB	10,3	2,3	14,9	5,7	3,1	1,4	19,0
14ª - RO e AC	7,4	2,6	16,0	1,0	2,7	0,4	17,0
15ª - Campinas/SP	10,6	5,5	10,2	1,4	2,1	0,5	21,6
16ª - MA	30,0	2,2	7,8	0,5	3,7	0,4	8,9
17ª - ES	2,4	1,7	15,0	1,6	2,5	0,4	22,7
18ª - GO	1,5	6,4	12,4	1,5	2,1	0,8	19,5
19ª - AL	12,6	8,0	9,5	1,5	3,0	0,7	18,5
20ª - SE	7,2	1,2	12,4	2,7	2,5	0,6	18,7
21ª - RN	3,6	1,9	12,4	1,2	2,9	0,7	20,7
22ª - PI	31,7	2,5	7,0	1,5	2,8	0,4	13,6
23ª - MT	1,3	8,6	12,2	0,9	1,4	0,3	25,5
24ª - MS	0,9	9,2	10,3	0,9	1,6	0,5	30,1
Total	5,0	3,2	12,8	2,0	2,6	0,8	18,5

Notas: 1) Os percentuais foram calculados em relação aos casos novos distribuídos, descontados os Embargos de Terceiros;

2) Os percentuais em destaque indicam a atividade econômica de maior incidência em cada Região Judiciária.

Figura 4.19. Casos Novos (Fase de Conhecimento) por Atividade Econômica.2018.



60+	Seguridade Social	Serviços Diversos	Serviços Domésticos	Serviços Urbanos	Sistema Financeiro	Transporte	Turismo, Hospitalidade e Alimentação	Outras	Total
3,5	16,2	2,3	1,2	2,5	9,3	5,2	23,7	100,0	
1,5	17,2	1,5	0,7	3,4	5,4	4,7	33,4	100,0	
1,4	12,6	2,6	1,0	2,5	6,2	4,3	18,8	100,0	
2,8	15,6	2,3	1,8	2,5	4,7	3,7	19,8	100,0	
1,9	13,9	2,7	1,9	2,4	6,0	4,6	16,9	100,0	
0,9	13,4	2,1	1,7	2,5	4,8	3,7	23,7	100,0	
1,0	17,6	3,0	1,9	1,9	2,5	5,2	23,4	100,0	
0,8	19,5	3,4	3,0	0,9	6,8	3,8	16,0	100,0	
1,2	10,5	1,7	0,8	3,4	5,6	4,7	20,3	100,0	
0,7	16,4	2,7	2,2	3,6	4,3	5,1	25,0	100,0	
1,2	29,7	2,9	3,2	0,9	4,6	3,9	19,8	100,0	
2,0	11,6	1,4	1,0	2,0	4,8	5,4	12,9	100,0	
1,6	11,8	3,1	1,8	2,2	3,7	5,0	14,0	100,0	
0,6	15,0	2,7	6,2	2,1	4,3	4,5	17,4	100,0	
1,5	14,5	2,0	0,8	1,4	4,0	3,9	19,9	100,0	
2,0	14,3	2,2	2,1	0,6	2,3	2,1	20,9	100,0	
1,5	15,8	2,7	1,2	3,4	7,0	5,9	16,1	100,0	
1,3	15,6	2,3	1,6	1,0	3,9	3,9	26,3	100,0	
1,4	10,2	2,7	0,9	1,5	2,4	3,5	23,6	100,0	
5,7	15,8	2,1	1,9	1,2	3,7	3,5	20,9	100,0	
1,0	18,2	3,7	4,3	1,3	4,0	6,8	17,4	100,0	
0,7	13,5	2,3	3,8	1,1	1,3	2,0	15,8	100,0	
2,7	15,9	1,7	1,8	1,1	5,4	3,7	17,5	100,0	
1,3	12,4	2,1	1,5	1,9	4,9	3,1	19,1	100,0	
1,8	15,3	2,2	1,4	2,3	5,3	4,4	22,5	100,0	

Figura 4.20. Percentual dos Casos Novos (Fase de Conhecimento) por Atividade Econômica. 2018.

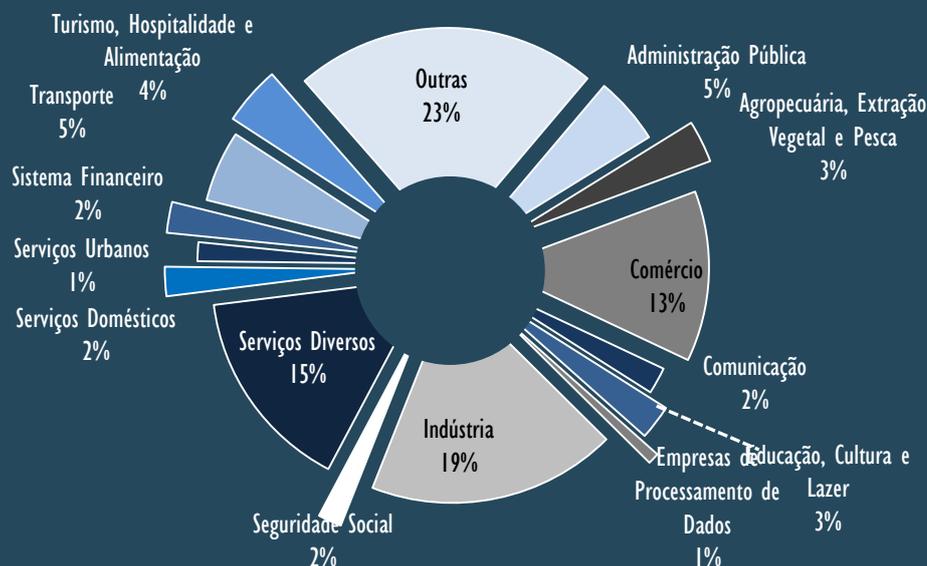


Tabela 4.12. Decisões Proferidas por Ano (Fase de Conhecimento). 2009-2018.

Ano	Julgados	Conciliações		Procedentes	
		Quantidade	%	Quantidade	%
2009	1.986.566	849.983	42,8%	62.732	3,2%
2010	1.971.654	854.881	43,4%	57.725	2,9%
2011	2.042.040	888.805	43,5%	59.472	2,9%
2012	2.165.053	943.778	43,6%	61.260	2,8%
2013	2.253.423	932.942	41,4%	62.074	2,8%
2014	2.398.741	960.815	40,1%	58.388	2,4%
2015	2.519.594	994.349	39,5%	55.822	2,2%
2016	2.613.188	1.042.149	39,9%	57.191	2,2%
2017	2.743.888	1.067.608	38,9%	61.825	2,3%
2018	2.446.390	958.337	39,2%	99.094	4,1%

Nota: Percentual em relação aos processos julgados.

Figura 4.21. Percentual de Decisões Proferidas por Ano (Fase de Conhecimento). 2009-2018.



VT

Procedentes em Parte		Improcedentes		Arquivadas, Desistências e Extintas		Outras	
Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
496.523	25,0%	141.871	7,1%	386.434	19,5%	49.023	2,5%
490.264	24,9%	141.314	7,2%	379.742	19,3%	47.728	2,4%
510.639	25,0%	152.289	7,5%	392.373	19,2%	38.462	1,9%
553.716	25,6%	160.518	7,4%	414.313	19,1%	31.468	1,5%
628.193	27,9%	164.651	7,3%	457.202	20,3%	8.361	0,4%
661.535	27,6%	176.022	7,3%	539.387	22,5%	2.594	0,1%
707.203	28,1%	182.672	7,3%	578.843	23,0%	705	0,0%
763.662	29,2%	207.480	7,9%	541.309	20,7%	1.397	0,1%
836.752	30,5%	237.762	8,7%	539.113	19,6%	828	0,0%
758.668	31,0%	237.411	9,7%	392.634	16,0%	246	0,0%

Figura 4.22. Percentual das Decisões Proferidas (Fase de Conhecimento). 2018.

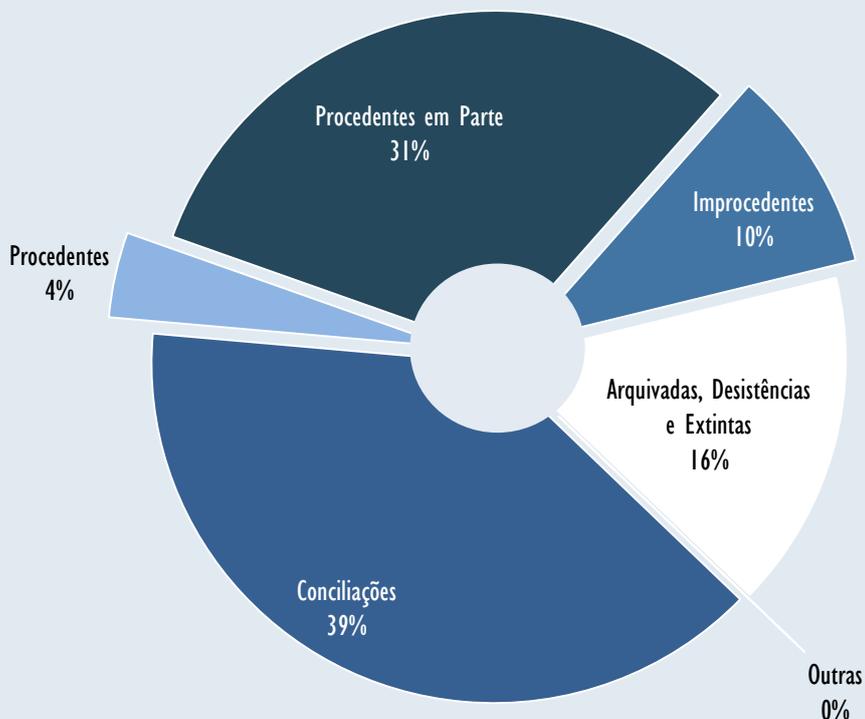


Tabela 4.13. Decisões Proferidas Segundo o Rito (Fase de Conhecimento). 2018.

Decisões	Exceto Rito Sumaríssimo		Rito Sumaríssimo	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Conciliações	570.635	33,6%	387.702	51,7%
Procedentes	74.855	4,4%	24.239	3,2%
Procedentes em Parte	619.881	36,5%	138.787	18,5%
Improcedentes	193.061	11,4%	44.350	5,9%
Arquivadas, Desistências e Extintas	238.004	14,0%	154.630	20,6%
Outras	221	0,0%	25	0,0%
Total	1.696.657	100,0%	749.733	100,0%

Figura 4.23. Percentual de Decisões Proferidas Segundo o Rito (Fase de Conhecimento). 2018.

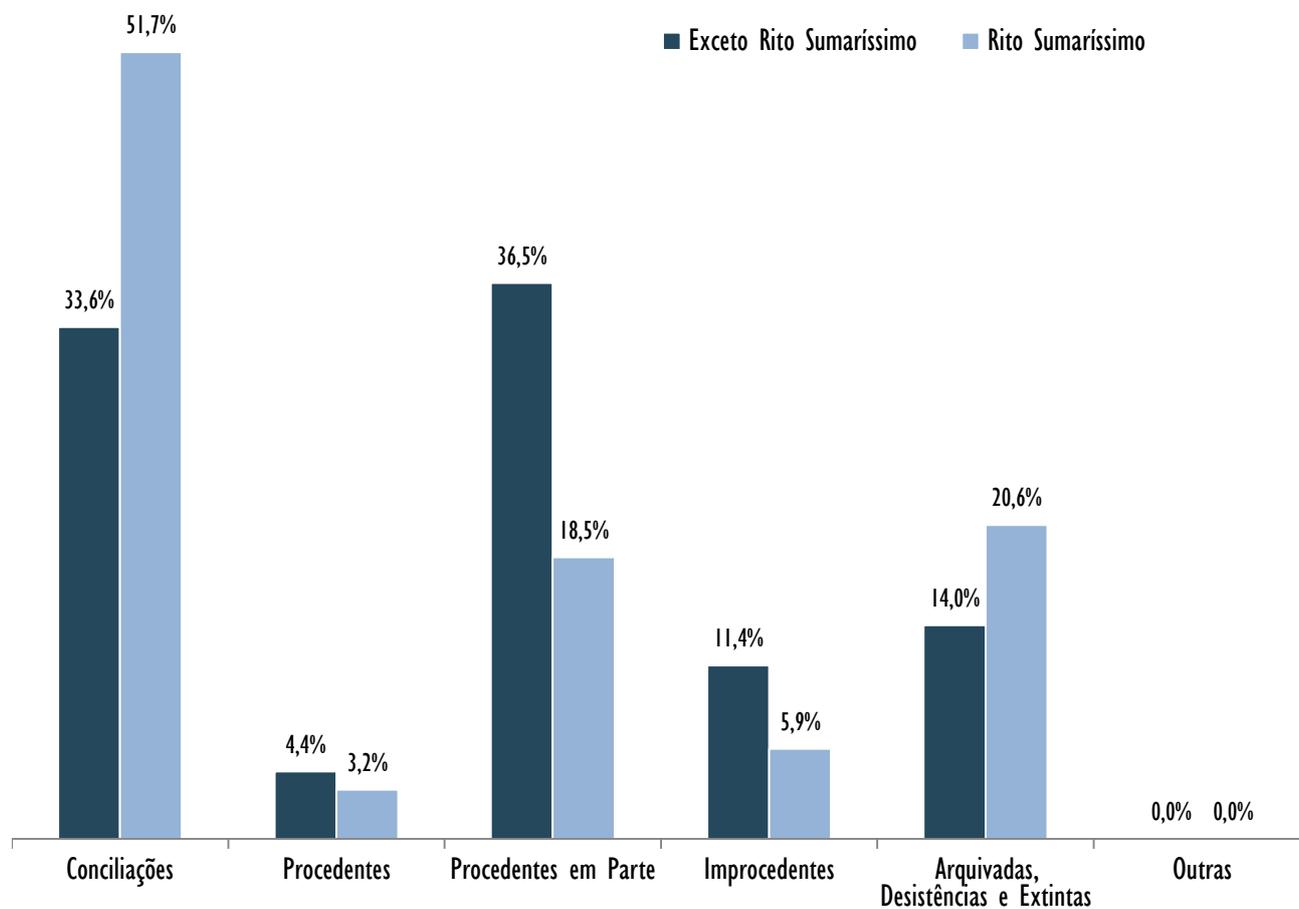


Tabela 4.14. Percentual de Conciliações por Rito (Fase de Conhecimento). 2018.

Região Judiciária	Exceto Rito Sumaríssimo			Rito Sumaríssimo			Total		
	Julgados	Conciliações	%	Julgados	Conciliações	%	Julgados	Conciliações	%
1ª - RJ	172.361	61.418	36%	48.665	29.766	61%	221.026	91.184	41%
2ª - SP	292.319	124.402	43%	104.201	70.524	68%	396.520	194.926	49%
3ª - MG	105.101	33.181	32%	77.854	46.327	60%	182.955	79.508	43%
4ª - RS	123.244	46.188	37%	40.860	26.465	65%	164.104	72.653	44%
5ª - BA	81.482	20.924	26%	16.252	10.027	62%	97.734	30.951	32%
6ª - PE	60.216	21.329	35%	29.449	18.994	64%	89.665	40.323	45%
7ª - CE	26.432	8.869	34%	24.618	14.614	59%	51.050	23.483	46%
8ª - PA e AP	33.158	13.282	40%	20.077	12.866	64%	53.235	26.148	49%
9ª - PR	112.182	52.582	47%	26.230	17.538	67%	138.412	70.120	51%
10ª - DF e TO	31.552	8.829	28%	14.310	7.385	52%	45.862	16.214	35%
11ª - AM e RR	22.568	6.755	30%	14.287	8.126	57%	36.855	14.881	40%
12ª - SC	65.487	28.309	43%	19.925	13.134	66%	85.412	41.443	49%
13ª - PB	17.103	4.551	27%	9.437	5.190	55%	26.540	9.741	37%
14ª - RO e AC	11.963	3.388	28%	5.899	3.224	55%	17.862	6.612	37%
15ª-Campinas/SP	223.381	80.373	36%	78.256	47.622	61%	301.637	127.995	42%
16ª - MA	25.675	5.087	20%	10.830	5.385	50%	36.505	10.472	29%
17ª - ES	22.337	4.898	22%	9.402	4.224	45%	31.739	9.122	29%
18ª - GO	38.338	14.903	39%	31.137	18.329	59%	69.475	33.232	48%
19ª - AL	13.858	4.768	34%	9.929	7.001	71%	23.787	11.769	49%
20ª - SE	12.715	2.331	18%	6.446	2.732	42%	19.161	5.063	26%
21ª - RN	12.084	3.298	27%	9.412	4.714	50%	21.496	8.012	37%
22ª - PI	14.111	4.115	29%	8.145	4.079	50%	22.256	8.194	37%
23ª - MT	20.911	8.138	39%	10.243	5.410	53%	31.154	13.548	43%
24ª - MS	22.454	8.717	39%	6.692	4.026	60%	29.146	12.743	44%
Total	1.561.032	570.635	37%	632.556	387.702	61%	2.193.588	958.337	44%

Nota: 1) Percentuais em relação aos processos Julgados na Região Judiciária.

2) Para o cálculo do percentual de conciliações, foram excluídas as decisões de Arquivamento e Desistências no total de Julgados.

Figura 4.24. Percentual de Conciliações nas Regiões Judiciárias (Fase de Conhecimento). 2018.

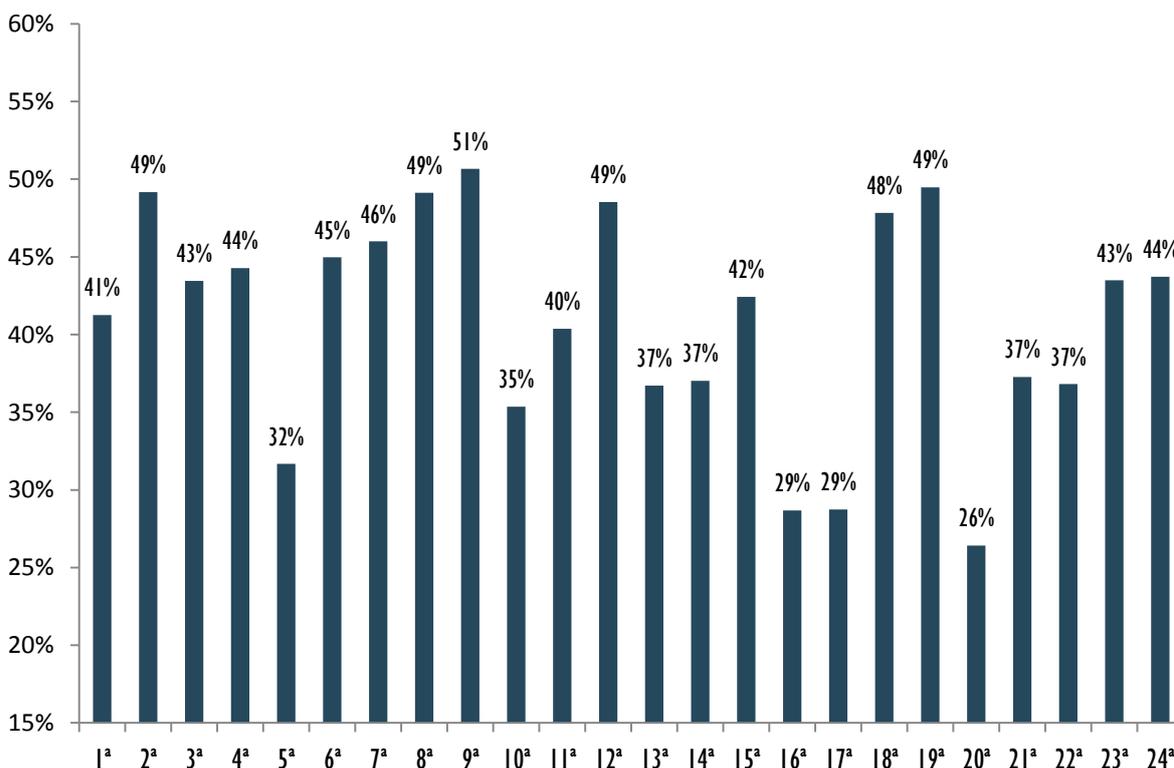


Tabela 4.15. Processos de Execução. Iniciados, Encerrados e Resíduo. 2018.

Região Judiciária	Resíduo de 2017			Execuções Iniciadas	Total a Executar
	Em Execução	Em Arquivo Provisório	Total		
1ª - RJ	220.155	121.641	341.796	85.116	426.912
2ª - SP	296.312	223.711	520.023	121.551	641.574
3ª - MG	129.463	79.620	209.083	55.438	264.521
4ª - RS	124.453	110.868	235.321	59.733	295.054
5ª - BA	141.867	16.794	158.661	38.688	197.349
6ª - PE	73.770	9.133	82.903	36.631	119.534
7ª - CE	58.539	22.286	80.825	22.204	103.029
8ª - PA e AP	26.803	26.590	53.393	27.736	81.129
9ª - PR	124.381	86.787	211.168	49.090	260.258
10ª - DF e TO	53.024	24.784	77.808	16.016	93.824
11ª - AM e RR	19.985	652	20.637	13.474	34.111
12ª - SC	46.204	26.085	72.289	27.964	100.253
13ª - PB	21.069	4.059	25.128	11.999	37.127
14ª - RO e AC	17.821	6.625	24.446	7.681	32.127
15ª - Campinas/SP	169.026	4.135	173.161	99.596	272.757
16ª - MA	47.673	4.258	51.931	11.702	63.633
17ª - ES	35.873	6.010	41.883	15.838	57.721
18ª - GO	50.730	15.330	66.060	28.991	95.051
19ª - AL	47.065	8.419	55.484	13.361	68.845
20ª - SE	22.967	3.742	26.709	7.885	34.594
21ª - RN	38.131	1.354	39.485	13.373	52.858
22ª - PI	31.414	2.347	33.761	12.958	46.719
23ª - MT	28.349	14.961	43.310	11.147	54.457
24ª - MS	23.631	6.468	30.099	10.748	40.847
Total	1.848.705	826.659	2.675.364	798.920	3.474.284

Figura 4.25. Movimentação Processual de Processos de Execução. 2018.



Resíduo Anterior:
2.675.364



Execuções Iniciadas:
798.920



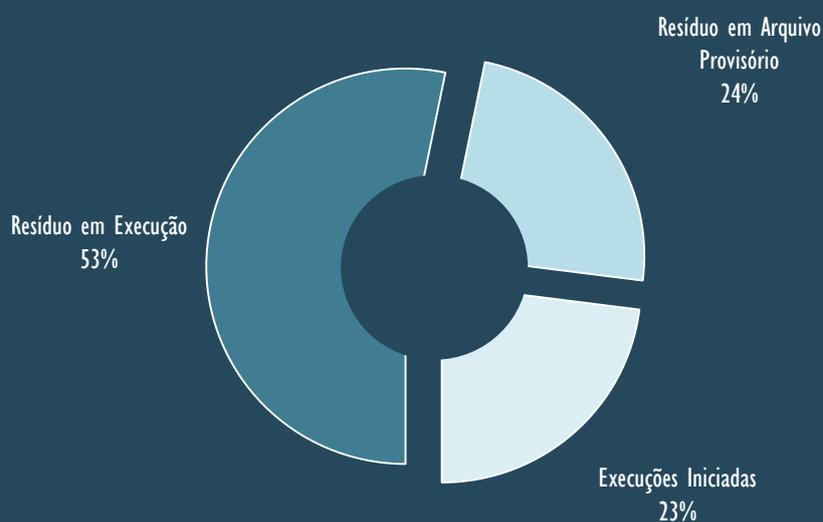
Execuções Encerradas:
729.462



Resíduo:
2.697.668

Execuções Encerradas	Remetidos ao Arquivo Provisório	Resíduo de 2018		
		Em Execução	Em Arquivo Provisório	Total
55.595	31.873	213.198	143.378	356.576
45.686	43.436	322.913	240.342	563.255
80.649	30.225	125.741	64.590	190.331
57.681	13.785	121.933	115.529	237.462
40.681	17.654	127.323	22.671	149.994
37.773	15.414	69.623	18.584	88.207
24.278	18.282	55.285	24.188	79.473
30.029	5.754	27.776	24.692	52.468
47.964	25.757	137.015	72.111	209.126
22.906	7.960	55.975	24.491	80.466
12.244	2.507	19.754	2.048	21.802
27.428	7.552	45.696	26.473	72.169
13.684	5.401	18.656	6.398	25.054
8.570	5.309	16.171	7.859	24.030
90.390	4.736	173.257	5.321	178.578
12.823	5.927	44.114	6.813	50.927
12.690	3.999	30.870	8.744	39.614
31.060	20.991	42.724	15.412	58.136
11.944	3.648	49.915	4.961	54.876
6.368	2.554	23.596	4.707	28.303
20.319	1.729	32.650	2.326	34.976
18.706	2.409	25.028	3.522	28.550
11.326	8.360	27.641	14.464	42.105
8.668	2.744	23.315	7.875	31.190
729.462	288.006	1.830.169	867.499	2.697.668

Figura 4.26. Total a Executar. 2018.



Séries Históricas

Tabela 4.16. Processos de Execução. Variação Percentual. 2016-2018.

Processos de Execução	Ano			Variação percentual(%)	
	2016	2017	2018	2016-2017	2017-2018
Iniciadas	723.987	843.237	798.920	16%	-5%
Encerradas	661.987	678.498	729.462	2%	8%
Resíduo em Execução	1.719.518	1.848.705	1.830.169	8%	-1%
Resíduo em Arquivo Provisório	792.503	826.659	867.499	4%	5%
Resíduo Total	2.512.021	2.675.364	2.697.668	7%	1%

Tabela 4.17. Processos de Execução. Variação Percentual do Resíduo. 2016-2018.

TRT	Resíduo			Variação Percentual (%)	
	2016	2017	2018	2016-2017	2017-2018
1ª - RJ	301.794	341.796	356.576	13%	4%
2ª - SP	467.027	520.023	563.255	11%	8%
3ª - MG	206.394	209.083	190.331	1%	-9%
4ª - RS	233.490	235.321	237.462	1%	1%
5ª - BA	165.359	158.661	149.994	-4%	-5%
6ª - PE	66.653	82.903	88.207	24%	6%
7ª - CE	78.379	80.825	79.473	3%	-2%
8ª - PA e AP	49.267	53.393	52.468	8%	-2%
9ª - PR	204.184	211.168	209.126	3%	-1%

VT

TRT	Resíduo			Variação Percentual (%)	
	2016	2017	2018	2016-2017	2017-2018
10ª - DF e TO	73.833	77.808	80.466	5%	3%
11ª - AM e RR	22.051	20.637	21.802	-6%	6%
12ª - SC	67.756	72.289	72.169	7%	0%
13ª - PB	20.805	25.128	25.054	21%	0%
14ª - RO e AC	22.399	24.446	24.030	9%	-2%
15ª - Campinas/SP	178.990	173.161	178.578	-3%	3%
16ª - MA	50.715	51.931	50.927	2%	-2%
17ª - ES	29.516	41.883	39.614	42%	-5%
18ª - GO	52.761	66.060	58.136	25%	-12%
19ª - AL	55.563	55.484	54.876	0%	-1%
20ª - SE	26.943	26.709	28.303	-1%	6%
21ª - RN	41.552	39.485	34.976	-5%	-11%
22ª - PI	28.365	33.761	28.550	19%	-15%
23ª - MT	40.556	43.310	42.105	7%	-3%
24ª - MS	27.669	30.099	31.190	9%	4%

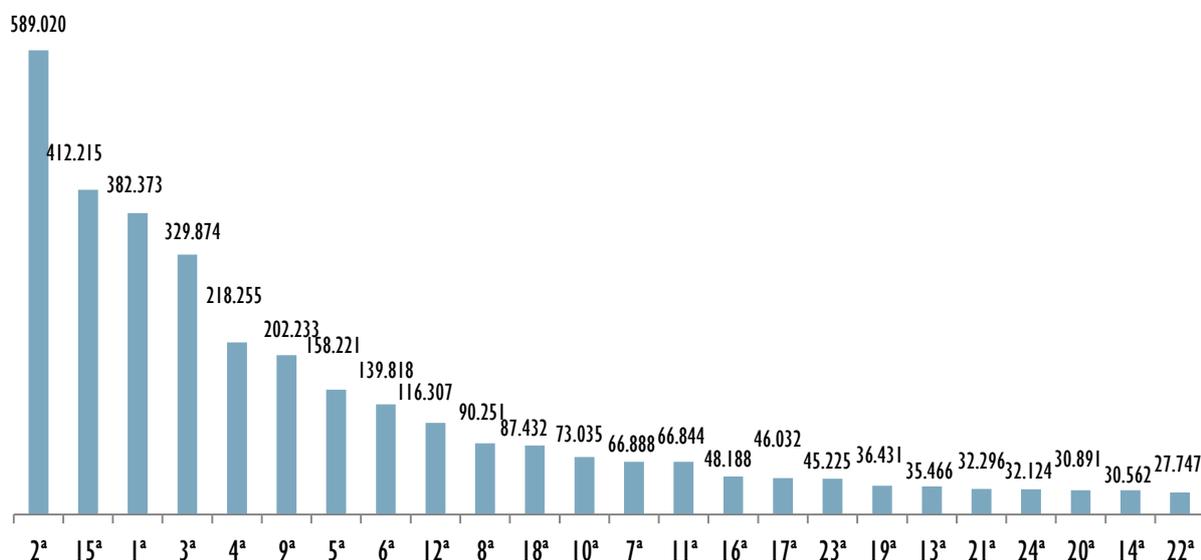
Notas: Resíduo em Execução inclui o saldo de processos em arquivo provisório.

4.4. Audiências Realizadas

Tabela 4.18. Audiências Realizadas. 2018.

Região Judiciária	Tipo de Audiência						Total
	Inaugural	Instrução	Julgamento	Una	Conciliação no Conhecimento	Conciliação na Execução	
1ª - RJ	77.792	90.307	371	181.694	21.088	11.121	382.373
2ª - SP	55.881	132.229	9.120	349.620	29.850	12.320	589.020
3ª - MG	77.942	98.726	1.642	106.434	19.300	25.830	329.874
4ª - RS	74.171	85.534	711	47.843	6.717	3.279	218.255
5ª - BA	68.490	54.236	2.063	22.375	4.248	6.809	158.221
6ª - PE	50.143	40.941	987	30.327	11.440	5.980	139.818
7ª - CE	16.949	10.083	693	34.689	2.484	1.990	66.888
8ª - PA e AP	13.447	12.649	2.169	56.961	1.715	3.310	90.251
9ª - PR	76.151	81.872	4.026	29.219	5.841	5.124	202.233
10ª - DF e TO	36.799	26.712	885	4.611	2.435	1.593	73.035
11ª - AM e RR	30.382	10.080	465	20.164	3.429	2.324	66.844
12ª - SC	41.165	42.949	1.765	16.282	9.650	4.496	116.307
13ª - PB	3.104	6.123	3	21.646	2.070	2.520	35.466
14ª - RO e AC	10.149	10.111	1	1.155	3.523	5.623	30.562
15ª - Campinas/SP	78.163	105.828	984	138.278	46.381	42.581	412.215
16ª - MA	15.619	6.707	1	22.543	1.103	2.215	48.188
17ª - ES	9.879	13.197	187	19.776	1.207	1.786	46.032
18ª - GO	35.064	28.773	15	15.223	4.890	3.467	87.432
19ª - AL	8.119	8.143	572	16.036	1.037	2.524	36.431
20ª - SE	13.148	6.802	30	8.075	651	2.185	30.891
21ª - RN	4.210	6.751	55	14.807	3.102	3.371	32.296
22ª - PI	7.672	3.127	8	15.991	382	567	27.747
23ª - MT	11.893	14.398	156	12.172	4.422	2.184	45.225
24ª - MS	12.693	13.640	97	3.805	769	1.120	32.124
Total	829.025	909.918	27.006	1.189.726	187.734	154.319	3.297.728

Figura 4.27. Audiências Realizadas. 2018



4.5. Prazos

Tabela 4.19. Prazos Médios, em Dias, na Fase de Conhecimento. 2018.

Região Judiciária	Do ajuizamento da ação até a realização da 1ª Audiência			Da 1ª Audiência até o Fim da Instrução Processual			Do ajuizamento da ação até a Prolação da Sentença		
	Rito Sumaríssimo	Exceto Rito Sumaríssimo	Total	Rito Sumaríssimo	Exceto Rito Sumaríssimo	Total	Rito Sumaríssimo	Exceto Rito Sumaríssimo	Total
1ª - RJ	112	170	153	42	209	171	146	346	300
2ª - SP	58	148	119	25	162	124	82	292	233
3ª - MG	27	57	41	51	306	190	75	341	217
4ª - RS	79	90	86	32	295	227	114	374	306
5ª - BA	83	121	111	34	236	199	113	353	309
6ª - PE	78	132	110	28	268	189	115	415	312
7ª - CE	73	105	86	47	136	88	133	288	211
8ª - PA e AP	78	117	100	27	80	59	97	184	149
9ª - PR	91	148	135	25	216	185	107	346	298
10ª - DF e TO	60	82	73	72	192	150	132	331	262
11ª - AM e RR	81	124	105	43	105	80	115	224	179
12ª - SC	72	110	96	27	262	201	101	329	272
13ª - PB	41	66	54	26	145	100	71	204	154
14ª - RO e AC	30	39	35	33	126	94	59	147	115
15ª - Campinas/SP	134	208	183	68	252	199	203	417	359
16ª - MA	134	162	151	67	108	93	203	304	272
17ª - ES	83	115	103	66	230	183	152	334	278
18ª - GO	32	51	41	38	178	118	62	214	140
19ª - AL	48	67	57	26	144	90	80	204	150
20ª - SE	63	118	95	108	281	223	157	367	293
21ª - RN	44	71	57	31	94	65	82	180	135
22ª - PI	73	101	88	40	100	75	135	219	186
23ª - MT	64	71	68	33	178	130	95	256	199
24ª - MS	118	143	135	62	268	221	185	408	352
Média	73	109	95	44	190	144	117	295	237

Figura 4.28. Prazos Médios do Ajuizamento da Ação até a Sentença na Fase de Conhecimento (em Dias). 2018.

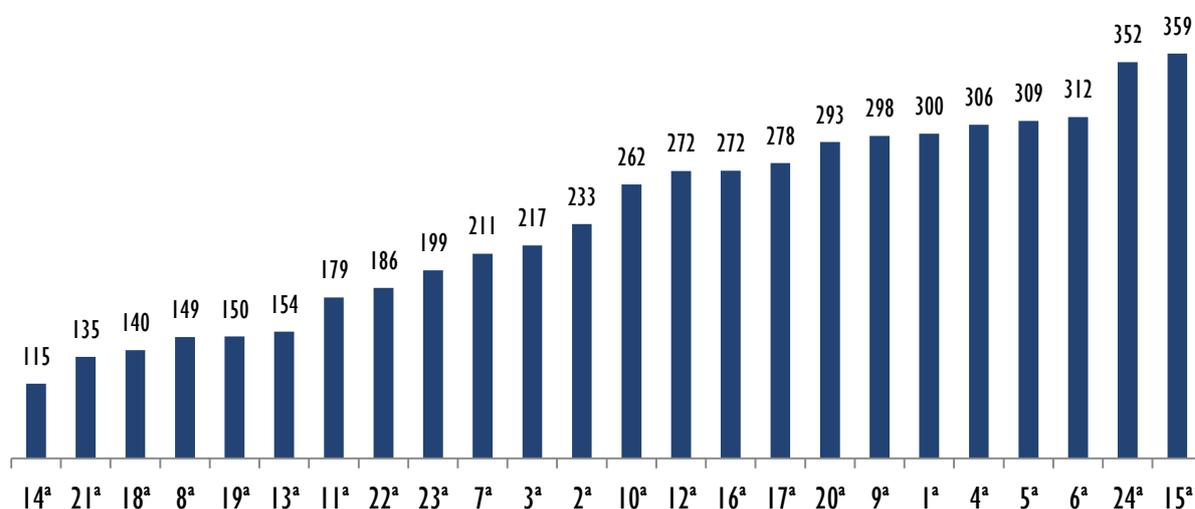


Tabela 4.20. Prazos Médios, em Dias, na Fase de Liquidação. 2018.

Região Judiciária	Do início até o encerramento da Liquidação			Do ajuizamento da ação até o encerramento da Liquidação		
	Rito Sumaríssimo	Exceto Rito Sumaríssimo	Total	Rito Sumaríssimo	Exceto Rito Sumaríssimo	Total
1ª - RJ	218	276	271	702	1.113	1.079
2ª - SP	155	155	155	810	1.118	1.079
3ª - MG	98	172	146	412	724	611
4ª - RS	109	181	173	495	918	873
5ª - BA	444	394	396	809	1.144	1.129
6ª - PE	138	189	180	475	896	814
7ª - CE	170	278	237	604	906	792
8ª - PA e AP	12	27	24	417	691	627
9ª - PR	91	144	140	370	575	560
10ª - DF e TO	183	228	217	563	805	745
11ª - AM e RR	78	92	88	533	751	683
12ª - SC	87	123	119	397	766	728
13ª - PB	83	92	91	426	624	601
14ª - RO e AC	97	133	127	411	651	610
15ª - Campinas/SP	201	221	218	653	798	773
16ª - MA	216	205	208	729	863	829
17ª - ES	135	192	185	647	1.124	1.056
18ª - GO	70	105	92	346	651	538
19ª - AL	230	269	265	726	929	903
20ª - SE	106	197	177	673	977	922
21ª - RN	415	340	367	617	947	840
22ª - PI	130	140	138	656	905	839
23ª - MT	93	109	107	533	744	711
24ª - MS	115	141	137	617	944	889
Média	153	183	177	567	857	801

Figura 4.29. Prazos Médios, em Dias, do Início até o Encerramento da Liquidação. 2018.

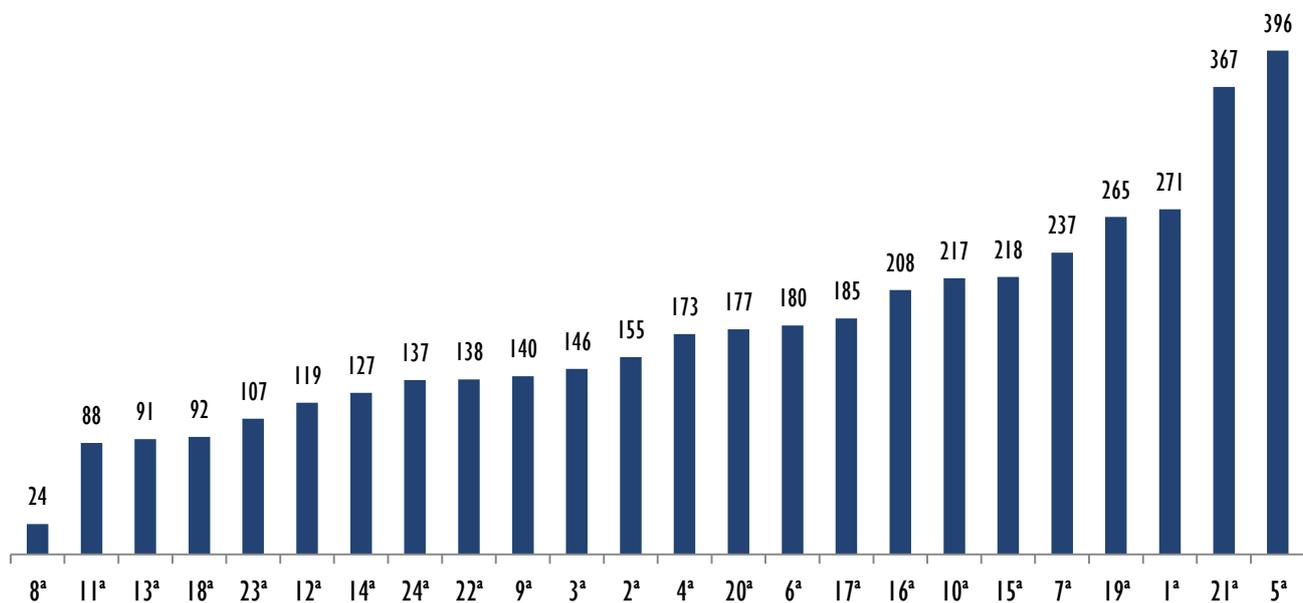


Tabela 4.21. Prazos Médios, em Dias, na Fase de Execução. 2018.

Região Judiciária	Do início até a extinção da Execução			Do ajuizamento da ação até a extinção da Execução		
	Ente Privado	Ente Público	Total	Rito Sumaríssimo	Exceto Rito Sumaríssimo	Total
1ª - RJ	1.186	710	1.160	1.915	2.164	2.135
2ª - SP	1.438	1.555	1.487	2.403	3.191	3.105
3ª - MG	1.513	2.190	1.563	1.991	2.728	2.458
4ª - RS	764	777	765	1.141	1.539	1.492
5ª - BA	1.179	1.446	1.283	2.249	2.279	2.276
6ª - PE	1.106	846	1.101	905	1.211	1.133
7ª - CE	2.096	1.741	2.044	1.115	1.894	1.531
8ª - PA e AP	530	1.755	569	768	1.153	1.035
9ª - PR	857	1.451	914	2.862	2.747	2.758
10ª - DF e TO	1.113	1.161	1.123	1.354	1.583	1.522
11ª - AM e RR	701	1.187	773	863	1.040	975
12ª - SC	852	808	849	899	1.211	1.176
13ª - PB	1.188	971	1.149	1.336	1.162	1.208
14ª - RO e AC	1.360	1.040	1.309	952	1.008	996
15ª - Campinas/SP	1.620	929	1.511	1.530	1.597	1.581
16ª - MA	2.251	1.177	1.849	1.978	1.612	1.754
17ª - ES	831	1.061	868	1.118	1.913	1.761
18ª - GO	1.292	1.080	1.287	1.086	1.579	1.407
19ª - AL	2.049	1.771	2.013	1.405	2.465	2.304
20ª - SE	2.257	1.312	2.179	1.352	2.595	2.218
21ª - RN	1.406	1.527	1.419	981	1.873	1.628
22ª - PI	1.126	1.135	1.131	1.574	1.658	1.633
23ª - MT	763	907	771	1.698	1.358	1.420
24ª - MS	882	1.390	896	1.075	1.500	1.421
Média	1.265	1.247	1.251	1.440	1.794	1.705

Figura 4.30. Prazos Médios do Início até o Encerramento da Execução (em Dias). 2018.

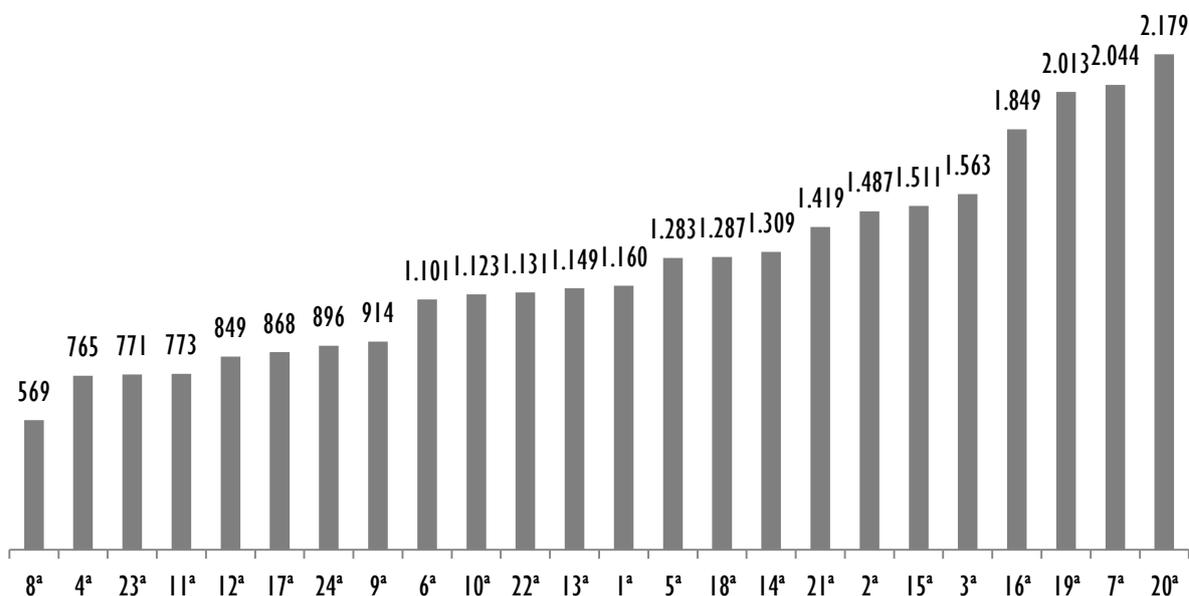
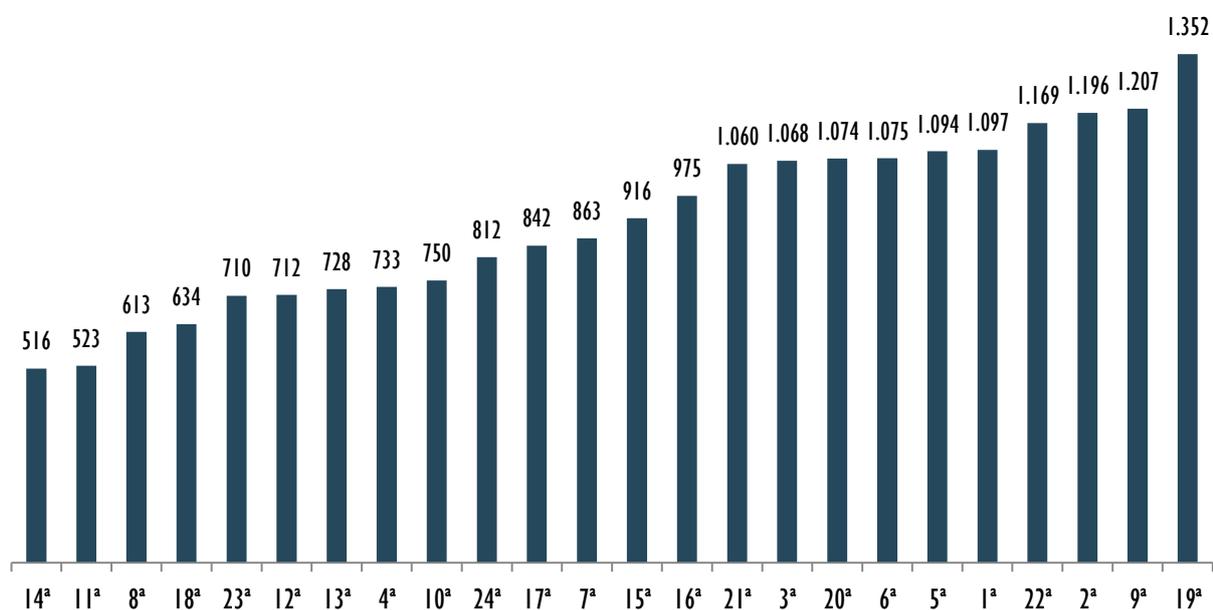


Tabela 4.22. Prazos Médios, em Dias, até o Arquivamento. 2018.

Região Judiciária	A partir do Ajuizamento da Ação até o Arquivamento Definitivo			
	Rito Sumaríssimo	Exceto Rito Sumaríssimo – Ente Privado	Exceto Rito Sumaríssimo – Ente Público	Total
1ª - RJ	624	1.197	1.115	1.097
2ª - SP	654	1.345	1.577	1.196
3ª - MG	675	1.392	1.357	1.068
4ª - RS	328	823	1.091	733
5ª - BA	798	946	1.858	1.094
6ª - PE	895	1.160	872	1.075
7ª - CE	686	994	1.248	863
8ª - PA e AP	571	637	709	613
9ª - PR	791	1.258	1.574	1.207
10ª - DF e TO	393	895	1.020	750
11ª - AM e RR	379	641	570	523
12ª - SC	351	740	1.551	712
13ª - PB	590	802	629	728
14ª - RO e AC	389	554	662	516
15ª - Campinas/SP	694	1.002	955	916
16ª - MA	885	1.089	972	975
17ª - ES	573	956	842	842
18ª - GO	410	820	695	634
19ª - AL	664	1.610	1.448	1.352
20ª - SE	744	1.284	765	1.074
21ª - RN	569	1.311	1.260	1.060
22ª - PI	984	1.487	1.042	1.169
23ª - MT	518	786	673	710
24ª - MS	548	890	1.043	812
Média	613	1.026	1.064	905

Figura 4.31. Prazos Médios até o Arquivamento (em Dias). 2018.



4.6. Valores Pagos aos Reclamantes

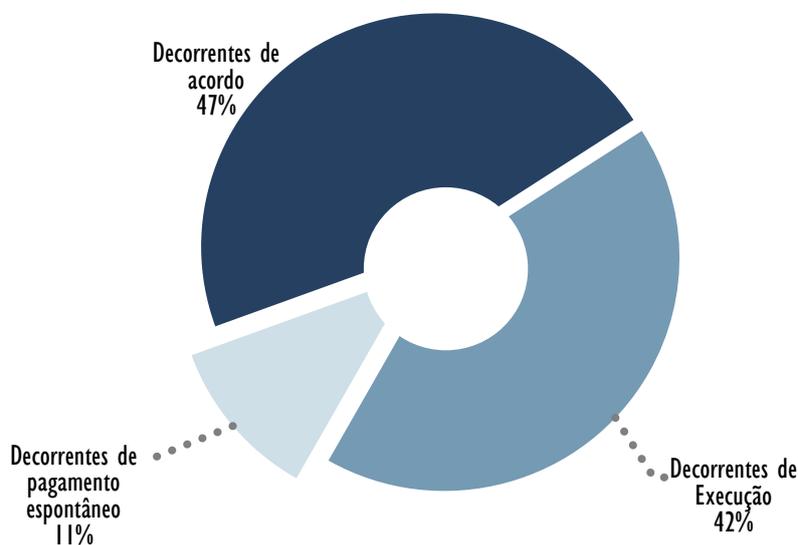
Tabela 4.23. Valores Pagos aos Reclamantes por Região Judiciária (em Reais). 2018.

Região Judiciária	Decorrentes de Acordo	%	Decorrentes de Execução	%	Decorrentes de Pagamento Espontâneo	%	Total	%
1ª - RJ	1.214.734.452,27	47,4%	1.081.834.639,83	42,2%	265.773.160,79	10,4%	2.562.342.252,89	8,6%
2ª - SP	2.075.253.745,40	60,2%	978.882.822,74	28,4%	390.840.967,66	11,3%	3.444.977.535,80	11,6%
3ª - MG	1.397.105.137,30	42,0%	1.024.545.195,24	30,8%	904.199.579,56	27,2%	3.325.849.912,10	11,2%
4ª - RS	759.319.025,32	28,7%	1.797.817.014,21	68,0%	85.688.126,53	3,2%	2.642.824.166,06	8,9%
5ª - BA	1.187.207.448,29	58,4%	825.475.739,60	40,6%	21.374.150,07	1,1%	2.034.057.337,96	6,8%
6ª - PE	425.351.430,85	64,0%	222.940.586,21	33,6%	16.016.931,70	2,4%	664.308.948,76	2,2%
7ª - CE	187.024.857,52	52,2%	148.592.819,73	41,4%	22.969.010,32	6,4%	358.586.687,57	1,2%
8ª - PA e AP	281.756.242,00	34,4%	363.348.700,64	44,3%	174.214.707,26	21,3%	819.319.649,90	2,8%
9ª - PR	1.253.637.312,67	44,6%	1.516.785.441,49	53,9%	42.291.141,62	1,5%	2.812.713.895,78	9,5%
10ª - DF e TO	254.908.239,98	31,3%	541.236.485,39	66,4%	19.257.277,47	2,4%	815.402.002,84	2,7%
11ª - AM e RR	115.406.986,20	31,4%	232.379.887,08	63,2%	19.644.574,74	5,3%	367.431.448,02	1,2%
12ª - SC	457.884.598,27	48,6%	444.029.218,92	47,1%	39.825.285,83	4,2%	941.739.103,02	3,2%
13ª - PB	102.825.662,32	40,0%	87.288.873,98	33,9%	67.059.855,27	26,1%	257.174.391,57	0,9%
14ª - RO e AC	136.286.473,56	20,7%	505.796.295,56	77,0%	14.964.518,45	2,3%	657.047.287,57	2,2%
15ª - Campinas/SP	2.516.112.142,56	50,5%	1.464.899.856,73	29,4%	997.805.835,33	20,0%	4.978.817.834,62	16,7%
16ª - MA	122.406.664,40	48,6%	107.919.525,03	42,9%	21.425.332,42	8,5%	251.751.521,85	0,8%
17ª - ES	162.682.963,58	43,2%	165.787.813,92	44,0%	48.085.637,39	12,8%	376.556.414,89	1,3%
18ª - GO	389.908.651,30	46,9%	399.839.341,05	48,1%	41.702.950,26	5,0%	831.450.942,61	2,8%
19ª - AL	72.632.218,55	60,6%	41.631.178,01	34,7%	5.662.203,98	4,7%	119.925.600,54	0,4%
20ª - SE	84.434.720,03	42,3%	98.766.001,54	49,5%	16.312.029,88	8,2%	199.512.751,45	0,7%
21ª - RN	130.710.153,47	39,9%	174.175.339,65	53,2%	22.459.769,16	6,9%	327.345.262,28	1,1%
22ª - PI	84.952.098,27	48,2%	84.983.686,72	48,2%	6.348.998,18	3,6%	176.284.783,17	0,6%
23ª - MT	164.931.754,89	49,7%	108.447.666,89	32,7%	58.205.350,39	17,6%	331.584.772,17	1,1%
24ª - MS	227.134.519,92	51,0%	180.178.912,41	40,4%	38.137.629,86	8,6%	445.451.062,19	1,5%
Total	13.804.607.498,92	46,4%	12.597.583.042,57	42,4%	3.340.265.024,12	11,2%	29.742.455.565,61	100,0%

Notas:1) Percentuais em relação ao total dos valores pagos por Região Judiciária.

2) Percentuais em relação ao total do País.

Figura 4.32. Valores Pagos aos Reclamantes. 2018.

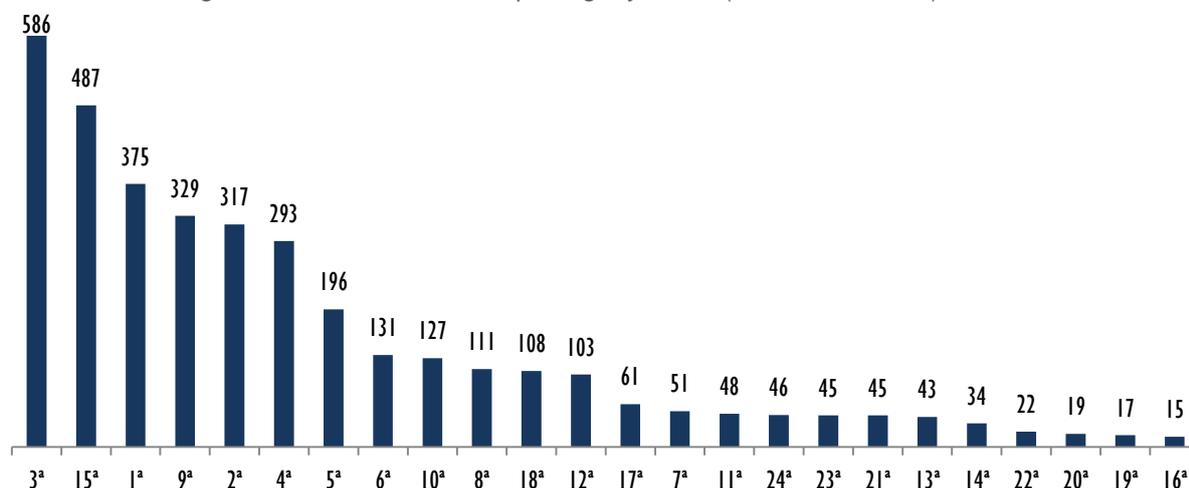


4.7. Valores Arrecadados

Tabela 4.24. Valores Arrecadados por Região Judiciária (em Reais). 2018.

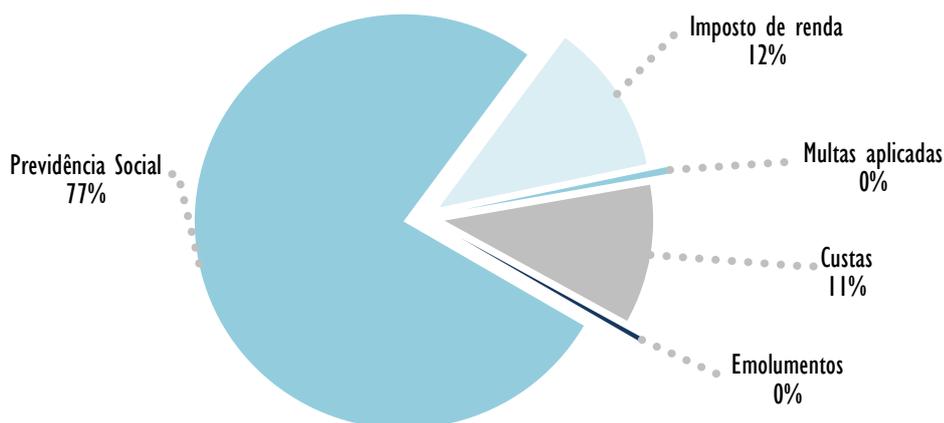
Região Judiciária	Arrecadação		
	Custas Arrecadadas	Emolumentos Arrecadados	Previdência Social
1ª - RJ	23.985.498,45	2.478.979,27	299.879.262,90
2ª - SP	44.854.732,71	108.937,21	230.320.675,34
3ª - MG	22.743.283,52	294.217,42	478.103.090,34
4ª - RS	36.934.579,85	317.977,80	207.625.937,51
5ª - BA	31.394.712,44	233.826,22	143.545.552,70
6ª - PE	20.002.785,66	1.383.437,42	104.667.388,00
7ª - CE	4.817.907,56	15.572,51	42.842.525,26
8ª - PA e AP	10.233.786,72	204.095,51	87.782.388,14
9ª - PR	66.890.529,27	347.844,35	209.408.627,63
10ª - DF e TO	15.352.222,12	1.016.508,04	88.689.333,25
11ª - AM e RR	4.570.799,28	178.000,26	33.545.753,39
12ª - SC	9.770.721,41	67.693,23	87.014.335,84
13ª - PB	4.571.833,03	153.966,95	35.793.761,54
14ª - RO e AC	3.320.207,52	126.809,84	25.027.018,22
15ª - Campinas/SP	41.260.893,03	4.182.751,18	398.790.635,82
16ª - MA	1.938.685,06	232,08	11.770.105,54
17ª - ES	7.914.663,38	27.936,24	46.726.869,56
18ª - GO	19.066.921,60	427.369,83	78.212.832,08
19ª - AL	1.548.156,39	652.893,90	13.269.122,18
20ª - SE	3.612.337,34	39,19	13.608.298,15
21ª - RN	5.308.821,72	423.308,02	37.440.618,53
22ª - PI	1.384.302,06	360,06	19.516.404,75
23ª - MT	4.771.891,44	79.088,83	37.418.423,56
24ª - MS	4.137.222,94	75.049,67	37.258.349,82
Total	390.387.494,50	12.796.895,03	2.768.257.310,05

Figura 4.33. Valores Arrecadados por Região Judiciária (em Milhões de Reais). 2018



Arrecadação		Multas Aplicadas pelos Órgãos de Fiscalização	Total	%
Imposto de Renda	Subtotal			
47.973.343,32	374.317.083,94	433.964,68	374.751.048,62	10,4%
41.728.435,33	317.012.780,59	233.222,28	317.246.002,87	8,8%
82.383.994,42	583.524.585,70	2.359.122,20	585.883.707,90	16,2%
48.274.482,53	293.152.977,69	254.156,32	293.407.134,01	8,1%
20.816.357,56	195.990.448,92	245,45	195.990.694,37	5,4%
4.715.995,79	130.769.606,87	194.306,22	130.963.913,09	3,6%
2.952.592,17	50.628.597,50	466.657,78	51.095.255,28	1,4%
12.246.219,04	110.466.489,41	514.190,16	110.980.679,57	3,1%
48.476.881,20	325.123.882,45	4.229.678,96	329.353.561,41	9,1%
21.127.587,57	126.185.650,98	469.747,43	126.655.398,41	3,5%
6.538.599,81	44.833.152,74	2.700.216,90	47.533.369,64	1,3%
5.802.938,94	102.655.689,42	583.822,35	103.239.511,77	2,9%
2.192.639,69	42.712.201,21	84.831,48	42.797.032,69	1,2%
4.413.323,56	32.887.359,14	1.110.145,35	33.997.504,49	0,9%
40.497.612,04	484.731.892,07	2.078.260,32	486.810.152,39	13,5%
1.016.491,13	14.725.513,81	75.241,80	14.800.755,61	0,4%
6.259.316,70	60.928.785,88	131.783,81	61.060.569,69	1,7%
8.550.839,71	106.257.963,22	2.184.727,75	108.442.690,97	3,0%
1.160.523,99	16.630.696,46	222.908,59	16.853.605,05	0,5%
1.438.984,41	18.659.659,09	82.615,86	18.742.274,95	0,5%
1.640.295,42	44.813.043,69	172.193,94	44.985.237,63	1,2%
1.005.452,19	21.906.519,06	86.061,09	21.992.580,15	0,6%
2.761.072,26	45.030.476,09	126.883,40	45.157.359,49	1,3%
3.929.539,87	45.400.162,30	413.788,20	45.813.950,50	1,3%
417.903.518,65	3.589.345.218,23	19.208.772,32	3.608.553.990,55	100,0%

Figura 4.34. Valores Arrecadados. 2018.



4.8. Recursos de Competência dos TRTs

Tabela 4.25. Série Histórica de Recursos Remetidos à 2ª Instância. 2009-2018.

Região Judiciária	Ano										
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
1ª	50.719	60.894	60.494	71.571	70.709	81.647	83.080	90.673	118.665	120.110	
2ª	132.896	124.672	118.773	141.782	146.302	135.363	169.497	157.445	142.559	215.653	
3ª	74.048	81.218	81.975	91.632	82.945	101.629	96.616	92.683	90.334	123.737	
4ª	67.102	62.231	68.088	74.987	85.206	80.169	80.721	76.697	78.665	111.077	
5ª	30.597	31.510	26.977	41.077	41.600	50.186	43.850	47.052	55.087	69.867	
6ª	18.211	22.058	31.699	27.722	25.148	26.623	25.287	28.898	29.799	37.072	
7ª	9.197	9.189	8.428	7.729	10.545	11.652	11.128	12.655	14.287	16.550	
8ª	13.748	13.593	13.695	14.623	12.114	17.066	18.042	21.501	25.443	24.996	
9ª	46.103	48.556	51.812	53.185	85.142	49.114	49.337	55.951	49.546	79.303	
10ª	14.892	15.688	17.304	16.407	14.917	17.545	20.823	23.108	21.682	24.913	
11ª	9.438	6.484	7.655	9.702	7.859	8.749	11.278	12.056	15.447	16.840	
12ª	26.881	25.963	27.849	29.686	22.512	37.499	34.301	32.850	31.503	46.110	
13ª	11.319	10.860	6.536	9.066	12.163	10.486	11.200	12.668	12.568	15.970	
14ª	3.838	5.175	4.783	6.381	5.087	6.542	9.006	12.378	10.984	9.083	
15ª	88.868	92.783	94.613	116.285	117.446	125.452	106.987	125.248	163.481	179.323	
16ª	5.980	7.781	7.737	5.676	10.916	9.208	8.018	7.107	11.064	18.355	
17ª	12.219	13.353	13.102	14.473	14.063	16.038	18.404	18.005	17.891	22.394	
18ª	12.895	15.198	15.827	14.694	13.870	23.276	24.931	28.097	28.032	29.414	
19ª	4.276	4.526	803	-	907	5.000	6.046	6.264	7.527	7.584	
20ª	5.300	4.053	4.802	5.999	4.174	8.147	8.925	9.869	11.430	10.842	
21ª	15.696	11.498	7.327	7.756	6.786	11.026	11.232	10.960	10.505	9.828	
22ª	5.909	6.577	7.022	7.821	9.092	10.371	8.455	7.845	11.975	10.733	
23ª	6.150	6.086	5.242	7.503	8.904	11.318	12.724	14.172	12.890	13.899	
24ª	5.892	5.906	7.878	7.176	8.118	11.503	11.671	11.157	11.955	15.321	
Total	672.174	685.852	690.421	782.933	816.525	865.609	881.559	915.550	983.319	1.228.974	

Figura 4.35. Série Histórica de Recursos Remetidos à 2ª Instância. 2009-2018.

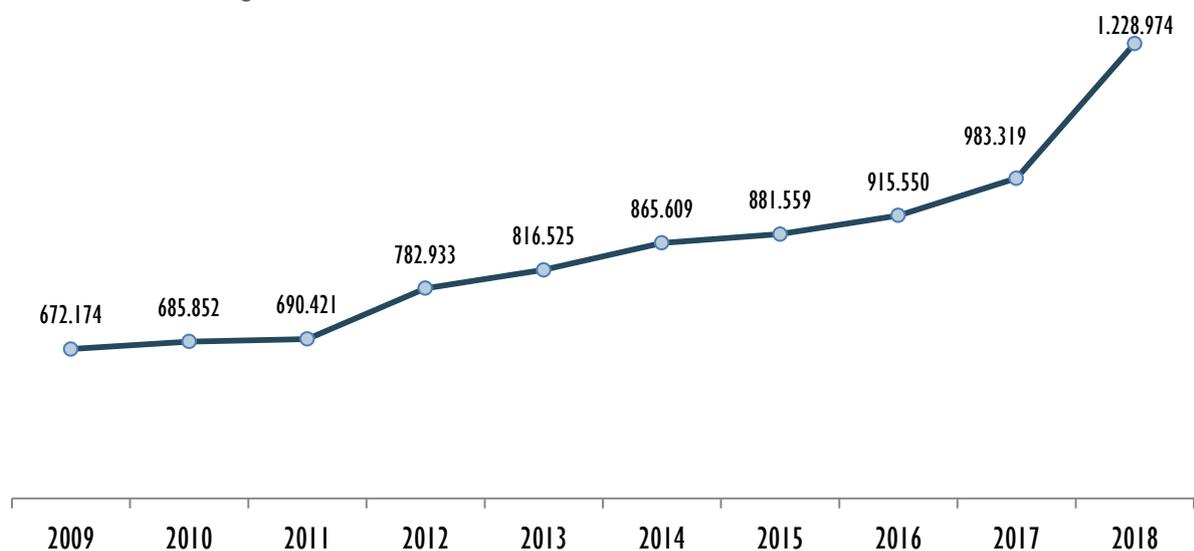


Tabela 4.26. Recursos Remetidos à 2ª Instância por Tipo de Recurso. 2018.

Região Judiciária	Recurso Ordinário	Recurso Adesivo	Reexame Necessário	Agravos de Instrumento			Agravos de Petição	Total
				Em Recurso Ordinário	Em Agravo de Petição	Subtotal		
1ª - RJ	89.353	4.393	329	5.778	817	6.595	19.440	120.110
2ª - SP	167.084	12.093	51	7.166	1.439	8.605	27.820	215.653
3ª - MG	93.833	7.415	144	1.193	493	1.686	20.659	123.737
4ª - RS	85.865	6.424	2	810	356	1.166	17.620	111.077
5ª - BA	55.569	3.111	3	1.035	557	1.592	9.592	69.867
6ª - PE	31.281	1.581	1	901	253	1.154	3.055	37.072
7ª - CE	13.586	541	1	427	79	506	1.916	16.550
8ª - PA e AP	19.705	1.362	-	732	171	903	3.026	24.996
9ª - PR	56.513	4.765	-	1.240	511	1.751	16.274	79.303
10ª - DF e TO	19.887	1.351	-	225	96	321	3.354	24.913
11ª - AM e RR	14.532	579	-	259	51	310	1.419	16.840
12ª - SC	33.451	2.936	3	466	238	704	9.016	46.110
13ª - PB	13.057	673	-	417	100	517	1.723	15.970
14ª - RO e AC	7.422	403	-	270	42	312	946	9.083
15ª - Campinas/SP	149.540	10.928	17	3.799	699	4.498	14.340	179.323
16ª - MA	16.122	849	2	453	23	476	906	18.355
17ª - ES	17.372	1.265	-	544	243	787	2.970	22.394
18ª - GO	23.212	1.517	-	497	266	763	3.922	29.414
19ª - AL	6.293	458	-	149	14	163	670	7.584
20ª - SE	9.045	419	-	275	96	371	1.007	10.842
21ª - RN	7.817	330	-	107	37	144	1.537	9.828
22ª - PI	7.938	265	-	589	151	740	1.790	10.733
23ª - MT	11.223	939	-	288	110	398	1.339	13.899
24ª - MS	12.615	864	-	293	26	319	1.523	15.321
Total	962.315	65.461	553	27.913	6.868	34.781	165.864	1.228.974

Figura 4.36. Recursos Remetidos à 2ª Instância (em Milhares de Processos). 2018.

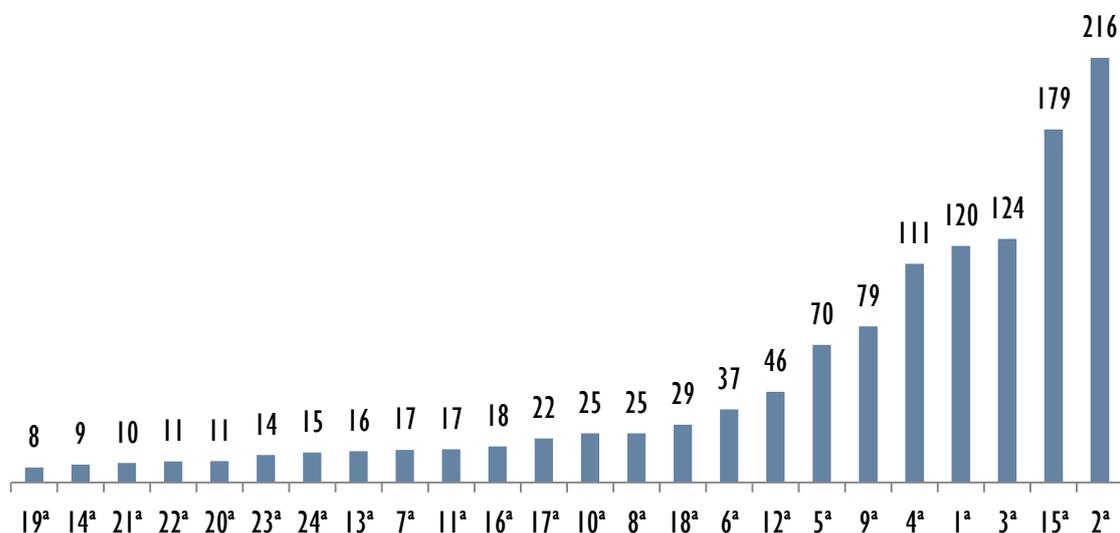
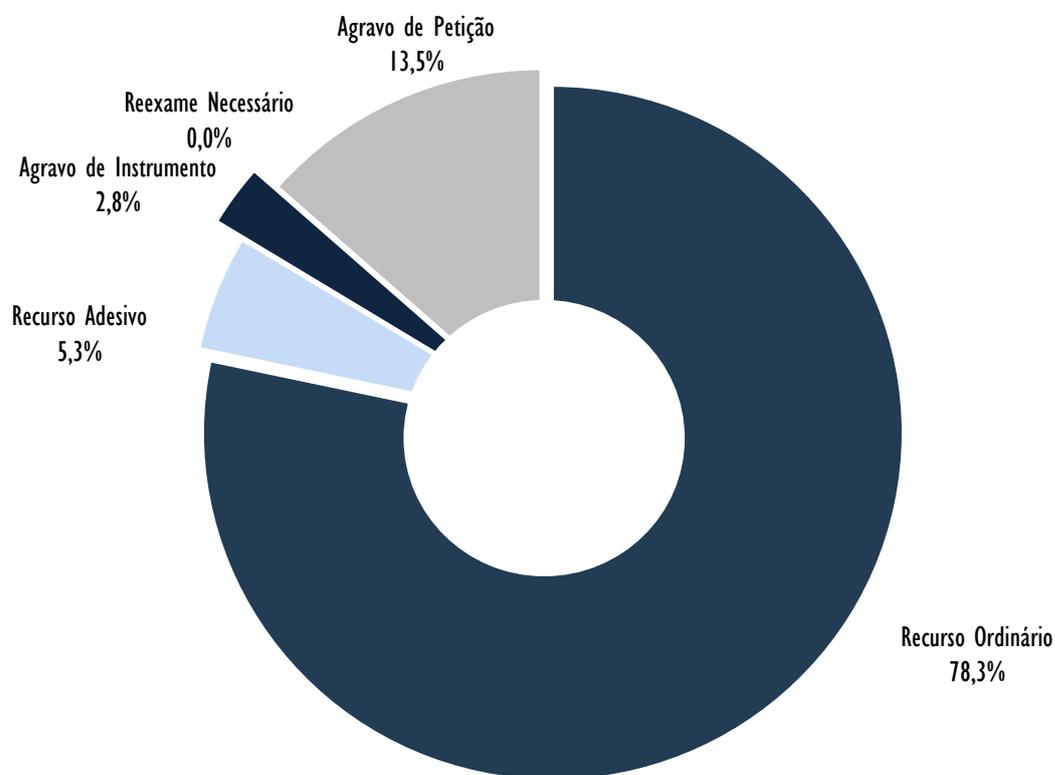


Tabela 4.27. Recursos Remetidos à 2ª Instância por Tipo de Recurso. 2016-2018.

Recursos	2016		2017		2018		Variação percentual (%)	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	2016-2017	2017-2018
Recurso Ordinário	720.443	78,7%	768.141	78,1%	962.315	78,30%	6,6%	25,3%
Recurso Adesivo	51.714	5,6%	50.820	5,2%	65.461	5,33%	-1,7%	28,8%
Reexame Necessário	4.062	0,4%	3.532	0,4%	553	0,04%	-13,0%	-84,3%
Agravo de Instrumento	23.187	2,5%	25.050	2,5%	34.781	2,83%	8,0%	38,8%
Agravo de Petição	115.933	12,7%	135.776	13,8%	165.864	13,50%	17,1%	22,2%
Total	915.339	100,0%	983.319	100,0%	1.228.974	100,00%	7,4%	25,0%

Figura 4.37. Percentual dos Recursos Remetidos à 2ª Instância por Tipo de Recurso. 2018.



4.9. Requisições de Pequeno Valor

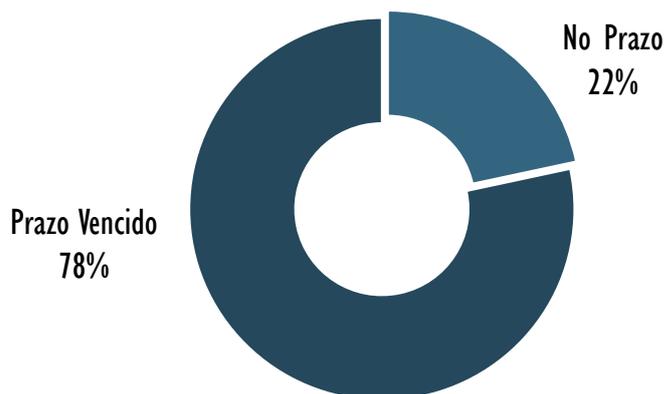
Tabela 4.28. Requisições de Pequenos Valores de Estados e Municípios. 2018.

Região Judiciária	Expedidas ao Órgão Devedor	Quitadas			Pendentes de Quitação em 31/12/18				
		Adm. Direta	Adm. Indireta	Total	Adm. Direta		Adm. Indireta		Total
					No prazo	Prazo vencido	No prazo	Prazo vencido	
1ª - RJ	1.073	280	218	498	148	23	216	37	424
2ª - SP	3.373	-	16	16	-	3	6	161	170
3ª - MG	247	905	67	972	14	1.247	6	297	1.564
4ª - RS	431	31	1	32	700	214	245	58	1.217
5ª - BA	372	1.000	9	1009	183	2.889	3	25	3.100
6ª - PE	16	3	-	3	-	7	-	-	7
7ª - CE	738	530	6	536	401	403	9	9	822
8ª - PA e AP	-	-	-	-	-	-	-	-	-
9ª - PR	-	-	-	-	-	-	-	-	-
10ª - DF e TO	28	-	-	-	11	219	2	19	251
11ª - AM e RR	-	-	-	-	-	-	-	-	-
12ª - SC	-	-	-	-	-	-	-	-	-
13ª - PB	24	16	25	41	55	-	96	-	151
14ª - RO e AC	5	-	-	-	-	2	-	1	3
15ª - Campinas/SP	82	828	482	1310	-	1.020	-	253	1.273
16ª - MA	86	106	-	106	314	-	-	-	314
17ª - ES	130	130	24	154	1	210	-	15	226
18ª - GO	208	80	80	160	-	429	-	513	942
19ª - AL	-	-	-	-	-	9	-	-	9
20ª - SE	7	-	-	-	-	-	-	-	-
21ª - RN	14	53	28	81	1	14	-	74	89
22ª - PI	237	111	-	111	39	720	2	14	775
23ª - MT	19	-	-	-	-	-	-	-	-
24ª - MS	-	-	-	-	-	3	-	-	3
Total	7.090	4.073	956	5.029	1.867	7.412	585	1.476	11.340

Nota: Sinal convencional utilizado:

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Figura 4.38. Requisições de Pequenos Valores de Estados e Municípios Pendentes de Quitação na 1ª Instância. 2018.



ÍNDICE REMISSIVO

Relatório Analítico

I. Estrutura Organizacional

Figura 1. Regiões Judiciárias da Justiça do Trabalho. 2018	13
Figura 1.2. Ministros do TST. 2018.	14
Figura 1.3. Desembargadores dos TRTs. 2018.	14
Figura 1.4. Juizes do Trabalho. 2018.	15
Figura 1.5. Cargos de Magistrados Providos e Vagos. 2018.	15
Figura 1.6. Quadro de Juizes das Varas do Trabalho. Cargos Existentes e Provimento. 2018.	16
Figura 1.7. Cargos do Quadro Permanente da Justiça do Trabalho. 2018.	17
Figura 1.8. Servidores em Atividade nos TST. 2018.	18
Figura 1.9. Servidores em Atividade nos TRTs. 2018.	18
Figura 1.10. Servidores em Atividade nas Varas do Trabalho. 2018.	19
Figura 1.11. Servidores da Justiça do Trabalho na Área Judiciária e Administrativa. 2018.	20
Figura 1.12. Força de Trabalho da JT. 2017-2018.	21
Figura 1.13. Produtividade da JT. 2017-2018.	21
Figura 1.14. Proporção entre Cargos e Funções Comissionadas e Cargos Efetivos. Justiça do Trabalho. 2018.	22
Figura 1.15. Cargos e Funções Comissionadas na Justiça do Trabalho. 2018.	23
Figura 1.16. Magistrados a cada 100.000 Habitantes. Justiça do Trabalho. 2006-2018.	24
Figura 1.17. Magistrados a cada 100.000 Habitantes. Justiça do Trabalho. 2018.	25
Figura 1.18. Servidores a cada 100.000 Habitantes. Justiça do Trabalho. 2006-2018.	26
Figura 1.19. Servidores a cada 100.000 Habitantes. Justiça do Trabalho. 2018.	27
Figura 1.20. Servidores do Quadro Permanente por Magistrado. Justiça do Trabalho. 2006-2018.	28
Figura 1.21. Servidores do Quadro Permanente por Magistrado. Justiça do Trabalho. 2018.	29
Figura 1.22. Servidores em Atividade na Área Judiciária por Magistrado. Justiça do Trabalho. 2006-2018.	30
Figura 1.23. Servidores em Atividade na Área Judiciária por Magistrado. Justiça do Trabalho. 2018.	31
Tabela 1.1. Cargos de Desembargadores dos Tribunais Regionais do Trabalho. 2018.	14
Tabela 1.2. Cargos de Juizes do Trabalho. 2018.	15
Tabela 1.3. Quadro de Juizes das Varas do Trabalho. 2018.	16
Tabela 1.4. Cargos do Quadro Permanente da Justiça do Trabalho. 2018.	17
Tabela 1.5. Servidores em Atividade nos Tribunais Regionais do Trabalho. 2018.	18
Tabela 1.6. Servidores em Atividade nas Varas do Trabalho. 2018.	19
Tabela 1.7. Servidores em Atividade na Área Judiciária e Administrativa. 2018.	20
Tabela 1.8. Força de Trabalho nas Regiões Judiciárias. 2006-2018.	21
Tabela 1.9. Quadro de Funções Comissionadas Existentes na Justiça do Trabalho. 2018.	22

2. Despesas, Arrecadação e Pagamentos

Figura 2.1. Despesa da Justiça do Trabalho por Habitante (em Reais). 2006-2018.	33
Figura 2.2. Despesa da Justiça do Trabalho por Habitante (em Reais). 2018.	34
Figura 2.3. Despesa da Justiça do Trabalho por Caso Novo (em Reais). 2011-2018.	35
Figura 2.4. Despesa da Justiça do Trabalho por Caso Novo (em Reais). 2018.	36
Figura 2.5. Custas, Emolumentos e Tributos arrecadados na Justiça do Trabalho. 2018.	37
Figura 2.6. Arrecadação da Justiça do Trabalho por Região Judiciária (em Milhões de Reais). 2018	38
Figura 2.7. Valores Pagos aos Reclamantes. 2017-2018.	40
Figura 2.8. Valores Pagos aos Reclamantes (em Milhões de Reais).2008-2018.	40
Tabela 2.1. Orçamento e Despesas da Justiça do Trabalho (em Reais). 2018.	37
Tabela 2.2. Arrecadação da Justiça do Trabalho por Região Judiciária (em Reais). 2018.	38

3. Litigiosidade

Figura 3.1. Casos Novos na Justiça do Trabalho. 2018.	41
Figura 3.2. Varas do Trabalho que receberam mais de 1.500 Casos Novos. 2018.	42
Figura 3.3. Casos Novos por 100.000 Habitantes na Justiça do Trabalho. 2018.	43
Figura 3.4. Casos Novos por 100.000 Habitantes nas 3 Instâncias da Justiça do Trabalho. 2018.	43

Figura 3.5. Casos Novos por 100.000 Habitantes na Justiça do Trabalho. 2009-2018.	44
Figura 3.6. Casos Novos por 100.000 Habitantes no TST. 2009-2018.	44
Figura 3.7. Casos Novos por 100.000 Habitantes na 2ª Instância. 2009-2018.	45
Figura 3.8. Casos Novos por 100.000 Habitantes na 1ª Instância. 2009-2018.	45
Figura 3.9. Casos Novos por 100.000 Habitantes na 2ª Instância. 2018.	46
Figura 3.10. Casos Novos por 100.000 Habitantes na 1ª Instância. 2018.	46
Figura 3.11. Casos Novos por Magistrado na Justiça do Trabalho. 2018.	47
Figura 3.12. Casos Novos por Magistrado nas 3 Instâncias do Trabalho. 2018.	47
Figura 3.13. Casos Novos por Magistrado na Justiça do Trabalho. 2009-2018.	48
Figura 3.14. Casos Novos por Magistrado no TST. 2009-2018.	48
Figura 3.15. Casos Novos por Magistrado na 2ª Instância. 2009-2018.	49
Figura 3.16. Casos Novos por Magistrado na 1ª Instância. 2009-2018.	49
Figura 3.17. Casos Novos por Magistrado na 2ª Instância. 2018.	50
Figura 3.18. Casos Novos por Magistrado na 1ª Instância. 2018.	50
Figura 3.19. Casos Novos por Servidor na Justiça do Trabalho. 2018.	51
Figura 3.20. Casos Novos por Servidor nas 3 Instâncias da Justiça do Trabalho. 2018.	51
Figura 3.21. Casos Novos por Servidor na Justiça do Trabalho. 2009-2018.	52
Figura 3.22. Casos Novos por Servidor no TST. 2009-2018.	52
Figura 3.23. Casos Novos por Servidor na 1ª e 2ª Instâncias. 2009-2018.	53
Figura 3.24. Casos Novos por Servidor na 1ª e 2ª Instâncias. 2018.	53
Figura 3.25. Casos Novos por Servidor em Atividade na Justiça do Trabalho. 2018.	54
Figura 3.26. Casos Novos por Servidor em Atividade nas 3 Instâncias da Justiça do Trabalho. 2009-2018.	54
Figura 3.27. Casos Novos por Servidor em Atividade na Justiça do Trabalho. 2009-2018.	55
Figura 3.28. Casos Novos por Servidor em Atividade no TST. 2009-2018.	55
Figura 3.29. Casos Novos por Servidor em Atividade na 2ª Instância. 2009-2018.	56
Figura 3.30. Casos Novos por Servidor em Atividade na 1ª Instância. 2009-2018.	56
Figura 3.31. Casos Novos por Servidor em Atividade na 2ª Instância. 2018.	57
Figura 3.32. Casos Novos por Servidor em Atividade na 1ª Instância. 2018.	57
Figura 3.33. Ranking das 10 Atividades Econômicas mais Recorrentes na Justiça do Trabalho. 2018.	58
Figura 3.34-A. As 3 Atividades Econômicas mais Recorrentes no TST. 2018.	59
Figura 3.34-B. As 3 Atividades Econômicas mais Recorrentes na 2ª Instância. 2018.	59
Figura 3.34-C. As 3 Atividades Econômicas mais Recorrentes na 1ª Instância. 2018.	59
Figura 3.35. Ranking dos 20 Assuntos mais Recorrentes na Justiça do Trabalho. 2018.	60
Figura 3.36. Os 5 Assuntos mais Recorrentes no TST. 2018.	61
Figura 3.37. Os 5 Assuntos mais Recorrentes na 2ª Instância. 2018.	61
Figura 3.38. Os 5 Assuntos mais Recorrentes na 1ª Instância. 2018.	61
Figura 3.39. Total a Julgar nas 3 Instâncias da Justiça do Trabalho. 2018.	62
Figura 3.40. Total a Julgar por Magistrado na Justiça do Trabalho. 2018.	63
Figura 3.41. Total a Julgar por Magistrado nas 3 Instâncias da Justiça do Trabalho. 2018.	63
Figura 3.42. Total a Julgar por Magistrado na Justiça do Trabalho. 2009-2018.	64
Figura 3.43. Total a Julgar por Magistrado no TST. 2009-2018.	64
Figura 3.44. Total a Julgar por Magistrado na 2ª Instância. 2009-2018.	65
Figura 3.45. Total a Julgar por Magistrado na 1ª Instância. 2009-2018.	65
Figura 3.46. Total a Julgar por Magistrado na 2ª Instância. 2018.	66
Figura 3.47. Total a Julgar por Magistrado na 1ª Instância. 2018.	66
Figura 3.48. Total a Julgar por Servidor da Área Judiciária na Justiça do Trabalho. 2018.	67
Figura 3.49. Total a Julgar por Servidor da Área Judiciária nas 3 Instâncias da Justiça do Trabalho. 2018.	67
Figura 3.50. Total a Julgar por Servidor da Área Judiciária na Justiça do Trabalho. 2009-2018.	68
Figura 3.51. Total a Julgar por Servidor da Área Judiciária no TST. 2009-2018.	68
Figura 3.52. Total a Julgar por Servidor da Área Judiciária na 2ª Instância. 2009-2018.	69
Figura 3.53. Total a Julgar por Servidor da Área Judiciária na 1ª Instância. 2009-2018.	69
Figura 3.54. Total a Julgar por Servidor da Área Judiciária na 2ª Instância. 2018.	70
Figura 3.55. Total a Julgar por Servidor da Área Judiciária na 1ª Instância. 2018.	70
Figura 3.56. Produtividade na Justiça do Trabalho. 2018.	71
Figura 3.57. Média de Julgados por Magistrado nas 3 Instâncias da Justiça do Trabalho. 2018.	71
Figura 3.58. Processos Julgados em Relação ao Total a Julgar no TST. 2018.	72
Figura 3.59. Processos Julgados em Relação ao Total a Julgar na 2ª Instância. 2018.	72
Figura 3.60. Processos Julgados em Relação ao Total a Julgar na 1ª Instância. 2018.	72
Figura 3.61. Julgados em Relação ao Total a Julgar na 2ª Instância. 2018.	73
Figura 3.62. Julgados em Relação ao Total a Julgar na 1ª Instância (Fase de Conhecimento.) 2018.	74
Figura 3.63. Processos Julgados em Relação aos Recebidos na Justiça do Trabalho. 2018.	75
Figura 3.64. Processos Julgados em Relação aos Recebidos na 2ª Instância. 2018.	76

Figura 3.65. Processos Julgados em Relação aos Recebidos na 1ª Instância. 2018.	77
Figura 3.66. Percentual de Conciliação. 2018.	78
Figura 3.67. Percentual de Conciliações na 1ª Instância. 2009-2018.	78
Figura 3.68. Percentual de Conciliações por Região Judiciária na 1ª Instância. 2018.	79
Figura 3.69. Reforma de Recursos de Revista. 2018.	80
Figura 3.70. Taxa de Reforma da Decisão 2ª Instância. Recursos de Revista. 2018.	81
Figura 3.71. Taxa de Reforma da Decisão 2ª Instância. Recursos de Revista. 2016-2018.	81
Figura 3.72. Taxa de Reforma de Recursos Ordinários. 2018.	82
Figura 3.73. Taxa de Reforma da Decisão da 2ª Instância. Recursos Ordinários. 2018.	83
Figura 3.74. Taxa de Reforma da Decisão da 2ª Instância. Recursos Ordinários. 2018.	83
Figura 3.75. Taxa de Reforma de Recursos Ordinários das Varas. 2018.	84
Figura 3.76. Taxa de Reforma de Decisão. Recursos Ordinários. 1ª Instância. 2018.	85
Figura 3.77. Taxa de Reforma da Decisão. Recursos Ordinários. 1ª Instância. 2016-2018.	85
Figura 3.78. Processos de Execução. Movimentação Processual. 1ª Instância. 2018.	86
Figura 3.79. Total a Executar na 1ª Instância. 2018.	87
Figura 3.80. Total a Executar por Magistrado na 1ª Instância. 2009-2018.	88
Figura 3.81. Total a Executar por Magistrado na 1ª Instância. 2018.	88
Figura 3.82. Total a Executar por Servidor da Área Judiciária na 1ª Instância. 2009-2018.	89
Figura 3.83. Total a Executar por Servidor da Área Judiciária na 1ª Instância. 2018.	89
Figura 3.84. Execuções Encerradas em relação ao Total a Executar na 1ª Instância. 2018.	90
Figura 3.85. Execuções Encerradas em relação á Iniciadas na 1ª Instância. 2018.	91
Figura 3.86. Resíduo na Justiça do Trabalho. 2017-2018.	92
Figura 3.87. Resíduo por Magistrado da Justiça do Trabalho. 2018.	93
Figura 3.88. Resíduo por Magistrado nas 3 Instâncias da Justiça do Trabalho. 2018.	93
Figura 3.89. Resíduo por Magistrado na Justiça do Trabalho. 2009-2018.	94
Figura 3.90. Resíduo por Magistrado no TST. 2009-2018.	94
Figura 3.91. Resíduo por Magistrado na 2ª Instância. 2009-2018.	95
Figura 3.92. Resíduo por Magistrado na 1ª Instância (Fase Conhecimento). 2009-2018.	95
Figura 3.93. Resíduo por Magistrado na 1ª Instância (Fase de Execução). 2009-2018.	95
Figura 3.94. Resíduo por Magistrado nos TRTs. 2018.	96
Figura 3.95. Resíduo por Magistrado por Região Judiciária. 1ª Instância (Fase Conhecimento). 2018.	96
Figura 3.97. Prazo Médio de um processo (até a Baixa) nas 3 Instâncias da Justiça do Trabalho. 2018.	97
Figura 3.98. Recorribilidade Interna no TST. 2018.	98
Figura 3.99. Recorribilidade Interna na 2ª Instância. 2018.	98
Figura 3.100. Recorribilidade Interna na 1ª Instância. 2018.	98
Figura 3.101. Recorribilidade Externa na Justiça do Trabalho. 2018.	99
Figura 3.102. Precatórios na Justiça do Trabalho. 2018.	100
Figura 3.103. Precatórios Pendentes de Quitação na Justiça do Trabalho. 2018.	101
Figura 3.104. Dívida dos Precatórios Pendentes de Quitação na Justiça do Trabalho. 2018.	101
Figura 3.105. Requisições de Pequeno Valor na Justiça do Trabalho. 2018.	102
Figura 3.106. Requisições de Pequeno Valor na Justiça do Trabalho, por Instância. 2018.	102
Tabela 3.1. Distribuição das Varas de Acordo com o Intervalo em que se Enquadra o seu Quantitativo de Casos Novos. 2018.	42
Tabela 3.2. Julgados em Relação ao Total a Julgar na 2ª Instância. 2018.	73
Tabela 3.3. Julgados em Relação ao Total a Julgar na 1ª Instância (Fase de Conhecimento). 2018.	74
Tabela 3.4. Julgados em Relação aos Recebidos na 2ª Instância. 2018.	76
Tabela 3.5. Julgados em Relação aos Recebidos na 1ª Instância. 2018.	77
Tabela 3.6. Percentual de Conciliações por Região Judiciária na 1ª Instância. 2018.	79
Tabela 3.7. Taxa de Reforma da Decisão da 2ª Instância. Recursos de Revista. 2016-2018.	80
Tabela 3.8. Taxa de Reforma da Decisão da 2ª Instância. Recursos Ordinários. 2016-2018.	82
Tabela 3.9. Taxa de Reforma da Decisão da 1ª Instância. Recursos Ordinários. 2016-2018.	84
Tabela 3.10. Movimentação Processual. Processos de Execução. 1ª Instância. 2018.	86
Tabela 3.11. Execuções Encerradas em Relação ao Total a Executar na 1ª Instância. 2018.	90
Tabela 3.12. Execuções Encerradas em relação às Iniciadas na 1ª Instância. 2018.	91
Tabela 3.13. Precatórios na Justiça do Trabalho. 2018.	100

Relatório Demonstrativo

I. Justiça do Trabalho

Figura I.1. Recebidos e Julgados na Justiça do Trabalho (em Milhares de Processos). 1941-2018.	7
--	---

Figura 1.2. Movimentação Processual da Justiça do Trabalho. 2011-2018.	8
Figura 1.3. Movimentação Processual da Justiça do Trabalho. 2018.	9
Figura 1.4. Valores Arrecadados na Justiça do Trabalho (em Reais). 2018.	10
Figura 1.5. Valores Arrecadados na Justiça do Trabalho, por Instância (em Reais). 2018.	11
Figura 1.6. População Jurisdicionada pela Justiça do Trabalho. 2018.	12
Tabela 1.1. Recebidos e Julgados na Justiça do Trabalho. 1941-2018	7
Tabela 1.2. Movimentação Processual da Justiça do Trabalho. 2011-2018.	8
Tabela 1.3. Valores Arrecadados na Justiça do Trabalho (em Reais). 2018.	10

2. Tribunal Superior do Trabalho

Figura 2.1. Recebidos e Julgados no TST (em Milhares de Processos). 1941-2018.	15
Figura 2.2. Dissídios Coletivos Julgados no TST. 2018	16
Figura 2.3. Casos Novos por Origem no TST. 2017-2018.	19
Figura 2.4. Processos Recebidos no TST, por Classe. 2017-2018.	20
Figura 2.5. Casos Novos por Atividade Econômica no TST. 2017-2018.	21
Figura 2.6. Ranking dos 20 Maiores Litigantes no TST. 2018.	22
Figura 2.7. Movimentação Processual do TST. 2018.	23
Figura 2.8. Sessões Realizadas no TST. 2018.	24
Figura 2.9. Média de Processos Julgados por Sessão no TST. 2018.	24
Figura 2.10. Processos Julgados no TST, por Classe. 2017-2018.	25
Figura 2.11. Processos Julgados no TST. 2018.	26
Figura 2.12. Processos Julgados no TST, por Classe. 2018.	26
Figura 2.13. Processos Julgados no TST, por Órgão Judicante. 2018.	27
Figura 2.14. Decisões dos Processos Julgados no TST. 2018.	28
Figura 2.15. Resíduo no TST. 2017-2018.	29
Figura 2.16. Resíduo no TST, por Órgão Judicante. 2018.	30
Figura 2.17. Tempo Médio de Tramitação Processual no TST. (Índice Acumulado). 2018.	31
Figura 2.18. Arrecadação no TST. 2018.	31
Figura 2.19. Recursos Extraordinários Encaminhados ao STF. 2018.	32
Figura 2.20. Agravos de Instrumento em Recurso de Revista Distribuídos e Julgados no TST. 2018.	33
Figura 2.21. Agravos de Instrumento em Recurso de Revista Julgados no TST. Estudo das Decisões. 2018.	34
Figura 2.22. Casos Novos de Agravos de Instrumento em Recurso de Revista por Atividade Econômica no TST. 2018.	35
Figura 2.23. Agravos de Instrumento em Recurso de Revista Recebidos e Julgados no TST. 2009-2018.	36
Figura 2.24. Recursos de Revista Distribuídos e Julgados no TST. 2018.	37
Figura 2.25. Recurso de Revista. Estudo das Decisões. TST. 2018.	38
Figura 2.26. Casos Novos de Recursos de Revista por Atividade Econômica no TST. 2018.	39
Figura 2.27. Recursos de Revista Recebidos e Julgados no TST. 2009-2018.	40
Figura 2.28. Recursos Ordinários Distribuídos e Julgados no TST. 2018.	41
Figura 2.29. Recursos Ordinários Julgados no TST. Estudo das Decisões. 2018.	42
Figura 2.30. Casos Novos de Recursos Ordinários por Atividade Econômica no TST. 2018.	43
Figura 2.31. Recursos Ordinários Recebidos e Julgados no TST. 2009-2018.	44
Tabela 2.1. Recebidos e Julgados no TST. 1941-2018.	15
Tabela 2.2. Dissídios Coletivos Julgados no TST. 1941-2018.	16
Tabela 2.3. Comparativo da Movimentação Processual no TST. 2017-2018.	17
Tabela 2.4. Processos Recebidos no TST, por Origem. 2017-2018.	18
Tabela 2.5. Processos Recebidos no TST, por Classe. 2017-2018.	20
Tabela 2.6. Casos Novos por Atividade Econômica no TST. 2017-2018.	21
Tabela 2.7. Total a Julgar no TST. 2018.	23
Tabela 2.8. Sessões Realizadas no TST. 2018.	24
Tabela 2.9. Processos Julgados por Classe no TST. 2017-2018.	25
Tabela 2.10. Processos Julgados por Órgão e Classe no TST. 2018.	26
Tabela 2.11. Decisões dos Processos Julgados, por Classe no TST. 2018.	28
Tabela 2.12. Resíduo no TST. 2017-2018.	29
Tabela 2.13. Resíduo nos Órgãos Judicantes do TST, por Classe. 2018.	30
Tabela 2.14. Recursos Extraordinários Interpostos no TST. Estudos das Decisões. 2017-2018.	32
Tabela 2.15. Agravos de Instrumento em Recurso de Revista no TST. Movimentação Processual. 2018.	33
Tabela 2.16. Agravos de Instrumento em Recurso de Revista Julgados. Estudo das Decisões por TRT de Origem. 2018.	34
Tabela 2.17. Casos Novos de Agravos de Instrumento em Recurso de Revista por Atividade Econômica no TST. 2018.	35
Tabela 2.18. Agravos de Instrumento em Recurso de Revista Recebidos e Julgados no TST. 2009-2018.	36
Tabela 2.19. Recurso de Revista. Movimentação Processual no TST. 2018.	37

Tabela 2.20. Recurso de Revista Julgados. Estudo das Decisões no TST. 2018.	38
Tabela 2.21. Casos Novos de Recursos de Revista por Atividade Econômica no TST. 2018.	39
Tabela 2.22. Recursos de Revista Recebidos e Julgados no TST. 2009-2018.	40
Tabela 2.23. Recursos Ordinários. Movimentação Processual no TST. 2018.	41
Tabela 2.24. Recursos Ordinários Julgado no TST. Estudo das Decisões. 2018.	42
Tabela 2.25. Casos Novos de Recursos Ordinários por Atividade Econômica no TST. 2018.	43
Tabela 2.26. Recursos Ordinários Recebidos e Julgados no TST. 2009-2018.	44

3. Tribunal Regional do Trabalho

Figura 3.1. Recebidos e Julgados na 2ª Instância (em Milhares de Processos). 1941-2018.	47
Figura 3.2. Dissídios Coletivos Julgados na 2ª Instância. 1941-2018.	48
Figura 3.3. Movimentação Processual na 2ª Instância. 2018.	49
Figura 3.4. Movimentação Processual na 2ª Instância. 2018.	50
Figura 3.5. Total a Julgar na 2ª Instância. 2018.	51
Figura 3.6. Processos Recebidos na 2ª Instância. 2018.	52
Figura 3.7. Processos Recebidos na 2ª Instância. 2018.	53
Figura 3.8. Resíduo na 2ª Instância. 2018.	54
Figura 3.9. Variação Percentual de Recebidos na 2ª Instância. 2016-2018.	56
Figura 3.10. Variação Percentual de Casos Novos na 2ª Instância. 2016-2018.	58
Figura 3.11. Variação Percentual de Julgados na 2ª Instância. 2016-2018.	60
Figura 3.12. Variação Percentual de Resíduo na 2ª Instância. 2016-2018.	62
Figura 3.13. Média Anual de Recebidos por Magistrado. 2018.	64
Figura 3.14. Média Anual de Julgados por Magistrado. 2018.	65
Figura 3.15. Média Anual de Resíduo por Magistrado. 2018.	65
Figura 3.16. Atividades Econômicas de Maior Incidência na 2ª Instância. 2018.	66
Figura 3.17. Percentual de Processos Distribuídos por Atividade Econômica. 2018.	67
Figura 3.18. Prazo Médio da Autuação até a Baixa (em Dias). 2018.	68
Figura 3.19. Percentual de Arrecadação na 2ª Instância. 2018.	69
Figura 3.20. Dissídios Coletivos Recebidos e Julgados na 2ª Instância. 2016-2018.	70
Figura 3.21. Recursos Remetidos ao TST. 2018.	71
Figura 3.22. Percentual de Recursos de Revista Admitidos na 2ª Instância. 2018.	72
Figura 3.23. Agravos de Instrumento em Recursos de Revista Recebidos no TST. 2018.	73
Figura 3.24. Série Histórica de Recursos Recebidos no TST. 2009-2018.	74
Figura 3.25. Precatórios e Requisição de Pequeno Valor na 2ª Instância. 2018.	75
Figura 3.26. Precatórios e RPVs Recebidos na 2ª Instância. 2018.	76
Figura 3.27. Precatórios e RPVs Quitados na 2ª Instância. 2018.	77
Figura 3.28. Precatórios e RPVs Pendentes de Pagamento na 2ª Instância. 2018.	78
Figura 3.29. Precatórios e RPVs Pendentes de Pagamento na 2ª Instância (em Milhões de Reais). 2018.	79
Tabela 3.1. Recebidos e Julgados na 2ª Instância. 1941-2018.	47
Tabela 3.2. Dissídios Coletivos Julgados na 2ª Instância. 1941-2018.	48
Tabela 3.3. Movimentação Processual na 2ª Instância. 2018.	50
Tabela 3.4. Processos Recebidos na 2ª Instância. 2018.	52
Tabela 3.5. Resíduo na 2ª Instância. 2018.	54
Tabela 3.6. Variação Percentual de Recebidos na 2ª Instância. 2016-2018.	56
Tabela 3.7. Variação Percentual de Casos Novos na 2ª Instância. 2016-2018.	58
Tabela 3.8. Variação Percentual de Julgados na 2ª Instância. 2016-2018.	60
Tabela 3.9. Variação Percentual de Resíduo na 2ª Instância. 2016-2018.	62
Tabela 3.10. Média Anual de Recebidos, Julgados e Resíduos por Magistrado. 2018.	64
Tabela 3.11. Percentual de Processos Distribuídos por Atividade Econômica. 2018.	66
Tabela 3.12. Prazos Médios da Autuação até o Julgamento, até a Publicação do Acórdão e até a Baixa (em Dias). 2018.	68
Tabela 3.13. Arrecadação em Reais na 2ª Instância. 2018.	69
Tabela 3.14. Dissídios Coletivos na 2ª Instância. 2018.	70
Tabela 3.15. Recursos Remetidos ao TST. 2018.	71
Tabela 3.16. Despachos da Presidência em Recursos de Revista de Competência do TST. 2018.	72
Tabela 3.17. Agravos de Instrumento em Recursos de Revista interpostos ao TST. 2018.	73
Tabela 3.18. Precatórios e Requisição de Pequeno Valor na 2ª Instância. 2018.	75
Tabela 3.19. Precatórios e RPVs Recebidos na 2ª Instância. 2018.	76
Tabela 3.20. Precatórios e RPVs Quitados na 2ª Instância. 2018.	77
Tabela 3.21. Precatórios e RPVs Pendentes de Pagamento na 2ª Instância. 2018.	78

4. Varas do Trabalho

Figura 4.1. Quantidade de Varas do Trabalho Instaladas. Municípios-Sede de TRT x Demais Municípios-Sede de VT. 2018.	83
Figura 4.2. Quantidade de Municípios no país. Municípios-Sede de Vara x Municípios Existentes. 2018.	84
Figura 4.3. Série Histórica de Processos de Conhecimento Recebidos e Julgados na 1ª Instância (em Milhares de Processos). 2018.	85
Figura 4.4. Movimentação Processual na 1ª Instância. 2018.	86
Figura 4.5. Movimentação Processual na 1ª Instância. 2018.	87
Figura 4.6. Total a Julgar na 2ª Instância. 2018.	88
Figura 4.7. Percentual de Processos Recebidos e Julgados (Fase de Conhecimento), por Região Geográfica. 2018.	89
Figura 4.8. Processos Recebidos e Julgados (Fase de Conhecimento), por Unidade da Federação. 2018.	90
Figura 4.9. Processos Recebidos na 1ª Instância (Fase de Conhecimento). 2016-2018.	91
Figura 4.10. Casos Novos na 1ª Instância (Fase de Conhecimento). 2016-2018.	93
Figura 4.11. Processos Julgados na 1ª Instância (Processos de Conhecimento). 2016-2018.	95
Figura 4.12. Resíduo na 1ª Instância (Fase de Conhecimento). 2016-2018.	97
Figura 4.13. Média Anual de Recebidos por Magistrado (Fase de Conhecimento). 2018.	99
Figura 4.14. Média Anual de Julgados por Magistrado (Fase de Conhecimento). 2018.	100
Figura 4.15. Média Anual de Resíduo por Magistrado (Fase de Conhecimento). 2018.	100
Figura 4.16. Média Anual de Execuções Iniciadas, Encerradas e Pendentes por Magistrado. 2018.	102
Figura 4.17. Percentual de Casos Novos no Rito Sumaríssimo (Fase de Conhecimento) por Região Judiciária. 2018.	104
Figura 4.18. Percentual dos Casos Novos (Fase de Conhecimento) por Atividade Econômica e Ano. 2009-2018.	105
Figura 4.19. Casos Novos (Fase de Conhecimento) por Atividade Econômica. 2018.	106
Figura 4.20. Percentual dos Casos Novos (Fase de Conhecimento) por Atividade Econômica. 2018.	107
Figura 4.21. Percentual de Decisões Proferidas por Ano (Fase de Conhecimento). 2009-2018.	108
Figura 4.22. Percentual das Decisões Proferidas (Fase de Conhecimento). 2018.	109
Figura 4.23. Decisões Proferidas Segundo o Rito (Fase de Conhecimento). 2018.	110
Figura 4.24. Percentual de Conciliações nas Regiões Judiciárias (Fase de Conhecimento). 2018.	111
Figura 4.25. Movimentação Processual de Processos de Execução. 2018.	112
Figura 4.26. Total a Julgar (Processos de Execução). 2018.	113
Figura 4.27. Audiências Realizadas. 2018.	116
Figura 4.28. Prazos Médios do Ajuizamento da Ação até a Sentença na Fase de Conhecimento (em Dias). 2018.	117
Figura 4.29. Prazos Médios, em Dias, do Início até o Encerramento da Liquidação. 2018.	118
Figura 4.30. Prazos Médios do Início até o Encerramento da Execução (em Dias). 2018.	119
Figura 4.31. Prazos Médios até o Arquivamento (em Dias). 2018.	120
Figura 4.32. Valores Pagos aos Reclamantes. 2018.	121
Figura 4.33. Valores Arrecadados por Região Judiciária (em Milhões de Reais). 2018.	122
Figura 4.34. Valores Arrecadados. 2018.	123
Figura 4.35. Série Histórica de Recursos Remetidos à 2ª Instância. 2009-2018.	124
Figura 4.36. Recursos Remetidos à 2ª Instância (em Milhares de Processos). 2018.	125
Figura 4.37. Percentual dos Recursos Remetidos à 2ª Instância por Tipo de Recurso. 2018.	126
Figura 4.38. Requisições de Pequenos Valores Pendentes de Quitação na 1ª Instância. 2018.	127
Tabela 4.1. Série Histórica de Processos de Conhecimento Recebidos e Julgados na 1ª Instância. 2018.	85
Tabela 4.2. Processos Recebidos, Julgados e Resíduo (Fase de Conhecimento). 2018.	87
Tabela 4.3. Processos Recebidos e Julgados (Fase de Conhecimento), por Região Geográfica e Unidade da Federação. 2018.	89
Tabela 4.4. Processos Recebidos por Região Judiciária (Fase de Conhecimento). 2016-2018.	91
Tabela 4.5. Casos Novos por Região Judiciária (Fase de Conhecimento). 2016-2018.	93
Tabela 4.6. Processos Julgados por Região Judiciária (Processos de Conhecimento). 2016-2018.	95
Tabela 4.7. Resíduo por Região Judiciária (Fase de Conhecimento). 2016-2018.	97
Tabela 4.8. Média Anual de Recebidos, Julgados e Resíduos por Magistrado (Fase de Conhecimento). 2018.	99
Tabela 4.9. Média Anual de Execuções Iniciadas, Encerradas e Pendentes por Magistrado. 2018.	101
Tabela 4.10. Casos Novos no Rito Sumaríssimo (Fase de Conhecimento) por Região Judiciária. 2018.	103
Tabela 4.11. Percentual dos Casos Novos (Fase de Conhecimento) por Atividade Econômica. 2018.	106
Tabela 4.12. Decisões Proferidas por Ano (Fase de Conhecimento). 2009-2018.	108
Tabela 4.13. Decisões Proferidas Segundo o Rito (Fase de Conhecimento). 2018.	110
Tabela 4.14. Percentual de Conciliações por Rito (Fase de Conhecimento). 2018.	111
Tabela 4.15. Processos de Execução. Iniciados, Encerrados e Resíduo. 2018.	112
Tabela 4.16. Processos de Execução. Variação Anual. 2016-2018.	114
Tabela 4.17. Processos de Execução - Variação Percentual do Resíduo. 2016-2018.	114
Tabela 4.18. Audiências Realizadas. 2018.	116
Tabela 4.19. Prazos Médios, em Dias, na Fase de Conhecimento. 2018.	117
Tabela 4.20. Prazos Médios, em Dias, na Fase de Liquidação. 2018.	118
Tabela 4.21. Prazos Médios, em Dias, na Fase de Execução. 2018.	119
Tabela 4.22. Prazos Médios, em Dias, até o Arquivamento. 2018.	120

Tabela 4.23. Valores Pagos aos Reclamantes por Região Judiciária (em Reais). 2018.	121
Tabela 4.24. Valores Arrecadados por Região Judiciária (em Reais). 2018.	122
Tabela 4.25. Série Histórica de Recursos Remetidos à 2ª Instância. 2009-2018.	124
Tabela 4.26. Recursos Remetidos à 2ª Instância por Tipo de Recurso. 2018.	125
Tabela 4.27. Recursos Remetidos à 2ª Instância por Tipo de Recurso. 2016-2018	126
Tabela 4.28. Requisições de Pequenos Valores de Estados e Municípios. 2018.	127

 **CESTP 2016**

Coordenadoria de Estatística e Pesquisa do Tribunal Superior do Trabalho



Para mais informações, acesse
www.tst.jus.br/estatistica

